

versão impressa **ISSN 1517-4999**
versão online **ISSN 2446-8681**

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

v.16 n. 31 • 2021



 editora
UFMS

REVISTA
GeoPantanal
REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)



**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE MATO GROSSO DO SUL**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE MATO GROSSO DO SUL
CURSO DE GEOGRAFIA / MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CÂMPUS DO PANTANAL**

Reitor

Marcelo Augusto Santos Turine

Vice-Reitora

Camila Celeste Brandão Ferreira Ítavo

Diretor do Câmpus do Pantanal

Aguinaldo Silva

Coordenador do Curso de Mestrado em Estudos Fronteiriços

Edgar Aparecido da Costa

Coordenador do Curso de Geografia

Élvis Christian Madureira Ramos

CÂMARA EDITORIAL

Aguinaldo Silva

Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Beatriz Lima de Paula Silva

Edgar Aparecido da Costa

Marco Aurélio Machado de Oliveira

EDITOR RESPONSÁVEL

Edgar Aparecido da Costa

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Coordenadoria de Biblioteca Central – UFMS, Campo Grande, MS, Brasil)

GeoPantanal: revista do Curso de Geografia e do Mestrado
em Estudos Fronteiriços / Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul. - n. 1, (1997) - . Corumbá/MS: A
Universidade, 1997-
v. : il. ; 25 cm

Semestral

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de
Mato Grosso do Sul.

REVISTA

Geopantanal

REVISTA DO CURSO DE GEOGRAFIA E DO MESTRADO EM ESTUDOS FRONTEIRIÇOS
CAMPUS DO PANTANAL/UFMS

GeoPantanal é uma Revista para divulgação da produção acadêmica e científica de Geografia e áreas afins do Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal ligado ao Curso de Geografia e ao Mestrado em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Câmpus do Pantanal.

PUBLICAÇÃO SEMESTRAL

EDITOR CHEFE

Dr. Edgar Aparecido da Costa

EDITOR ADJUNTO

Dr. Élviz Christian Madureira Ramos

CÂMARA DE REDAÇÃO

Dr. Aguinaldo Silva

Dr^a. Beatriz Lima de Paula Silva

Dr^a. Ana Carolina Torelli Marquezini Faccin

Dr. Marco Aurélio Machado de Oliveira

CONSELHO EDITORIAL

Dr^a. Adriana Dorfman - Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Alberto Hernández Hernández – Colegio Frontera Norte (COLEF), Tijuana, México.

Dr. Alejandro Gabriel Benedetti – Universidad de Buenos Aires (UBA), Buenos Aires, Argentina.

Dr^a. Aline Lima Rodrigues – Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), Campus Litoral Norte, Rio Grande do Sul, Brasil.

Dr. Antonio Nivaldo Hespanhol – Universidade Estadual Júlio de Mesquita Filho (UNESP), Campus de Presidente Prudente/SP, Brasil.

Dr. Carlos Piñones Rivera – Universidad de Tarapacá, Arica, Chile.

Dr^a. Cleonice Alexandre Le Bourlegat – Universidade Católica Dom Bosco (UCDB), Mato Grosso do Sul, Brasil

Dr. Edvaldo Cesar Moretti – Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Gonzalo Álvarez Fuentes – Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. Gutemberg Vilhena Silva – Universidade Federal do Amapá (UNIFAP), Macapá, Brasil.

Dr. Haroldo Dilla Alfonso – Universidad Arturo Prat, Santiago, Chile.

Dr. João Edmilson Fabrini – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná; Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr. Marcos Aurélio Saquet – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Francisco Beltrão, Paraná, Brasil.

Dr^a. Maria Aparecida Santos e Campos – Universidad Internacional Iberoamericana (UNINI), Porto Rico, Estados Unidos; Cidade do México, México.

Dr^a. Maristela Ferrari – Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE), Campus de Mal. Cândido Rondon, Paraná, Brasil.

Dr. Michael Matthew McGlue – University of Kentucky (UK), Lexington, Estados Unidos.

Dr. Milton Augusto Pasquotto Mariani – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS), Mato Grosso do Sul, Brasil.

Dr^a. Rebeca Steiman – Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), Rio de Janeiro, Brasil.

Dr^a Sandra Mara da Silva Neves – Universidade Estadual do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus de Cáceres, Mato Grosso, Brasil.

Dr. Sergio Ricardo Oliveira Martins – Universidade Federal do Recôncavo Baiano (UFRB), Bahia, Brasil.

Catálogo na Fonte –

Revista GeoPantanal / Câmpus do Pantanal

Curso de Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – Grupo de Pesquisa Meio Ambiente e Sustentabilidade do Pantanal, UFMS. v.16 - n. 31, (2021) - . – Corumbá/MS:

Geografia / Mestrado em Estudos Fronteiriços – CPAN/UFMS/Ed. UFMS, 2022.

1. Geografia – Periódicos. I. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul

(Câmpus do Pantanal), 2. Geografia

ISSN 1517-4999 (Versão impressa)

CDU:

ISSN 2446-8681 (Versão eletrônica)

<https://periodicos.ufms.br/index.php/revgeo>

Os textos publicados nesta Revista são de inteira responsabilidade de seus autores

Endereço: UFMS – Câmpus do Pantanal – Av. Rio Branco, 1270, Bairro Universitário, 79304-020, Corumbá/MS. Aos cuidados de Edgar Aparecido da Costa, editor da REVISTA GEOPANTANAL.

E-mail revistageopantanal@gmail.com

Solicita-se permuta/Exchange desired

Corumbá, MS

Julho de 2022

SUMÁRIO

Editorial	7
Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial nos Assentamentos e Comunidades Rurais: estudo de casos na área que compreende o denominado território da cidadania da reforma/MS <i>Ana Maria Soares de Oliveira</i>	10
Um Pantanal de Marias e Marruás <i>Mara Aline Ribeiro</i> <i>Icléia Albuquerque de Vargas</i>	29
A Conquista da Água na Região Sul de Mato Grosso na Primeira Metade do Século XX <i>Fabiano Quadros Rückert</i>	46
Geomorfologia e seu Impacto no Processo de Ocupação Humana <i>Caroline Juliana Monteiro Añez dos Santos Reys</i> <i>Rayssa Aparecida Pinheiro Noveli</i> <i>Luciana Escalante Pereira</i>	64
Pantanal Valley: proposta de criação do Laboratório de Inovação na região fronteiriça Brasil X Bolívia <i>Ana Lucia Monteiro Maciel Golin</i> <i>Artur Oliveira Gomes</i> <i>Georgia Angelica Velasquez Ferraz</i>	77
A Cultura Lúdica Corumbaense Expressada por Diferentes Gerações de uma Mesma Família <i>Marília Soares de Melo</i> <i>Carlo Henrique Golin</i> <i>Rogério Zaim-de-Melo</i>	95

A Gênese da Expansão da Educação Escolar e a Mazela do Analfabetismo <i>Rossiline Lunar Ferreira Lima</i>	106
A Interação do Ministério do Desenvolvimento Regional com os Governos Subnacionais nas Ações Sobre a Faixa de Fronteira <i>Vitorino José Barros da Silva</i>	117
As Ações de Securitização na Fronteira Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia e os Seus Impactos nas Percepções Sociais sobre as Migrações <i>Thais da Silva Alpines</i> <i>Elisa Pinheiro de Freitas</i>	134
Fiscalização da Capitania Fluvial do Pantanal na Atividade Pesqueira e os Riscos de Segurança dos Pescadores na Fronteira Brasil/Bolívia <i>Laurenice da Silva Ferreira</i> <i>Beatriz Lima de Paula Silva</i>	153
Desgaste Psíquico e Sobrecarga na Universidade Pública: um estudo com professores universitários na fronteira Brasil-Bolívia <i>Daniella Moreira Lima</i> <i>Vanessa Catherina Neumann Figueiredo</i>	165
A Migração Boliviana para Trabalho nas Feiras Livres de Corumbá-MS <i>Luana Barreto de Arruda</i> <i>Ana Paula Correia de Araujo</i>	182
Movimento de Migração Pendular e a Covid-19 <i>Christyan Stresser Ciriaco</i> <i>Maria das Graças de Lima</i>	199
O Programa Forças no Esporte (PROFESP) na Fronteira Brasil-Bolívia: um estudo preliminar <i>Brenda Farias dos Santos</i> <i>Carlo Henrique Golin</i> <i>Rogério Zaim de Melo</i>	211
Fronteiras do Conhecimento: Ecosocioeconomias como Alternativa para Pensar o Bem Viver: Entrevista com Carlos Alberto Cioce Sampaio <i>Sandro Benedito Sguarezi</i> <i>Liliane Cristine Schlemer Alcântara</i>	229

EDITORIAL

A Revista GeoPantanal apresenta, neste número, 14 artigos científicos e uma entrevista. A temática fronteira é dominante e representa a metade dos trabalhos aceitos para este volume. A cultura está na abordagem principal de dois artigos. Outros temas trazidos são o desenvolvimento territorial, a geografia física, o analfabetismo, a geopolítica da água e o movimento pendular para tratamento da covid-19.

A pandemia da covid-19 provocou sentimentos diversos na humanidade. Durante 2020 e 2021 vivemos momentos de insegurança, medos, incertezas com a própria continuidade da espécie humana neste planeta. Uma sensação apocalíptica assombrou parte considerável da população mundial e ainda se manifesta em muitos imaginários individuais e coletivos.

Vivemos tempos de reflexão, de reinvenção dos fazeres e dos pensares. Aos poucos avistamos possibilidades de um recomeço, de uma reconstrução depois de uma pausa forçada nos ritmos e velocidade física dos movimentos. Por outro lado, ganhou força o teletrabalho e, com ele, o ensino à distância. Num país, como o Brasil, com grandes desigualdades sociais, infraestrutura pouco eficiente para transmis-

são de dados via internet e consequente dificuldade de acesso a esses serviços, o ensino remoto se tornou um desafio insuperável.

Como consequência, professores e alunos enfrentaram uma condição impensada para se praticar e receber conteúdos e transformá-los em conhecimento. As pesquisas de campo estiveram suspensas como estratégia de diminuir riscos de transmissão e/ou contaminação. Perdemos entes queridos para a doença. Temos que superar e recuperar muita coisa. Nossa capacidade de resiliência está sendo testada dia a dia. É neste contexto que a Revista GeoPantanal retoma suas publicações.

A fotografia da capa é de autoria do Editor chefe desta Revista, tirada em 20 de abril de 2013, antes de atravessar o limite internacional entre a Bolívia e o Brasil. A fotografia foi concebida após a passagem pelo controle fronteiro boliviano, sobre a ponte do arroio Conceição, cujo talvegue serve de limite entre ambos países. No alto a inscrição “BEM-VINDOS AO BRASIL”.

A escolha dela foi motivada pela predominância da temática fronteira neste número e pela oportunidade de se fazer uma reflexão sobre o anúncio de boas-vindas para o visitante ao adentrar em território nacional. A quem, de fato damos as boas-vindas? Será que o fronteiro que vem do outro lado para cá é igualmente bem-vindo como são os turistas? Talvez o fronteiro que compra ou o que desempenha uma atividade que não compita com a dos locais possa ser, de fato, bem-vindo. Mas, nem todos estão nessa condição. Por isso, a pergunta coloca os dizeres da inscrição numa situação de desconfiança.

Com a pandemia o convite de boas-vindas perdeu o sentido. A “fronteira foi fechada”, como anunciado em diversas ocasiões pela mídia. Na verdade, o fechamento foi da passagem de fronteira. Mais precisamente da via controlada pela segurança nacional, não da fronteira e nem das possibilidades de travessia do limite internacional. O “fechamento da fronteira” teve o mesmo desempenho que a construção dos muros de separação dos territórios nacionais: separam, mas não impedem o contato, a circulação de pessoas e de mercadorias.

Esse triste momento demonstrou a incompreensão que ainda paira sobre a gestão de territórios fronteiros. Fechar a fronteira tem que ser equivalente de cooperação entre os gestores das localidades de fronteira para o enfrentamento conjunto e colaborativo das difi-

culdades que ameaçam suas populações, suas economias. É preciso reconhecer as práticas sociais e otimizar os esforços e possibilidades inerentes a cada território. A vida humana vale mais do que egoísmos nacionalistas.

Fechar a fronteira deve ser traduzido como a união para proteger os fronteiriços dos riscos que vem de fora. O termo fronteiriço faz referência aos moradores de quaisquer dos territórios que compõem a díade dos países limítrofes. Portanto, só é possível fechar a fronteira levando em conta os limites territoriais usados pelas populações das localidades de cada lado que a compõe. Isso é compartilhar decisões e aprimorar os mecanismos de gestão territorial. Mais ainda, é reconhecer que não somos ou estamos sozinhos na fronteira. Somos fronteiriços!

Desejamos uma boa leitura e reflexões na direção de ambientes mais sustentáveis e resilientes.

Edgar Aparecido da Costa

POLÍTICAS PÚBLICAS E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NOS ASSENTAMENTOS E COMUNIDADES RURAIS: ESTUDO DE CASOS NA ÁREA QUE COMPREENDE O DENOMINADO TERRITÓRIO DA CIDADANIA DA REFORMA/MS

Public Policies and Territorial Development in Rural Settlements and Communities: Case Study in the Area that Comprises the So-Called Territory of Citizenship of Reform/MS

Ana Maria Soares de Oliveira*

Resumo: Este artigo propõe uma análise das políticas públicas voltadas para os assentamentos e comunidades rurais situados no âmbito dos territórios rurais estabelecidos pelo Ministério do Desenvolvimento Rural – MDA. As reflexões aqui apresentadas decorrem de pesquisa voltada para o estudo do denominado “Território da Cidadania da Reforma”, em Mato Grosso do Sul, visando compreender como a política territorial no Brasil intervém estrategicamente no meio rural se utilizando de um discurso desenvolvimentista.

Palavras-chave: Territórios rurais, políticas públicas, desenvolvimento territorial, assentamentos, comunidades rurais.

Abstract: This article proposes an analysis of public policies aimed at rural settlements and communities located within rural territories established by the Ministry of Rural Development – MDA. The reflections presented here stem from research focused on the study of the so-called “Reform Citizenship Territory”, in Mato Grosso do Sul, aiming to understand how territorial policy in Brazil strategically intervenes in rural areas using a developmentalist discourse.

Keywords: Rural territories, public policies, territorial development, settlements, rural communities.

Introdução

Para este estudo e análise levamos em consideração o fato de o estado de Mato Grosso do Sul ser palco de constantes disputas territoriais e tensões latentes, envolvendo diferentes sujeitos do processo de produção e reprodução do espaço, tais como latifundiários, capitalistas, camponeses, indígenas e comunidades quilombolas.

Trata-se, pois, de um território com grandes propriedades latifundiárias, forte presença do agronegócio (setor pecuário/cárnico, celulósico, sojicultor, canavieiro, dentre outros), vários assentamentos de Reforma Agrária, territórios quilombolas e, sobretudo terras indígenas marcadas historicamente pela disputa territorial.

É importante considerar também que esse contexto de disputas territo-

* Doutora em Geografia. Professora adjunta do Curso de Geografia da Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul (UEMS) – Unidade de Jardim/MS. E-mail: ageo@uems.br.

riais, decorre do processo de ocupação do território sul-mato-grossense, de apropriação indevida e desordenada de terras públicas e desterritorialização dos povos indígenas, da distribuição de terras para colonização, bem como do conseqüente processo de concentração fundiária no estado.

Ao tratarmos aqui de uma discussão acerca dos territórios rurais, faz-se importante destacarmos inicialmente a nossa compreensão acerca do conceito de território. Assim, partimos da premissa de que o território se trata de uma realidade social definida e delimitada espacialmente por meio de relações de poder, evidenciando por meio dos conflitos de classe, dos enfrentamentos entre os sujeitos dominantes e dominados seu caráter marcadamente político.

Santos (2008), nos remete a pensar o território como o lugar em que desembocam todas as ações da sociedade, sendo também um instrumento de exercício de poder.

Já Raffestin (1993, p. 144), destaca o território como um espaço onde se projeta trabalho, energia e informação, conseqüentemente revelando relações marcadas pelo poder. “[...] É uma produção a partir do espaço, que se inscreve num campo de poder”.

Desse modo, nos questionamos acerca do processo de dominação e de gestão que se efetiva no território. Se considerarmos essa questão sob a perspectiva das estratégias de produção/reprodução e, portanto, de valorização

do capital no espaço, ancoradas nas ações do Estado, no controle social e como as relações se territorializam no espaço não é difícil compreender quem são os agentes dominantes, que controlam e são portadores de ideologias e representações espaciais, capazes de intervir em conformidade com interesses específicos.

Segundo Visú (2013) o discurso do Estado revela que a preocupação do mesmo em ordenar o território visa atender o contexto global. Pauta-se no argumento da historicidade que envolve o espaço e a sociedade, bem como as relações estabelecidas no âmbito da economia mundial. Desse modo, como destaca o autor, o ordenamento territorial nas mãos do Estado se constitui uma “ferramenta para “corrigir”, “direcionar” e “orientar” um modelo de produção de espaços alinhados com as novas tendências de crescimento e de desenvolvimento”. (VISÚ, 2013, p. 47)

No ano de 2003 foi realizado, em Brasília, o evento denominado Bases para uma Proposta de Política Nacional de Ordenamento Territorial – PNOT, o qual foi organizado, à época, pelo Ministério da Integração. O PNOT se constituiu um marco referencial da política territorial do Estado, o qual tomou como base conceitos de território para instituir a política territorial. Esse acontecimento se desdobrou, nesse mesmo ano, na criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT, a qual viabilizou o lançamento do Programa Territórios Rurais, que deu origem ao Programa Territórios da Cidadania (VISÚ, 2013).

Conforme salienta Visú (2013, p.52), esse Programa Territórios Rurais se constituiu a primeira política pública com enfoque territorial implantada até então no Brasil. No início tinha como foco o rural e o local, com ações territoriais exclusivamente de âmbito rural. A partir de 2008, essa política foi ampliada e passou a envolver também o urbano com a criação do Programa Territórios da Cidadania, o qual incorporou o conceito geográfico de território para orientar a política de desenvolvimento de caráter territorial.

Partindo, pois, desses pressupostos, nossa análise tem como foco as políticas públicas criadas e implantadas a partir dos anos 1990, no Brasil, sob o argumento de resolver, por exemplo, questões infraestruturais, de pobreza e geração de renda e, assim promover o desenvolvimento rural. Enfocará de modo mais específico o contexto que favoreceu a criação do Programa Territórios da Cidadania e que originou o “Território da Cidadania da Reforma” em Mato Grosso do Sul.

As políticas territoriais que originaram o Território da Cidadania da Reforma

Cabe salientar que tanto os debates e discussões no âmbito acadêmico, como as ações dos movimentos sociais e do movimento sindical rural, travadas a partir

dos anos 1980, acerca da constituição de um novo eixo de luta no campo, pautado na perspectiva de construção de um “modelo alternativo” de desenvolvimento rural, desembocaram na criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) em 1997, elegendo assim a agricultura familiar como prática orientadora do desenvolvimento rural.

Desse modo, a abordagem territorial acerca das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, a qual surgiu no âmbito acadêmico e foi incorporada pelo discurso governista, ganhou efetividade a partir da segunda metade da década de 1990. Nesse contexto, o enfoque das políticas públicas passou a ser a sustentabilidade. Um conceito que leva em consideração os aspectos “ambientais, históricos, sociais, políticos e econômicos, dentre outros” (FLORES e MACEDO, 1999, p. 43 *apud* BARONE; FERRANTE; ALMEIDA, 2010).

Assim, a decisão do governo à época em propor uma política nacional que apoiasse o desenvolvimento sustentável dos territórios rurais resultou de um processo de acúmulos e de reivindicações de setores públicos e organizações da sociedade civil, que avaliaram como sendo necessária a articulação de políticas nacionais com iniciativas locais e que tivessem uma abordagem inovadora. (GARBIN; SILVA, 2006)

Começaram, então, a ser pensadas alternativas de desenvolvimento voltadas para a melhoria das condições sociais dos grupos que compõem as classes de menor poder aquisitivo, nos quais se incluem os camponeses tradicionais, as comunidades quilombolas, indígenas, extrativistas, ribeirinhas, e os assentamentos rurais. Constitui-se então, em torno desses grupos, o paradigma de discussão sobre a pequena propriedade de base familiar e a necessidade de implantação de políticas públicas que propiciassem desenvolvimento socioeconômico.

A primeira experiência de política pública de adoção do enfoque territorial rural no Brasil pode ser datada em 28 de junho de 1996, mediante o Decreto no 1.946, quando foi criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf). Esse programa tinha como objetivo promover o “desenvolvimento sustentável” dos agricultores familiares, aumentando sua capacidade produtiva, gerando empregos e melhorando sua renda (ORTEGA, 2016, p. 31).

O Pronaf oferecia várias linhas de financiamento destinadas aos agricultores familiares, tais como a linha de crédito direto, a de capacitação, bem como a de Infraestrutura e Serviços, caracterizada, segundo Ortega (2016, p.31), como um primeiro ensaio de política pública territorial rural no país.

Os recursos decorrentes dessa linha de financiamento eram destinados à “implantação, ampliação, modernização, racionalização e realocação de infraestrutura

e serviços” (MIOR, 2005, p. 168), com o intuito de proporcionar maior dinamismo à produção familiar e promover o desenvolvimento rural.

Cabe reforçar nesse sentido, que a linha Infraestrutura e Serviços do Pronaf tinha como objetivo eliminar gargalos impeditivos do desenvolvimento rural nas áreas com predominância da agricultura familiar.

[..] Como exemplos de infraestrutura financiável no âmbito do Pronaf, cita-se: rede principal de energia elétrica, canal principal de irrigação, estradas vicinais, armazém e abatedouro comunitário, habitação rural, unidades didáticas etc. [...] Podem ser financiados serviços de apoio ao desenvolvimento rural prestados por entidades públicas ou privadas que contribuam para o fortalecimento da agricultura familiar, como a assistência técnica e extensão rural, pesquisa agropecuária etc. (BRASIL, 2000, p. 13)

Mesmo com os impasses da ação pública num país que historicamente tem favorecido a agricultura patronal e a consolidação desse modelo, que privilegia a produção agroexportadora em detrimento das pequenas unidades de produção familiar, há que considerar que a criação do Pronaf foi um indicativo de mudança no âmbito das políticas públicas destinadas aos assentamentos rurais e a agricultura camponesa de base familiar.

Cabe reforçar que o contexto de criação do Pronaf estava pautado na reflexão dos movimentos sociais em torno da luta pela terra e pela Reforma Agrária, que o mesmo tinha como proposição criar condições necessárias para melhorar a capacidade produtiva dos camponeses, gerar emprego e incrementar a renda e, assim, propiciar qualidade de vida no campo e ampliar o exercício da cidadania. Todavia, na prática não contemplou todas as famílias camponesas, reproduzindo o caráter desigual e excludente do modelo neoliberal.

Importante considerar nesse debate a hegemonia do modelo agrícola neoliberal personificado no agronegócio, um complexo sistema que envolve a agricultura, a indústria, o mercado de *commodities* e financeiro pautado no uso indiscriminado de agrotóxicos e adubos, que atenta contra a biodiversidade, explora a força de trabalho, concentra a terra e a riqueza e subordina a produção camponesa.

Há que se observar por um lado, que no plano ideológico esse modelo apresenta o discurso de desenvolvimento, pautado em um crescimento econômico que privilegia o próprio sistema capitalista, mas que ao mesmo tempo gera pobreza e reproduz desigualdades no campo.

Por outro lado, tem-se uma proposta de desenvolvimento rural que propõe extinguir a pobreza no campo e resolver a questão do acesso a terra e, consequentemente as tensões relacionadas à questão agrária. Todavia, peca por pautar esse acesso a terra nos fundamentos das políticas de desenvolvimento do Banco

Mundial, propondo uma Reforma Agrária de Mercado, que viabiliza o acesso a terra por meio da compra financiada, reforça a perspectiva mercadológica e, conseqüentemente, a propriedade privada da terra.

Observa-se que a transformação produtiva tem como objetivo a integração do território à dinâmica de mercado, com o intuito de adensar as relações mercantis e, com isto, responder ao desenvolvimento enquanto acumulação do capital através do espaço e do tempo. Para isto, o desenvolvimento institucional categoriza a parcela da sociedade que deve ser responsabilizada pelo desenvolvimento – os agricultores familiares pobres, os quais devem ser incluídos na constituição do mercado. Além disso, o enunciado concentra nos processos econômicos todos os esforços para *modificar as regras formais e informais que reproduzem a exclusão dos pobres*, sem atentar ao fato de que esta exclusão não tem origem somente econômica. Este movimento de transformação produtiva se daria, por sua vez, pelo ordenamento territorial, de forma que a localização das atividades econômicas no território possa resultar no arranjo necessário para a maximização da produção e do consumo (GERALDI, 2012, p. 160).

Nesta perspectiva, o que fundamenta as políticas de desenvolvimento do Banco Mundial é o argumento de propiciar à população pobre o acesso ao mercado, de terra e de produção.

Significa dizer que tais políticas de desenvolvimento rural se pautavam na economização da vida camponesa ao estabelecer mecanismos de integração dos sujeitos ao mercado, como se esta fosse a única solução para os problemas que a população rural vivencia.

Cabe observar que Ortega e Mendonça (2007, p. 107 *apud* Geraldi, 2012, p. 165), defendem essa política governista ao dizer que as políticas de desenvolvimento rural do governo de Fernando Henrique Cardoso tinham como objetivo comum enfrentar a pobreza e a exclusão social “com base em um novo referencial de atuação do Estado no campo social”.

Mediante o exposto, faz-se importante observar que o desenvolvimento rural pressupõe ir além dessas políticas neoliberais focadas no crescimento econômico. É preciso buscar formas alternativas de desenvolvimento numa perspectiva mais ampla, que contemplem não só a dimensão produtiva, mas também cultural e ambiental.

A perspectiva é de um modelo de desenvolvimento que possa absorver, onde e quando for possível, o conhecimento tecnológico sem desconsiderar os valores, os conhecimentos tradicionais e locais, bem como a cultura camponesa, em contraposição ao modelo predatório e excludente do agronegócio que produz *commodities* para exportação, sob o comando do capital transnacional.

Trata-se, pois de defender o desenvolvimento rural em consonância com a bandeira de luta dos movimentos sociais de luta pela terra e pela Reforma Agrá-

ria e da Via Campesina, que vise propiciar a soberania alimentar, a cidadania, os direitos humanos, o respeito ao meio ambiente e a diversidade.

Cabe observar, no entanto, que, em se tratando especificamente dos assentamentos rurais, muito se discutiu em termos de descentralização das experiências de assentamentos, pois o intuito era minimizar os encargos do governo federal, e atribuir às prefeituras o papel de desenvolver ações institucionais nos Projetos de Assentamentos (PAs).

Assim, as propostas do governo federal e as políticas interinstitucionais para contemplar as esferas locais (municipal e microrregional) se constituíram nessa perspectiva desenvolvimentista, tendo como base o território, a exemplo das linhas de investimento do Pronaf e das parcerias gestadas, as quais passaram a dar importância à base local para o desenvolvimento dos projetos de Assentamentos (BARONE; FERRANTE; ALMEIDA, 2010).

Segundo Geraldi (2012, p. 166), a partir dessa proposta de descentralização, a territorialização das políticas de desenvolvimento rural no âmbito da municipalização e, portanto, da escala local, provocou uma competição entre os municípios na busca por recursos públicos e privados.

Dentre os programas dessa natureza podemos citar como exemplo, os Consórcios Intermunicipais de Segurança Alimentar e Desenvolvimento Local (Consads), criados no âmbito do Programa Fome Zero. Cujo enfoque territorial foi enaltecido como uma alternativa para o desenvolvimento de municípios com predominância da agricultura familiar.

Todavia, ao citar Melo (1996, p. 15), Geraldi (2012) faz uma crítica a essa proposta de descentralização, salientando que a mesma em vez de promover a democracia e as identidades territoriais, acabou convertendo as questões relacionadas à desigualdade e a concentração de renda em barreiras ao próprio desenvolvimento.

É importante salientar, no entanto, que a definição de uma política especificamente destinada à intervenção e a concepção de território rural teve início em 2003, quando foi criada a Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do MDA e se efetivou em 2008, com a criação do Programa Territórios da Cidadania.

No que tange aos Territórios Rurais criados no âmbito da Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, cabe destacar que, quando o Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (PRONAT) foi lançado em 2003 contabilizava quarenta territórios aprovados em vinte estados. A pesar da meta estabelecida até 2007 ser de 190 territórios,

em 2012 haviam 164 territórios incluídos no sistema de informações territoriais da SDT (GERALDI, 2012).

Segundo Geraldi (2012, p. 172) apesar de esses territórios possuírem apenas 28,81% da população brasileira, representavam “55,17% da população rural do país, 58,45% dos agricultores familiares e 73,27% das famílias assentadas pela reforma agrária ocupando 58,49% do território brasileiro”, atendendo assim aos critérios de definição pelo programa para a constituição dos territórios rurais.

Para ter acesso aos recursos do Pronaf dentro dessa linha de ação, os municípios tinham que elaborar um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural – PMDR, bem como constituir um Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (CMDRS), cuja composição requeria, pelo menos, 50% de representantes daquele segmento social.

Segundo Ortega (2016), os recursos para o financiamento dessas ações estariam disponíveis para aqueles municípios selecionados pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável a partir da análise de um Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS), o qual deveria ser aprovado pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Rural.

Ao Conselho caberia a realização de um diagnóstico da realidade municipal, bem como a elaboração, a aprovação e a gestão do Plano Municipal de Desenvolvimento Rural Sustentável (PMDRS).

Por meio desses Conselhos de Desenvolvimento Rural (CMDR) promovia-se uma atuação participativa, envolvendo camponeses assentados da reforma agrária e suas organizações, para formular políticas que conduzissem à construção de um projeto de desenvolvimento rural.

Nesse contexto foi criado o Programa Território da Cidadania da Reforma pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário, com o propósito de dinamizar a agricultura familiar e universalizar programas básicos de cidadania.

O Programa Territórios da Cidadania

É importante observar que em 2007, o cenário de pobreza no Brasil correspondia a 30% da pobreza latino-americana, com aproximadamente 58 milhões de pessoas inseridas nesta condição. Grande parte desse contingente populacional residia em áreas rurais, e as políticas públicas implantadas pelos governos de enfrentamento à pobreza não davam conta de melhorar este cenário.

A persistência da pobreza rural somada à desigualdade social e regional, no Brasil, estimulou o debate sobre o desenvolvimento rural, bem como acerca do

desenvolvimento territorial, o inserido numa discussão mais ampla em torno do desenvolvimento econômico e da sustentabilidade (MIRANDA; TIBURCIO, 2013).

Assim, cabe reforçar que o conceito de território passou a ser utilizado pelo governo federal para criar políticas públicas direcionadas ao desenvolvimento territorial para o campo, as quais visavam propiciar a articulação entre os sujeitos sociais inseridos nesse espaço.

Geraldi (2012, p.176), ao citar Hadjimichalis (2008), observa que a centralidade do conceito de território nas políticas públicas atuais, caracteriza a redução de espaço a território, e confunde enraizamento social com relações sociais delimitadas localmente. Destaca ainda que no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável ficou subentendido que a perspectiva de dividir o território nacional em vários territórios visava garantir a territorialização do Estado para facilitar o controle dos bens públicos, da economia, da institucionalidade e da democracia. Para isto fazia uso do discurso de desenvolvimento e de integralização como política para estabelecer um conceito de território em que tudo cabe.

Já os autores Marini; Druciaki; Gazolla; Silva (2020, p. 2620) salientam que os dispositivos que o Estado adota para promover o desenvolvimento nem sempre contemplam a totalidade dos sujeitos. O que significa dizer que este exclui parcela da sociedade de um determinado território que apresenta melhor qualidade de vida e dinamismo econômico. Sendo, pois, o Estado paradoxalmente responsável pelas disparidades sociais e econômicas, o mesmo cria políticas públicas para atenuar os problemas sociais.

A legislação que criou o Programa Territórios da Cidadania – PTC estabelece no parágrafo 2º, que os municípios que compõem os Territórios da Cidadania formam um agrupamento com base em critérios sociais, culturais, geográficos e econômicos, reconhecidos pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidades que ampliam as possibilidades de coesão social e territorial (BRASIL, 2008 *apud* MARINI; DRUCIAKI; GAZOLLA; SILVA, 2020, p. 2620).

Mas o que são os Territórios da Cidadania de fato? Segundo Coniello (2016, p.310), os mesmos constituem um conjunto de municípios, os quais foram unidos levando em consideração o perfil econômico e ambiental dos mesmos, bem como uma coesão social e cultural que possibilitam uma identidade comum. (CONIELLO, 2016, p.310)

Coniello (2016, p.309) salienta que o governo federal criou o Programa Territórios da Cidadania no sentido de superar o “caráter setorial” das políticas públicas para a agricultura familiar (Brasil, 2003, p. 18), e dar um “enfoque territorial” para

a implantação dessa política pública e, desse modo, superar a centralização das políticas territoriais no âmbito dos municípios.

O autor supracitado analisa positivamente a criação de políticas públicas do Estado brasileiro, especialmente as que foram implantadas durante o governo Lula. Ressalta que tanto o Plano Safra da Agricultura Familiar como o Programa Territórios da Cidadania, foram políticas implantadas tendo como meta primordial o combate à fome, à pobreza e à miséria, atribuindo aos camponeses um papel central, como produtores de alimentos e como beneficiários prioritários dessas políticas públicas.

[...] a agricultura familiar teve um papel decisivo nesse processo de desenvolvimento econômico que levou à ampliação do mercado interno, ao revigoramento do setor produtivo, a uma ascensão social extraordinária e, em decorrência disso tudo, à inclusão social de milhões de brasileiros, à sensível melhoria da qualidade de vida da população e, conseqüentemente, à dinamização sustentável da economia (CONIELLO, 2016, p.307).

Apesar dos dados de 2001 a 2011, relacionados a condição de vulnerabilidade socioeconômica da população rural no Brasil, a renda nas áreas rurais pobres cresceu 85,5%, em relação a 40,5% nas metrópoles e 57,5% nas demais cidades (NERI; SOUZA, 2012, p. 7; 21 *apud* CONIELLO, 2016, p. 308).

Como já destacado anteriormente, o Programa Territórios da Cidadania (PTC) foi implantado com o objetivo de contribuir para a ampliação das políticas básicas de inserção social por meio da estratégia de criação dos territórios. Assim, em 2008 o governo federal implantou um total de 60 unidades. Em 2009 este número dobrou, passando a constituir 120 territórios.

Esses 120 Territórios da Cidadania, implantados abrangeram um total de 1.852 municípios, os quais abrigaram 46% da população rural brasileira, o equivalente a 13 milhões de pessoas. Em termos de sujeitos sociais contemplados com o programa, dados divulgados pelo MDA revelam que em 2011 o programa beneficiava cerca de dois milhões de agricultores familiares (46%), 525 mil famílias de assentados da reforma agrária (67%), 210 mil pescadores (54%), 810 comunidades quilombolas (66%) e 317 terras indígenas (52%). (CONIELLO, 2016, p. 310).

Todas as regiões brasileiras foram beneficiadas com a criação de Territórios da Cidadania, sendo que o Nordeste foi a região com maior quantidade de territórios, possuindo cinquenta e seis territórios (47% do total), seguido da região Norte com vinte e sete (23%), o Sudeste com quinze (13%), o Centro-Oeste com doze (10%) e o Sul com dez (8%).

Em relação aos recursos disponibilizados para este programa, Coniello (2016, p. 310) destaca que entre 2003 e 2015, foram financiados 8.149 projetos de investi-

mento em infraestruturas produtivas, empregando um total de R\$ 2,327 bilhões em recursos do governo federal.

Do ponto de vista organizativo cada território foi constituído por uma instância deliberativa composta por representantes da sociedade civil (associações, sindicatos, ONGs, cooperativas, etc.) e dos governos federal, estadual e municipal. Esse conselho ficava responsável pela discussão sobre a aplicação dos recursos disponibilizados pelo governo federal para o programa, por meio de projetos previstos no Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável (PTDRS) e aprovado em plenária (CONIELLO, 2016, 310).

Nesse mesmo sentido cabe reforçar que:

No desenho do Programa estão previstas instâncias territoriais e de articulação inter federativa; um nível local, os Colegiados; um nível estadual, o Comitê de Articulação Estadual (CAE); e um nível nacional, o Comitê Gestor Nacional. O CAE congrega gestores municipais, estaduais e federais, por Estado, para monitorar e identificar os gargalos e soluções das políticas públicas em curso nos territórios (BUTTO; BEMERGUY, 2014 *apud* MARINI; DRUCIANKI; GAZOLLA; SILVA, 2020, p. 2621).

Importante destacar também que para a criação dos Territórios da Cidadania foram estabelecidos vários critérios. Dentre esses se destacam a densidade populacional média dos municípios a serem incluídos, a qual deveria estar abaixo de 80 habitantes por quilômetro quadrado, bem como a população média municipal de até 50 mil habitantes. O fato de já se encontrar incorporado ao Programa Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, foi usado como um dos critérios para incluir territórios ao PTC.

Além disso, vários indicadores sociais foram considerados como critérios, tais como: baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) territorial; alta concentração de famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; maior concentração de agricultores familiares vinculados ou não ao programa de reforma agrária, bem como de populações tradicionais, quilombolas e indígenas; economia pouco dinâmica; convergência com outros programas de governo; concentração de municípios com baixo Índice de Desenvolvimento de Educação Básica/IDEB, dentre outros. (BRASIL, 2008 *apud* RESENDE; SANTOS; SOUZA, 2019, p. 40).

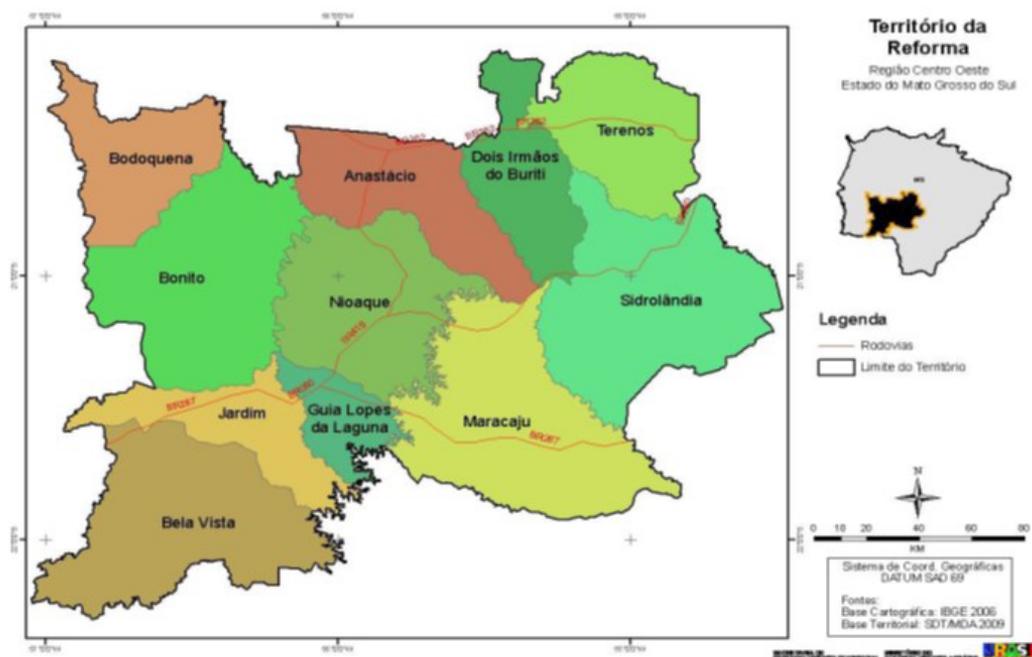
A implantação do PTC propiciou avanços quanto à mobilização dos sujeitos envolvidos, à ampliação das iniciativas e a agregação de novas estruturas de governança. Mas Coniello (2016) ressalta, citando Berdegú e Favareto, (2020), que o plano apresentou dificuldade de entendimento em longo prazo, além de baixa diversificação produtiva dos territórios.

Os Territórios da Cidadania em Mato Grosso do Sul

De acordo com o Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território Rural Da Reforma, realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (2005), o Território da Reforma em Mato Grosso do Sul foi implantado numa área correspondente à 2.057.934 hectares, o que equivale a 6,7% da área total do estado (Figura 1).

Conforme demonstrado na Figura 1, o Território da Cidadania da Reforma-MS, objeto do estudo que originou este artigo, é formado pelos municípios de Anastácio, Bela Vista, Bonito, Dois Irmãos do Buriti, Guia Lopes da Laguna, Jardim, Maracaju, Nioaque, Terenos, Bodoquena e Sidrolândia, que juntos configuram uma área de 38.498,00 Km².

Figura 1 – Composição e Localização do Território da Cidadania da Reforma.



Fonte: CAMEPÃO; QUEIROZ; RAMOS, 2012.

No item anterior nos referimos aos critérios utilizados para a criação dos Territórios da Cidadania e, em Mato Grosso do Sul não foi diferente. O Estudo Propositivo considerou para a criação do “Território da Reforma” o índice de Desenvolvimento Humano (IDH) dos municípios componentes do território. Na ocasião, o IDH do Território da Reforma era de 0,736, abaixo do IDH do estado de Mato Grosso do Sul, o qual correspondia a 0,778.

O Estudo apontava à época que dos três indicadores utilizados para compor o IDH, a renda era o indicador que apresentava os menores valores conduzindo para baixo o IDH do território. Entre os municípios que compunham o território, Dois Irmãos do Buriti era o que apresentava os menores índices.

Nesse sentido, conforme Visú e Souza (2020, p. 196), tanto no caso do PRO-NAT como do PTC, a delimitação dos territórios ocorreu por meio do agrupamento de municípios com a presença de agricultores familiares, comunidades indígenas, quilombolas e de pescadores. Somado a esses critérios considerou também características culturais e o IDH desses municípios.

Dados do IBGE, levantados em 2000, revelavam que dos 32.177 domicílios existentes no Território da Cidadania da Reforma naquele período, 29,0% encontravam-se em situação de pobreza, portanto acima do índice estadual que era de 21,8%. Dentre os municípios que constituíam o território, Guia Lopes da Laguna foi o que apresentou o maior índice de pobreza, 38,5%.

Outro aspecto levado em consideração refere-se à estrutura fundiária existente no território. Conforme dados apontados pelo Estudo Propositivo para Dinamização Econômica do Território Rural Da Reforma, realizado pelo Ministério de Desenvolvimento Agrário e Secretaria de Desenvolvimento Territorial – SDT (2005, p. 33) 83,34% da área do território era ocupada por propriedades acima de 500 hectares, 14,22% por propriedades acima de 50 a 500 hectares e, apenas 2,44% por propriedades de até 50 hectares.

Além da predominância da pecuária e das lavouras temporárias, nas últimas duas décadas vários projetos de assentamentos da reforma agrária, foram implantados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), nos municípios componentes do território. Em função disso o mesmo recebeu a denominação de “Território da Reforma”.

O território possui uma população de 212.294 habitantes, sendo que desse total, 56.429 (26,58%) vivem na área rural. Possui ainda 8.505 agricultores familiares, 9.019 famílias assentadas, 05 comunidades quilombolas e 06 terras indígenas.

É expressiva a presença de agricultores familiares tradicionais no território. Todavia com a implantação de projetos de assentamentos, seja do INCRA ou do governo do estado, nos municípios do território, a partir das décadas de 1980, 1990 e 2000, o número de assentamentos aumentou. Os municípios de Nioaque e Sídrolândia são os que apresentam maior concentração de assentamentos no âmbito do Território da Reforma, sendo que o município de Nioaque concentra ainda, juntamente com o município de Maracaju o maior percentual de famílias assentadas da região, 63,27%.

O Estudo Propositivo (2005, p. 44) revela ainda que existem no Território da Reforma 5.184 indígenas distribuídos em 1.153 aldeias. Dentre estas aldeias há aquelas cuja população pratica a agricultura de autoconsumo e possui relativa segurança alimentar, enquanto outras não conseguem atender as necessidades básicas, demandando políticas assistenciais para garantir a sobrevivência.

Quanto aos remanescentes de quilombos, foram detectadas pelo mesmo estudo citado três (03) comunidades no Território da Reforma, nas quais vivem 38 famílias.

Importante observar que nesse universo se insere um misto de exclusão, de expropriação e de pobreza vivenciada por inúmeras famílias, de dificuldade de acesso a crédito, de ausência de assistência técnica e terras de qualidade para produzir, bem como de políticas que garantam a permanência na terra em condições dignas de homens e mulheres, trabalhadores e trabalhadoras.

Uma análise acerca das políticas territoriais rurais...a quem beneficiam?

Segundo Giraldi (2012, p. 158), o governo brasileiro traduziu os cânones do Desenvolvimento Territorial Rural (DTR) durante o governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e o governo Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2010), ao mesmo tempo em que se valeu de agentes transnacionais para definir as políticas de desenvolvimento rural.

Ao analisar numa perspectiva crítica, vemos que o propósito de concentrar políticas públicas rurais na agricultura familiar, estava aparado na política de combate à pobreza rural defendida pelo Banco Mundial, a qual fora assumida pelo governo de Fernando Henrique Cardoso em seu primeiro mandato. Todavia, pautou-se em promover uma agricultura familiar integrada ao mercado e subordinada à grande produção capitalista. Ou seja, concebeu a agricultura familiar numa perspectiva economicista que substanciou as políticas públicas para o meio rural, como foi o caso do Pronaf (MONTENEGRO GOMEZ, 2006, p. 63; 67).

De acordo com Montenegro Gomez (2006, p.73 *apud* GERALDI, 2012, p. 166) essa intervenção estatal pautada na proposta de desenvolvimento rural visava, na verdade conter as tensões latentes no âmbito agrário e assim “proteger” e favorecer o capital pautando-se na:

[...] diversificação produtiva, pluriatividade, transformação do pequeno produtor em empresário rural, capacitando-o para contribuir melhor com a acumulação do capital, implementação de políticas de desenvolvimento baseadas em mecanismos de mercado, busca de consensos entre classes sociais, participação popular e substituição de enfoques setoriais por outros territoriais.

Nesta mesma perspectiva de análise, mas com outras palavras, Giraldi (2012, p. 159) afirma que essas políticas de desenvolvimento rural, buscavam consolidar a economização da vida, ao estabelecerem mecanismos de integração dos indivíduos ao mercado, como se esta fosse a única solução para os problemas sociais.

Para Kageyama (2004) o desenvolvimento rural deve contemplar tanto os aspectos econômicos como os sociais, de modo a possibilitar a diversificação de atividades geradoras de renda (pluriatividade), e assim garantir a permanência das famílias camponesas na área rural.

Já Abramoway (2000) salienta que o desenvolvimento rural deve ocorrer na perspectiva de fortalecer o capital social existente nos territórios rurais, o que vai além do crescimento econômico de uma atividade. Assim, é preciso criar as condições necessárias para que as famílias que vivem no meio rural sejam protagonistas da construção de suas territorialidades.

As lutas dos movimentos sociais no campo fizeram com que a defesa do acesso a terra passasse a ter uma dimensão mais ampla, incorporando direitos mais abrangentes, que vão além da conquista da terra. Assim, questões como permanência na terra, geração de emprego e renda, sustentabilidade, gênero, soberania alimentar e cidadania foram integradas aos debates.

Desse modo, entendemos que tanto as lutas camponesas pelo acesso e permanência na terra, como as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento territorial das famílias que vivem e trabalham no meio rural devem abarcar essa dimensão mais ampla.

Faz-se importante olhar para a realidade atual dos municípios que compuseram o Território da Cidadania da Reforma (Figura 1) e nos perguntar se o PTC, criado como política pública trouxe alguma melhoria para as comunidades inseridas neste território.

Todavia, é necessário salientar que as ações dos municípios componentes do território foram pontuais e pouco efetivas quanto a propiciar melhoria das condições de vida das comunidades rurais. No início da criação do território foram adquiridos equipamentos, tais como tratores e máquinas agrícolas para atender as famílias assentadas.

Embora o propósito deste artigo seja efetuar uma reflexão teórica das políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural, dentre as quais se destaca o Território Da Reforma, e não adentrar os estudos de casos efetuados nos assentamentos localizados no mesmo cabe observar que nas visitas realizadas em assentamentos rurais durante orientações de Trabalhos de Conclusão de Curso (a

exemplo do assentamento Guardinha/Jardim; assentamento Recanto do Rio Miranda e assentamento Rio Feio/Guia Lopes da Laguna, dentre outros), as famílias alegavam que o acesso a essas máquinas era difícil, pois para usá-las os mesmos tinham que efetuar agendamento prévio e cronograma de atendimento, o que por diversas vezes inviabilizava o preparo do solo e o plantio em decorrência do tempo de espera e atendimento tardio da demanda dos assentados.

Em linhas gerais, as dificuldades relatadas eram comuns em todos os assentamentos: falta de acesso ao crédito para investir na agricultura familiar e criação de animais; falta de assistência técnica para orientar no trato do solo e nas atividades realizadas; ausência do Estado no que tange às políticas públicas para a geração de renda; descaso do poder público municipal quanto à disponibilização de máquinas/tratores para o trabalho na terra, bem como em relação à melhoria de estradas para a circulação da população rural e escoamento da produção, dentre outros fatores.

Quando nos debruçamos sobre os dados do IBGE para os municípios do território, observamos que o IDH dos mesmos continua abaixo da média do estado, sendo que os municípios de Terenos (0,658), Nioaque (0,639) e Dois Irmãos do Buriti (0,639) apresentam respectivamente, os menores índices. De acordo com os dados apresentados pelo IBGE Cidades (2019), esses três municípios também apresentam renda per capita baixa, destacando-se no ranking estadual.

Os dados do IBGE (2019) revelam ainda que no município de Terenos 40,7% da população apresenta rendimentos mensais de até meio salário mínimo, o que o coloca na 11ª posição no ranking do estado, em termos de renda per capita. Já no município de Nioaque 43,1% da população recebe rendimentos mensais de até meio salário mínimo por pessoa, colocando o município na 7ª posição no ranking, enquanto em Dois Irmãos do Buriti 46,6% da população ganha até meio salário mínimo por pessoa, ficando o mesmo na 2ª posição dentre os setenta e nove municípios do estado. Vê-se, pois, que estes municípios do estado apresentam menor IDH e maiores índices de pobreza em relação aos demais municípios do Território da Cidadania da Reforma.

Considerações finais

Discutimos até aqui que o desenvolvimento rural não deve se pautar somente na perspectiva do crescimento econômico, mas verificamos a partir das pesquisas que a ausência de políticas efetivas, impacta economicamente as famílias que vivem nas comunidades rurais e, conseqüentemente do ponto de vista social, cultural e organizativo.

Ao invés de nos depararmos com o desenvolvimento rural, o que verificamos é um processo crescente de expansão territorial da agricultura capitalista, cooptando cada vez mais as terras e o trabalho das famílias que vivem nessas comunidades rurais, para o monocultivo de soja e milho. Além do abandono de muitos lotes e/ou a comercialização irregular dos mesmos por motivos particulares, mas também por desestímulo decorrente da ausência de políticas públicas para a geração de renda, a soberania alimentar e, conseqüentemente a permanência das famílias no meio rural. O que faz cair por terra o discurso de desenvolvimento territorial rural de modo a beneficiar essas famílias de forma mais ampla.

O agronegócio se expande no estado de Mato Grosso do Sul e, de modo particular, nos municípios que compõem o Território da Reforma, a exemplo de Maracaju e Sidrolândia, que são grandes produtores de soja e milho. Nesse contexto, o desenvolvimento que observamos está pautado no crescimento econômico desencadeado pela expansão do agronegócio, em detrimento dos pequenos agricultores familiares e comunidades rurais, acirrando as desigualdades e as tensões sociais no campo.

Em síntese, diríamos que não tem havido linearidade nas ações propostas por essas políticas que objetivavam o desenvolvimento dos territórios e populações rurais, houve inclusive a interrupção de ações e propostas. Assim, não verificamos no atual contexto ações e/ou discussões no âmbito do Estado, especialmente na instância municipal, acerca do Território da Cidadania da Reforma. Fato que pode estar relacionado também às mudanças de governos e suas respectivas instâncias de poder desde a criação do Programa Territórios da Cidadania.

Referências

- ABRAMOVAY, R. O capital social dos territórios: repensando o desenvolvimento rural. **Economia Aplicada**, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 379-397, abr./jun. 2000.
- BALSALOBRE, C. M.; BARBOSA, F. R.; SONAGLIO, C. M. Análise da pobreza multidimensional em Mato Grosso do Sul o índice de pobreza humana municipal. In: ENCONTRO NACIONAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E REGIONAL - ENANPUR, 18., 2019, Natal. **Anais** [...]. Natal/RN: UFRN, 2019.
- BRASIL. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008** que institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Dnn/Dnn11503.htm. Acesso em: 17 abr. 2022.
- BRASIL. **Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996**. Cria o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/112235/decreto-1946-96>. Acesso em: 09 maio 2022.
- BRASIL. **Decreto 3.200, de 06 de outubro de 1999**. Dispõe sobre o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural - CNDR e sobre o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura

Familiar - PRONAF, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3200.htm. Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto de 25 de fevereiro de 2008**. Institui o Programa Territórios da Cidadania e dá outras providências. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2022.

BRASIL. Casa Civil da Presidência da República. **Decreto de 23 de março de 2009**. Dá nova redação aos arts. 1o, 3o e 6o do Decreto de 25 de fevereiro de 2008, que institui o Programa Territórios da Cidadania, e dá outras providências. Disponível em: <http://www.territoriosdacidadania.gov.br>. Acesso em: 09 maio 2022.

CAMEPÃO, P.; QUEIROZ, A.; RAMOS, V. **Relatório analítico Território da Reforma**. Célula de Acompanhamento e Informação. UFMS/CNPQ/SDT/MDA, 2012.

CONIELLO, M. Identidade e qualidade de vida nos Territórios da Cidadania. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 18, n. 43, p. 300-334, set/dez 2016.

DÁVALO, B. A. **Caracterização da pobreza no estado de Mato Grosso do Sul**. 2016. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2016.

ESTUDO Propositivo para Dinamização Econômica do Território Rural Da Reforma. Ministério do Desenvolvimento Agrário-MDA/Secretaria de Desenvolvimento Territorial-SDT, 2005. Disponível em: sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ep/ep_territorio012.pdf Acesso em 03 de abril de 2021.

FERRANTE, V. L. S. B.; BARONE, L. A.; ALMEIDA, L. M.M.C. Controvérsias do Desenvolvimento dos Assentamentos Rurais em São Paulo: produção para os biocombustíveis e as alternativas de programas municipais. **Interações**, Campo Grande, v. 11, n. 1 p. 9-21, jan./jun. 2010.

GARBIN, V. H.; SILVA, M. J. Território Rural da Reforma – MS. In: **Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável**. FCR/MDA, novembro de 2006.

GERALDI, J. Análise conceitual da política de territórios rurais: o desenvolvimento territorial rural no Brasil. **Revista planejamento e políticas públicas**, n. 39, p. 155-185, jul./dez. 2012.

HAESBHERT, R. **O mito da desterritorialização: Do “fim dos territórios” à multiterritorialidade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

IBGE. **Cidades**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ms> Acesso em: 10 maio 2022.

KAGEYAMA, A. Desenvolvimento rural: conceito e medida. **Cadernos de Ciência & Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

MARINI, M. J.; DRUCIAKI, F. P.; GAZOLLA, M.; SILVA, C. L. Desenvolvimento territorial: Uma análise sobre os recursos do Programa Territórios da Cidadania. **Redes**, Santa Cruz Sul, v. 25, Ed. Especial 2, p. 2616 - 2639, 2020.

MIOR, L. C. **Agricultores familiares, agroindústrias e redes de desenvolvimento rural**. Chapecó: ARGOS ed. Universitária, 2005.

MIRANDA, C.; TIBURCIO, B. (Organizadores.) **Políticas de desenvolvimento territorial e enfrentamento da pobreza rural no Brasil**. Brasília: IICA, 2013 (Série Desenvolvimento Rural Sustentável; v.19).

MONTENEGRO GOMEZ, J. Questão Agrária e Desenvolvimento Rural: O Controle social do Estado no meio rural. In: THOMAZ JUNIOR, A. (Org.). **Geografia e trabalho no século XXI**. Projeto. Presidente Prudente: Editora Centelha - Ceget/ FCT/Unesp, 2004. p. 41-69.

MONTENEGRO GOMEZ, J. **Desenvolvimento em (des)construção: Narrativas Escalares Sobre Desenvolvimento Territorial Rural**. 2004. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia de Presidente Prudente, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2004.

ORTEGA, A. C. As políticas territoriais rurais no Brasil: as ações do governo federal. In: ORTEGA, A. C.; PIRES, M. J. S. (Orgs.). **As políticas territoriais rurais e a articulação governo federal e estadual um estudo de caso da Bahia**. Brasília: Ipea, 2016.

PLANO Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável. FCR/MDA, novembro de 2006. Disponível em: sit.mda.gov.br/biblioteca_virtual/ptdrs/ptdrs_territorio037.pdf. Acesso em: 03 abr. 2022.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do Poder**. Tradução de Maria Cecília França. São Paulo: Ática, 1993.

RESENDE, T. C.; SANTOS, L. F.; SOUZA, W. J. Programa territórios da cidadania: revisão sistemática dos estudos no Brasil. **Controle social e desenvolvimento territorial**, v. 5, n. 6, jul/dez 2019.

SCHNEIDER, S. A abordagem territorial de desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Sociologias**, Porto Alegre, Ano 6, n. 11, p. 88-125, 2004.

SOUZA, M. J. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: CASTRO, I. E. *et al.* **Geografia: conceitos e temas**. 11. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. p. 77-116.

VISÚ, G. **O programa territórios da cidadania na região Cone Sul (MS): diretrizes, instrumentos e repercussões espaciais**. 2013. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados/MS, 2013.

VISÚ, G. C.; SOUZA, A. O. Abordagem territorial de desenvolvimento no território da Cidadania da Grande Dourados: aspectos da organização e desenvolvimento de agricultores familiares. **Revista de Economia Regional, Urbana e do Trabalho**, Rio de Janeiro, v. 7, n. 2, p.191-205, mai./ago. 2020.

UM PANTANAL DE MARIAS E MARRUÁS

Un Pantanal de Marías y Marruás

The Pantanal of Marias and Marruas

Mara Aline Ribeiro*
Icléia Albuquerque de Vargas**

Resumo: A construção econômica, social e territorial do Pantanal tem na figura da mulher a representação da força e resistência do viver fronteiriço. Mesmo ocupando o papel de coadjuvante na história regional, sempre recolhida ou colocada à sombra dos homens, desde o início da ocupação por não-indígenas, a mulher protagoniza a produção do Pantanal. O objetivo do artigo é proporcionar visibilidade à mulher pantaneira como protagonista da vida no Pantanal. O texto conta com levantamento de memórias, entrevistas e relatos de mulheres. A análise está referenciada em preceitos da antropologia, da história e da geografia.

Palavras-chave: Mulher, Pantanal Sul, Protagonismo Feminino.

Resumen: La construcción económica, social y territorial del Pantanal tiene en la mujer la representación de la fuerza y resistencia en la frontera. Aunque ocupando un papel secundario en la historia, siempre retraída o colocada a la sombra de los hombres, desde el inicio de la ocupación por personas no indígenas, las mujeres protagonizan la producción del Pantanal. El objetivo del artículo es dar visibilidad a la mujer como protagonista de la vida en el Pantanal. El texto tiene retrospectivas de memorias, entrevistas y relatos de mujeres. El análisis se basa en la antropología, la historia y la geografía.

Palabras clave: Mujer, Pantanal Sur, Protagonismo Femenino.

Introdução

Viver no Pantanal, independentemente da exuberância do lugar, significa mergulhar cotidianamente em uma paisagem aclamada por singularidades, mas também acompanhar-se da hostilidade de um ambiente pleno de surpresas que assombram a cada ciclo de cheias e vazantes. Representa vivenciar as ameaças dos grandes felinos, como, por exemplo, a temida onça pintada, ou das serpentes diversas que sempre impõem precaução. É também viver sob o risco das inundações, ou das queimadas que tudo consomem quando avançam aceleradamente pela planície pantaneira. Dores físicas provocadas pelos pesados fazeres cotidianos, temperadas com alguma dor de alma, como a melancolia da solidão, da saudade daqueles que permaneceram na distante cidade, podem se compor (e recompor) quando os sentidos mergulham na profusão de cores e sons da alvorada ou do entardecer que invadem aquele mundo exótico.

* Doutora em Geografia, docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: mara-aline.ribeiro@ufms.br.

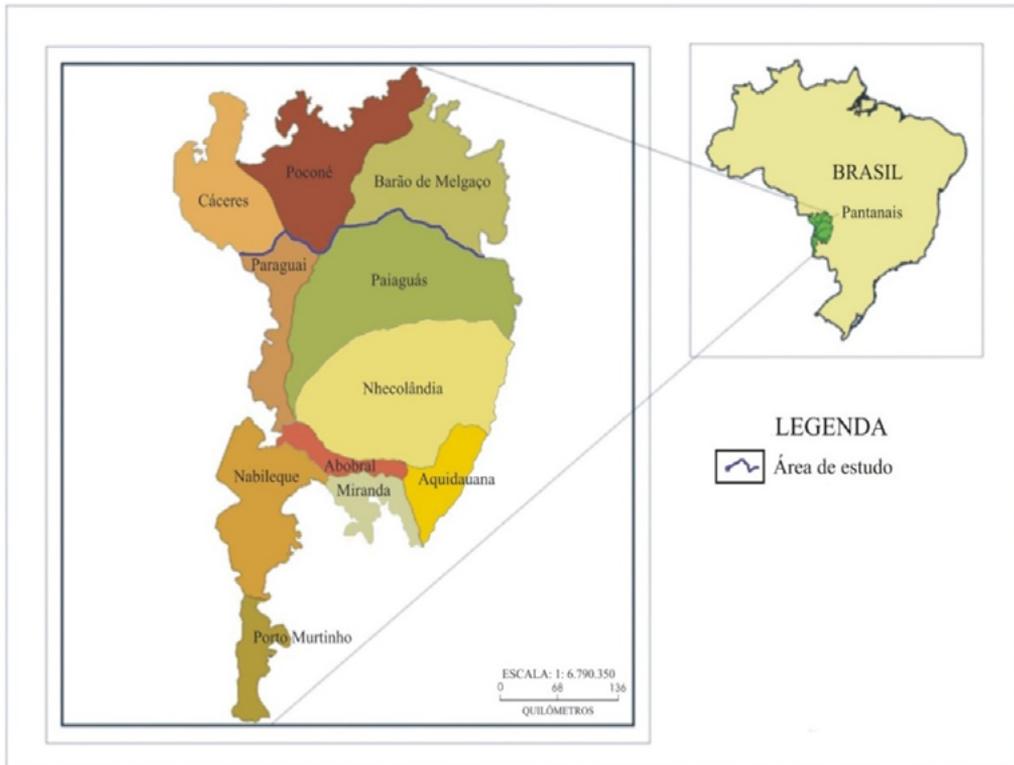
** Doutora em Geografia, docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS. E-mail: icleiavargas12@gmail.com.

Abstract: The economic, social, and territorial construction of the Pantanal has in the woman the representation of strength and resistance in the border. Even though they have played a supporting role in history, always withdrawn or placed in the shadow of men, since the beginning of the occupation by non-indigenous people, women have played a leading role in the Pantanal. The objective of this article is to give visibility to these women as the protagonists of life. The text has survey of memories, interviews, and women's accounts. The analysis is referenced in the anthropology, history, and geography.

Keywords: Woman, South Pantanal, Female Protagonism.

Entre as tarefas domésticas que envolvem os cuidados e gestão do lar e da família, assim como a lida cotidiana com os animais, as plantações, as coletas dos bens que a natureza dispõe, convivendo com as intempéries próprias do lugar, a mulher pantaneira apresenta-se como símbolo de força e resistência. Seja a ribeirinha ou a pecuarista, de diversas origens, raças e cores, todas precisam ser a representação máxima do feminino para desbravar os ambientes que compõem o bioma Pantanal, pelos 150 mil quilômetros quadrados (IBGE, 2020) da porção brasileira.

Neste texto cabe um estudo sobre a presença/ausência da mulher no Pantanal Sul (porção localizada em Mato Grosso do Sul), região que tradicionalmente vem sendo apresentada como ambiente desafiador, palco de aventuras, geralmente inóspito para os seres pouco dotados de coragem e espírito aguerrido. A Figura 01, apresenta a porção sul da área estudada juntamente com as sub-regiões.

Figura 01 - O Pantanal Sul e as sub-regiões internas.

Fonte: Araújo (2009).

No cenário pantaneiro a mulher é praticamente invisível, ou ausente. Então, esta reflexão tem o propósito de fomentar a emersão do tema relativo à presença feminina no Pantanal. De certa forma, sentimo-nos inspiradas em Souza Santos (2002), quando defende uma sociologia das ausências para expandir o presente, de forma a possibilitar a emergência do objeto empírico, mesmo que este seja considerado impossível à luz das ciências sociais convencionais. O interesse da vertente defendida pelo importante sociólogo seria transformar objetos impossíveis em possíveis, ausências em presenças. Assim, foi possível estabelecer como objetivo deste artigo, proporcionar visibilidade à mulher pantaneira como protagonista da vida no Pantanal.

Nesse contexto, a metodologia parte da experiência enquanto observadoras participantes que há décadas transitam por essas planuras com o propósito de conhecer suas gentes, territórios e paisagens, desenvolvendo pesquisas acadêmicas ou simplesmente fruindo dos múltiplos e atraentes ambientes. A pesquisa contou com treze entrevistas semiestruturadas, realizadas presencialmente e *on line*¹ entre

¹ A realização de entrevistas *online* se deve ao fato de que no ano de 2020 a Organização Mundial da Saúde – OMS, decretou estado de pandemia diante do avanço da covid-19. Dentre as medidas de

os anos de 2018 e 2021, resultantes de levantamentos produzidos pelas autoras, assim como depoimentos veiculados em trabalhos acadêmicos relacionados à presença da mulher no Pantanal. As interlocutoras são empregadas e patroas das fazendas e do turismo, que vivem e produzem nas propriedades que margeiam a Estrada-Parque Pantanal. Durante os encontros/conversas, as entrevistadas se sentiram livres para relatar sobre questões do feminino sem estarem limitadas às perguntas diretas e objetivas, tanto que, inclusive, os nomes aqui postos são fictícios, a fim de preservar as identidades das mesmas. Foram feitos levantamentos de produções acadêmicas sobre o tema, tanto em relação à mulher pantaneira, quanto a questão de gênero.

A análise, de cunho qualitativo foi inspirada em técnicas da história de vida, ocasião em que os dados são relatados na pesquisa a partir da reprodução de algumas falas das entrevistadas. O referencial teórico está voltado para as ciências da vertente humanístico-cultural, permeadas por saberes, como a antropologia, a geografia, a história, a sociologia, dentre outras, respaldadas teoricamente em autores/as que pesquisam as especificidades locais.

As experiências no(s) Pantanal(is) permitiram o convívio com dezenas de mulheres pantaneiras, entretanto, não as localizávamos nos livros, nem nos noticiários, ou nas músicas e poesias, com exceção para a célebre personagem Juma Marruá, a emblemática mulher-onça que nos sinaliza uma lógica bizarra: para ser mulher no Pantanal é preciso ser onça! Diante disso, muitas indagações sempre afloraram, tais como: “Como é ser mulher no Pantanal?”, “Qual o papel da mulher na vida local?”, “Onde estão as mulheres do Pantanal?”

As inquietações em relação às ausências das *Marias*² do Pantanal foi brotando, como a vegetação brota na grande planície após cada grande cheia, ou grande queimada. A imagem da mulher sempre estava e, em determinados locais assim se mantém, sombreada, entremeada pela cortina que separa a cozinha dos outros cômodos das casas ou das pousadas, nos serviços domésticos, nos cuidados com as crianças e idosos/as, evidenciando os corpos masculinos como representantes do convívio social, seja na sala, na varanda, na rede, no galpão, na roda de tereré, no jogo de futebol, nos bares da estrada, dentre outros ambientes.

Durante os longos anos de vivência acadêmica no Pantanal, foi possível observar que o comportamento feminino é extremamente reservado, de acentuada timidez e discrição, onde a mulher transfere integralmente o protagonismo ao homem, independente da função ocupada, seja ele peão, patrão, guia de turismo

biossegurança propostas para contenção da proliferação do vírus, o distanciamento social está entre as mais importantes, impossibilitando as imersões à campo no referido período.

² Adotamos o nome “*Maria*” para designar as diversas mulheres pantaneiras.

ou empresário da hotelaria. A fala transcrita de uma entrevista realizada em 2019, referencia a posição de coadjuvante da mulher pantaneira, onde o poder de decisão, mesmo que tardia é atribuída ao homem, “Eu deixo para o Zé resolver, ele até enrola um pouco, mas depois decide”.

A ausência-presença feminina no Pantanal instiga a pesquisa na área delimitada espacialmente, ao se reportar à um depoimento, dotado de muito saber especializado, ao descrever o espaço vivido:

Minha avó me ensinava e fazia tudo, né? (...) O peixe só desova se chover, cria ova nova, se não chove ele seca a ova na barriga, ele “num” produz. O pacu, peixe de escama, solta desovando a ova, ele vai andando, viajando, desovando aquela ova. O pintado para, peixe liso para (VARGAS, 2009, p. 216) (grifos nossos).

Junto com esse depoimento emergem muitas memórias de convivência com a avó pantaneira. Isso reforça a convicção a respeito da necessidade de se olhar com maior atenção aos feitos dessas mulheres do/no Pantanal, *Marias* corajosas e destemidas, que durante suas vidas se esmeraram em construir realidades mais harmoniosas para todos.

As *Marias* do Pantanal

A cartografia social do Pantanal também é desenhada por mãos de mulheres indígenas como, por exemplo, Arlete, Rosa, Jandira, Dora, as *Marias Índias*, reais representantes das etnias Terena, Kadiwéu, Guató que compõem a porção Sul do Pantanal.

Há mais de 200 anos, quando se deu o início da ocupação do Pantanal por não-indígenas, outras *Marias* ingressaram no Pantanal, as Genis, Cidas, Tânicas, Lúcias, Nicas, Veras... Todas essas *Marias* representam as mulheres invisíveis, uma espécie de super-heroínas que projetaram o Pantanal, tornando-o visível aos olhos do mundo e do mercado mundial, ou seja, ultrapassando fronteiras em suas mais diversas concepções.

São cozinheiras, curandeiras, parteiras, pecuaristas, professoras, camareiras, tratoristas, barqueiras, comerciantes, autônomas, pescadoras, isqueiras³, sendo praticamente anônimas, muitas vezes invisibilizadas pelos nomes/sobrenomes dos pais ou dos maridos, coadjuvantes nominadas de: “Maria do Pedro”, “Cida do Antônio”, “Lúcia do Zé”, “Ana do João”, “Geni do Cristóvão”.

Em um Pantanal transfronteiriço, ao delimitar o território com a Bolívia e o Paraguai, se configuram fronteiras peneiras de contrastes e contradições, o feminino

³ Catadoras de iscas para pesca.

resplandece a cada transcurso de estação e, entre fazendas, pousadas turísticas, pequenos comércios, escolas, as *Marias* organizam e reorganizam o território pantaneiro, com sabedoria, discricção, obstinação, entusiasmo, força e, muitas vezes, submissão. Na imensidão das águas dos rios da Bacia do Alto Paraguai

As fronteiras passam a ser entendidas como escalas relacionais de classe, raça e gênero que podem ser vivenciadas independentemente dos deslocamentos migratórios. Fronteiras, nesse registro, são compreendidas enquanto parte das experiências que constituem os sujeitos, e seus atravessamentos apenas podem ser analisados relacionalmente (PADOVANI; NAVIA; MUELLE, 2020, p.14).

Logo, é justamente na dinâmica fronteira do bioma Pantanal que procuraremos responder às perguntas explicitadas na introdução, objetivamos, com este artigo, apresentar o *Pantanal das Marias* a partir de relatos de mulheres pantaneiras.

A contextualização dos enredos apresentados conta com a memória enquanto categoria de análise que resgata e imprime na sociedade a importância do pensar coletivo como resultado de um determinado momento histórico e social. As memórias coletivas e individuais constroem os fatos sociais e o sentimento de pertença a um determinado grupo. As nostálgicas imagens do passado reconstroem um viver permeado de lembranças, as quais, independentemente de serem boas ou ruins, existem.

Para fazer uma recuperação histórica da função social das *Marias* do Pantanal é importante compreender a valoração da memória nessa construção.

Nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas por outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acomete porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distintos de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2003, p. 30).

Acreditamos que um dos trabalhos pioneiros sobre a presença ativa da mulher no Pantanal Sul seja a dissertação de mestrado de Belkisse Corrêa Gomes, apresentada em 1997 na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS⁴. Também de origem pantaneira, a autora propôs-se a desvelar o papel da mulher da região da Nhecolândia, nas décadas de 1920 a 1940, a partir das memórias de algumas mulheres pantaneiras, destacando as relações de gênero e educação “através de suas representações sociais, resgatando, no conjunto, a memória social” (GOMES, 1997, p. 13). A pesquisa iniciou em meados da década de 1990, entrevistando 10 mulheres idosas com idades entre 70 e 89 anos. Todas as entrevistadas haviam constituído famílias por meio de casamento, geralmente precoce, e tiveram filhos, algumas detendo numerosa prole, destacando uma com 18 filhos.

⁴ Dissertação desenvolvida no Programa de Pós-graduação em Educação da FAED/UFMS.

A escolaridade da maioria havia sido insipiente, tendo sido classificadas quatro como semianalfabetas, cinco terem cursado até o antigo primário e apenas uma tendo chegado ao 1º ano do antigo Curso Comercial (equivalente ao ensino médio profissionalizante). Outra importante observação apontada é que todas, independentemente da situação econômica, gostavam de ser identificadas como “Filha de ...”, pois, segundo a autora, “é a forma como essas mulheres identificam-se, posicionam-se e manifestam-se” (GOMES, 1997, p. 73).

Entre essas representantes do universo feminino do Pantanal Sul das décadas de 1920 e 1940 o trabalho infantil foi frequente, desde cedo, em alguns casos a partir de 6 anos de idade assumiam trabalhos tradicionalmente destinados às mulheres. A jornada diária iniciava ainda na madrugada e envolvia os cuidados com a casa e seu entorno, com as plantas e os animais de criação e, ainda, com os irmãos/ãs menores. Apesar de a tradição tratar como papel masculino, algumas meninas desenvolviam, ainda, a função de “curradeiras”, acompanhando seus pais na lida com o gado bovino.

A autora enfoca a pesquisa na Nhecolândia, uma destacada região do Pantanal de Mato Grosso do Sul, que recebeu este nome em homenagem ao Nheco, apelido de Joaquim Eugênio Gomes da Silva, desbravador dessa região, que ali se instalou logo após o fim da Guerra com o Paraguai. Nheco era filho do Barão de Vila Maria, “senhor de grandes propriedades que se estendiam desde as montanhas de Urucum até as terras baixas dos pantanais” (GOMES, 1997, p. 44). Após a morte do pai e finda a grande Guerra, em 1880, Nheco decidiu refundar a Fazenda Firme, e segue em longa viagem desde a Vila Nossa Senhora do Livramento (próximo à cidade de Cuiabá), acompanhado da esposa - Maria das Mercês, um filho recém-nascido e três “bugres”, em um batelão⁵. Perceber-se mulher em meio ao desconhecido, ao inóspito, é como voltar no tempo para conhecer a saga de Maria das Mercês, conhecida por Chechê, uma das poucas personagens retratadas em textos de memorialistas, como o faz Proença (1997) relatando as aventuras da viagem ocorrida em 1880.

Nesse universo, elencamos as *Marias* envolvidas com a educação, o casamento, a maternidade, o turismo, a pecuária, a curanderia, dentre as muitas e várias *Marias* que organizam e reorganizam o viver pantaneiro cotidianamente.

As Marias da Educação: entre a mãe e a professora

Com o passar do tempo a fazenda Firme se estruturou como uma referência no Pantanal e o Seu Nheco iniciou o processo de demarcações fundiárias, consti-

⁵ Embarcação grande, com capacidade para 10 pessoas e para transportar carga.

tuindo as fazendas, as quais demandavam mão de obra para a lida com o gado. Assim, foi aumentando o número de pessoas que chegavam à região conhecida hoje como Pantanal da Nhecolândia.

Os/as empregados/as das fazendas começaram a formar pequenas vilas, construíram as próprias casas em terras do patrão, dando início a constituição dos núcleos familiares, a partir dos casamentos institucionalizados ou de casais estabeleceram relações maritais, no Pantanal “[...] temos a família como um papel central nesta trama das relações sociais” (LEITE, 2019, p. 392).

As moças e os rapazes iniciavam a vida conjugal muito jovens, em média antes dos 20 anos para os homens e dos 15 anos para as mulheres, assim, a maternidade nos primeiros anos da vida adulta era uma consequência dos casamentos realizados prematuramente, considerando os dias atuais. A formação precoce das famílias era praticada tanto pelos/as patrões/oas como para os/as empregados/as, como uma prática comum, independente do poder aquisitivo.

Nesse contexto, os pais e as mães contavam com crianças que precisavam ser alfabetizadas, nesse momento, inicia o protagonismo da *Maria Professora*, que também exerce o papel de *Maria Mãe*, personagem fundamental nos rumos da educação de um Pantanal em formação, sem escolas, onde os/as filhos/as dos patrões e dos/as empregados/as eram alfabetizados pela patroa.

A obrigatoriedade do ensino para as crianças em idade escolar no Brasil data da segunda metade do século passado⁶. As crianças pantaneiras, até então, quando possível, eram alfabetizadas nas fazendas, sem perspectiva de continuidade dos estudos em uma escola regular (RIBEIRO, 2015, p. 149).

Ao recorrer às lembranças, uma entrevistada conta da aprendizagem das primeiras letras na fazenda:

A mulher do patrão era a professora, dava aula para uns trinta alunos, os filhos [da patroa] estudavam junto com os filhos dos peões. Depois foi mudando, eles começaram a levar professoras para trabalhar lá, depois começaram aquelas escolinhas. Foi mudando. Hoje tá⁷ bem diferente (Depoimento disposto em RIBEIRO, 2015, p. 149).

Além disso, a educação escolar era, preferencialmente, para os meninos, conforme relato concedido às autoras: “As crianças estudavam na fazenda, quando sabiam ler o pai mandava *pra* cidade, só os homens, as mulheres não precisavam estudar. Então poucos estudavam, a maior parte era de analfabeto”.

⁶ Em 1971, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB foi complementada e o ensino passou a ser obrigatório dos sete aos quatorze anos. A lei prevê um currículo comum para o primeiro e segundo grau e uma parte diversificada em função das diferenças regionais. Disponível em: <<http://www.portal.mec.gov.br/>> Acesso em: out. 2020.

⁷ As falas das entrevistadas foram transcritas literalmente.

Gomes (1997) destaca que educação era privilégio para algumas mulheres. Como praticamente inexisteriam escolas nas fazendas pantaneiras, a opção era enviar os/as filhos/as para a cidade mais próxima, sob os cuidados de algum parente a se responsabilizar pela acolhida das crianças, ou enviá-las para uma escola que oferecesse o regime de internato. Durante a primeira metade do século XX havia internatos nas cidades de Corumbá, Campo Grande, Aquidauana e Cuiabá. A maioria dessas instituições se tratava de escolas confessionais, sendo que aquelas que aceitavam meninas também poderiam servir de porta de entrada para a carreira religiosa, ou seja, a menina interna poderia se preparar para se tornar freira.

A categoria educação para as gentes pantaneiras tem um peso representativo porque as pessoas partem da prerrogativa que os estudos são a única oportunidade para uma “vida melhor”, em comparação ao árduo trabalho das famílias que dedicam a vida inteira de seus membros **à lida com o gado** e seus meandros. Segundo a antropóloga Claudia Fonseca, “Para os grupos populares o conceito de família está ancorado nas atividades domésticas do dia-a-dia e nas redes de ajuda mútua” (FONSECA, 2005, p. 51).

O ato de transferência dos/as filhos/as para a cidade era permeado por muito sofrimento para a família. Nesse momento, as “*Marias Mães*” que até então viviam com as crianças nas fazendas começaram a ter a experiência da chamada síndrome do ninho vazio. Diante da obrigatoriedade do ensino, as crianças precisavam ir para a cidade estudar, seja para morarem com parentes (avós, tios/as, comadres) ou na casa dos patrões/oas. Em casos excepcionais, a mãe precisava se mudar para a cidade, juntamente com a prole, em busca das escolas. Essas transformações **provocadas pelo acesso à educação formal**, de certa forma provocaram impactos sociais representativos na ordem familiar pantaneira, muitas vezes resultando em baixo rendimento escolar, abandono do emprego nas fazendas, separação de casais, vulnerabilidade econômica, evasão escolar, dentre outros.

Na memória de uma entrevista está registrada a saga da separação da família para acompanhamento dos estudos dos/as filhos/as:

Eles estavam a ponto de separar, a mulher *tava* na cidade e o homem *tava* na fazenda. A cada 15 ou 20 dias vinha *pra* cidade, aí *começa* o ciúme e há um atrito, porque a mulher é obrigada a ficar na cidade porque tem filho pequeno. Mas abre espaço, abre uma brecha *pra* ela encontrar novas alternativas e o camarada que fica na fazenda, também tem alternativa.

Progressivamente, a partir da promulgação da LDB, os proprietários de terras perceberam as dificuldades de adaptação dos peões ao novo ordenamento jurídico da educação e, para não perderem os chamados “peão bão”, buscaram alternativas para o ensino nas fazendas. Assim, a partir de convênios de cooperação mútua

com as prefeituras das cidades do Pantanal e em um sistema de cooperativa entre os fazendeiros, foram instaladas algumas escolas, conhecidas por Escolas Pantaneiras, sediadas ou em fazendas, ou em comunidades, para atender à demanda em idade escolar sem que a criança ou a família precisassem se deslocar para a cidade, conforme a Figura 02 reporta à Escola Municipal Rural Luiz de Albuquerque, quando estava sediada na Base de Estudos da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS, a qual atende a comunidade ribeirinha Passo do Lontra, além de famílias residentes ao longo da Estrada-parque Pantanal e da BR-262.

Figura 02 – Escola da Comunidade do Passo da Lontra.



Fonte: RIBEIRO, M. A. (2018).

É importante considerar o caráter econômico dessa pseudo preocupação com a educação, a perda de um bom funcionário, com experiência na lida com o gado pantaneiro, ou com a atividade turística, juntamente com a mulher e os/as filhos/as que, também, trabalhavam na fazenda ou na pousada em um formato de ajudantes, sem remuneração mensal fixa, representava um ônus maior do que a construção e manutenção de uma escola com o apoio das prefeituras locais e, como recompensa, os patrões recebiam os eternos agradecimentos dos/as empregados/as. Além disso, a propriedade que sedia uma escola também é beneficiada com o reconhecimento social, além de poder utilizar isso como fator promocional, de *marketing*, sobretudo quando se tratar também de empreendimento turístico.

Nas últimas décadas do século XX as escolas de formação técnica em regime de internato, como, por exemplo, a Escola da Fundação Bradesco, atraíram uma infinidade de adolescentes e jovens interessados em continuar os estudos, sobretudo, de qualificação para o trabalho no campo. Uma pecuarista garante que “Estamos conseguindo levar os filhos dos nossos funcionários, Graças à Deus, para a escola, isso é muito importante. Meu capataz teve os três filhos na Fundação Bradesco, agora já formaram”.

Piatti & Urt (2014) analisaram algumas narrativas de professoras atuantes em escolas pantaneiras que acolhem crianças em regime de semi-internato no Pantanal. Destacam as atuações de algumas professoras em que apresentam múltipla diversidade de papéis representativos da profissão docente.

Trabalhei em muitas escolas urbanas, mas adoro a pantaneira. Aqui é diferente, podemos colaborar mais com as crianças. Elas são especiais. Meu trabalho aqui é especial, por isso, sempre opto por trabalhar aqui, por essas crianças e por esses pais e também pela escola. Aqui tudo é valorizado. Até mesmo um sorriso da professora. É essa valorização que faz a gente tocar em frente com prazer. A escola é a grande oportunidade dos alunos de crescer além do que tem aqui. Aprender a conhecer o mundo, não o mundo, mas o mundo das letras que é fantástico. Me sinto a mãe que acolhe, a professora que ensina e ao mesmo tempo mostra caminhos a seguir para a vida [...] (PIATTI; URT, 2014, p. 475).

As autoras destacam a importância da análise que as professoras fazem de sua atuação profissional e das relações sociais estabelecidas no exercício do magistério, de viver vários papéis, como, por exemplo, de colega, de mãe, de professora, dentre outros. Ressaltam a importância dessa interatividade que favorece o processo de transformação e formação da identidade de professora na escola pantaneira.

O avanço da ciência e da tecnologia, calcado no processo de globalização e de extensão da rede de energia elétrica em parte do Pantanal, com cobertura da internet, possibilitou a continuidade dos estudos dos/as jovens que voltaram para o trabalho nas fazendas, assolados/as pelo desemprego estrutural das cidades. Atualmente, pode-se observar jovens e adultos/as que fazem cursos superiores ou tecnológicos na modalidade a distância.

Se tradicionalmente a educação brasileira apresenta muitas fragilidades estruturais, ao tratar da educação em ambiente rural os problemas se maximizam e alunos/as, professoras/as e familiares se reinventam para sustentar a expectativa de que os estudos são a oportunidade de um viver melhor.

Marias Indígenas: as mulheres curandeiras

A ocupação do Pantanal por não-indígenas, foi construída com base em conflitos entre os povos nativos e os não-indígenas recém-chegados. Em meio às mortes e conquistas em um ambiente hostil e violento, coube às mulheres a missão de manutenção da saúde e sobrevivência das famílias. O conhecimento medicinal das *Marias Indígenas* salvou diversas vidas, sendo transmitido por muitas gerações.

Entre as mulheres (**indígenas**), a produção da tríade (**remédio, comida e reza**) é realizada com frequência e controlada pelo feminino, não que os homens não usufruam deste conhecimento, mas aqui reitero o interesse sobre a perspectiva feminina na temática. As receitas medicinais de “remédios do mato” são circuladas com frequência entre as mulheres indígenas, bem como a preocupação com a intervenção das agências, de forma direta na vida das mulheres, como os partos hospitalizantes (SERAGUZA, p. 166, 2013), (grifo das autoras).

Assim, podemos pensar nas “*Marias Curandeiras*”, conhecedoras das ervas que curam quaisquer males, da dor de barriga à picada da jararaca, praticantes de saberes seculares que, ainda hoje o viver urbano resgata, como, por exemplo, as terapias com florais, os chás, as infusões, as ervas.

A precariedade da saúde no então estado de Mato Grosso uno e a dificuldade de transporte no Pantanal, sobretudo em períodos de cheias, faziam com que as enfermidades fossem tratadas no próprio local, inclusive, se praticava o que atualmente é conhecida por “medicina preventiva”, em um formato de saber que se retroalimenta para se manter vivo, conforme o relato das memórias de uma entrevistada:

Minha mãe dava pra gente banha de capivara com mel de abelha e acontecia uma reação. Como é muito forte os dois, nos *primeiro dia* dava até diarreia, nas primeiras semanas *estóra*, nas crianças, um monte de feridas no corpo todo, aquilo inflama e fica uma aguinha saindo, aquilo fica horrível, depois sara, em uma semana cicatriza tudo. Se você *sofrê* um corte, qualquer coisa, em três *dia tá* cicatrizado, é tipo uma vacina. É o princípio da vacina (RIBEIRO, 2015, p. 94).

Com o passar do tempo e o desenvolvimento da comunicação, os chamados “remédios do mato” começaram a compartilhar o interesse das gentes pantaneiras com os medicamentos industrializados, denominados de “remédios de farmácia”.

Os chás e garrafadas⁸ não são comprovados cientificamente e, progressivamente, perderam espaço no cotidiano pantaneiro para os remédios industrializados, levados pelos turistas ou pelas equipes médicas ao atenderem periodicamente as gentes pantaneiras (RIBEIRO, 2015, p. 95).

⁸ Solução produzida artesanalmente com ervas medicinais.

Nas últimas décadas as farmácias e drogarias proliferaram nas cidades e expandiram o alcance para o campo, além disso, no pequeno comércio das comunidades pantaneiras é possível comprar medicamentos não controlados. “A extensão do alcance da rede de telefonia celular também facilitou a aquisição de medicamentos industrializados” (RIBEIRO, 2015, p. 97).

Em entrevista, uma trabalhadora rural relata que encomendou medicamento comercial, via celular, e resolveu o problema de saúde:

Liguei *pro* meu guri na cidade: ‘Vai lá na farmácia, explica que você *qué* um xarope pra pessoa fumante’. Aí explicou lá prá dona da farmácia. Ela mandou dois *xarope*. Mas foi tirar com a mão. Aí acabou os dois *vidro* de remédio, ele ficou uns dez dia tomando aquilo e sarou.

Os chazinhos e garrafadas elaborados com plantas ditas medicinais, não condizem com os hábitos urbanos, em processo de representação no Pantanal, sobretudo, com o início da atividade turística.

O medicamento transformado em mercadoria industrializada tem comprovação científica em contraponto às ervas caseiras. Trata-se da primazia da ciência, na qual o conhecimento científico e o lucro comandam o mercado em escala global (RIBEIRO, 2015, p. 97).

Assim, os saberes medicinais, das curandeiras, das benzedadeiras, das parteiras, das *Marias* que curam se reproduzem na região de formas diferenciadas e condizentes com o momento histórico e social posto.

Marias do Turismo

A partir da década de 1980 o Pantanal passou por um processo de reorganização fundiária, promovido pela crise da pecuária e outros fatores mundiais, e precisava de alternativas econômicas para manutenção no mercado mundial. Nesse período se iniciou a atividade turística em terras pantaneiras, inserindo novas “*Marias*” na dinâmica local, são as piloteiras, camareiras, cozinheiras,isqueiras, diaristas, monitoras ambientais, motoristas, dentre outras. Inicialmente, o trabalho das mulheres estava atrelado aos afazeres domésticos nas pousadas, gradativamente, foram ocupando os cargos administrativos e as funções tipicamente masculinas.

O setor de Turismo é voltado para a prestação de serviços, os quais tem a finalidade de bem receber os turistas, oferecendo: hospedagem, alimentação, lazer, entre outros. Muitas vezes, estes serviços são relacionados às mulheres, por estarem ligados ao trabalho reprodutivo. Assim, as mulheres estão inseridas [...] em outros serviços que não estão relacionados ao comando e a boa remuneração (ARAÚJO, 2015, p. 117).

Nas especificidades da atividade turística no Pantanal, as pousadas instaladas nas fazendas costumam contratar o casal e dividir as funções, conforme depoimento concedido às autoras.

Na fazenda Aroeira⁹, a mulher que cuida da pousada é esposa do capataz. Hoje a mulher desse capataz ela comanda, faz um receptivo maravilhoso, todo mundo gosta, sabe se vestir bem. Ela sabe ler e escrever, o meu filho ensinou a usar o computador, eles conversam via internet.

Na fala acima, se observa que, mesmo com enaltecimentos às qualidades profissionais da mulher contratada, o tempo todo a pessoa entrevistada se refere à “mulher do capataz”, em uma espécie de valorização ao masculino e da condição de casada. Porém, “é crescente a contratação de mulheres chefes de família, que têm sob sua tutela filhos e/ou netos. São mulheres solteiras provedoras da família, cuja força de trabalho é essencial para o sustento da família na cidade (THOMÉ, 2018, p. 138).

Para uma gerente de pousada no Pantanal, em entrevista, o trabalho com o turismo requer dedicação e empenho, sobretudo, “quando a gente é mulher”:

Eu gosto de trabalhar aqui, você conhece pessoas do mundo inteiro e vários tipos de cultura, tem a possibilidade de ampliar seus horizontes. [...] a cidade que eu moro [...] ficou inviável trabalhar, não tem emprego, eu fiquei cinco meses desempregada eu não posso, tenho dois filhos moro com minha mãe, tenho que dividir as despesas com ela. Aí apareceu essa oportunidade, mas não ficaria aqui se eu não gostasse, mesmo precisando. Aqui também é muito difícil por causa das crianças¹⁰, soffro até hoje.

As mulheres estão conquistando mais espaço na sociedade contemporânea e, conseqüentemente, se inserindo nos novos postos de trabalho em decorrência da necessidade de subsistência. A despeito de estarem galgando “vagas” masculinas e ocupando-as com maestria, no Pantanal as diferenças salariais entre homens e mulheres mantém a mesma engrenagem dos ambientes urbanos.

As *Marias do Turismo* são profissionais qualificadas para o exercício das funções, elas fazem cursos de qualificação profissional, promovido pelo Sistema S (Sebrae, Senac) ou pelos/as empresários/as do turismo, se comunicam em outras línguas, aproveitam a oportunidade do ensino a distância para finalizarem o ensino regular e fazem curso superior na modalidade de distância - EAD de administração, administração rural, licenciaturas, economia, dentre outros.

A presença das empresárias do turismo, proprietárias de pousadas, hotéis-fazendas, barcos-hotéis remodelaram o sentido da “patroa”, pois essas são mulheres

⁹ Nome fictício para reservar a identidade da pessoa entrevistada.

¹⁰ As crianças da gerente moram da cidade com a avó materna.

que trabalham, praticamente, em nível de igualdade com as “empregadas”, guardadas as condições hierárquicas, conforme relata em entrevista, a proprietária de uma pousada na Estrada-parque Pantanal: “Muitas não têm qualificação, somos nós quem treinamos, quantas vezes eu entrei na cozinha para explicar como faz. As arrumadeiras, também, sou eu quem ensina, quem treina”.

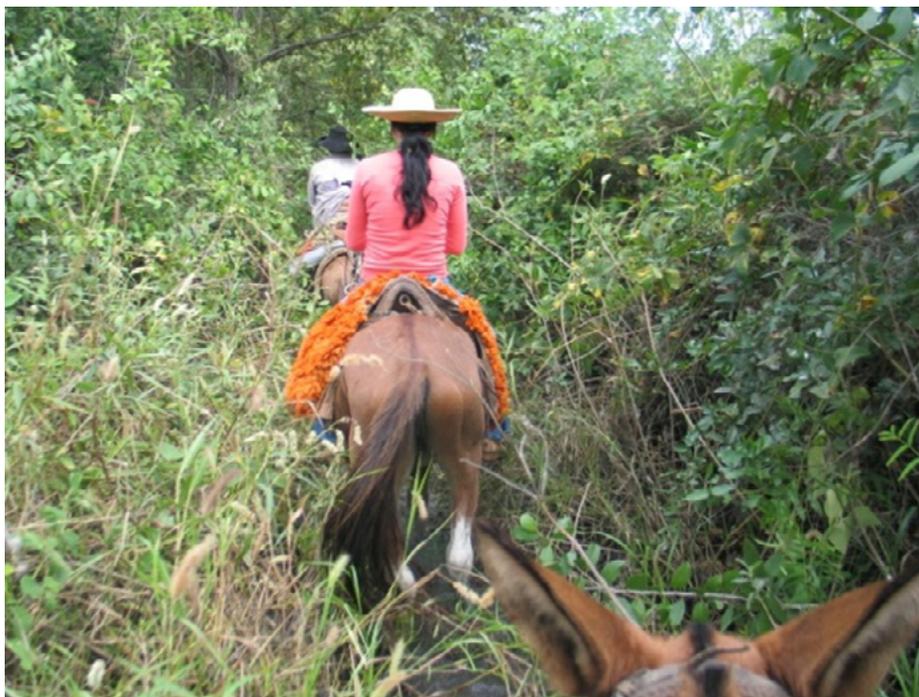
Na dinâmica pantaneira voltada ao turismo, o trabalho dessas mulheres se caracteriza pela rotatividade do emprego, considerando os períodos de baixa temporada e da piracema, quando, em alguns casos, a mulher precisa ir para a cidade em busca de complementação de renda para a família, exercendo atividades domésticas como diaristas ou mensalistas, até que possam retornar ao Pantanal juntamente com a nova temporada de turismo.

Algumas considerações

Então, quem são as *Marias do Pantanal*? Independente do poder aquisitivo, são provedoras das famílias, chefes de comitivas, esposas, companheiras, cuidadoras dos/as filhos/as, empresárias do turismo, cozinheiras, pecuaristas que, entre o amanhecer e o anoitecer, trabalham, acalentam os/as filhos/as, ajudam as vizinhas, as comadres e se postam mulheres belas e convictas do seu papel de protagonista da manutenção dos produtos pantaneiros no mercado internacional, dinamizando a economia local e exercendo a relevante função de dar luz à maior planície alagada do mundo. Assim, é possível apontar que as *Marias* do Pantanal estão em todos os lugares, exercendo os mais distintos e importantes papéis na permanência da região dentro da engrenagem social e econômica mundial, se colocando como a real definição de protagonistas da história pantaneira.

No ano de 2020 o Pantanal ardeu em chamas, assolado por uma seca extrema e prolongada, com comprometimento da fauna e da flora e, conseqüentemente, do produto pantaneiro, junta-se ao fenômeno da natureza às ações criminosas de queimadas em meio ao planeta tomado pela pandemia da covid-19 que atingiu as gentes pantaneiras com crueldade, considerando a precariedade e o estado de vulnerabilidade econômica e social que vivem mulheres, homens e crianças que constroem, cotidianamente, o Pantanal.

Figura 03 – *Maria Pantaneira* em lida no campo.



Fonte: BRUM, E. (2015).

Para fechar o artigo, ilustramos com a imagem de uma *Maria Peoa*, ou simplesmente uma *Maria Pantaneira* (Figura 03). E, ainda com o propósito de fomentar reflexões sobre a presença feminina ausente na paisagem pantaneira, parodiamos Vargas (2009) e ressaltamos a avó do pescador que a ele tudo ensinava, assim como todas as nossas avós pantaneiras, presenças marcantes em nossas memórias de meninas assustadas com os “causos” de assombrações, narrativas simbólicas que muito auxiliaram nossas compreensões sobre o Pantanal, suas gentes, em especial, suas mulheres. E resta-nos a certeza, para ser mulher no Pantanal é preciso ser onça!

Referências

- ARAÚJO, A. P. C. Do espaço vivido ao sonho construído: identidade territorial e turismo na estrada parque Pantanal (MS). *Revista Eletrônica da Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Três Lagoas-MS*, n. 9, Ano 6, maio 2009.
- ARAÚJO, C. F. S. A dupla jornada de mulheres inseridas no mercado de trabalho turístico em Aracaju/SE. *Revista Cadernos de Gênero e Diversidade*, v. 01, 2015.
- BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. 9 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.
- FONSECA, C. Concepções de família e práticas de intervenção: uma contribuição antropológica. *Revista Saúde e Sociedade*, v. 14, n. 2, p. 50-59, maio/ago. 2005.

- GOMES, B. C. **“Retrato” de mulheres “pantaneiras” nas décadas de 20 a 40: “molduras” em educação e gênero.** 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, 1997.
- HALBWACHS, M. **A Memória coletiva.** Trad. de Laurent Léon Schaffter. São Paulo, Vértice/Revista dos Tribunais, 1990. Tradução de: La mémoire collective.
- LEFEBVRE, H. **A vida cotidiana no mundo moderno.** São Paulo: Ática, 1991.
- NICHNIG, C. R.; LEITE, E. F. A flor da Guavira: contribuições para uma história das mulheres pantaneiras. **Revista de História**, João Pessoa, v. 24, n. 41, p. 389-407, jul./dez. 2019.
- PADOVANI, N. C.; NAVIA, A. F.; MUELLE, C. E. Mobilidades e fronteiras: perspectivas antropológicas feministas para uma mirada interseccional. **Vivência, Revista de Antropologia**, v. 56, p. 13-20, 2020.
- PIATTI, C. B., URT, S. da C. As narrativas nas pesquisas em educação: questões que suscitam. **Revista Contrapontos - Eletrônica**, v. 14, n. 3, set-dez. 2014.
- PROENÇA, C. A. **Pantanal: gente, tradição e história.** 3. ed. Campo Grande: Ed. UFMS, 1997.
- RIBEIRO, M. A. **Entre cheias e vazantes: a produção de geografias no Pantanal.** Campo Grande: EdUFMS, 2015.
- SERAGUZA, L. **Cosmos, corpos e mulheres kaiowa e guarani de Aña à Kuña.** 2013. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2013.
- SILVA, J. M.; CHIMIN JUNIOR, A. B.; PERACETTA FILHO, E.; ROSSI, R. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. **Ateliê Geográfico**, v. 3, n. 2, p. 38-62, 2009.
- SOUZA SANTOS, B. Para uma sociologia das ausências e uma sociologia das emergências. **Revista Crítica de Ciências Sociais**, v. 63, p. 237-280, out. 2002.
- THOMÉ, P. A mulher pantaneira e sua relação de trabalho com o turismo. **Revista Entre Lugares**, v. 9, n. 18, p. 126-149, 2018.
- VARGAS, I. A. **Porteiras assombradas do paraíso.** Embates da sustentabilidade socioambiental no Pantanal. Campo Grande: EdUFMS, 2009.

A CONQUISTA DA ÁGUA NA REGIÃO SUL DE MATO GROSSO NA PRIMEIRA METADE DO SÉCULO XX*

The Conquest of Water in the Southern Region of Mato Grosso in the First Half of the 20th Century

Fabiano Quadros Rückert**

Resumo: O foco deste artigo incide na modernização do abastecimento de água na região sul do antigo Mato Grosso, no período que corresponde à primeira metade do século XX. O texto analisa as relações entre urbanização, poder público e abastecimento de água. Partindo da premissa de que a oferta de água potável é um assunto de interesse público e considerando que a instalação e operação de sistemas modernos de captação e distribuição demandam ações políticas, recursos técnicos e investimentos financeiros, o artigo concede especial atenção para a atuação das municipalidades no processo que a historiografia chama de “conquista da água”.

Palavras-chave: História, Mato Grosso, municipalidades, abastecimento de água.

Abstract: The focus of this article is on the modernization of water supply in the southern region of former Mato Grosso, in the period corresponding to the first half of the 20th century. The text analyzes the relationships between urbanization, public power and water supply. Based on the premise that the supply of drinking water is a matter of public interest and considering that the installation and operation of modern collection and distribution systems demand political actions, technical resources and financial investments, the article pays special attention to the performance of municipalities in the process that historiography calls the “conquest of water”.

Keywords: History, Mato Grosso, municipalities, water supply.

Introdução

A história do abastecimento de água para populações humanas possui uma longa temporalidade. Na sua fase mais recente, que corresponde aos séculos XIX e XX, e aos primeiros decênios do XXI, ela foi marcada pelo uso de novas tecnologias, pela construção de sistemas modernos de captação e distribuição e pela constante ampliação das chamadas redes hidráulicas. No âmbito da historiografia, esta fase mais recente da experiência de uso dos mananciais hídricos (superficiais ou subterrâneos) para abastecimento de populações humanas tem sido interpretada como uma experiência de “conquista da água” (GUILLERME, 1983; WORSTER, 1985; GOUBERT; 1986; MATÉS-BARCO, 1999).

O termo “conquista” possui aqui um duplo sentido: de um lado, ele remete ao uso da Ciência e das obras hidráulicas para controlar artificialmente fluxos e volumes de água; do outro,

* Este artigo é um produto da pesquisa intitulada “Urbanização e abastecimento de água no Mato Grosso do Sul: um estudo em perspectiva histórica”. A pesquisa contou com auxílio do CNPq [Projeto n. 430115/2018-0] e da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS.

** Doutor em História. Professor Adjunto de História na UFMS, Campus do Pantanal. E-mail: fabianoqr@yahoo.com.br.

contempla práticas de inserção dos recursos hídricos no sistema capitalista. Submetida ao controle humano – controle sempre parcial e falível – a água é capitalizada a partir dos seus múltiplos usos: agricultura, mineração, geração de energia, lazer, indústria e abastecimento urbano. Destes múltiplos usos, o que se enquadra no escopo deste artigo é o abastecimento urbano.

O abastecimento de água para as populações urbanas representa um subtema dentro da “conquista da água” e pode ser interpretado a partir de múltiplas perspectivas. Na bibliografia especializada encontramos estudos que abordam o fenômeno na perspectiva da História Ambiental (CORDEIRO, 2008; MESQUITA, 2013; DINIZ, 2014); outros que enfatizam as relações entre a água potável, higiene pública e a transmissão de doenças (ADVÍNCULA, 2009; SANT’ANNA, 2007; SILVA, 2015), e também existem estudos que concedem especial atenção para os aspectos políticos e econômicos do processo de construção das redes hidráulicas (MATÉS-BARCO, 1999 e 2009; MACHADO, 2010; TEDESCHI, 2011; KLAUCK, 2018). Considerando as fontes documentais consultadas e o interesse pela atuação do poder público na modernização do abastecimento de água no Sul do antigo Mato Grosso, nossa abordagem se enquadra na terceira perspectiva.

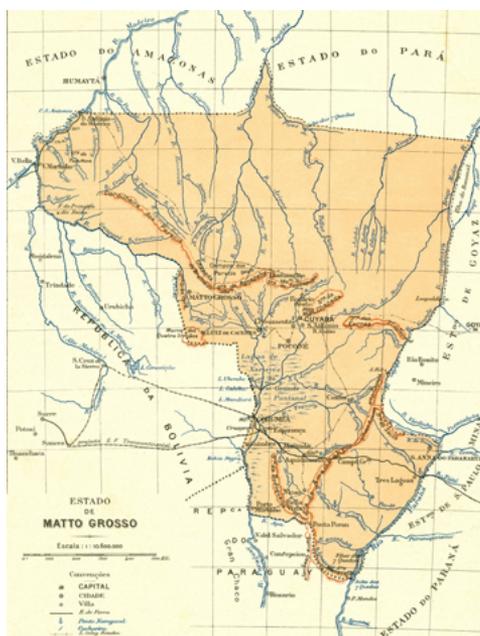
No que diz respeito ao recorte espacial contemplado pelo artigo, é importante frisar que existe uma lacuna

na historiografia brasileira sobre o tema. A maior parte das Dissertações e Teses produzidas em Programas de Pós-Graduação em História que tratam do abastecimento de água explora o tema a partir das capitais estaduais. Poucos historiadores investigaram o desenvolvimento de sistemas modernos de abastecimento de água em cidades brasileiras de pequeno e médio porte (RÜCKERT, 2020). Neste sentido, acreditamos que, ao definirmos a região sul do antigo Mato Grosso como a escala espacial do estudo, estamos oferecendo uma importante contribuição para o incipiente campo historiográfico do abastecimento de água no Brasil.

Para evitar imprecisões na delimitação espacial, é necessário ter em conta que a divisão do Mato Grosso em duas unidades federais foi um ato do governamental implementado pela Lei Complementar nº 31, de 11 de outubro de 1977, sancionada pelo presidente da República. Por tanto, na primeira metade do século XX [período contemplado pelo recorte cronológico do estudo], o antigo Estado de Mato Grosso (MT) incluía diversas cidades que hoje fazem parte do território sul mato-grossense. Nas representações cartográficas reproduzidas abaixo, é possível observar o formato e a dimensão do antigo Estado do Mato Grosso, no ano de 1923.

Na **Figura 1**, constam algumas cidades que atualmente pertencem ao estado de Mato Grosso do Sul: “Três Lagoas”, “Campo Grande”, “Santa Ana do Parahyba”, “Coxim”, “Corumbá”, “Miranda”, “Aquidauana”, “Porto Murtinho”, “Nioc”, “Ponta Poran” e “Bella Vista”.

Figura 1: Mapa do Estado de Mato Grosso (1923)



Fonte: <https://www.brasil-turismo.com/mato-grosso/mapa-antigo.htm>

No final dos anos 20, as localidades de Maracaju e Rio Brilhante foram elevadas à condição de municípios. Posteriormente, nas décadas de 1930 e 1940, outros núcleos urbanos receberam autonomia política e se tornaram municípios. De tal forma que, em 1950, existiam 20 cidades no território sul do antigo Mato Grosso. Deste conjunto de cidades, três se encontram contempladas pela pesquisa que realizamos. São elas: Corumbá, Aquidauana e Campo Grande.

A documentação que analisamos procede de três acervos: Arquivo Histórico de Mato Grosso, Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados e Câmara Municipal de Corumbá. O corpus documental é composto, na sua maior parte, por Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias municipais.¹ Importa esclarecermos que não foi possível compor uma seriação completa de Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias; e, conseqüentemente, os dados extraídos não contemplam todos os anos do recorte cronológico fixado.

Documentos como Relatórios de Intendência e Leis Orçamentárias oferecem importantes informações sobre a criação das primeiras redes hidráulicas no sul de Mato Grosso, sobretudo no que diz respeito a aspectos políticos, econômicos e técnicos. No entanto, elas não contemplam a dimensão social do processo de abastecimento de água que estava em curso na região nas primeiras décadas do regime republicano. Para explorar a opinião da sociedade sul mato-grossense sobre a implantação das primeiras redes hidráulicas, seria necessário consultar outro tipo de fonte documental.

Cientes das limitações decorrentes das fontes documentais analisadas, e sem perdermos de vista o marco cronológico da primeira metade do século XX, na sequência deste artigo, apresentamos ao leitor um panorama sobre os primórdios da modernização do abastecimento de água nas cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauana. Este panorama concede especial atenção para o papel das municipalidades na implantação das redes hidráulicas que caracterizam os sistemas modernos de captação e distribuição de água potável.

As municipalidades e o abastecimento de água: considerações iniciais

Quando o século XX começou, a captação e o transporte da água necessária para o uso doméstico eram atividades rotineiras para a maior parte da população residente em cidades do interior do Brasil. Enquanto vigorou a escravidão, foi comum, em todas as partes do território brasileiro, o uso de escravos no abaste-

¹ Uma exceção importante no conjunto das fontes documentais é o documento intitulado “Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos Quartéis de Campo Grande”. Este estudo foi elaborado pelo Ministério de Guerra, em 1921, e publicado originalmente em 1922.

cimento doméstico de água (LAPA, 1997; SANT'ANNA, 2007; SILVEIRA, 2009). Mas o trabalho de captação e transporte da água não era uma atividade exclusiva dos escravos: ele também era feito pelos aguadeiros – homens livres que comercializam o produto em pipas de madeira ou jarros de barro.²

Recife foi a primeira cidade do Império provida de uma rede moderna de abastecimento de água. A partir de 1838, a capital de Pernambuco passou a contar com os serviços da Companhia Hidráulica do Beberibe (MENEZES, 1991; CAMPOS; PACHECO, 2018). No decorrer da segunda metade do século XIX, surgiram redes hidráulicas em importantes cidades do Império: Recife (1838), Salvador (1858), Campos de Goytacazes (1882), Porto Alegre (1861), Pelotas (1871), Rio Grande (1871), Cuiabá (1882), Campinas (1881) e São Paulo (1877), dentre outras. Nessas cidades, a instalação de chafarizes e o fornecimento de água encanada nas residências provocaram mudanças no acesso à água potável, mas não impediram a continuidade do trabalho dos aguadeiros. E, mesmo nas primeiras décadas do século XX, eles foram profissionais importantes para a economia urbana.

Comprar água de aguadeiros era parte da rotina nas cidades brasileiras, tanto no final do Império, quanto no começo da República. No entanto, para um país com uma população predominantemente pobre, a opção de pagar pelo serviço dos aguadeiros era inviável para um amplo segmento social. Este segmento supria suas necessidades domésticas buscando água diretamente em poços, cacimbas, fontes naturais, rios ou lagos.

Para os mais pobres, o volume de água usado nas atividades domésticas estava condicionado aos recursos de transporte e armazenamento que cada família possuía e ao tempo que seus membros conseguiam dedicar ao cansativo trabalho de encher e transportar pipas e jarros. Para os mais afortunados economicamente, existiam três opções para ampliar a disponibilidade de água potável: (i) construir poços, cisternas ou fontes em suas propriedades; (ii) pagar pelo serviço dos aguadeiros; e (iii) investir recursos na instalação de sistemas modernos de captação e distribuição. A terceira opção era a mais cara e complexa e demandava acordos entre o capital privado e as municipalidades.

No Brasil Imperial, o *Regulamento das Câmaras Municipais do Império* [promulgado em 1828] atribuiu às municipalidades a responsabilidade pelo abastecimento de água. No regime republicano, instalado em 1889, esta responsabilidade não foi alterada.

² Desconheço um estudo que trate especificamente dos aguadeiros no Brasil. Na bibliografia consultada, existem referências ao trabalho dos aguadeiros em autores como Lapa (1997), Beltrão (2004), Barreto (2005), Terra (2007) e Silveira (2009). A escassa presença destes sujeitos na bibliografia me permite inferir que a história dos aguadeiros no Brasil ainda não foi escrita.

O financiamento das obras necessárias para ampliar a oferta de água potável foi um desafio para as municipalidades, tanto no Império, quanto na República. No enfrentamento deste desafio, algumas municipalidades optaram pelo uso recursos públicos na instalação de redes hidráulicas e chafarizes; outras, por sua vez, optaram pela concessão do serviço para investidores particulares, mediante condições previamente acordadas. No primeiro caso, a renda gerada pela água fornecida para a população ficava sob o controle da municipalidade que realizou o investimento. No segundo, a renda pertencia ao investidor privado que recebeu a concessão.

Nos decênios finais do século XIX, a construção de sistemas modernos de abastecimento de água demandava grandes investimentos financeiros e apresentava uma elevada complexidade técnica (RÜCKERT, 2015). Os dois fatores atuavam como inibidores de investimentos, tanto para o setor público, como para o setor privado. Para o setor privado, existam outros inibidores, como o controle do preço da água [geralmente pré-fixado no contrato de concessão], o risco da encampação do serviço por divergências contratuais e a existência de opções de investimento mais lucrativas. Nestas condições, o abastecimento de água para as cidades de pequeno e médio porte não era prioridade para os investidores privados.

Grosso modo, o quadro descrito acima permaneceu inalterado ao longo de toda a primeira metade do século XX. E diante de um inexpressivo interesse do capital privado pelo abastecimento de água, o poder público – e mais especificamente, as municipalidades – foram os principais protagonistas do processo de modernização deste tipo de serviço.

Em Mato Grosso, a primeira cidade provida de uma rede hidráulica foi Cuiabá, a capital do Estado. Segundo Barreto (2005), o volume de água disponível nas fontes e chafarizes construídos pela Câmara Municipal era insuficiente para a demanda da população. Para ampliar a oferta de água potável, a Província concedeu a exploração do serviço para os empresários Frick e Zanotta. Em 1882, as obras previstas no contrato de concessão foram concluídas e a distribuição da água por canos de ferro foi iniciada na parte central de Cuiabá. Dois anos depois, o governo provincial decidiu anular o contrato e indenizou os empresários com títulos públicos (BARRETO, 2005, p. 112). Depois de executar a encampação, o governo provincial assumiu a responsabilidade pela administração do serviço, mas protelou a execução das obras de expansão da rede.

A cidade de Corumbá e a sua primeira concessão do serviço de abastecimento de água

No interior do extenso território mato-grossense, as primeiras experiências de modernização do abastecimento de água foram conduzidas pelas municipalidades.

Na cidade de Corumbá, o principal centro comercial do Mato Grosso na transição do século XIX para o XX, a epidemia de Cólera de 1887 reforçou a preocupação das autoridades públicas com a água consumida pela população. Situada nas margens do Rio Paraguai, Corumbá consumia a água captada pelos aguadeiros (ou por escravos) no respectivo rio. Mas o local de captação – junto ao porto –, e as precárias condições de higienização e transporte das pipas comprometiam a qualidade do produto (SOUZA, 2008; RÜCKERT; SENA, 2021).

Na documentação da Câmara Municipal, encontramos um Ofício enviado pelo “Chefe do serviço médico” das Forças Armadas da Província de Mato Grosso, datado de 18 de abril de 1889. Segundo o Dr. Almeida [autor do documento], a Câmara Municipal havia encaminhado um Ofício alegando “não ser completamente por descuido seu, que os carroceiros não dão água melhor à população”. No documento recebido pelo Dr. Almeida, a Câmara afirmou que os motivos da contaminação das águas captadas pelos carroceiros eram “a pimpa do campo pantanoso, a lavagem de roupas de particulares, a da enfermaria, os despejos desta e do 2º batalhão de artilharia de posição, [...]”. (CORUMBÁ, 1889, s/p.) Respondendo em nome das Forças Armadas, o “Chefe do serviço médico” comprometeu-se em indicar um local apropriado para a lavagem das roupas da enfermaria e informou que os despejos estavam sendo “feitos abaixo do forte, e, portanto, em ponto inferior à cidade”. Na leitura do documento, percebe-se que o “Chefe do serviço médico” das Forças Armadas estava defendendo a sua instituição da responsabilidade pela contaminação das águas consumidas pela população e, ao mesmo tempo, estava sinalizando a intenção de colaborar com a municipalidade na solução do problema.

O movimento de colaboração entre as Forças Armadas e a municipalidade não se efetivou. E, com a Proclamação da República, coube aos republicanos atacar o problema da água em Corumbá. Inicialmente, a Intendência buscou melhorar as condições de captação, construindo duas caixas de alvenaria que, a partir de 1897, foram usadas pelos aguadeiros ocupados do comércio da água em pipas.³

Em 1903, a Intendência encaminhou negociações para implantar um sistema de distribuição de água encanada mediante a concessão do serviço para uma empresa particular, mas a concessão não foi concluída e a municipalidade recebeu críticas da imprensa local (SOUZA, 2008).

Retomando a iniciativa da concessão, no dia 24 de abril de 1908, a Intendência de Corumbá tornou público o Edital para concessão do serviço e fixou o dia 30 de

³ Em Corumbá a palavra “aguadeiro” não consta nas fontes documentais consultadas. As autoridades públicas locais se referiam aos homens que comercializam água em pipas como “carroceiros”. Na escrita do artigo, optamos por usar a palavra “aguadeiros” porque, de fato, se tratavam dos mesmos atores sociais.

setembro como a data para o recebimento das propostas. Localizamos uma cópia do Edital no jornal *Autonomista*, consultado por meio da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. Deste documento, destacamos as seguintes cláusulas que serão transcritas abaixo conforme a grafia original:

1ª. A água poderá ser extrahida do Rio Paraguay, ou de qualquer ou quaesquermananceas da Banda Alta, Urucum, S. Domingos ou Piraputangas, devendo, no primeiro caso, passar o filtro do tipo “Inglezes”, antes de ser entregue ao consumo, bastando, no segundo caso, uma simples decantação.

2ª. Em qualquer dos casos indicados, os proponentes obrigar-se hão: A) A distribuir por pena simples, no mínimo, um metro cúbico em vinte quatro horas. B) A collocar nos pontos mais convenientes, e de accordo com a Intendência, tantos reservatórios de distribuição quantos bastem para que não haja interrupção no serviço de abastecimento, quando tenha-se de fazer algum reparo ou uma simples manutenção em qualquer deles; obrigando-se mais a aumentar o número de reservatórios segundo as necessidades futuras deste serviço. C) A fazer a distribuição domiciliaria por meio de uma rede de canalização de systema ramificado ou malhado, empregando somente tubos de ferro fundido, e estende-la por todas as ruas da cidade, com exceção das denominadas América, Colombo e Cabral, enquanto a Intendência não exigir sua viação até elas.

3ª. Na hypotese de ser a água tomada no Rio Paraguay, os proponentes serão obrigados: A) A instalar em lugar conveniente de accordo com a Intendência, um ou mais poços de aspiração e bombas a vapor, do systema “Girard” ou “Worthington”, com a capacidade necessária para o serviço, isto é, uma força capaz de, no mínimo, elevar em doze horas dois milhões de litros de água a uma altura nunca inferior a 70 metros (AUTONOMISTA. Ano IV, número 142, 1908, p. 4).

As três cláusulas do Edital destacadas acima tratam de aspectos técnicos das obras exigidas pela municipalidade em troca da concessão do serviço. O texto registra uma distinção entre a água do Rio Paraguai – considerada de qualidade inferior e imprópria para consumo sem o recurso dos filtros – e a água de outros mananciais. Chama atenção o fato de que a municipalidade não tenha solicitado ao proponente a realização de exames laboratoriais para comprovar a qualidade das águas que seriam captadas. No que diz respeito ao sistema de distribuição previsto no Edital, importa ressaltar que a topografia do sítio urbano de Corumbá inviabilizava a distribuição por gravidade natural e, conseqüentemente, a elevação mecânica entre o ponto de captação e os reservatórios era a única alternativa técnica capaz de assegurar o fornecimento do desejado líquido na parte alta da cidade.

Como consequência do Edital de 24 de abril de 1908, a Intendência escolheu uma proposta que contemplava a concessão de dois serviços públicos distintos: o abastecimento de água e o fornecimento de energia elétrica.⁴ O beneficiário da

⁴ A concessão destes dois serviços públicos para o mesmo proponente estava prevista no Edital publicado pela Intendência no dia 24 de abril de 1908.

concessão foi o Dr. Oscar da Costa Marques, com quem a Intendência assinou contrato em outubro de 1909. Segundo Souza (2008, p. 138), o cronograma das obras previsto no contrato não foi cumprido e a inauguração do abastecimento de água encanada ocorreu somente em 1914.

O sistema de abastecimento de água construído em Corumbá, a partir da concessão recebida pelo Dr. Oscar da Costa Marques, funcionava da seguinte forma: uma bomba mecânica foi instalada na margem do rio – no local próximo ao atual ponto de captação – e, sob a pressão desta bomba, um cano de metal conduzia o líquido até o antigo reservatório construído na parte alta da cidade; uma vez armazenada, a água era distribuída por gravidade por uma rede de canos que atendia as instalações domiciliares conectadas à rede. O mesmo reservatório passou a ser usado pelos aguadeiros que enchiam as pipas de água comercializadas pelas ruas de Corumbá.

Para o contexto do Mato Grosso republicano, a iniciativa de modernização do abastecimento de água promovida pela municipalidade de Corumbá e financiada com recursos particulares, foi uma experiência pioneira. A concessão deste serviço era uma prerrogativa das municipalidades [prerrogativa ainda válida no atual ordenamento jurídico brasileiro]. Nesse sentido, a estratégia adotada pela municipalidade corumbaense se diferenciou de outras promovidas no interior do Mato Grosso nas primeiras décadas da República, sobretudo no que diz respeito à concessão do serviço para exploração particular.

Campo Grande e Aquidauana: experiências de cooperação entre o Ministério de Guerra e as municipalidades

Nas cidades de Campo Grande e Aquidauana, as obras de captação e a instalação das redes adutoras foram promovidas a partir da cooperação entre as municipalidades e o governo federal, sendo a participação federal efetivada por meio do Ministério de Guerra e das unidades militares localizadas nas respectivas cidades.

No caso de Campo Grande, o desenvolvimento da cidade foi influenciado pela construção da Ferrovia Noroeste e pela instalação de unidades militares (QUEIROZ, 2004; ARRUDA, 2005 e 2006). Em 1910, a cidade passou a sediar a 5ª Brigada Estratégica. Posteriormente, em 1921, o Ministério de Guerra iniciou a construção de instalações para Brigada da Cavalaria que foi transferida de Corumbá para Campo Grande. No decênio entre 1910 e 1920, a população de Campo Grande cresceu na faixa de 11% ao ano (ARRUDA, 2005, p. 18) e a demanda por

água potável aumentou. Naquele contexto, a cidade consumia águas captadas do subsolo e de nascentes, mas não possuía um sistema de distribuição em rede.

Em 1919, o Intendente Rosário Congro expressou preocupação com a contaminação do lençol freático pelo “imminente perigo das cloacas” (CONGRO, 1919, p. 11). Para evitar o consumo de águas captadas em poços e o “aparecimento de moléstias endêmicas” decorrentes da contaminação hídrica, o Intendente recomendou que a Câmara Municipal providenciasse os estudos necessários para o serviço de abastecimento de água. Congro apontou as duas opções existentes para a implantação do serviço: a concessão para uma empresa privada ou a execução das obras por conta da municipalidade, com recursos procedentes de um empréstimo bancário. No Relatório referente ao ano de 1919, o Intendente justificou sua preferência pela segunda opção argumentando que:

A execução do serviço por esta forma viria facultar ao município o imediato recebimento da taxa sobre penas de água que daria, além do custeio, para fazer face ao pagamento dos juros contratados. No espaço de quinze anos, senão menos, pode se calcular, estaria terminada a liquidação do empréstimo e o patrimônio municipal enriquecido com uma obra de grande valor, que passaria desde logo a ser uma nova fonte de receita, ao passo que, por concessão do privilégio, além da garantia de juros que do município seria fatalmente exigida, nem cinquenta anos, por certo, bastariam para que se realizasse a reversão. (CONGRO, 1919, p. 112)

A citação destacada acima explica de forma clara e concisa as principais diferenças entre a concessão do serviço de abastecimento de água para o setor privado e a realização das obras pela municipalidade. Mas a citação nada diz a respeito da elevada complexidade dos estudos para as obras de captação e da necessidade de um investimento financeiro que, geralmente, superava a capacidade orçamentária das municipalidades. Congro estava ciente de que a receita ordinária de Campo Grande não poderia suportar o custo da implantação do serviço e sugeriu a realização de um empréstimo bancário para a realização das obras hidráulicas.

A preocupação com o risco da transmissão de doenças por águas contaminadas não era uma exclusividade de Congro ou da municipalidade de Campo Grande. A mesma preocupação existia no Ministério de Guerra que reconhecia a necessidade de providenciar água potável para as unidades militares instaladas na cidade.

Por decisão do Ministério de Guerra, coube ao Engenheiro Militar Temístocles Paes de Sousa Brasil⁵ o trabalho de estudar os mananciais e elaborar o projeto de

⁵ Temístocles Paes de Sousa Brasil era Bacharel de Matemática e Ciências Físicas e Engenheiro Militar. Transferido para Campo Grande em 1909, na época com a patente de primeiro-tenente, Sousa Brasil elaborou o Plano do Rocio da cidade, concluído em 1910 (ARRUDA, 2005).

captação e distribuição de água para os quartéis de Campo Grande. Em 1921, Sousa Brasil conclui o documento intitulado *Relatório dos Estudos para o Abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande*. Neste, o autor apresenta o resultado das análises laboratoriais de águas coletadas em 11 localidades de Campo Grande (2 “poços”, 8 “cabeceiras” e 1 “nascente”); descreve a topografia e a composição geológica do sítio urbano; informa a situação da mata ciliar dos mananciais e calcula o volume necessário de água para o abastecimento dos quartéis.

O *Relatório dos Estudos* redigido por Sousa Brasil possibilitou o desenvolvimento de um diálogo entre duas esferas do poder público interessadas no abastecimento de água: o Ministério de Guerra e a municipalidade de Campo Grande.

A documentação que analisamos não nos permite saber com precisão como as duas partes conduziram a negociação que resultou na realização das obras de captação. Contudo, o desfecho da negociação foi registrado no Relatório da Intendência apresentado à Câmara Municipal por Arlindo Andrade Gomes, em 1921. Segundo o Intendente, o Ministério de Guerra comprometeu-se com as obras de captação e condução das águas das “cabeceiras do Jacynto e do Chaves”, e a municipalidade comprometeu-se com a “desapropriação de todas as vertentes necessárias para o abastecimento da cidade, [...]” (GOMES, 1921, p. 46). Com base no Relatório de 1921, sabemos que o ponto de captação estava localizado a “7.800 metros da cidade” e que a distribuição seria por gravidade. Além de usar as “cabeceiras do Jacynto e do Chaves”, o sistema de captação e distribuição foi projetado para captar água nos mananciais localizados nas propriedades de “Joaquim Português” e do “general Reveilleau.” Quando estes mananciais fossem incorporados à rede, o sistema teria capacidade para abastecer uma população de 25 mil habitantes (GOMES, 1921, p. 47).

Na consulta às fontes documentais, não localizamos os Relatórios da Intendência referentes aos anos de 1922, 1923, 1924 e 1925. Foi neste período que as obras de captação foram executadas e as desapropriações de terrenos em torno das nascentes dos mananciais foram concluídas. Na ausência destes Relatórios, faltam informações a respeito de aspectos técnicos das obras e pouco sabemos sobre os procedimentos adotados pela municipalidade para viabilizar a desapropriação dos terrenos em torno dos mananciais.

Em 1926, as obras de instalação da rede hidráulica estavam praticamente concluídas. No Relatório enviado para a Câmara Municipal, o Intendente informou que:

A rede de abastecimento d’água da cidade está assentada e em pleno funcionamento com os seus requisitos técnicos, medido 12.835 metros, a contar do reservatório da distribuição de onde parte a linha de 6 p/p. que segue pela rua José Antonio até o eixo

da Avenida Affonso Penna. Esta linha alimenta os encanamentos gerais por canos de 4 polegadas assentados nas ruas: - Av. Mato Grosso, D. Aquino e Av. Affonso Penna que por sua vez abastecem os canos de 2 polegadas distribuídos pelas outras artérias da cidade, tudo de acordo com o projecto aprovado pela Câmara numa das suas reuniões no ano findo (sic). (FIGUEREDO, 1926, p. 4)

A citação nos permite inferir que o traçado inicial da rede hidráulica foi definido pela municipalidade e contemplava parte do perímetro urbano central. Naquele contexto, a distribuição de água para todas as ruas da cidade não estava nos planos da Intendência. A prioridade era a instalação das adutoras nas principais avenidas (José Antonio, Affonso Penna, Mato Grosso, D. Aquino) e, a partir delas, a rede seria gradualmente expandida com canos de menor espessura.

No Relatório encaminhado à Câmara Municipal, Figueredo informou os gastos realizados pela Intendência no transcurso do ano de 1926 para garantir o funcionamento da rede hidráulica. Estes gastos incluíam, além de material e equipamentos hidráulicos para uso na rede, a contratação de dois guardas (um para a represa e um para o reservatório); a contratação de um “agente cobrador do serviço de ligação”; serviços de transporte; a remuneração do encanador e verbas de “indenização”.

A participação do Ministério de Guerra na modernização do abastecimento de água em Campo Grande despertou o interesse de outras municipalidades localizadas no Sul do antigo Mato Grosso que sediavam unidades das forças armadas. Este foi o caso de Aquidauana.

Distante cerca de 140 km de Campo Grande, o sítio urbano da atual Aquidauana ganhou forma na segunda metade do século XIX, quando a localidade era parte do município de Miranda (ROBBA, 1992; LEITE, 2009). Emancipada em 1892, Aquidauana desenvolveu sua economia a partir da pecuária e da agricultura e beneficiou-se da posição estratégica do seu porto fluvial. Inserida nas rotas do comércio fluvial que abasteciam o sul do Mato Grosso e conectada com outras cidades por estradas de rodagem, Aquidauana iniciou o século XX sendo um importante polo comercial regional (ALVES, 2005; QUEIROZ, 2014).

Na década de 1920, a municipalidade de Aquidauana colocou em pauta a necessidade de obras para o abastecimento de água. No Relatório da Intendência referente ao ano de 1927, na Resolução n. 151, encontramos o registro de uma despesa com o fornecimento de água para o Grupo Escolar. No entanto, o documento não informa sobre como este fornecimento era feito. Considerando que Aquidauana ainda não possuía rede hidráulica, cogitamos a possibilidade de que o abastecimento do Grupo Escolar fosse realizado por aguadeiros.

O ano de 1927 foi importante no processo de modernização do abastecimento de água em Aquidauana. Neste, a Intendência e o 6º Batalhão de Engenharia (unidade militar sediada em Aquidauana) iniciaram negociações para a realização de obras hidráulicas que interessavam às duas partes. O movimento inicial partiu do comando militar do 6º Batalhão. Em documento dirigido ao Intendente de Aquidauana, o Tenente Coronel João da Cruz Zani solicitou autorização para realizar obras de captação e transporte de água. O objetivo principal da solicitação era assegurar o fornecimento do líquido para um contingente militar de aproximadamente mil homens – número expressivo, para uma guarnição do interior.

No Ofício 109, expedido em 29 de dezembro de 1927, o Intendente respondeu informando que o assunto seria apreciado pela Câmara de Vereadores. No documento supramencionado, o Intendente descreveu a proposta que seria encaminhada para o legislativo municipal:

Concessão livre de ônus, do manancial que julga esta administração preferível, o do córrego da “Porteira”, na base da Serra do Amambahy, há 15 km, aproximadamente, desta cidade, com a área necessária aos serviços de captação; concessão livre de passagem nos terrenos municipais e particulares para a linha conductora do ponto de captação ao lugar designado para construção do reservatório ou reservatórios; concessão da área precisa para os reservatórios no perímetro suburbano, franca passagem da linha derivada para o Quartel; incumbe-se a municipalidade da conservação e limpeza do manancial, da linha conductora e dos reservatórios. Estas concessões terão como condição que a captação seja feita em canos de 9 pollegadas até o reservatório ou reservatórios, com capacidade mínima de 600.000 litros de água; franquear o Ministério de Guerra a utilização do excesso de água sobre o consumo do quartel para que a municipalidade traga derivação dos reservatórios para a distribuição domiciliar ou para reservatórios públicos na zona urbana. Despesas estas que correrão por conta da municipalidade (sic). (AQUIDAUANA, 1929, p. 16-17)

A resposta da corporação militar foi registrada no “Offícion. 9 do Commando do 6º B. E.” (AQUIDAUANA, 1929, p. 18-19). Dirigindo-se ao Intendente, o comandante da unidade militar local manifestou a intenção de prosseguir na negociação e solicitou uma alteração na proposta feita pela municipalidade. Na opinião do Comandante, era preciso suprimir a imprecisão no número de reservatórios que seriam construídos. Nos demais aspectos, o Tenente Coronel João da Cruz Zani sinalizou concordância e informou a necessidade de apresentar a proposta para a apreciação do Ministério de Guerra.

A possibilidade de uma colaboração entre o Ministério de Guerra e a municipalidade para execução de obras de abastecimento foi recebida com otimismo por Jorge Bodstein Filho, Intendente de Aquidauana. Na opinião do Intendente, a municipalidade não poderia arcar com o custo das obras de captação e canalização, “cujas despesas orçariam entre 400 a 660:000\$000”. (AQUIDAUANA, 1929,

p. 15) Para além da questão financeira – que por si só, já era de suma importância – o Intendente ressaltou que o abastecimento de água era um investimento na “defesa da saúde da população”. A água canalizada, “pela sua abundancia, modicidade de preços e pureza da lympha” (sic), resultaria na proteção contra as “endemias que costumam assolar os núcleos de população servidos por agua má, [...]” (AQUIDAUANA, 1929, p. 21).

Depois de relatar os termos do acordo de cooperação com o Ministério de Guerra, o Intendente solicitou aos membros da Câmara Municipal a autorização para finalizar o acordo e reiterou que a iniciativa resultaria em benefícios para a população.

Desnecessário será encarecermos ilustre Edis as vantagens que advirão para a nossa população desse acordo, pois que uma vez feita a captação e canalização de agua até o ponto que for escolhido para o reservatório ou para o — T — do registro, caberá ao município somente estudar os meios de conseguir capital para fazer a canalização e derivação para as nossas vias públicas e instalações domiciliares, matéria que deverá ser estudada depois de aberta a verba pelo Ministério da Guerra e iniciados os trabalhos de represa e canalização.

[...]

Ponto de grande importância será assentar-se a entrega desses serviços depois de efetuados, a esta municipalidade que se incumbirá da conservação a exemplo do que já foi feito com a municipalidade de Campo Grande, com o mesmo Ministério. (AQUIDAUANA, 1929, p. 22)

A citação procede do último Relatório da Intendência de Aquidauana que localizamos no Arquivo Público de Mato Grosso. Ela registra a etapa final das negociações que resultaram na cooperação entre a Intendência e o Ministério de Guerra (representado no âmbito local pelo 6º Batalhão de Engenharia). Depois desta etapa, a cooperação efetivou-se e as duas instituições se empenharam no cumprimento das obrigações acordadas: a Intendência de Aquidauana providenciou a desapropriação das terras necessárias para a construção da barragem e o 6º Batalhão de Engenharia se ocupou das obras de captação, da construção do reservatório e da conexão entre as duas partes.

Infelizmente, não localizamos, nos documentos consultados, informações a respeito da extensão inicial da rede hidráulica e desconhecemos o custo fixado pela municipalidade para o fornecimento da água aos cidadãos.

Considerações finais

A pesquisa que originou o presente artigo se insere no incipiente campo de estudos da história do abastecimento de água – campo que ganhou forma inicial nas

décadas de 1980 e 1990. No Brasil, a história do abastecimento de água se encontra em processo de construção e a maior parte das Dissertações e Teses desenvolvidas nos Programas de Pós-Graduação em História aborda o tema a partir das capitais estaduais, e, conseqüentemente, existem poucos trabalhos sobre a historicidade dos sistemas modernos de captação e distribuição de água em cidades do interior do Brasil (RÜCKERT, 2020). Considerando o padrão das Dissertações e Teses produzidas por historiadores brasileiros a respeito do abastecimento de água, acreditamos que o artigo contribui para diminuir a lacuna identificada na historiografia.

O estudo dos primórdios da modernização do abastecimento de água nas cidades de Corumbá, Campo Grande e Aquidauana, apesar de contemplar uma pequena parcela das cidades existentes no sul do Mato Grosso na primeira metade do século passado, amplia a compreensão sobre o desenvolvimento de um serviço urbano altamente relevante. Os resultados da pesquisa indicam que, nas cidades supramencionadas, a preocupação das autoridades públicas com a qualidade das águas consumidas coexistia com as dúvidas a respeito da melhor estratégia para financiar a instalação das redes hidráulicas.

Na Primeira República, num contexto de federalismo e na ausência de uma política nacional de saneamento, o protagonismo das municipalidades [exercido por meio da legislação e da administração dos recursos públicos municipais] foi fundamental para viabilizar a modernização do abastecimento de água.

No Sul do antigo Mato Grosso, Corumbá foi pioneira na iniciativa de oferecer água em redes hidráulicas para a sua população e optou pela concessão do serviço. Nos seus efeitos práticos, a concessão significou a transferência do custo das obras para a empresa concessionária e a garantia de que a taxa gerada pelo fornecimento de água seria transferida para a respectiva empresa.

Em 1908, quando Corumbá publicou o Edital na intenção de atrair investidores para o serviço de abastecimento de água. O procedimento da concessão estava dentro dos padrões políticos da época, e, sob certo aspecto, se enquadrava nas proposições do liberalismo. No entanto, este procedimento não era a única alternativa para uma cidade prover sua população de água potável.

No decorrer deste artigo, demonstramos que Campo Grande e Aquidauana adotaram outra estratégia para viabilizar a modernização do abastecimento de água. Nestas cidades, a cooperação entre o Ministério de Guerra e as municipalidades possibilitou a divisão dos custos e dos trabalhos técnicos necessários para a construção de sistemas de captação e distribuição em rede.

O interesse do Ministério de Guerra pelo abastecimento de água para os quartéis localizados em Campo Grande e Aquidauana estava relacionado à necessidade

de higiene nos alojamentos e à preocupação com a salubridade das tropas. Neste sentido, as prioridades do Ministério de Guerra eram distintas das prioridades das municipalidades. Dentro de um quartel, a oferta de água potável resultaria em benefícios para a saúde dos militares. Nas cidades, a oferta de água potável também provocaria benefícios para a saúde dos cidadãos, mas os seus efeitos excediam a questão sanitária. As redes hidráulicas, quando instaladas, indiretamente provocavam impacto na economia urbana [valorização de terrenos e imóveis, diversificação nas atividades produtivas e atração de investidores] e reforçavam a percepção social do urbano como *locus* da modernidade e do progresso.

Outro aspecto que precisa ser considerado na distinção entre o fornecimento de água para os quartéis e o fornecimento para as cidades de Campo Grande e Aquidauana, diz respeito à geração de uma importante receita para as municipalidades. Uma vez implantado, o serviço de abastecimento de água foi cobrado dos cidadãos e se expandiu gradualmente. Havia uma demanda por água potável e as municipalidades de Campo Grande e Aquidauana ampliaram suas receitas anuais incorporando novos usuários.

A importância do serviço de abastecimento de água nas finanças municipais é um tema presente nas fontes documentais consultadas e demanda novas pesquisas. Para as cidades que implantaram redes hidráulicas sem o procedimento da concessão, a cobrança da “taxa de água” garantia uma renda constante e de valor expressivo. Na Lei Orçamentária que fixou a previsão de receitas e despesas para o ano 1942, a Intendência de Campo Grande estimou a receita do abastecimento de água em 330:00\$000 – valor que correspondia a 16% da receita total prevista para os cofres municipais (CAMPO GRANDE, 1942). Em 1945, a receita estimada para a “taxa de água” de Aquidauana era o equivalente a 14% da receita total prevista para o respectivo ano (AQUIDAUANA, 1945). Estes números são indicativos de que o serviço de abastecimento de água impactava de forma positiva nas finanças municipais.

Fontes Documentais

AQUIDAUANA. *Relatório dos Negócios Municipaes referente ao exercício de 1928, apresentado à Câmara Municipal de Aquidauana, em sua sessão de 29 de Janeiro de 1929, pelo Sr. Intendente Jorge Bodstein Filho*. Typ. do Globo: São Paulo, 1929. [Arquivo Público de Mato Grosso].

AQUIDAUANA. *Decreto-Lei n. 21, de 09 de janeiro de 1945*. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1945. s/local: s/ed., 1945. [Arquivo Público de Mato Grosso].

CAMPO GRANDE. *Decreto Lei n. 47*. Orça a receita e fixa a despesa para o exercício de 1942. Campo Grande: Aragão e Cia., 1942. [Arquivo Público de Mato Grosso].

CONGRO, Rosário. *Relatório encaminhado pelo intendente Rosário Congro a D. Francisco de Aquino Correia, presidente do Estado, como prestação de contas de sua administração, de 05/09/1918 a 07/09/1919*.

[O Município de Campo Grande em 1919]. Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019.

CORUMBÁ. *Ofícios dirigidos a Câmara*. 1889. Caixa s/nº. [Arquivo da Câmara Municipal de Corumbá].

FIGUEREDO, Arnaldo Estevão de. *Relatório apresentado pelo Intendente Geral do Município à Câmara Municipal, referente ao exercício de 1926, pelo Dr. Arnaldo Estevão de Figueredo, e aprovado pela mesma Câmara em reunião de 15 dezembro do mesmo ano*. Município de Campo Grande. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de S. Paulo, 1926. [Arquivo Público de Mato Grosso].

GOMES, Arlindo de Andrade. *Relatório apresentado à Câmara Municipal pelo intendente Arlindo de Andrade Gomes, do ano de 1921*. [O Município de Campo Grande em 1921] Campo Grande: Instituto Histórico e Geográfico de Mato Grosso do Sul, 2019.

[Jornal] *AUTONOMISTA: Periódico noticioso, comercial e literário*. Ano IV, número 142, 1908.

Referências Bibliográficas

ADVÍNCULA, Chyara Charlotte Bezerra. **Entre miasmas e micróbios**: a instalação de redes de água e esgoto na cidade de Parahyba do Norte (PB) e outras medidas de salubridade – 1910/1926. 2009. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ALVES, Gilberto Luiz. **A casa comercial e o capital financeiro em Mato Grosso, 1870-1929**. Campo Grande: UNIDERP, 2005

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. Campo Grande – primeiras décadas. In: INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MATO GROSSO DO SUL. **Ligeira notícia sobre a vila de Campo Grande & Relatório dos estudos para o abastecimento de água aos quartéis de Campo Grande**. Campo Grande: GIBIM Gráfica e Editora, 2005. p. 09-20.

ARRUDA, Ângelo Marcos Vieira de. **Campo Grande**: arquitetura, urbanismo e memória. Campo Grande: UFMS, 2006.

BARRETO, Neila Maria Souza. **Água**: gota da vida. Abastecimento e uso no Espaço Urbano de Cuiabá (1790-1886). 2005. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Mato Grosso, Cuiabá, 2005.

BELTRÃO, Jane Felipe. **Cólera, o flagelo da Belém do Grão-Pará**. Belém: Museu Paraense Emilio Goeldi/Universidade Federal do Pará, 2004.

CAMPOS, Hernani Loebler; PACHECO, Soênia Maria. Uma análise histórico-geográfica da importância do rio Beberibe para o abastecimento de água da Região Metropolitana do Recife. **Água y Território**, n. 11, p. 34-43, 2018.

CORDEIRO, Lorena de Pauli. **Uma História Ambiental dos mananciais da Serra do Mar**: o abastecimento de água para Curitiba (1870-1929). 2008. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2008.

DINIZ, José Nilo Bezerra. **Paisagens marginais**: um estudo em perspectiva histórica de localidades portuárias no sertão brasileiro (1808-1851) e no deserto do sudoeste africano (1884-1914). 2014. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2014.

GOUBERT, Jean Pierre. **La conquête de l'eau**. L'avènement de lasanté à l'âgeindustriel. Paris: R. Lanffont, 1986.

GUILLERME, André. **Le Temps de l'eau**. La cité, l'eau et les techniques. Seyssel: Champ Vallon, 1983.

KLAUCK, Aline Gabriela. **Água, fontes e aguadeiros**: o abastecimento hídrico em Nossa Senhora do Desterro (século XIX). 2018. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2018.

LAPA, José Roberto do Amaral. **A cidade: os cantos e os antros**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo/Campinas: Editora Unicamp, 2008.

LEITE, Eudes Fernando. **Aquidauana: a baioneta, a toga e a utopia nos entremeios de uma revolução**. Dourados, MS: Editora UFGD, 2009.

MACHADO DE ALMEIDA, Gilmar. **A domesticação da água: os acessos e os usos da água na cidade do Rio de Janeiro entre 1850 a 1889**. 2010. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

MATÉS-BARCO, Juan Manuel. **La Conquista del agua**. Historia económica del abastecimiento urbano. Jaén: Universidad de Jaén, 1999.

MATÉS-BARCO, Juan Manuel. El desarrollo de las redes de agua potable: modernización y cambio en el abastecimiento urbano. **Agenda Social**, v.3, n.1, p. 25-58, jan./abr. 2009.

MENEZES, José Luiz da Mota; ARAÚJO, Hamilton F. de (Orgs). **Águas do Prata**. A Companhia do Beberibe: história do saneamento de Pernambuco, 1828 a 1912. Recife: Companhia Pernambucana de Saneamento, 1991.

MESQUITA, Yuri Mello. **Jardim de asfalto: água, meio ambiente, canalização e as políticas públicas de saneamento básico em Belo Horizonte, 1948-1973**. 2013. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

QUEIROZ, Paulo Roberto Cimó. **Uma ferrovia entre dois mundos**. A E. F. Noroeste do Brasil na primeira metade do século XX. Bauru/Campo Grande: EDUSC/ Editora UFMS, 2004.

ROBBA, Cláudio. **Aquidauana ontem e hoje**. Campo Grande: Tribunal de Justiça de Mato Grosso do Sul, 1992.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O abastecimento de água no Brasil: uma prospecção bibliográfica no âmbito da historiografia. **Sæculum – Revista de História**, v. 25, n. 43, p. 280-295, 2020.

RÜCKERT, Fabiano Quadros; SENA, Divino Marcos de. Higiene Pública e normatização social na Corumbá Imperial. **Revista de História Regional**, v. 26, p. 151-170, 2021.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O abastecimento de água no Brasil. **Sæculum**, v. 25, p. 280-295, 2020.

SANT'ANNA, Denise Bernuzzi de. **Cidade das águas: usos de rios, córregos, bicas e chafarizes em São Paulo (1822-1901)**. São Paulo: Editora SENAC, 2007.

SILVA, Edson. **Modernização, sanitarismo e cotidiano** (Jacobina – BA, 1955-1959). 2015. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Campina Grande, PB, Campina Grande, 2015.

SILVEIRA, Aline Montagna da. **De fontes e aguadeiros à penas d'água**. Reflexões sobre o sistema de abastecimento de água e as transformações da arquitetura residencial no final do século XIX em Pelotas, RS. 2009. Tese (Doutorado em Arquitetura) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

SOUZA, João Carlos de. **Sertão cosmopolita**. Tensões da modernidade de Corumbá (1872-1918). São Paulo: Alameda, 2008.

TEDESCHI, Denise Maria Ribeiro. **Águas urbanas: as formas de apropriação das águas em Mariana/MG (1745-1798)**. 2011. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Estadual de Campinas, SP, Campinas, 2011.

TERRA, Paulo Cruz. **Tudo que carrega é negro? Carregadores, cocheiros e carroceiros no Rio de Janeiro (1824-1870)**. 2007. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2007.

WORSTER, Donald. **Rivers of empire**. Oxford: University Press, 1985.

GEOMORFOLOGIA E SEU IMPACTO NO PROCESSO DE OCUPAÇÃO HUMANA

Geomorphology and its Impact on the Human Occupation Process

Caroline Juliana Monteiro Añez dos Santos Reys*

Rayssa Aparecida Pinheiro Noveli**

Luciana Escalante Pereira***

Resumo: A morfologia de uma área está entre as primeiras análises a ser realizada para um local ser considerado apto ou não a ocupação. Tendo isso como base foi definido como problemática deste artigo analisar impactos ambientais da ocupação desordenada da área urbana do município de Corumbá-MS levando em consideração a geomorfologia da região. O levantamento de dados foi realizado por meio de técnicas de geoprocessamento e sensoriamento. Com os dados gerados conseguiu-se mapear as feições geomorfológicas do município e classificar a ocupação a nível de microbacias, podendo assim traçar um diagnóstico sobre os principais impactos da antropização em algumas áreas.

Palavras-chave: Geoprocessamento, Corumbá e organização urbana.

Abstract: The morphology of an area is among the first analyzes to be carried out for a site to be considered suitable for occupation or not. Based on this, the problem of this article was defined as analyzing the environmental impacts of the disorderly occupation of the urban area of the municipality of Corumbá-MS, taking into account the geomorphology of the region. Data collection was carried out using geoprocessing and sensing techniques. With the data generated, it was possible to map the geomorphological features

Introdução

A migração para a cidade pela falta de perspectivas de trabalho no campo ficou conhecida como êxodo rural, que no Brasil teve grandes proporções em meados dos séculos XIX e XX (PAULO, 2010). O crescimento urbano ocorreu de modo acelerado e desordenado na maioria das cidades brasileiras (MORATO *et al.*, 2011), já que as cidades precisavam expandir seus meios urbanos para atender à crescente demanda populacional.

A ideia de crescimento é comumente associada à ideia de desenvolvimento, estando ambas relacionadas à evolução positiva (MARANDOLA, 2013). Essa percepção otimista sobre a ideia de crescimento acabou engendrando algumas problemáticas conforme a expansão urbana ocorria.

* Graduada em Ciências Biológicas. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: caroline-reeyz@gmail.com.

** Graduada em Geografia. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: rayssapinhoenoveli@gmail.com.

*** Graduada em Gestão Ambiental. Doutora em Tecnologias Ambientais. Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: l.escalante.pereira@gmail.com.

of the municipality and classify the occupation at the level of microbasins, thus being able to draw a diagnosis on the main impacts of anthropization in some areas.

Abstract: Geoprocessing, Corumbá, Urban organization.



Existem alguns aspectos provocados por esse crescimento desordenado que podem ser classificados como impacto negativo tanto a saúde humana quanto para saúde ambiental, sendo eles, a ocupação de áreas inadequadas; destruição de recursos de valor ecológico; poluição do meio ambiente; e habitações em condições precárias de vida (VILLASCHI, 2003). Com a superlotação dos centros urbanos e a diminuição da oferta de trabalho, muitos indivíduos passaram a se instalar nas periferias das cidades (PAULO, 2010) ocupando áreas consideradas de risco e com condições mínimas.

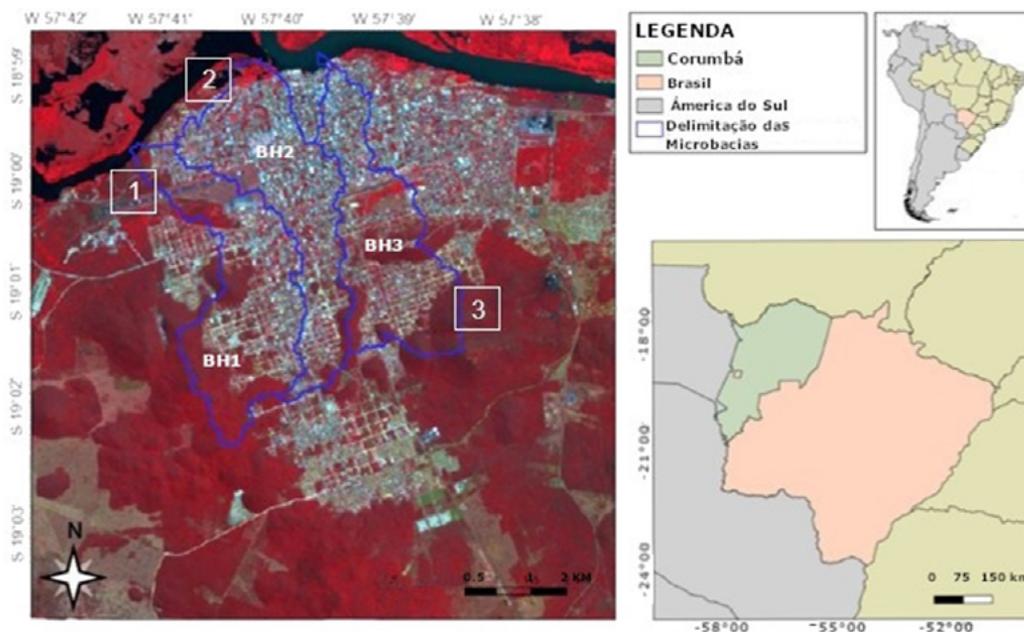
Para se considerar uma área como de risco e com condições mínimas, pode se levantar diferentes componentes, como econômicos, sociais, culturais e naturais que podem contribuir para a classificação do local, mas, um componente de cunho natural pode ser considerado preponderante nessa classificação: o contexto geomorfológico local.

A geomorfologia está entre as primeiras análises a ser realizada para uma área ser considerada apta ou não a ocupação. Um exemplo disso é que as áreas de vulnerabilidade natural de um ambiente normalmente estão associadas à geomorfologia e também à geologia local. Considerando isso, este trabalho buscou analisar os impactos ambientais da ocupação desordenada da área urbana da cidade de Corumbá-MS associados ao contexto geomorfológico do município.

Área de estudo

A cidade de Corumbá, localizada no Estado de Mato Grosso do Sul (figura 1), representa uma cidade de médio porte, com aproximadamente 112.669 habitantes (IBGE, 2021), e, em níveis urbanos, enfrenta problemas similares a muitas cidades brasileiras, podendo-se citar, a exemplo, os casos corriqueiros de alagamento em diferentes bairros.

Figura 1: Localização do município de Corumbá e da área urbana. Microbacias urbanas analisadas. Imagem de Satélite Sentinel-2, composição falsa-cor RGB-842.

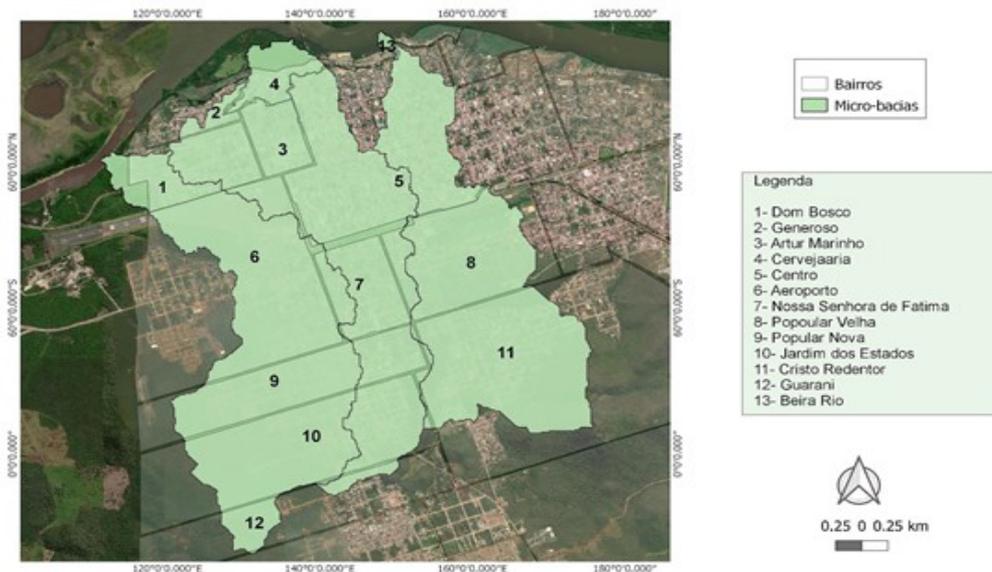


Organização: os autores

Considerando isto, para uma melhor análise da área de estudo, a pesquisa foi conduzida a nível de microbacias urbanas, as microbacias selecionadas foram definidas por critério de extensão, pois, possuem ao longo de sua área 13 bairros (Figura 2). Alguns desses bairros são considerados os mais populosos da cidade, o bairro Centro está em primeiro lugar nessa lista, contendo cerca de 18.433 habitantes no ano de 2010 (GAERTNER, 2017).

A cidade se localiza em um relevo de formas erosivas, contando com, por exemplo, áreas de inselbergs. Os inselbergs correspondem às elevações colinosas da Formação Bocaina, remanescentes de processos de pediplanação e pedimentação, estes ocupam a região sul da cidade, possuindo altitudes que varia dos 150 a 453 m e declividades superiores a 30% (PEREIRA; PEREIRA, 2012).

Figura 2: espacialização dos bairros alocados nas delimitações das microbacias urbanas.



Organização: os autores

No cenário geomorfológico, de acordo com Silva (1986) o município de Corumbá tem a maior parte do seu território inserido dentro do Pantanal brasileiro - maior planície inundável do mundo. O Pantanal tem uma cota média abaixo dos 100 m de altitude e representa um relevo de acumulação. Entretanto, a área urbana de Corumbá representa uma exceção a isto, estando localizada a uma cota acima dos 100 m do nível do mar.

Metodologia e coleta de dados

As imagens a serem processadas no SIG, foram coletadas gratuitamente na Agência Espacial Europeia, através da página *Corpenicus Open Access Hub* (<https://scihub.copernicus.eu/dhus/#/home>). As cenas utilizadas neste trabalho são referentes ao dia 26 de fev. de 2011.

Por se tratar de uma área urbana, optou-se pelo uso de imagens do satélite Sentinel-2, já que o mesmo fornece resolução espectral de 10 m, o que gera como produto final um quadrante com maior resolução espacial, permitindo assim um maior detalhamento dos alvos a serem mapeados, o que favorece estudos em áreas urbanas. O satélite opera em orbital heliossíncrona com 98.5623° de inclinação,

possui como instrumento o sensor MSI (MultiSpectral Instrument), que fornece uma resolução radiométrica quantificada em 12 bits por pixel, tendo a capacidade de imagiar uma faixa de 290 Km.

Para delimitação e extração das bacias hidrográficas foi utilizado o Modelo Digital de elevação (MDE) Alos, com resolução de 12m, sensor *PALSAR*. O *PALSAR* é um sensor de abertura sintética que opera na Banda L, e possui um alto detalhamento do terreno (EMBRAPA, sd). As cenas utilizadas para mapeamento foram coletadas gratuitamente no site *ASF.Alask- NASA*.

O início dos processamentos correu no sistema de Informações Geográficas (SIG) *SPRING 5.5*, software nacional de licença gratuita criado pelo Instituto Nacional de Pesquisas e Estatísticas (INPE). No *SPRING* a imagem passou pela técnica de segmentação e classificação, sendo realizado o processamento de classificação supervisionada que é um processo de extração de informação em imagens para reconhecer padrões e objetos (SPRING, 2006).

Para a classificação foram selecionadas quatro classes gerais: vegetação arbórea, vegetação rasteira, área construída e água. Na classe área construída foi considerada toda forma de impermeabilização artificial do solo e edificação: asfalto, estacionamentos, prédios, telhados, entre outros. Na classe vegetação rasteira foi considerada toda forma de gramínea, se apresentando na maior parte em: campos de futebol; e superfície de solo exposto com mistura espectral de vegetação, onde se encaixa, por exemplo, terrenos baldios.

Após o processo de classificação, iniciou-se a extração de bacias hidrográficas no software *TerraHidro*, versão 4.2, uma plataforma brasileira também produzido e disponibilizado pelo INPE. O arquivo vetorial gerado pelo SIG foi importado para o *SPRING* e plotado sobre no modelo de classificação já finalizado.

Optou-se pela etapa de classificação primeiro ao processo de delimitação em virtude de minimizar os efeitos da subjetividade do processo de classificação. Dessa forma, manteve-se os mesmos critérios de avaliação em todas as microbacias hidrográficas, considerando que, foi gerada uma só classificação que posteriormente foi delimitada e separada a nível de microbacia

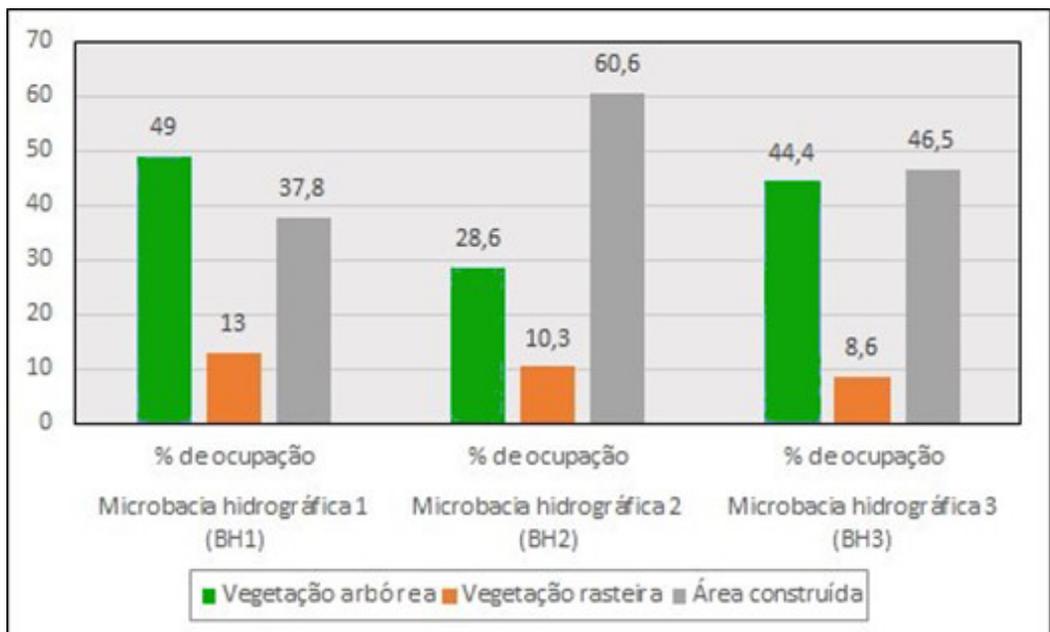
Como a análise da área de estudo foi dividida a nível de microbacia, os dados do contexto geomorfológico da cidade também foram empregados em contexto de microbacias. Para a aquisição de informações da geomorfologia local foram utilizadas informações do Projeto *RadamBrasil* e da Companhia de Pesquisa de Recursos Minerais (ARAÚJO, 1980).

Resultados e Discussões

Para que se atingisse os objetivos propostos neste trabalho, foram processados dados de classificação referente a área total de aproximadamente 13.562,238 km² em relação às áreas das microbacias BH1 (4.797,525 km²), BH2 (4.555,394 km²) e BH3 (4.209,319 km²). Através do processo de classificação foram mensurados os níveis de antropização das bacias, já que a partir deste processamento foram coletados dados de cobertura e uso do solo, no qual verificou-se que a microbacia hidrográfica 2 (Bh-2) é a mais antropizada, com cerca de 60% de sua área sendo ocupada por edificações humanas. Pelo fato de a classe água apresentar-se com valor irrisório (<1%), ela não foi representada no gráfico (Figura 3).

A microbacia-3 (Bh-3) apresentou uma distribuição quase igualitária entre área de vegetação arbórea e área construída, com uma diferença de apenas 2,1% entre as duas coberturas, dentre as BH's analisadas a 3 foi a única que demonstrou esse comportamento de equivalência entre as classes.

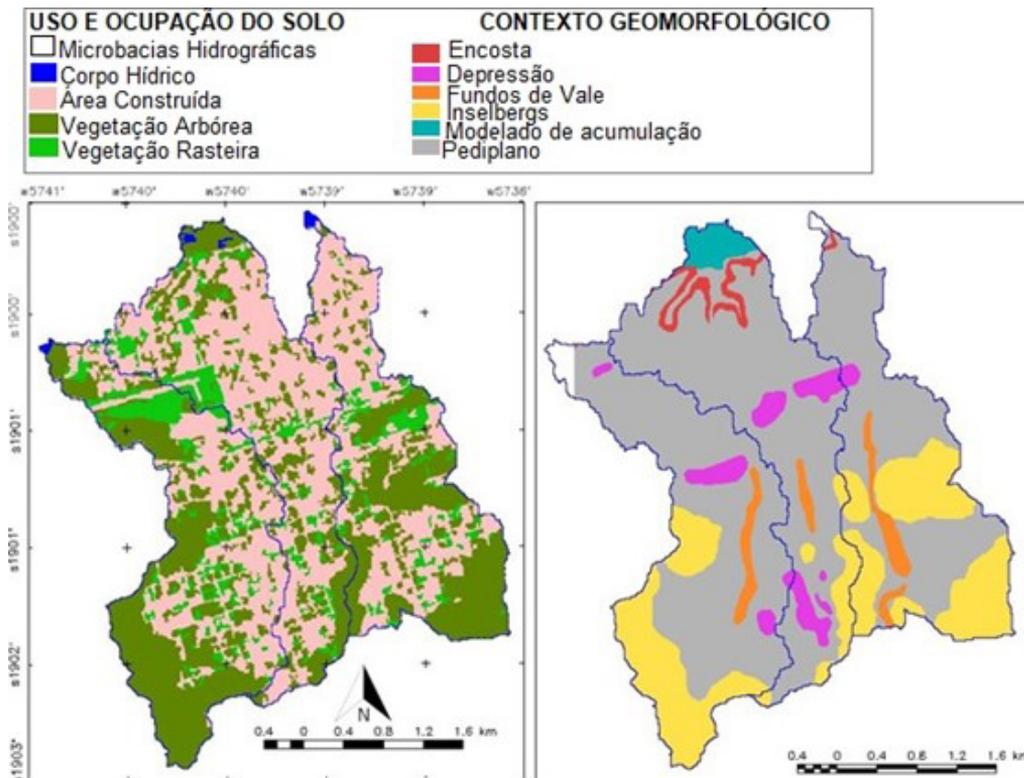
Figura 3: Taxa de área ocupada pelas classes temáticas em cada microbacia.



Organização: os autores

Já a microbacia-1 (Bh-1) possui um cenário ímpar para uma microbacia hidrográfica urbana, isso porque, a maior parte da microbacia é recoberta por vegetação arbórea. Situação vislumbrada em grande parte em função das características de relevo local. De forma genérica, pode-se pontuar algumas estruturas mais específicas do contexto geomorfológico local (figura 4).

Figura 4: Contexto de uso e ocupação do solo e geomorfologia das microbacias hidrográficas urbanas da cidade de Corumbá. Pela comparação dos dois cenários é possível perceber que a presença de inselbergs no relevo local é o que assegura a presença de grande parte da vegetação arbórea da cidade.



Organização: os autores

Considerando o contexto geomorfológico e uso do solo, é possível perceber que a área de vegetação arbórea da microbacia-1 concentra-se na maior parte na porção sul e sudoeste, região ocupada por inselberg, o que ainda, restringe um pouco a ocupação e expansão populacional nessa região, conservando a vegetação arbórea.

Na microbacia-3 o mesmo é observado. Em quantitativos de área recoberta por vegetação arbórea, a Bh-3 possui 4,9% a menos de área em comparação a Bh-1, enquanto a porcentagem da Bh-2 em relação a essa classe fica abaixo de 20,5% quando comparada com a maior. Observando a classificação geomorfológica do município pode-se constatar que esse comportamento da Bh-1 e Bh-3 estão relacionados diretamente com a morfologia do terreno.

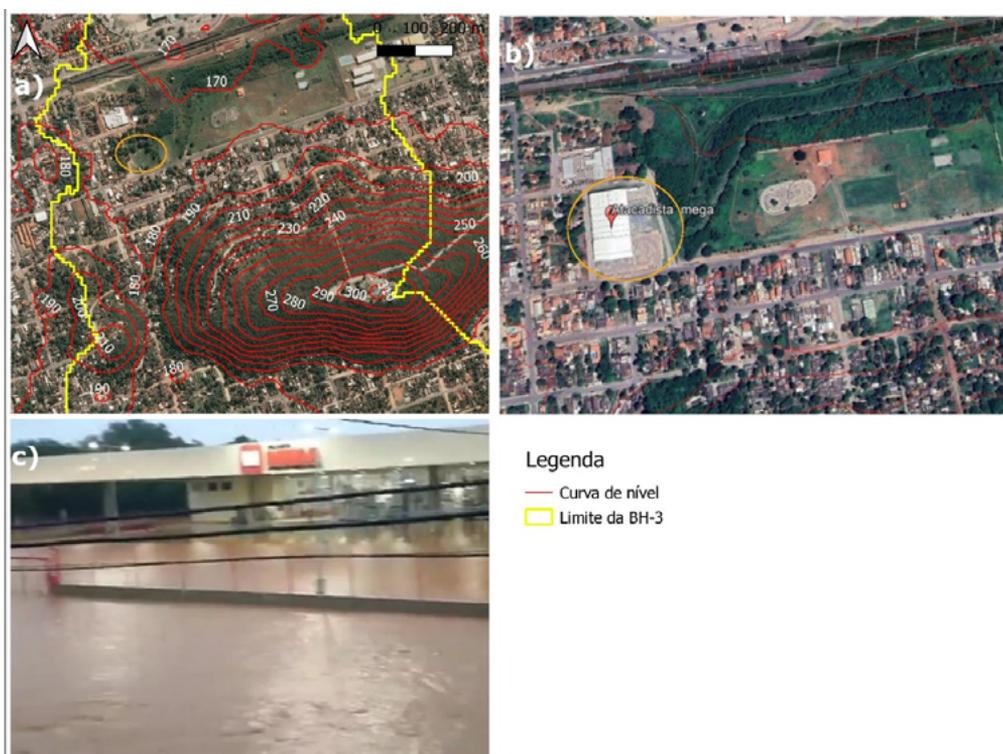
As áreas de vegetação arbórea da microbacia-2, que corresponde a 28% da bacia, estão conservadas justamente nas regiões onde são mais impróprias para

construção, como as regiões do modelado de acumulação, encostas e os inselbergs. Entretanto, apesar de restringir, as características geomorfológicas não inibem a ocupação de áreas inadequadas.

Esse processo de ocupação do perímetro das BH's ocasiona mudanças consideráveis, já que a uma impermeabilização em toda área construída da bacia o que gera retardo no processo de infiltração da água no solo. Ressaltando ainda que ao longo do período chuvoso essa mudança se torna uma problemática social, haja vista que durante esse período a um aumento no volume da água escoando pela superfície, e por consequência sobrecarregando a rede de drenagem gerando inundações urbanas em alguns pontos das bacias (figura 5).

O curso da água tende a ser direcionado pela gravidade, ou seja, das áreas mais altas para as áreas mais aplainadas. A impermeabilização da área para construção do supermercado, gerou uma sobrecarga para a rede de drenagem da região. A área de infiltração da água durante o período de chuva foi reduzida consideravelmente, ocasionando deste modo as inundações constantes do local.

Figura 5: Esboça a localização de uma área de constante alagamento, a comparação entre as imagens deixa clara a relação do relevo com os eventos constantes de inundação na área



Fonte: Figura 5c) adquirida por recursos virtuais.

Os alagamentos na área urbana do município são recorrentes no período de chuva. Mesmo que as áreas mais próximas ao deságue das bacias sejam afetadas pela massa de água, já que correspondem a uma parcela mais aplainada, os bairros localizados a sul/sudoeste no município, em relação ao Rio Paraguai, sofrem consideráveis perdas por consequência das enxurradas. Cenas como as ilustradas na figura 6 são corriqueiras nas regiões dos bairros Cristo Redentor, Popular Velha e Aeroporto, todos situados na parte alta da cidade.

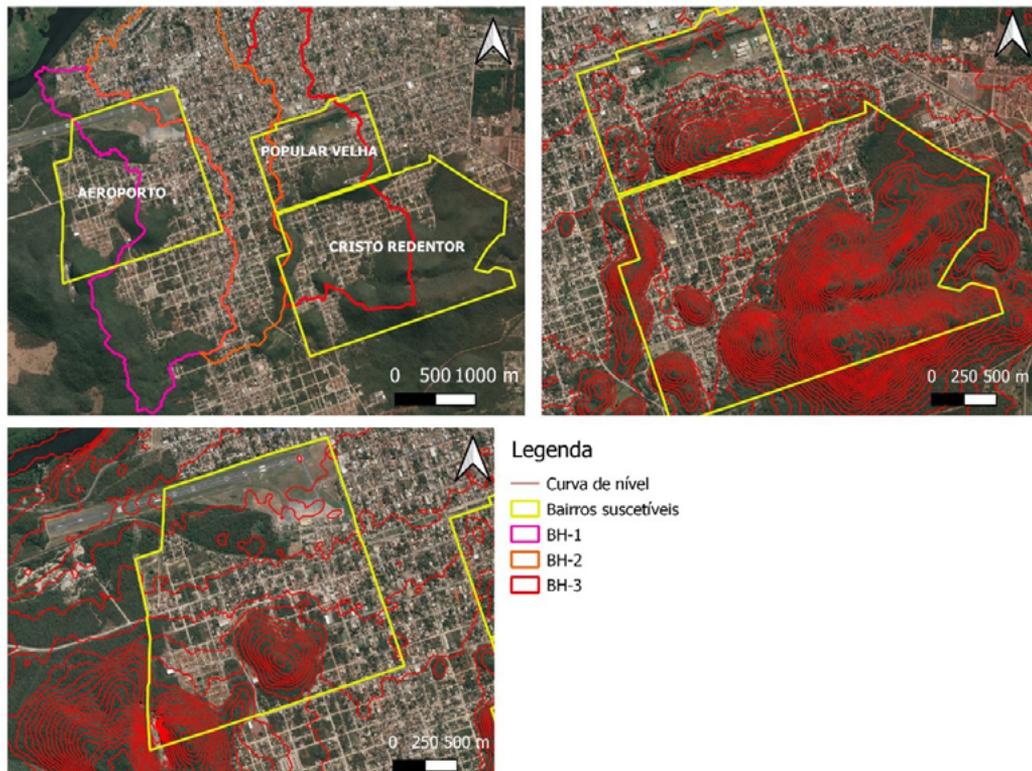
Figura 6: imagens obtidas pelo site de notícias online Correio de Corumbá que deixa claro a situação em que os moradores que residem nas áreas de enxurrada e alagamento passam durante as chuvas.



Fonte: adquirida por do jornal eletrônico correio de Corumbá

Os três bairros encontram-se em áreas circundadas por morrarias (figura 7), os vales e encostas onde se instalam essas moradias durante as chuvas se tornam áreas de escape da massa de águas. Dependendo do volume e da força do escoamento, as enxurradas geram danos econômicos e sociais consideráveis para os moradores e para o município.

Figura 7: Localização dos bairros dentro do perímetro urbano do município de Corumbá e contorno da variação altimétrica do relevo, podendo observar as áreas de escape da água.



Organização: os autores

Para compreender mais a fundo a caracterização das bacias e observar as especificidades de cada uma de forma individual, foram tabulados alguns dados morfométricos demonstrados na Tabela 1. A análise dos dados morfométricos é definida por Siqueira (2012) como um levantamento de dados que classificam as redes de drenagem. O autor ainda destaca que essa geração de dados pode auxiliar os estudos relacionados as condições das microbacias, viabilizando a avaliação do comportamento das BH's, tornando deste modo o estudo morfométrico parte primordial para o gerenciamento de microbacias hidrográficas, já que é a partir do detalhamento dos dados que pode-se delinear potenciais riscos de cada microbacia e ainda avaliar os impactos ambientais nelas gerados, principalmente pelas atividades antrópicas.

TABELA 1 - Dados morfométricos das microbacias hidrográficas

	Microbacia hidrográfica 1	Microbacia hidrográfica 2	Microbacia hidrográfica 3
Cota Máxima (m)	396	243	467
Cota Mínima (m)	97	98	98
Cota Máxima do Canal (m)	196	191	190
Cota Mínima do Canal (m)	97	98	98
Comprimento do Canal (km)	5.2	5.8	6.0
Área Total da Bacia (m²)	4.797,525	4.555,394	4.209,319

Organização: os autores

As microbacias analisadas não possuem grandes diferenças em termos numéricos, pela análise dos dados é possível perceber que a maior diferença é em relação a variação no relevo. Enquanto a microbacia-2 é a que tem a menor altitude, a microbacia 3 é a que conta com os maiores níveis de altitude, atingindo os 467m. Por ser a microbacia-2 que possui os inselbergs de menor elevação e com uma maior área da bacia ocupada por pediplano, é compreensível o valor de área construída que a bacia apresenta, ademais, a região central da cidade, área densamente edificada, encontra-se nesta bacia.

Em uma análise mais pontual, mesmo as microbacias não apresentando grandes diferenças em termos morfométricos, o processo de ocupação das microbacias faz com que a resposta a eventos naturais seja sentida de maneiras diferentes.

Considerações finais

Entre as três microbacias analisadas, duas ainda possuem boa parte de cobertura vegetal, conservação essa mantida pela presença de inselbergs no relevo da cidade. Apenas a microbacia-2 possui mais de 50% da sua área antropizada, fato esse que pode ser utilizado para concluirmos que a geomorfologia do município influenciou e influencia na ocupação das construções humanas.

Observou-se também que a principal dificuldade é lidar com populações já inseridas em locais inadequados, onde não houve e nem há planejamento para ocupação do espaço físico, essa dificuldade pode girar em torno do apego e do sentimento de pertencimento ao lugar, o que torna a discussão árdua muitas vezes.

O poder público municipal mesmo com seu programa de habitação e remoção dos moradores destas áreas, ainda não conseguem sanar a ocupação destes locais, a população continua construindo moradias, ocasionando impactos ambientais e perdas econômicas.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq pela bolsa de iniciação científica de Caroline Juliana Monteiro Añez dos Santos Reys e Rayssa Aparecida Pinheiro Noveli. Apoio da Fundação Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS/MEC –Brasil.

Referências

- ARAÚJO, H. J. T. de; MONTALVÃO, R. M. G. Geologia da Folha SF.21-Y-B, sudoeste do Estado de Mato Grosso do Sul: Operação 578/80 – DIGEO/BAGOI. Goiânia. **Projeto RADAMBRASIL**, 15 p. (Relatório Interno RADAMBRASIL, 362G), 1980.
- BOMBEIROS atendem mais de 50 solicitações de alagamentos durante tempestade dessa madrugada em Corumbá. **Correio de Corumbá**. Corumbá-MS. 13 de jan. 2021. Disponível em: <http://www.correiodecorumba.com.br/?s=noticia&id=39131>. Acesso em: 10 fev. 2022
- CAMERA, G. *et al.* SPRING: Integrating remote sensing and GIS through object-oriented data modeling. **Computers and Graphics**, v. 20, n. 3, p. 395-403, 1996.
- EMBRAPA, Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. ALOS - Advanced Land Observing Satellite. **EMBRAPA- satélites de monitoramento**. Disponível em: <https://www.embrapa.br/satelites-de-monitoramento/missoes/alos#:~:text=O%20PALSAR%2D%20%C3%A9%20um,o%20desligamento%20do%20primeiro%20sat%C3%A9lite>. Acesso em: 02 jan. 2019.
- GAETNER, L. Conheça quais são os bairros de Corumbá e alguns dados curiosos como origem dos nomes. **Diário Corumbaense**, Corumbá-MS, 07 nov. 2017. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=98032>.
- IBGE, 2021. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - **IBGE**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/ms/corumba.html>.
- MARANDOLA, J. R. *et al.* Crescimento urbano e áreas de risco no litoral norte de São Paulo. **Revista Brasileira de Estudos de População**, Rio de Janeiro, v. 30, n. 1, p. 35-56, 2013.
- MORATO, R. G.; KAWAKUBO, F. S.; HAYAKAWA, E. R.; MACHADO, R. P. P. Análise da expansão urbana por meio de composições coloridas multitemporais. **Mercator**, v. 10, n. 22, p. 221-213, 2011.
- PEREIRA, L. E.; PEREIRA, J. G. Identificação e análise das áreas de vulnerabilidade ambiental da cidade de Corumbá (MS). **Revista Geografia**, Londrina, v. 21, n. 1, p. 085-101, 2013.
- PAULO, R. F. O desenvolvimento industrial e o crescimento populacional como fatores geradores do impacto ambiental. **Revista Veredas do Direito**, Belo Horizonte, v. 7, n. 13/14, p. 173-189, 2010.
- PISSARA, T. C. T.; RODRIGUES, F. M.; POLITANO, W.; GALBIATTI, J. A. Morfometria de microbacias do Córrego Rico, afluente do Rio Mogi-Guaçu, estado de São Paulo, Brasil. **Revista Árvore**, Viçosa/MG, v. 34, n.4, p. 669-676, jul./ago. 2010.

SIQUEIRA, H. *et al.* Análise morfométrica e definição do potencial de uso do solo da microbacia do Rio Veríssimo, Veríssimo-MG. **Enciclopédia Biosfera**, v. 8, n. 15, 2012.

SILVA, T. C. Contribuição da Geomorfologia para o Conhecimento e Valorização do Pantanal. In: SIMPÓSIO SOBRE RECURSOS NATURAIS E SÓCIO ECONÓMICOS DO PANTANAL, 1., 1986, Brasília. **Anais [...]**. Brasília-DF: EMBRAPA, 1986.

VILLASCHI, J. Novas modalidades de urbanização e sua inserção regional: o condomínio Alphaville Lagoa dos Ingleses, Nova Lima-MG. In: CASTRIOTA, L. B. (Org.). **Urbanização brasileira: redescobertas**. Belo Horizonte: C/ Arte, 2003. p. 159-174

WALDE, D. H. G. *et al.* New aspects of Neoproterozoic-Cambrian transition in the Corumbá region (state of Mato Grosso do Sul, Brazil). **Annales de Paléontologie**, v. 101, n. 3, p. 213-224, jul./set. 2015.

PANTANAL VALLEY: PROPOSTA DE CRIAÇÃO DO LABORATÓRIO DE INOVAÇÃO NA REGIÃO FRONTEIRIÇA BRASIL X BOLÍVIA

Pantanal Valley: a Proposal for the Creation of an Innovation Laboratory in the Borders Region Between Brazil and Bolivia

Ana Lucia Monteiro Maciel Golin*
 Artur Oliveira Gomes**
 Georgia Angelica Velasquez Ferraz***

Resumo: Este artigo apresenta as principais etapas para criação do Pantanal Valley, um Laboratório de Inovação Interinstitucional com foco no município de Corumbá/MS e região fronteiriça. Primeiramente, apresentamos uma análise das mudanças impostas pela inovação e seus diferentes efeitos e o conceito de laboratório de inovação. Uma vez fundamentado o conceito de laboratório de inovação, mostramos as dimensões estratégica, serviços, estrutura, aprendizagem e comunicação, nas quais um laboratório de inovação necessita ser planejado. Finalmente, conclusões e trabalhos futuros são apresentados no final do artigo.

Palavras-chave: Laboratório de inovação, ecossistema de inovação, fomento a inovação, empreendedorismo, startups.

Abstract: This paper presents the main steps towards, the Pantanal Valley, an Interinstitutional Innovation Laboratory focusing on the city of Corumbá/MS and the border region. We start with the analysis of changes imposed by innovation and its different effects and the concept of innovation laboratory. Once the concept of innovation laboratory is defined, we present five dimensions which an innovation laboratory needs to be planned in: strategic, services, structure, learning and

Introdução

É notório como a tecnologia vem proporcionando novos horizontes para todas as instituições e, conseqüentemente, mudanças significativas em todas as áreas (não só as de negócios) são visivelmente noticiadas e percebidas. Um gestor atento à forma como a inserção das tecnologias emergentes vem modificando processos, rotinas e maneiras de gerenciar. Também busca descobrir ferramentas para atualizar seus departamentos, produtos, serviços, operações e, em alguns casos, a instituição como um todo. Especialmente buscando entregar aos seus clientes mais facilidades, produtos diferenciados e/ou melhorar seus processos operacionais internos tornando-os continuamente mais competentes, eficazes e inovadores.

O novo sistema global composto pela inexistência de barreiras geográficas

* Administradora, Mestre, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: analuciagolin@hotmail.com.

** Cientista da Computação, Doutor, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: artur.gomes@ufms.br.

*** Administradora, Mestre, Instituto Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: georgia.ferraz@ifms.edu.br.

communication. We draw some conclusions and future work at the end of the paper.

Keywords: Innovation Laboratory, innovation ecosystem, promoting innovation, entrepreneurship, start-up.



cas no que tange a comunicação entre pessoas físicas e jurídicas e a velocidade das informações “[...] permite que novos produtos sejam concebidos e desenvolvidos em qualquer lugar”, (RIES, 2019, p. 29). Permite também que seus clientes os descubram numa velocidade totalmente sem precedentes fazendo com que instituições antes consideradas tradicionais na produção de certos produtos ou serviços se tornem rapidamente obsoletas ou antiquadas (RIES, 2019).

Diante do atual contexto, que leva em consideração a limitação de muitas organizações para tornar a inovação uma atividade rotineira e o entendimento de que há empreendedores potenciais tanto dentro quanto fora das empresas, o objetivo desse artigo é de apresentar uma proposta de criação de um Laboratório de Inovação aberta que atenda a região do Pantanal sul-mato-grossense (Corumbá/MS e cidades fronteiriças), de forma a tornar possível a consolidação do ecossistema de inovação empreendedor neste ambiente.

Assim, espera-se que a institucionalização de um Laboratório de Inovação Interinstitucional e Internacional, gerido por instituições públicas e privadas locais, aqui denominado Pantanal Valley, possa engajar agentes atuantes no município de Corumbá/MS, de modo especial em prol do fortalecimento local, ao possibilitar a promoção, por meio de empreendedores potenciais e intraempreendedores a criação, consolidação e manutenção de novos empreendimentos de base tecnológica e *startups*.

Neste artigo, realizamos revisão bibliográfica sistemática, inicialmente para fundamentar os conceitos abordados no evento ILabthon. Os dados obtidos auxiliaram a compreender melhor cada dimensão envolvida na ideação de laboratório de inovação. Nosso objetivo é fundamentar os pontos que justificam a necessidade da criação de um laboratório de inovação na região do pantanal.

Motivação

A proposta de dimensionamento e formatação do Pantanal Valley, um Laboratório de Inovação Interinstitucional e Internacional para atender a cidade de Corumbá/MS e região, surgiu a partir da participação dos autores deste artigo num evento de inovação criado pelo Conexão Inovação Pública RJ¹ e denominado ILabThon². O formato do evento foi apresentado aos participantes por meio de um catálogo de documentos complementares, que aqui denominaremos de tutoriais, as quais descreviam as etapas a serem percorridas e os pré-requisitos a serem exigidos na construção básica do documento final. Além de documentos também foram indicadas como sugestão de leitura, uma diversidade de publicações de materiais e artigos relacionados ao tema.

Foi mediante a utilização e análise do documento “ILabthon Dimensões de um laboratório de inovação” que tivemos uma condição/orientação mais efetiva sobre a estrutura de apresentação a ser exigida e gerada, sendo esta composta pelos autores e com a colaboração do presidente da *Fundacion Empresa Trabajo de Santa Cruz de La Sierra/Bolívia* e de um representante da Prefeitura Municipal de Corumbá/MS.

As cinco dimensões que, necessariamente precisavam ser abordadas, atendidas e respondidas no documento criado por cada equipe participante do ILabthon considerava a descrição dos seguintes aspectos: Estratégica; Serviços; Estrutura; Aprendizagem e Comunicação, conforme descrito no material informativo do evento. Para cada uma destas Cinco Dimensões foram elencadas um rol de questões para nortear as equipes na sua construção. As questões para cada dimensão serão apresentadas no quadro a seguir:

¹ O Conexão Inovação Pública RJ é uma rede de inovação com o propósito de facilitar o engajamento e o aprimoramento de agentes públicos para fornecer ao cidadão melhores serviços públicos.

² O iLabthon foi uma maratona voltada a criação de laboratórios de inovação no setor público, uma ação da rede Conexão Inovação Pública RJ com a colaboração de parceiros, realizado entre os dias 29 e 31 de janeiro de 2021, no formato virtual, no qual utilizou prioritariamente como ferramenta de comunicação, entre a equipe organizadora e os participantes, a plataforma do Discord.

QUADRO 01 - Cinco dimensões do ILabthon

Dimensões	Tópicos a serem abordados no relatório final
Estratégica	Por que precisamos de um laboratório de inovação? Qual é o propósito do laboratório? Qual é o público-alvo do laboratório? Quais problemas serão enfrentados? Quais são os objetivos do laboratório? Qual é o seu escopo/área de atuação?
Serviços	Quais serviços o laboratório oferece? Quais necessidades são atendidas com os serviços do laboratório? Quais abordagens são necessárias para a criação dos produtos/serviços? Como o público-alvo pode acessar e usar os serviços oferecidos?
Estrutura	Qual é a posição organizacional do laboratório? Qual é a governança do laboratório? Quem são os parceiros internos e externos e o que eles oferecem? Como é a estrutura física e/ou virtual? Quais são os recursos do laboratório? Como acontece a promoção de um comportamento inovador?
Aprendizagem	Quais competências precisam ser desenvolvidas? Quais métodos, abordagens, técnicas e tecnologias precisam ser aprendidos? Por que este aprendizado é importante para os objetivos do laboratório? Quem precisa aprender o quê? De que forma acontece o aprendizado? Como é feita a gestão do conhecimento?
Comunicação	Quais são os objetivos da comunicação? Quem é o público-alvo da comunicação? Quais conteúdos fazem parte da comunicação? Quais os canais de comunicação que são utilizados?

Fonte: adaptado dos tutoriais do ILabthon

Referencial Teórico

Mudanças Impostas Pela Inovação

Segundo Schwab (2016), o processo de industrialização também vem se reconstruindo e reformulando constantemente, adequando seu fluxo de produção fabril tão necessário ao atendimento do mercado de massa às inovações tecnológicas. As indústrias, assim como as escolas, o varejo, o agronegócio e outras tantas áreas, não poderiam deixar de incorporar o mundo digital em suas rotinas de trabalho. Atualmente já fazem uso de uma infinidade de ferramentas digitais disponíveis, para melhorar internamente sua estrutura e entregar melhores produtos/serviços aos seus clientes. Embora muitas instituições ainda estejam se

movimentando lentamente nessa perspectiva, outras já estão nessa jornada de construção, reconstrução e aprendizado há algum tempo, aprendendo com seus próprios erros e testando diversas possibilidades.

Então, como as empresas podem acompanhar a frenética busca por produtos e serviços cada vez melhores, mais inovadores e compatíveis com as necessidades reais dos consumidores e/ou usuários? Muitas instituições passaram internamente a designar uma única área funcional a responsabilidade pela criação de novos produtos e serviços, o departamento de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D).

Algumas empresas se esforçaram para designar o departamento de P&D, investindo em infraestrutura e pessoal, até mesmo estabelecendo plano de ação de inovação, com ideias reservadas para os próximos anos. Outras empresas optaram por definir uma parte da carga horária dos funcionários de alguns setores para que eles usassem em atividades criativas e com potencial de gerar soluções. E em muitos casos ao se investir não houve consideração no retorno em vendas e crescimento da empresa.

Segundo Ries (2019) o que ocorre atualmente é que, destinar somente a área de P&D a responsabilidade por todas as inovações de uma empresa pode ser considerado um gargalo ou um equívoco. Isso porque nas diversas corporações responsáveis por disponibilizar novos produtos, processos, serviços ou modelos de negócios inovadores, geralmente não há condições de inovar em todas essas frentes de forma síncrona, por não poderem viabilizar recursos (humanos ou materiais) suficientes, ou por não disporem de *know-how* técnico para aplicar e acompanhar a velocidade com que novos produtos e serviços vão ao mercado, sobretudo de forma ágil. Portanto o que se percebe é que:

[...] as organizações atuais – tanto as tradicionais quanto as emergentes – carecem das capacidades necessárias a qualquer empresa para prosperar: as habilidades de testar com rapidez novos produtos e novos modelos de negócios, de empoderar seu pessoal mais criativo e de se engajar repetidas vezes num processo de inovação – e gerenciá-lo com rigor e responsabilização –, de modo que possam chegar a novas fontes de crescimento e produtividade (RIES, 2019, p. 11).

Muitas empresas não conseguem acompanhar as mudanças nas tendências do mercado, muitas vezes entregando um produto que é incompatível com as demandas dos clientes. Ries (2019, p. 30) descreve também que neste novo contexto empresarial as “[...] necessidades de novas fontes de crescimento” só podem advir da inovação, condição fundamental para a determinação da “Cultura da Inovação”, a qual pode ser incentivada em instituições de qualquer ordem ou tamanho. Pois independente de sua forma ou característica “[...] uma empresa moderna é aquela que possui as duas metades, os dois sistemas: que têm a capacidade de

fabricar produtos de grande confiança e qualidade, mas também de descobrir novos produtos para comercializar” (RIES, 2019, p. 41)

A produção de produtos adequados ao uso do cliente, atendendo as exigências de legislação e expectativas do mercado é um objetivo, manter-se no mercado conhecendo cada vez mais alternativas de inserção de produtos na rotina das pessoas, de modo que elas não entendam como era possível viver bem sem tal produto, é uma boa estratégia de crescimento de negócios. Para se atingir o potencial de inovação contínua e ser uma empresa moderna conforme delimitado por Ries (2019), deve ser dada aos colaboradores possibilidades e oportunidades para agirem de forma empreendedora.

Segundo Stefano (2017), no Brasil, aproximadamente 74% de *startups* encerram suas atividades após cinco anos de sua criação. Portanto, as startups são negócios incertos devido à característica natural e alta taxa de mortalidade, e as grandes corporações precisam ter consciência de que uma ideia brilhante, criada por um time de jovens motivados pode não atingir o êxito almejado. Desta forma, muitas vezes torna-se mais seguro e viável esperar um startup amadurecer e se consolidar no mercado para, posteriormente, investir ou adquiri-la já com a certeza de que este produto será aceito pelo mercado consumidor.

Um dos exemplos contemporâneos mais evidentes que caracteriza a ausência de atitude corporativa inovadora é o caso da Kodak. Autores como Jenkins (1975) *apud* Latour (1991) exemplificam como ela inovou há alguns anos, trazendo o roteiro histórico da lenta e longa trajetória do processo de inovação que ela percorreu, já que o fato ocorreu entre os anos de 1850 a 1899. Este longo processo permitiu uma evolução conceitual do produto, a câmera da Kodak, como um objeto de utilização voltado ao (novo) mercado de massa, passando então a atender usuários amadores e não mais apenas, os profissionais da fotografia.

Outro exemplo, que trata dos avanços para a inovação de produtos, mas que demonstra a necessidade de atenta e continuadas pesquisas antes da disponibilização de uma arrojada inovação foi o caso do evento *Grand Challenge*, anunciado no ano 2002. O referido evento surgiu como uma tentativa de incentivar a criação de produtos inovadores, focados no propósito da Agência de Projetos de Pesquisa Avançada de Defesa (DARPA), sobretudo para estimular o progresso tecnológico nos EUA. O evento premiaria com um (1) milhão de dólares quem construísse um “[...] veículo completamente autônomo que pudesse completar um trajeto de 240,1 quilômetros (duzentos e quarenta quilômetros e cem metros) no deserto de Mojave, na Califórnia” (BRYNJOLFSSON; MCAFEE, 2015, p. 21).

Exemplos como este reforçam o pensamento de que, para evoluir tecnologicamente é necessário sim, tempo e visão de longo prazo. A subjetividade de aprender com o erro do evento, a maior preocupação com a seleção do que com os protótipos entregues e a utilização de tais veículos no mundo real permitiu a inovação futura, em conjunto com os dados coletados.

Outro ponto, neste caso sobre as características tipicamente humanas de um processo de inovação acabam sendo as responsáveis pela identificação, delimitação e construção de modelos de negócios que atendam as expectativas de futuros usuários de produtos e serviços completamente inovadores. Assim sendo, segundo Lopes (2017), a criação de negócios, baseado nas características tipicamente humanas, é um dos principais aspectos do empreendedorismo.

A grande questão aqui, aventada pelos dois exemplos citados anteriormente referem-se ao tempo de entrega dessas transformações e modificações ao mercado consumidor. Assim, o questionamento inicial deste artigo pode voltar à tona: como conseguir que uma empresa inove de forma ágil, prática e proveitosa, considerando a sua vasta linha e diversidade de produtos e serviços? Chiavenato (2012, p. 11) indica que:

“[...] em um mundo de negócios carregado de mudanças e transformações, não basta a inovação evolucionária e gradativa e nem mesmo a inovação revolucionária. É preciso se antecipar a essas mudanças e transformações e partir para a inovação disruptiva”.

A inovação disruptiva já é incentivada e acelerada pelas startups que estão surgindo no mercado. A busca pela inovação das grandes corporações, a partir das startups, já se torna uma maneira segura e cautelosa de investir na incerteza, pois serão elas quem se arriscaram, ao testar tecnologias desconhecidas.

O modelo de negócios de uma startup se adapta melhor ao risco, permitindo uma curva de aprendizado que a estrutura já estabilizada de empresas maiores não permitiria. Qual empresa já estabelecida do mercado, por exemplo, teria coragem de pivotar? E nas startups a mentalidade mais “jovem”, no sentido dos colaboradores se manterem criativos, abertos ao novo e conectados com o mercado, oferece um ambiente mais seguro para a geração e acolhimento de ideias.

Chér (2014) preconiza que a inovação acontece quando a criatividade é estimulada, dela as novidades são idealizadas, se cria algo novo quando se descobre e experimenta o idealizado, que pode ser em forma de produto, serviço ou um novo comportamento social. Na ideação de negócios, muitas empresas esquecem de originar a ideação do seu modelo de negócio partindo dos problemas da sociedade. Algumas chegam a atingir a fase de financiamento, entretanto com o problema da falta de validação junto ao público-alvo.

Há que se reconhecer que inovar envolve não apenas a criação de algo novo, mas também o acompanhamento das tendências de mercado e a antecipação dos movimentos do ambiente externo da empresa. Um produto altamente inovador modifica a rotina das pessoas, diminuindo as suas dificuldades e maximizando os benefícios de sua utilização, entregando ao cliente o que ele valoriza nesse tipo de produto e melhorando a vida da sociedade em geral. Por exemplo, quantos filmes hoje em dia possuem tramas que hoje não seriam mais um problema, pois aquela situação mostrada teria sido resolvida se na época existisse algo como um celular ou até mesmo internet.

Já Ferrari (2010, p. 30) aponta que a “[...] inovação tecnológica não é sinônimo de impacto comercial. Tem o potencial para gerar impacto comercial, se for bem-aceita pelo mercado”. Brito e Weaver (2003, p. 18) também reforçam que “[...] o processo de empreender envolve todas as funções, atividades e ações associadas à percepção de oportunidades e à criação de organizações que buscam organizadamente estas oportunidades”.

Se inovar envolve acolher ideias, empreender vai compreender e analisar as eventuais oportunidades dessa ideia e validar no mercado. Ideias ajudam o mundo a ser um lugar melhor, mas empresas precisam vender para sobreviver. Muitas ideias boas foram desperdiçadas por terem sido mal apresentadas ao mercado.

É, neste cenário de necessidade contínua de inovação e disponibilização de novos modelos de negócios que se encontram não apenas grandes indústrias, mas também micro e pequenas empresas que precisam se aperfeiçoar em tecnologia sem perder o foco de seu negócio principal, mesmo que ainda careçam de recursos (humanos, materiais e financeiros) para tais investimentos (VARRICHIO, 2016).

Muitas empresas também relatam que adquirir pequenos empreendedores iniciantes é uma de suas importantes estratégias corporativas. Os motivos das empresas adquirentes e as consequências potenciais em adquirir startups mostra que as aquisições poderiam ser um evento ganha-ganha pós-entrada, refletindo um processo de transferência de tecnologia (ANDERSSON; XIAO, 2016, tradução da autora).

Ao estimular a criação de *startups* que propiciem produtos e/ou serviços para a empresa que não consegue inovar, ou que adotam estratégias de inovação lenta, os resultados podem se apresentar de forma mais eficaz, pois as *startups* geralmente carregam em sua essência a agilidade, a escalabilidade e o baixo custo de implantação (VARRICHIO, 2016; GOMES, 2017; RIES 2014). Enxergar o ecossistema de inovação como um aliado ao desenvolvimento econômico pode ser uma estratégia interessante, especialmente voltada ao crescimento e a manutenção do potencial de inovação das instituições.

Ressalta-se que nos últimos anos, as iniciativas em prol do empreendedorismo e da inovação digital se proliferaram entre os diversos agentes da sociedade. Diversas instituições públicas e privadas, como universidades, escolas, incubadoras e aceleradoras têm fomentado ações visando promover laços, desenvolver novas empresas e apoiar novas ideias (LOPES, 2017). Os diversos atores do ecossistema de empreendedorismo e inovação realizam, cada um na sua missão e visão, atividades de fomento aos empreendedores.

Conceituando o Laboratório de Inovação

Partindo do princípio que a inovação acontece quando se gera valor a partir de ideias, pode-se dizer que os laboratórios de inovação, são estruturas para explorar criativamente, isto é, novas ideias visando alcançar resultados diferentes habilidades muito necessárias na era atual de transformação digital. Dornelas (2012, p.80) declara que “[...] a internet deixou de ser privilégio de modelos de negócios puramente digitais e que nem sempre se comprovaram eficazes e passou a ser território para as empresas tradicionais do mundo real”.

A inovação corporativa é crucial para empresas estabelecidas que buscam permanecer relevantes em face ao ambiente disruptivo dos dias de hoje. Os laboratórios de inovação tornaram-se tão vitais para os negócios hoje, que estão integrados desde os setores de telecomunicações, finanças, entre outros.

Uma rede de cafeterias pode usar um laboratório de inovação para desenvolver uma nova tecnologia que aumente a fidelização de seus clientes frequentes (Warnick, 2021). Também um banco pode usar um laboratório de inovação para explorar outros modelos de negócios (SUND, 2021).

Os laboratórios de inovação são unidades de negócio que podem complementar uma empresa como um todo ou ser totalmente isolados. Visam a concepção de novas ideias, estabelecimento de novos serviços ou produtos, a experimentação de novos modelos de negócios ou melhorias nos processos internos de uma companhia. Segundo Green (2021), processos criativos como *brainstorming* e *design thinking* podem conduzir a ideação e o desenvolvimento de inovações.

Portanto, um laboratório de inovação tem a tarefa de apresentar novas ideias, executá-las e iterar até que a ideia seja totalmente executada ou integrada a um negócio. Aqueles que trabalham no laboratório contam com experiência multifuncional e colaboram para criar produtos e serviços. O laboratório de inovação também pode realizar pesquisas de mercado ou manter-se atualizado sobre possíveis disrupções na área de atuação.

No empreendedorismo, a experimentação se tornou a base de uma das abordagens mais influentes para o lançamento de novos empreendimentos. A abordagem de startup enxuta (BLANK, DORF, 2012; RIES, 2011) envolve transformar as suposições mais básicas sobre as quais um modelo de negócios é construído em hipóteses testadas através de experimentação. A experimentação como abordagem visa como um desenvolvimento do modelo de negócios pode prosseguir mais rápido, com maior certeza e menos recursos necessários.

A realização de experimentos, seguidos do ato de 'pivotar', tornou-se imprescindível para a prática do empreendedorismo em nível global e é comumente ensinada a empreendedores em incubadoras, escolas de negócios e espaços de *co-working*, como uma abordagem mais eficaz para lançar um empreendimento de sucesso (AULET, 2013; EISENMANN *et al.*, 2011).

A Proposta de Criação do Laboratório de Inovação: O Pantanal Valley

Partindo deste universo contemporâneo que constitui novas práticas sociais na área dos negócios tecnológicos, que este artigo se propõe a evidenciar o interesse de um grupo de servidores públicos da região pantaneira em fomentar a criação de um Laboratório de Inovação, o qual serviria para acolher, atender e estimular a inovação tecnológica no ambiente empresarial local, em Corumbá/MS, relatando estratégias potenciais, sob orientação de mentores vinculados ao evento denominado ILabthon, dos quais os servidores públicos participaram.

Conforme questões relacionadas pelas cinco Dimensões e indicada no Quadro 01, o relatório final trouxe na Dimensão Estratégica uma visão geral do local escolhido, abordando sobre: alguns aspectos particulares da região, a descrição de como ele agiria, o entendimento do que exatamente seria o laboratório e qual o seu objetivo de funcionamento.

A segunda dimensão, a de Serviços, tratou de esclarecer pontos importantes sobre como os serviços seriam ofertados à comunidade e aos agentes locais envolvidos. Na Dimensão Estrutura foi apresentado um dimensionamento dos recursos necessários e das parcerias propícias ao andamento da proposta de criação do Pantanal Valley.

A dimensão Aprendizado tentou identificar formas de aprendizado adquiridas tanto por quem fornece os serviços propostos, quanto por aqueles que o recebem. Na última dimensão, a Comunicação, foi identificado o fluxo de comunicação que se perspectiva que ocorra entre os membros do laboratório (interna e externamente), bem como as formas de atingir e de se comunicar com

a comunidade externa, fazendo uso de alguns canais de comunicação acessíveis e disponíveis.

No próximo capítulo serão apresentadas cada uma das cinco Dimensões poderiam ser atendidas na criação de um Laboratório de Inovação, que possa atender a toda a comunidade da região Pantaneira Sul Matogrossense e do país fronteiriço a cidade de Corumbá/MS, a Bolívia.

O laboratório em cinco dimensões

Nessa sessão, apresentaremos detalhadamente as cinco dimensões a serem atendidas pelo Laboratório Pantanal Valley, iniciando com a dimensão estratégica.

Dimensão estratégica

Com relação à Dimensão Estratégica, definimos os aspectos motivadores de abertura do Laboratório de Inovação, o Pantanal Valley. Esse atenderá a região do Pantanal Sul-mato-grossense (Corumbá/MS e suas cidades fronteiriças), apresentando como propósito primário o de promover a conexão entre instituições (setor público e/ou privado) e interessados em empreender, por meio de soluções tecnológicas e da criação de startups. E com isso poder institucionalizar um espaço capaz de fomentar as conexões entre os diversos agentes do ecossistema empreendedor de inovação local, já que alguns deles já realizam ou, já possuem seu núcleo interno de inovação.

Portanto, a intenção não é a de apenas criar um Laboratório de inovação para uma instituição em especial, mas sim de desenvolver um ambiente que promova a interface entre as instituições com interesse por novos produtos e inovações baseada em tecnologias.

Corumbá/MS compõe uma das cidades da macrorregião fronteiriça Sul-mato-grossense, o que permite um fortalecimento conjunto com algumas de suas cidades limítrofes. A Zona de fronteira local faz divisa com a cidade de Ladário/MS, no Brasil e com as cidades de *Puerto Suarez* e *Puerto Quijarro*, na Bolívia.

No cenário atual o que se percebe, quanto aos aspectos de inovação e empreendedorismo tecnológico é a existência de membros que mobilizam e engajam o ecossistema empreendedor da região realizando ações que se caracterizam pela tentativa de levar a percepção da comunidade local sobre os benefícios de se dar atenção a esta área.

Desde 2017, vários eventos de inovação como Startup Weekends, *Hackathons*, Startup-se, *Bootcamp* (pela UFMS) e iniciativas de fomento ao empreendedorismo como mentorias de pré-incubação em incubadora tecnológica (pelo IFMS) foram realizados. Mas, dentre as startups idealizadas nestes eventos poucas conseguiram se estabelecer enquanto startups, por vários motivos, tais como pela ausência de suporte e metodologia que promovesse a continuidade da empresa, por inexistência de um Laboratório de Inovação que as orientasse de forma que permitisse seu amadurecimento, pela falta de engajamento dos membros das startups, entre outros aspectos.

Destaca-se como meta de médio prazo, o incentivo a abertura de novos negócios digitais na região Pantaneira, com base em inovação e tecnologia, promovendo uma maior oferta de empregos e trabalho, por meio da criação, experimentação, validação, desenvolvimento, assessoramento, mentorias e entrega de produtos e soluções tecnológicas inovadoras; o oferecimento de soluções tecnológicas para a sociedade; a otimização de esforços de instituições públicas e privadas para a consolidação e manutenção do ecossistema empreendedor da região, aproximando o cidadão das entidades envolvidas.

Alguns dos problemas enfrentados na região relacionam-se com o desconhecimento da comunidade local sobre os benefícios que as startups podem trazer às instituições com dificuldade ou limitações para inovar; com a criação de formas atrativas de captação de talentos em gestão, desenvolvimento (programação) e design dos grandes centros urbanos (para se estabelecerem na região pantaneira); e sobre as mudanças necessárias em políticas públicas de fomento à pesquisa e inovação. Na cidade de Corumbá/MS, ainda não há uma Lei de incentivo à inovação, nem a existência de um Conselho Multidisciplinar, para discutir tais aspectos.

Acredita-se que o público-alvo beneficiado pela implantação do Pantanal Valley, um laboratório de cunho internacional e interinstitucional de fomento à inovação sejam: pequenos, médio, micro e Empresários individuais; executivos de grandes instituições; jovens com perfil; agentes públicos de inovação local, os quais já possuem seu departamento/centro de inovação.

Dimensão Serviços

No que tange a Dimensão Serviços, foi delimitado que o laboratório de inovação deveria ter como propósito o de oferecer uma gama de serviços, tais como: a conexão entre empresas e empreendedor tecnológico (desenvolvedor da solução); eventos de ideação e criação de startups; mentorias, assessoria e orientações

técnicas; espaço de implantação de startups – em formato de *coworking*; base de dados sobre o empreendedor digital local; espaço para instalação de Incubadora Tecnológica (Instituto e Universidades); vínculo com aceleradoras e investidores-anjo; plataforma de engajamento de todas as partes do ecossistema de inovação local, do registro e o acesso dos participantes em cada processo.

Os serviços prestados pelo laboratório visam a criação de vínculos interinstitucionais variados, em forma de rede de colaboração. Para a criação de produtos e/ou serviços, será utilizado metodologias envolvendo todas as abordagens contemporâneas sobre startups e ambientes de inovação de forma alinhada com a natureza do produto/serviço e perfil do empreendedor.

Dimensão Estrutura

Visando atender ao quesito Dimensão Estrutura perspectiva-se que o laboratório tenha um formato autônomo e independente, sendo composto por servidores institucionais que queiram promover a inovação na região. Sendo, portanto, um Laboratório Interinstitucional/intersetorial, no qual sua posição organizacional será regida de forma independente.

A estrutura organizacional do laboratório tem, em seu topo, a alta gestão composta por presidente e vice-presidente. Logo abaixo, os líderes de equipes, composta por gestor jurídico e contratual, gestor de relacionamento, marketing e comunicação, gestor financeiro e captação de recursos. Em nível estratégico, tem-se um grupo de trabalho (GT) fixo, composto por cinco membros criadores do GT e da proposta do Laboratório do Pantanal Valley.

Já em nível operacional, contará com membros escolhidos por edital para compor a equipe, atendendo a ausência de conhecimento da equipe, tais como atividades de consultoria advocatícia e jurídica, comunicação e publicidade, entre outros. As instituições volantes (ou sazonais) poderão contribuir com a indicação destas capacidades em troca do desenvolvimento de ações de seu interesse.

A Estrutura será horizontalizada, pautada em papéis claros e não em hierarquia, sendo composta basicamente pela existência de certas funções. Cada função será representada por atividades compostas pelas seguintes subáreas: desenvolvimento, suporte e consultoria. Essas atividades envolverão os diversos grupos de inovação, voltados ao atendimento das equipes de cada uma das startups instaladas; dos membros voluntários; de apoiadores; investidores e colaboradores de eventos; além de facilitadores; bem como dos membros voluntários, apoiadores e colaboradores específicos das ações de monitoria e assessoria.

Reconhece-se que alguns fatores poderiam ser considerados prejudiciais à execução do Pantanal Valley, tais como a resistência ao aprendizado de novas metodologias, do perfil de cultura organizacional tradicional arraigada nos órgãos públicos, da limitação de orçamento de pesquisa destinado a eventos e atividades de inovação, bem como no excesso de burocracia exigida pelos editais das instituições federais. Por outro lado, é ponderado que alguns desses pontos podem ser trabalhados através da promoção de eventos que fortaleçam a cultura e o ecossistema de inovação entre os participantes do laboratório.

A estrutura do laboratório está focada na criação de um perfil multidisciplinar dos membros, o qual incentivará a participação de membros interessados em compartilhar com o real avanço da inovação na região, devendo ser determinada contrapartida clara entre os membros fixos e volantes (sazonais) do GT.

Em relação às parcerias são apresentados aqui, os parceiros internos e externos. Em termos de parceiros internos, é listado a UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul) e o IFMS (Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso do Sul). Tais instituições serão de importância nas ações de pesquisa, elaboração e organização de eventos de inovação, inserção da fábrica de software e da incubadora tecnológica (PIME e TecnoIF) para execução dos serviços de orientação e mentorias de funcionamento das startups constituídas.

Também é apresentado aqui as parcerias com as prefeituras das cidades de Corumbá, Ladário, Miranda, no Brasil, além de *Puerto Quijarro* e *Puerto Suárez*, na Bolívia. As prefeituras desses municípios atuarão nas ações de regulamentação das políticas públicas para a inovação, do programa de incentivo fiscal, e do fundo municipal de inovação. O SEBRAE atuará como parceiro interno, visto que o espaço físico para o Laboratório será dentro das dependências da unidade de Corumbá. Além deste também haverá a realização de parcerias em cursos e consultorias, a partir da conexão com o vasto ecossistema nacional e fomento da inovação.

Além das parcerias internas, também contará como parceiros o StartupMS (Associação de Startups do Mato Grosso do Sul) e ACIC (Associação Comercial e Empresarial de Corumbá), no Brasil; e a *Fundación Empresa Trabajo*, na Bolívia, cuja parceria visa a gestão e aporte de recursos para atividades na fronteira, com a participação de startups e empreendedores, o relacionamento com Universidades da Bolívia as quais apoiarão o Laboratório, gerando conexões entre agentes públicos e privados da região fronteiriça.

Espera-se que a estrutura física tenha condições de dispor de um espaço colaborativo e dinâmico, sendo este disponibilizado pelo SEBRAE MS, como já mencionado, o qual contaria também com a possibilidade de engajar agentes atuando virtualmente com o ecossistema local. Perspectiva-se também desen-

volver, em conjunto com a ACIC, um banco de talentos com a disponibilização de perfis aptos a contribuir na capacitação, na gestão, no desenvolvimento de novas tecnologias e na aplicação da inovação.

Os recursos do Laboratório serão divididos em quatro características: o material, o humano, o intelectual e o financeiro. No quesito Material, contará com os recursos oferecidos pela Unidade do SEBRAE em Corumbá. Em relação aos recursos humanos, com a capacidade técnica do grupo de talentos, como analistas, especialistas em gestão, TI, design, contabilidade e direito. Já a abordagem de metodologias, processos, softwares, faz parte dos recursos intelectuais disponíveis. E finalmente, no que se refere aos recursos financeiros, cita-se os investimentos provenientes de parcerias com a iniciativa pública e privada, cedidos pelos agentes fixos e por parceiros e apoiadores. O laboratório será um espaço de desenvolvimento de projetos e aceleração de startups no estilo *coworking* e por isso, se faz necessário a utilização de bancadas de trabalho, com tomadas de eletricidade, além de cadeiras, quadro branco e ar condicionado.

Os estímulos ao comportamento inovador serão promovidos através de eventos, *Hackathons*, Webinários, *Bootcamps* e oferecimento de soluções para as demandas apresentadas pela comunidade empresarial local, disseminando o comportamento inovador. A promoção e divulgação do laboratório será realizada em instituições de ensino técnico e superior da região e junto à comunidade empresarial. Para a realização de ações presenciais será utilizado o auditório e salas de reuniões/trabalho dos prédios da ACIC e do Sebrae, por estes já disporem de equipamentos adequados à realização deles, combinada a utilização de atividades assíncronas por meio de videochamadas e teleconferências.

Dimensão Aprendizagem

Com relação à Dimensão Aprendizagem, e considerando as exigências metodológicas do evento (ILabthon), este projeto sugeriu o desenvolvimento de competências humanas e técnicas, de forma que fossem desenvolvidas visando aprimorar as práticas e as ações internas do laboratório de inovação, envolvendo talentos digitais (tais como: *fastlearners*, *soft skills*, *growthmindset*, inovação criativa), multidisciplinaridade, perfil de aprendiz, educação empreendedora e demais legislações e/ou regulamentações legais sobre a criação e desenvolvimento (com aceleração) de startups.

A metodologia proposta utilizaria Canvas, metodologias ágeis, *sprint*, *design thinking*, metodologia *Maker*, *Human Centered Design*, inovação aberta. Isso possibilita a construção de novos modelos de negócio de forma ágil e escalonada e o

desenvolvimento de competências digitais para inovar e transformar as práticas empresariais em diversos cenários de ensino, aprendizagem e assistência técnica.

Seguindo esse modelo sugerido, distinguimos a linha de conhecimento específica para empreendedor ou mini investidor. Para o empreendedor em potencial ou empresário da comunidade, solicitante de atuação do laboratório de inovação seria utilizado mapa de sala ou mapa de empatia para conhecimento do perfil de cada possível interessado em gestão, tecnologia e inovação. A aprendizagem seria construída conforme as necessidades da ideia pretendida, com metas de ideação e implementação definidas. Já com “startupeiros”, considerando o diferencial de modelo de negócio, além do mapeamento de perfil e trilha de aprendizagem, o foco seria no monitoramento de indicadores de inovação e viabilidade.

Abordando o público institucional como investidores, investidor-anjo, a consolidação da gestão de conhecimento da rede de contato requer a divulgação dos potenciais da região, discussão e interação de ideias, assim como as metas de retorno de investimento.

Logo, quanto aos gestores do Hub, seja direção, associados e/ou parceiros, a gestão do conhecimento envolve a atuação e experiência de cada player na região, capacitações técnicas nas áreas do laboratório, assim como metas de atingimento de objetivos do laboratório de inovação. O ambiente do laboratório terá como princípio a cultura do *givefirst*, ou dê primeiro. Ou seja, incentivar os colaboradores e participantes a oferecer ao outro o que estiver ao seu alcance para o crescimento do próximo, sem esperar nada em troca. Isso permite enriquecer o aprendizado de todos os usuários do laboratório.

Além disso, será realizado o trabalho com a cultura *maker*, mão na massa, na qual qualquer pessoa, com as devidas ferramentas, poderá desenvolver suas próprias soluções para o cotidiano. Com esse pensamento, a troca de informações e conhecimentos dos usuários do laboratório será peça chave para a criação de novos produtos e serviços visando solucionar as dores da região.

Muitas vezes, esse aprendizado será na forma de tentativa e erro, gerando feedback tanto para as ações positivas quanto para as negativas. Contudo, será incentivada a abordagem de metodologias ágeis e a utilização de técnicas como os *sprints* para rápida prototipação e teste das soluções. Dessa forma, será promovida a cultura do “errar rápido, mudar rápido e testar novamente”, fazendo com que o desenvolvimento de *MVPs* sejam feitos da forma mais, sendo testados nos estágios iniciais, avaliando a resolução do problema e a aceitação do público alvo.

Todas essas ações acima citadas serão constantemente motivadas pelos mentores, que irão auxiliar os profissionais das startups sobre os diversos aspectos.

Tal gestão de conhecimento será realizada por meio da equipe que compõe a governança: contratos, regras e diretrizes, manuais, regulamentos e repositório do conteúdo, além de espaço de convivência e colaboração para o conhecimento tácito, com trilha de aprendizagem para o conhecimento individual de cada envolvido.

Dimensão Comunicação

No quesito Dimensão Comunicação, espera-se que no hub/laboratório de inovação a comunicação tenha claro os objetivos de sua dimensão interna, para garantir que seja dinâmica e ágil, para isso a comunicação interna irá se basear em reuniões virtuais e boletins para acelerar os processos. Já a comunicação externa pretende atingir a maior quantidade de empresários (micro, pequenos, médio e grande) e público potencial, ofertando transparência e celeridade nas ações do HUB divulgando todas as etapas e ações realizadas e dando notoriedade ao HUB ao demonstrar os vínculos estabelecidos e apresentando as soluções desenvolvidas, tudo isso em linguagem simples e inclusiva.

O público-alvo da comunicação envolverá estudantes de ensino médio e ensino superior de instituições de ensino públicas e privadas, pessoas com perfil empreendedor, pessoas com interesse em empreender, funcionários públicos e de empresas privada (intraempreendedorismo), empresários, políticos e executivos locais e regionais, profissionais da área tecnológica e da área de gestão.

Sobre o conteúdo da comunicação, os conteúdos relacionados à criação de empresas, startups, investimentos, entre outros e a divulgação das ações realizadas pelo laboratório de inovação e instituições parceiras; bem como a interação entre os participantes, com contribuições e feedback.

Considerações finais

Diante da experiência de participar do ILabthon percebeu-se a importância em se propor a construção de um Laboratório de inovação interinstitucional e internacional, em formato de Hub, ligando instituições diversas, interessadas no desenvolvimento econômico e sustentável das práticas tecnológicas que possam surgir beneficiando assim, toda a região Pantaneira. Este espaço do empreendedor digital agiria, portanto, como um núcleo de discussão das iniciativas, agindo de forma coordenada entre os agentes locais, nacionais e internacionais, promovendo a transformação necessária em prol da inovação.

Assim, acredita-se ser possível dar andamento a esta proposta, efetuando novos (ou estabelecer os indicados) vínculos institucionais, a fim de que se torne

realidade a construção de um espaço que permita a mobilização em prol de novos modelos de negócios tecnológicos, a criação e a manutenção de startups, as parcerias que promovam o desenvolvimento e a inovação de instituições locais, entre tantos outros benefícios que esta ação conjunta pode gerar a sociedade.

Referências

- ANDERSSON, M.; XIAO, J. Acquisitions of startups by incumbent businesses – a market selection process of “high-quality” entrants. **Research Policy**, v. 45, n. 1, p. 272-290, 2016.
- BRYNJOLFSSON, E. e McAfee, A. **A segunda era das máquinas: trabalho, progresso e prosperidade em uma época de tecnologias brilhantes**. Rio de Janeiro: Alta Books, 2015.
- BUZATO, M. E. K. Ética e linguagem nos encontros pós-humanos. CONGRESSO INTERNACIONAL EM HUMANIDADES DIGITAIS, 1., 2018, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. Rio de Janeiro: CPDOC/FGV, 2018. p. 148-156.
- CAVALCANTE, P. *et al.* (Org) **Inovação no setor público: teoria, tendências e casos no Brasil**. Brasília: Enap: Ipea, 2017.
- CHÉR, R. **Empreendedorismo na veia: um aprendizado constante**. 2. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, SEBRAE, 2014.
- CHIAVENATO, I. **Empreendedorismo: dando asas ao espírito empreendedor**. 4. ed. Barueri, SP: Manole, 2012.
- DORNELAS, J. **Empreendedorismo: transformando ideias em negócios**. 4. ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.
- EISENMANN, T., RIES, E., DILLARD, S. Hypothesis-driven entrepreneurship: The lean startup. **Harvard business school background note 812-095**. Cambridge, MA: Harvard Business School Publishing, 2011.
- FERRARI, R. **Empreendedorismo para computação: criando negócios em tecnologia**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.
- GOMES, T. **Nada Easy: o passo a passo de como combinei gestão, inovação e criatividade para levar minha empresa a 35 países em 4 anos**. São Paulo: Editora Gente, 2017.
- GREEN, N. **What is an innovation lab?** Disponível em: <https://www.wework.com/ideas/professional-development/management-leadership/innovation-labs>. Acesso em: 22 mai. 2021.
- RIES, E. **A startup enxuta**. São Paulo: Lua de Papel, 2014.
- SCHWAB, K. S. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.
- STEFANO, F. Os gigantes e as Startups. **Revista Exame**, São Paulo, edição 1151, ano 51, n. 23, p. 66-74, 06 dez. 2017.
- VARRICHIO, P. C. Uma discussão sobre a estratégia de inovação aberta em grandes empresas e os programas de relacionamento voltados para startups no Brasil. **RACEF – Revista de Administração, Contabilidade e Economia da Fundace**, v. 7, n. 1, Ed. Esp., p. 148-161, 2016.
- SUND, K. J., BOGERS, M. L.A.M., SAHRAMAA, M. Managing business model exploration in incumbent firms: A case study of innovation labs in European banks. **Journal of Business Research**, v. 128, 2021.
- WARNICK, J. **Inside the Tryer Center, the Starbucks lab where anything is possible**. Disponível em: <https://stories.starbucks.com/stories/2019/inside-the-tryer-center-the-starbucks-lab-where-anything-is-possible/>. Acesso em: 22 mai. 2021.

A CULTURA LÚDICA CORUMBAENSE EXPRESSADA POR DIFERENTES GERAÇÕES DE UMA MESMA FAMÍLIA

La Cultura del Juego de Corumba Expresada en Distintas Generaciones de una Misma Familia

Marília Soares de Melo*
Carlo Henrique Golin**
Rogério Zaim-de-Melo***

Resumo: Trata-se de uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso que teve como objetivo analisar a cultura lúdica corumbaense contada por quatro gerações de uma mesma família, neste caso, vivida pela família Baruki. Para tanto foram realizadas entrevistas semiestruturadas com quatro participantes pertencentes a gerações diferentes da família. A análise dos dados aponta que a rua foi, e ainda é o espaço preferido para brincar e os jogos tradicionais compõem a cultura lúdica dos corumbaenses, essa cultura é transmitida, quase sempre entre as gerações, do mais velho para o mais novo.

Palavras-chave: jogos; cultura lúdica; pantanal.

Resumo: Se trata de una investigación cualitativa de estudio de caso que tuvo como objetivo analizar la cultura lúdica de Corumbá contada por cuatro generaciones de una misma familia, en este caso, vivida por la familia Baruki. Para ello, se realizaron entrevistas semiestructuradas a cuatro participantes pertenecientes a diferentes generaciones de la familia. El análisis de los datos muestra que la calle era, y sigue siendo, el espacio preferido para jugar y los juegos tradicionales conforman la cultura lúdica de los *corumbaenses*, esta cultura se transmite, casi siempre entre generaciones, de los más viejos a los más jóvenes.

Palabras claves: juego; cultura lúdica; pantanal.

Introdução

Corumbá foi durante muito tempo um dos municípios mais importantes do então estado do Mato Grosso, sobretudo por meio do seu porto que abastecia e remetia mercadoria para diferentes partes do Brasil e outros países. Por consequência, devido seu fluxo portuário, também recebia diferentes imigrantes que lá permaneceram contribuindo para a miscigenação racial do povo corumbaense e desenvolvimento econômico. Assim, Corumbá ficou conhecida como o “[...] empório comercial da província”, pois abrigava em seu porto um vigoroso movimento de embarcações, passageiros e mercadorias oriundas do rio da Prata” (GOMES, 2018, p.20).

No porto geral da cidade diuturnamente atracavam embarcações brasileiras e estrangeiras com mercadorias que abasteciam o mercado local, regional

* Acadêmica de Educação Física, UFMS/CPAN. E-mail: mariliasoamelo@gmail.com.

** Doutor em Educação Física. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal. E-mail: carlo.golin@ufms.br.

*** Doutor em Educação. Docente na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul-Câmpus do Pantanal. E-mail: rogerio.melo@ufms.br.

(localidades bolivianas) e das regiões Centro-Oeste e Norte do Brasil. Produtos como o cimento inglês, o vinho português e os tecidos franceses eram trazidos em navios oriundos, principalmente da Argentina e do Uruguai, sendo que junto com eles vinham os imigrantes, muitos fugindo de guerras, com o objetivo de começar uma vida nova no Brasil (SHABIB HANY, 2005).

Pelo município de Corumbá chegaram imigrantes de mais de 20 nacionalidades, de 3 continentes (OLIVEIRA; JUNQUEIRA, 2016). De acordo com registros populacionais, em 1910, na cidade havia cerca de 15 mil habitantes, dos quais 3.000 eram naturais da região e o restante imigrantes - paraguaios, bolivianos alemães, ingleses, italianos, portugueses e árabes (GOMES, 2018).

Dentre estes imigrantes, no ano de 1918, chega em Corumbá Nagib Baruki, o primeiro de cinco irmãos. Os Baruki se estabeleceram na popularmente chamada “Cidade Branca”, casaram e seus descendentes compuseram uma parcela importante da sociedade corumbaense, muitos foram estudar em grandes centros brasileiros, formaram-se médicos, advogados, professores, etc. e retornaram a capital do Pantanal, para exercer sua profissão. A história da família Baruki se confunde com a história de Corumbá (BARUKI FONSECA; BARUKI; URT, 2018).

No sentido de trazer elementos significativos sobre a região, o presente artigo tem o objetivo de analisar a

cultura lúdica corumbaense contada por quatro gerações de uma mesma família, neste caso, vivida pela família Baruki.

Cultura lúdica

O termo cultura lúdica se refere a parcela das chamadas culturas da infância (SARMENTO, 2002), diferentes ações que são produzidas pelas crianças, especialmente suas manifestações simbólicas personificadas em jogos e brincadeiras. A cultura lúdica é transmitida entre as crianças, quase sempre intra geracionalmente, escapando o mais possível da intervenção adulta (ZAIM-DE-MELO; SAMBUGARI, 2020).

No Brasil as discussões sobre a cultura lúdica são iniciadas a partir das obras do francês Gilles Brougère, em meados dos anos de 1980 (KISHIMOTO, 1993). No meio acadêmico é a partir da publicação das obras *The games of New Zealand children* de B. Sutton-Smith (1959), *“Children’s games in street and playground”* de I. Opie e P. Opie (1969) e *Transformations: anthropology of children’s play* de H. B. Schwartzman (1978), que o termo cultura lúdica passou a ser utilizado e adotado (ZAIM-DE-MELO; RODRIGUES; GRILLO, 2021).

Para o Brougère (1998, p. 23) a cultura lúdica é definida como:

[...] um conjunto de regras e significações próprias do jogo que o jogador adquire e domina no contexto de seu jogo. Em vez de ver no jogo o lugar de desenvolvimento da cultura, é necessário ver nele simplesmente o lugar de emergência e de enriquecimento dessa cultura lúdica, essa mesma que torna o jogo possível e permite enriquecer progressivamente a atividade lúdica.

Assim, a cultura lúdica é o mecanismo que permite ao ser humano compreender como jogos, muitas atividades que não poderiam ser reconhecidas como tal. Um exemplo é reconhecer a diferença entre uma briga de verdade e um jogo de lulinha, as crianças sabem. Entretanto, o mesmo não acontece com os adultos, principalmente aqueles que no seu dia a dia estão afastados do universo infantil.

Kishimoto (2014) defende que a cultura lúdica é a cultura do brincar, na qual existem aspectos de gênero, classe social e etnia. Para a autora, meninos e meninas possuem diferentes formas, lugares, tradições de brincar que são construídas pelas culturas locais. A equidade de gênero é desejável para que todos possam usufruir na totalidade das modalidades do brincar, sem discriminação.

Nesse contexto, uma das principais características da cultura lúdica infantil é a sua versatilidade em dialogar, motivar, apropriar e compartilhar, as crianças possuem “[...] poder de ‘significação’, que remete à ação de interpretar, criar e

usar signos e instrumentos, sendo uma ação criativa e inventiva de atribuir novos significados/sentidos nas relações em um dado contexto sociocultural” (GRILLO *et al.*, 2021, p. 65).

Cultura lúdica pantaneira

A cultura lúdica da criança pantaneira é pautada na diferença existente entre a área urbana e o pantanal propriamente dito, maior planície alagada do Brasil. Zaim-de-Melo, Godoy e Rodrigues (2021) apontam que o local de moradia da criança corumbaense não é condição *sine qua non* para se brincar, brinca-se no centro urbano e nos bairros afastados da cidade ou no meio rural (nas fazendas de gado e/ou na beira dos rios que compõem o pantanal).

Na parte urbana corumbaense uma das maiores expressões da cultura lúdica é a brincadeira de soltar pipa, entre os meses de maior incidência de ventos, maio a novembro, sendo comum observar nas ruas, crianças independentes de gênero, riscando o céu com pipas coloridas. Nas ruas e alamedas de Corumbá é perceptível nas árvores, fiações elétricas e postes de luz, rabiolas e linhas enganchadas em especial nas férias escolares, período no qual a incidência de soltar pipa aumenta consideravelmente (ALVES; ZAIM-DE-MELO; RIZZO, 2019).

Aliás, é nas ruas que também encontramos crianças jogando peladas de futebol, bolinha de gude e brincando de esconde-esconde, atividade que se repete desde os meados do Séc. XX (ZAIM-DE-MELO; SCAGLIA, 2022). Entretanto é preciso ressaltar que esse cenário vem mudando paulatinamente, como afirmam Zaim-de-Melo e Golin (2019), o advento da modernidade, a pavimentação das ruas e o aumento da velocidade dos carros, tem aumentado a preocupação de pais e responsáveis, algo que vem afastando a criança da rua devido uma maior segurança.

Já o meio rural corumbaense se encontra quase todo na parte úmida do pantanal, nesses espaços vivem famílias em fazendas de criação de bovinos e na beira dos rios, caso de pescadores, pegadores de isca, entre outros. Um estudo recente aponta que a “[...] criança que vive nessas imediações tem nos jogos, brincadeiras e comportamentos lúdicos que realizam a fusão entre os elementos significativos do Pantanal com a própria motricidade” (ZAIM-DE-MELO; GODOY; RODRIGUES, 2021, p. 58). Para os autores o espaço de brincar deixa de ser a rua, uma vez que as residências são longe uma das outras, o que muitas vezes não permite que a criança brinque com outras crianças. Nesse caso a escola assume também essa função, tornando-se um território do brincar.

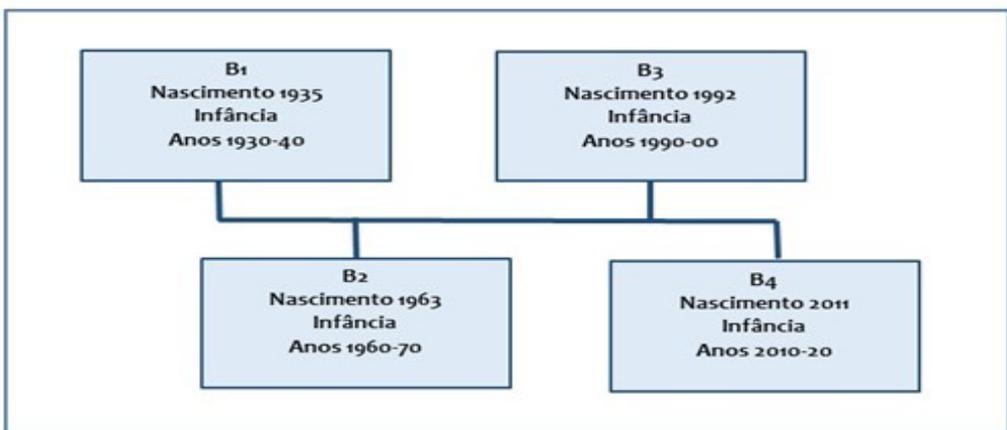
Nessas escolas é possível encontrar dois grupos de jogos e brincadeiras: espontâneas, com a presença do espírito lúdico sem a obrigatoriedade de regras e com regras, com normas declaradas, sem as quais os jogos não podem acontecer (ZAIM-DE-MELO; DUARTE; SAMBUGARI, 2020).

Aspectos metodológicos

Para atingir os objetivos propostos neste artigo foi realizada uma pesquisa qualitativa do tipo estudo de caso. Ludke e André (1998) afirmam que pesquisas que se interessam em algo singular, que tenham valor em si mesmo se enquadram nessa tipologia. Portanto, investigar a cultura lúdica via gerações de uma mesma família é algo singular.

Participaram do estudo quatro membros da família Baruki (quadro 1), representando cada um as quatro gerações da família, sendo o mais velho com 87 anos e o mais novo com 11 anos. A escolha dos participantes foi por conveniência sendo o critério utilizado para seleção foi a disponibilidade em participar do estudo, ser descendente dos Baruki e ter nascido em Corumbá. Os princípios éticos da pesquisa foram respeitados. Cada participante foi informado que poderia recusar a responder qualquer uma das questões, bem como deixar de participar da pesquisa, caso fosse do seu interesse.

Quadro 1. Gerações da família Baruki



Fonte: dados da pesquisa (2022)

Os dados foram produzidos mediante a utilização de entrevistas semiestruturadas com questões que versavam sobre a infância, jogos e brincadeiras e transmissão da cultura lúdica. Duas entrevistas foram realizadas e gravadas com

a ferramenta *Google Meet* e duas foram feitas pessoalmente utilizando um *Smart-phone* para a gravação. Com os mais velhos a entrevista foi iniciada com a questão: Como foi sua infância, já para o integrante mais novo que se encontra na transição infância/adolescência, a conversa foi iniciada pedindo a ele que contasse como é o seu dia.

As entrevistas foram transcritas e submetidas a Análise de Conteúdo (BARDIN, 2010), buscando entender criticamente o sentido das entrevistas, suas concordâncias e discordâncias, seu conteúdo evidente ou encoberto, e também, os pensamentos ocultos ou explícitos.

Em um primeiro momento foi feita a leitura das entrevistas, valendo-se de um processo indutivo emergiram as seguintes categorias: infância; cultura lúdica (jogos, brinquedos e brincadeiras); espaços de brincar.

A infância corumbaense

Percebe-se que a infância corumbaense foi, e ainda é regada de liberdade, as crianças podem brincar na rua, algo que foi expressado pelo entrevistado B1, e permanece sendo com a outra geração (B4), por exemplo. A primeira diferença entre os participantes da pesquisa está relacionada com as obrigações que eles tinham durante a infância.

Minha infância foi uma infância normal. Minha casa não tinha muito luxo, os recursos eram pequenos, mas a educação que era principal para papai. Nós tínhamos oportunidade de divertir de brincar, mas também **tínhamos obrigações** com a própria casa, mamãe que fazia tudo e nós ajudávamos a mamãe com os afazeres domésticos (B1).

Tive uma infância boa, na nossa época em Corumbá ainda não tinha televisão, televisão estava entrando, tinha muita amizade, muitos amigos na rua, colegas de escola. a gente fazia trabalho de escola em casa. A única obrigação que eu tinha era estudar (B2).

Minha infância foi bem da hora, eu tive privilégio de ter uma infância muito boa, muito contato com amigos de rua, primos, tinha liberdade total para brincar. **Eu não tinha nenhuma obrigação doméstica**, mas gostava de ficar na floricultura dos meus pais, porque lá eu ficava com eles, então de vez em quando eu ajudava com alguma coisa, então não era uma obrigação, eu acho que era natural (B3).

Eu vou para a escola e quando não estou na escola, faço inglês, aula de reforço, tênis, futebol e catequese. Quando **não estou nessas atividades**, eu posso brincar (B4).

A relação criança/obrigação é um assunto bem sensível na literatura brasileira uma vez que quando a obrigação, se torna trabalho infantil, quer seja doméstico ou não, este é proibido por lei, com a promulgação do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA (BRASIL, 1990). Os Baruki apontaram que nas suas infâncias

a obrigação existente era estudar, orientados pela educação de seus ancestrais, acreditando conforme afirmou B1: “[...] a educação é a única maneira de mudar o mundo”.

Outro ponto que precisa ser ressaltado, se relaciona com as obrigações apresentadas por B1, sua geração precisava ajudar em casa para depois poder “brincar”. Tal encargo ratifica a pesquisa realizada por Zaim-de-Melo e Scaglia (2022), quando retrataram a infância das crianças pantaneiras dos meados do Século XX. Para os autores, a relação brincar e trabalhar (obrigações) prevalecia, assim somente era permitido aos corumbaenses “brincar” depois que as “obrigações”, as quais eram designados, fossem definitivamente realizadas.

Quatro gerações e a cultura lúdica

Os jogos e brincadeiras realizados pelos participantes da pesquisa são, na maioria, jogos tradicionais, que se relacionam a herança cultural de um grupo social, com regras que podem ser flexibilizadas para atender as crianças que jogam e que na maioria das vezes são transmitidos oralmente (KISHIMOTO, 1993).

Participante B1: Jogar bola; jogar bolita; rodar pião; jogar dama; jogar taule (jogo de tabuleiro, conhecido como gamão árabe); e matar passarinho com funda.

Participante B2: Jogar bola; empinar pipa; pau a pau (pique bandeira); guerra de mamona; jogar bolita; andar de bicicleta; andar de carrinho de rolimã; jogar taule;

Participante B3: Jogar bola; empinar pipa; jogar taco; jogar bolita; brincar de esconde-esconde; e jogar videogame.

Participante B4: Jogar bola e jogar videogame.

Jogar bola transcende as gerações, embora não necessariamente seja a atividade preferida de todos: “Futebol eu não gostava muito então eu ficava sempre no gol, mas jogava bastante futebol na rua” (B1).

As atividades descritas pelos participantes da pesquisa, ratificam os estudos realizados por Zaim-de-Melo e Scaglia (2022), que analisaram os jogos e as brincadeiras realizados por crianças pantaneiras nas décadas de 1940 a 1970. Os autores identificaram o jogar bola e jogar bolita como as principais brincadeiras realizadas.

O que se nota de diferente, considerando os integrantes da família Baruki e suas brincadeiras é a presença do videogame nas principais atividades realizadas por B3 e B4, gerações mais novas, conforme a seguir:

Eu sou fascinado por videogame, joguei muito videogame [...] como eu tenho três irmãos, somos quatro no total, sou o caçula, na época quando a gente tinha videogame Super Nintendo, Playstation 1 a gente tinha que dividir, era só um videogame e também em uma TV. Eu acostumei a acordar bem cedo, lá pelas 5h, 4h30, bem quietinho sem fazer barulho, devagarzinho, deixava a TV bem baixinho, em silêncio e começava a jogar, *Donkey Kong*, Mario. Era o jeito que eu tinha para jogar sossegado (B3).

O videogame torna-se febre no Brasil, sobretudo a partir de meados da década de 1980. Portanto, com a chegada dos consoles (termo utilizado para designar o videogame em si, sem os controles) Atari e Odissey nas prateleiras das lojas brasileiras, iniciava-se uma fase sem precedentes, sendo que os pedidos de presentes de aniversário, dia das crianças e natal foram substituídos boa parte por estes produtos (MENDONÇA, 2018). Algo que vem sendo modernizado a cada ano com a presença de novos consoles, especialmente com a chegada dos *smartphones* no mercado, na qual o acesso ao videogame tornou-se ainda mais facilitado, estando na “palma da mão”.

Em uma pesquisa realizada em 2018 foi constatado que 75,5% do público brasileiro possui a prática de jogar videogames (MENDONÇA, 2019). Zaim-de-Melo e Golin (2019) em pesquisa realizada com crianças do 6^a ano de 03 escolas de Corumbá verificaram que os games (no console ou no *smartphone*) já ocupam o segundo lugar na preferência das crianças, sendo superado apenas pelo jogar bola.

Além dos jogos e brincadeiras já apresentados, o brinquedo foi o outro elemento que ajuda a contar como foi, e ainda é, a cultura lúdica dos participantes do estudo, entretanto, o acesso a esse objeto de desejos das crianças não foi igual para todos. O participante B1 teve quase nenhum acesso a brinquedos, o alto custo dos mesmos era o fator que levou a essa situação. Na medida que o tempo foi passando, a situação financeira da família foi melhorando, os brinquedos passaram a fazer parte da infância dos Baruki.

Outro fator relevante é como o avanço da tecnologia atravessou os diferentes tipos de brinquedos que foram utilizados pelos participantes deste estudo. As análises das gerações demonstram que, por exemplo, dos brinquedos “Bolita”, “Pião”, “Estilingue” do participante B1, o entrevistado B2 já teve acesso ao brinquedo “Autorama”, enquanto o “Videogame” usaram/usam as duas outras gerações (B3 e B4). Também observamos que cada geração tinha uma relação específica com o seu “brinquedo”, considerando cada época.

Eu tive um autorama que era a coqueluche da época, mas, basicamente a gente não brincava porque, quando era para brincar a gente tinha que montar o autorama, então a gente passava mais tempo montando do que brincando. No fim a gente rodava um pouquinho e já guardava (B2).

A cultura lúdica corumbaense, identificada nas entrevistas com os Baruki, foi transmitida de duas maneiras: paralela, entre os primos coetâneos e vertical, com pais e avós.

Empinar pipa era uma coisa que eu adorava, empinava com meu pai, na época ele fazia pipa e era uma pipa mó diferenciada, ele pegava bambu e colocava no formato de uma estrela, ela não voava muito bem, mas era muito da hora (B3).

Apreendi a jogar taule com meu pai. Ele nunca me ensinou diretamente. Era um jogo dos adultos, do avô, dos tios. Era uma maneira de nossos parentes encontrar, eles jogavam e as crianças ficavam observando o jogo, respeitando né não podia falar, não podia interferir no jogo e nem conversar com os adultos (B2).

O aprendizado do taule caracteriza uma das formas de transmissão da cultura lúdica que ocorre com as crianças. Em alguns momentos os menores “orbitam” em torno dos mais velhos, o popular “café com leite” (o jogador está no jogo, mas suas ações não possuem validade). A presença dos “cafés com leite” foi encontrada em pesquisa realizada por Zaim-de-Melo, Duarte e Sambugari (2020) que constaram crianças menores observando as maiores em jogos de bolita.

O espaço do brincar

Mesmo pertencentes a gerações diferentes, épocas com número de moradores, área urbana, veículos dispare, o espaço preferido para os participantes da pesquisa brincar é/foi a rua.

A gente brincava bastante na rua, lógico respeitando o trânsito, mas era terra não era asfalto então a velocidade dos carros, era pequena não dava para eles correrem (B1)

Na rua a gente brincava muito de taco, a gente jogava bastante na rua, soltei muita pipa na esquina da América com a Tiradentes. A gente tinha que ter cuidado, mas sempre brinquei na rua (B2).

Eu chego da escola e vou brincar de bola na rua com meus amigos (B4).

Contrariando o que vem acontecendo nos últimos tempos, no qual ocorre um esvaziamento dos espaços públicos, dentre eles a rua que antes simbolizava como um espaço de encontro, tornou-se local de trânsito e não de permanências. (GODOY, 2019).

Considerações finais

Corumbá é um dos municípios mais antigos do Mato Grosso do Sul e analisar o desenvolvimento da cultura lúdica do corumbaense via gerações de uma mesma família foi desafiador, mas ao mesmo tempo prazeroso para os pesquisadores.

A família Baruki tem uma importância muito grande no cenário educacional da cidade, demonstrado na fala do participante B1. Através das entrevistas foi possível viajar no tempo e conhecer um pouco mais da história de Corumbá.

Com relação a cultura lúdica, percebeu a transmissão vertical, na qual os jogos e as brincadeiras, muitas vezes foram passados de um ancestral mais velho para um mais novo. Os jogos e brincadeiras realizados pertencem a categoria dos jogos tradicionais e o acesso a brinquedos veio de forma paulatina, conforme foi melhorando a situação financeira da família, geração a geração.

Outro ponto interessante ressaltado na pesquisa foi a possibilidade de brincar na rua, que ainda permanece em Corumbá, um espaço polissêmico no qual a criança e jovem aprende e, ao mesmo tempo, ensina o outro, lições de cooperação, convivência e respeito.

Seria interessante que novos estudos fossem feitos com outras famílias corumbaenses para que cada vez mais pudéssemos contar a riqueza que foi e, ainda é, a infância pantaneira.

Referências

- ALVES, J.M.S.; ZAIM-DE-MELO, R.; RIZZO, D.T.S. Uma pipa no céu, uma criança correndo, a brincadeira mais popular de Corumbá/MS. *Lúdica Pedagógica*, Bogotá, Colômbia, v. 1, n. 30, p. 43-9, 2019.
- BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2010.
- BARUKI FONSECA, R.; BARUKI, T.; URT, N. **Baruki 100 anos de história**: memórias da família em Corumbá. Campo Grande-MS: Life Editora, 2018.
- BRASIL. Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 16 jul. 1990
- BROUGÉRE, G. A criança e a cultura lúdica. *Revista da Faculdade de Educação da USP*, São Paulo, v. 24, n. 2, p.103-116, 1998.
- GODOY, L. B. **Tensionando o sentido do agir**: o clown e seu potencial criativo. Dissertação (Mestrado Interdisciplinar em Ciências Humanas e Sociais Aplicadas) – Faculdade de Ciências Aplicadas da Universidade Estadual de Campinas, Limeira-SP, 2019.
- GOMES, C.T.A.G. Mato Grosso: imigração, comércio e navegação na Bacia do Prata. In: RODRIGUES, C.; JOANONI NETO, V. (Org.). **Nova História do Mato Grosso Contemporâneo**, Cuiabá: EdUFMT, 2018.
- GRILLO, R. M. *et al.* Quando a escola vira o quintal de casa: um estudo dos jogos tradicionais e da cultura lúdica das crianças pantaneiras. *Brazilian Journal of Policy and Development*, v. 3, n. 3, p. 58-78, 2021.
- KISHIMOTO, T. M. **Jogos tradicionais infantis**: o jogo, a criança e a educação. Petrópolis: Vozes, 1993.
- KISHIMOTO, T. M. Jogos, brinquedos e brincadeiras do Brasil. **Espac. blanco, Ser. indagaciones**, Tandil, Argentina, v. 24, n. 1, jun. 2014.

LUDKE, M.; ANDRÉ, M. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1998.

MENDONÇA, R. S. **Videogames, memória e preservação de seu registro histórico-cultural no Brasil**. 2019. 175 f. Dissertação (Mestrado em Ciência da Informação) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

OLIVEIRA, M.A.M.; JUNQUEIRA, N. M. Representações sociais de sírios e libaneses em Corumbá, MS: comércio, casamento e cemitério. **Revista Transporte y Territorio**, Buenos Aires, Argentina, n. 15, p.388-403, 2016.

SARMENTO, M. J. **Imaginário e culturas da infância**. Texto produzido no âmbito das atividades do Projeto “As marcas dos tempos: a interculturalidade nas culturas da infância”. Projeto POCTI/CED, 2002.

SCHABIB HANY, F. E. **Corumbá, Pantanal de Mato Grosso do Sul: Periferia ou espaço central?** 2005. 152 f. Dissertação (Mestrado em Estudos Populacionais e Pesquisas Sociais) – Escola Nacional de Ciências Estatísticas – ENCE, IBGE.

ZAIM-DE-MELO, R.; DUARTE, R. M.; SAMBUGARI, M. R. N. Jogar e brincar de crianças pantaneiras: um estudo em uma “escola das águas”. **Pro-posições**, Campinas, v. 31, p. 1-26, 2020.

ZAIM-DE-MELO, R.; GOLIN, C.H. Entre o tradicional e o eletrônico: os jogos e brincadeiras de estudantes em Corumbá-MS. *In: LINHARES, W. L. (Ed.). Ciências do esporte e educação física: uma nova agenda para a emancipação*. Ponta Grossa: Atena, 2019. p. 69-75.

ZAIM-DE-MELO, R.; RODRIGUES, G. S.; GODOY, L.B. Pantanal, nosso quintal: o cuidar e brincar para preservar – jogos e brincadeiras de crianças pantaneiras. *In: ALMEIDA, M. T. P. (Org.) Jogos analógicos, digitais e híbridos: experiências e reflexões*. Fortaleza-CE: Instituto Nexos, 2021.

ZAIM-DE-MELO, R.; RODRIGUES, G. S.; GRILLO, R.M. A cultura lúdica dos alunos de uma “escola das águas” no Pantanal. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 3, n. 2, e324799, 2021.

ZAIM-DE-MELO, R.; SAMBUGARI, M.R.N. A cultura lúdica dos alunos de uma “escola das águas” no Pantanal. **Revista Educação Online**, Rio de Janeiro, n. 35, p. 100-116, 2020.

ZAIM-DE-MELO, R.; SCAGLIA, A.J. Memórias criancieiras: a infância pantaneira em meados do Século XX. **Revista Temas em Educação**, João Pessoa-PB, v. 31, n. 1., p. 41-60, 2022.

A GÊNESE DA EXPANSÃO DA EDUCAÇÃO ESCOLAR E A MAZELA DO ANALFABETISMO

The Genesis of the Expansion of School Education and the Badness of Illiteracy

Rossiline Lunar Ferreira Lima*

Resumo: Este texto propõe ampliar a discussão acerca da expansão da educação institucional legalizada e a sua finalidade de alfabetizar toda a população. Utilizou-se o indicador educacional Alfabetização para corroborar ou refutar se esta finalidade foi atingida. O objetivo é advertir se existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais para reduzir a desigualdade educacional no país. Prevaleceu-se do método científico, de diversos procedimentos metodológicos, de uma observação participante e a abordagem de análise foi qualitativa. Conclui-se que existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais devido a comprovação da ocorrência de analfabetismo no país.

Palavras-chave: Expansão da educação, analfabetismo, desigualdade.

Abstract: This text proposes to broaden the discussion about the expansion of legalized institutional education and its purpose to make the entire population literate. The Literacy educational indicator was used to corroborate or refute whether this purpose was achieved. The objective is to warn if there is a need to create Public and Social Policies to reduce educational inequality in the country. The scientific method, several methodological procedures, participant observation were used, and the analysis approach was qualitative. It is concluded that there is a need to create Public and Social Policy due to proof of the occurrence of illiteracy in the country.

Introdução

Este texto propõe ampliar a discussão acerca da expansão da educação institucional legalizada e a sua finalidade de alfabetizar a população. A gênese da educação institucional legal é vista com a promulgação da Primeira Constituição Brasileira (1824) e a sua regulamentação com a Lei de 15 de outubro de 1827. Quanto a sua finalidade de alfabetizar a população se pretende apresentar o indicador educacional Alfabetização para corroborar ou refutar se esta foi atingida.

Utilizou-se de Indicadores educacionais por retratarem “o nível de desenvolvimento socioeconômico de um país [e] abranger a temática resultados escolares” (SIMÕES; FRESNEDA, 2016, 9 p., *acréscimo nosso*) que se mostram alinhados com o proposto no texto.

A taxa alfabetização como um dos principais indicadores educacionais

* Licenciado em Geografia (UFF) com Especialização em História do Brasil (UCAM) e em Gestão Pública Municipal (UFF). Currículo Lattes: lattes.cnpq.br/5722668840702753. E-mail: rlunar@id.uff.br. Este artigo se deu como parte integrante do Curso de Extensão Universitária Desigualdades Escolares e Atuação Docente que foi desenvolvido no escopo do projeto Estratificação da Educação Básica Brasileira: Uma Abordagem Multidimensional, que conta com financiamento do CNPq.

Keywords: Expansion of education; illiteracy; inequality.

brasileiros servirá de base aos estudos acerca de desigualdade educacional na população do país, com especial atenção a desigualdade que ocorre devido às características étnico-raciais. Utilizar-se-á da variável índice de analfabetismo aliando-o aos fatores percentual de abandono escolar e percentual de estudantes fora da idade certa para discorrer acerca de desigualdade.

Cavalcante (2020, 7 p.) escreveu que “é crescente o consenso dentro de governos e na academia que a desigualdade de renda é um dos principais problemas a ser enfrentado nos dias atuais”, um dos principais e não o único.

Campello & Gentili (2017) propõem uma reflexão multidimensional e relacional acerca de desigualdade. Percebe-se, assim, que envolve diversos vetores e suas relações na sociedade. Além do vetor econômico, se tem o de educação, de saúde, de moradia, de segurança e outros. Nosso foco será o vetor Educação.

O objetivo é advertir se existe a necessidade de criar Políticas Públicas e Sociais (PPS) para reduzir as desigualdades educacionais no país. Neste texto se fez uso de diversas e múltiplas leituras bibliográficas, fontes de dados, a participação em curso de extensão universitária e uma abordagem de análise qualitativa.

Referencial Teórico

A educação nos moldes escolares atuais do Brasil teve início com a colonização portuguesa, porém, sua insti-

tucionalização legal se deu apenas no período imperial com a promulgação da primeira Constituição Imperial Brasileira de 1824 – CIB/1824 – e a sua regulamentação ocorreu com a Lei de 15 de outubro de 1827.

Elacqua *et al.* (2018), com base nos dados de Barro e Lee (2013), apresentaram um desenvolvimento mais acelerado no Ensino Fundamental a partir do século XIX. A expansão do sistema de ensino aumentou o número das matrículas, das escolas, dos turnos escolares e a procura pela profissão docente. Comprova-se assim a sintonia com a afirmativa na CIB/1824 e com a lei regulamentadora.

Nogueira & Nogueira (2002) nos trouxeram a informação de que a escolarização, até meados do século XX, era vista como um papel central no processo de superação do atraso econômico. Neste sentido surgiram diversas teorias educacionais, entre elas se destaca a do Capital Humano de Theodore Schultz (década de 60) que colocou na interpretação brasileira a educação como o fator de desenvolvimento econômico.

Cavalcante (2020) ao analisar os dados da pesquisa sobre a pobreza e a desigualdade comprovou que no século XXI os “setores do topo da sociedade brasileira [*elite nacional*] tendem a depositar as fichas nos investimentos em educação” (Ibidem, 10 p., *acréscimo nosso*) no âmbito das soluções para o desenvolvimento econômico. Ampliando para o século XXI o que foi informado por Nogueira & Nogueira (2002). Comprovou-se assim a preocupação com o vetor Educação como possibilidade ao desenvolvimento.

O primeiro processo para se ter uma evolução educacional está na alfabetização, sendo que “uma pessoa deve ser considerada alfabetizada quando é capaz de ler e escrever um trecho simples relativo ao seu dia a dia de forma compreensível” (SIMÕES; FRESNEDA, 2016, p. 13). A pessoa que não atingir esta condição será considerada analfabeta.

A Lei 13.005/2014 ao ser sancionada aprovou o Plano Nacional de Educação – PNE – 2014 a 2024 e gerou as bases para às PPS educacionais. Uma das diretrizes do PNE é a “erradicação do analfabetismo” (Art. 2, Inciso I). O que demonstra que a preocupação dos governos atuais e a do Império se alinham.

Castro (2009) apresentou estudos que comprovam a ocorrência de pessoas analfabetas no país no início do século XXI. Atualizando os dados deste autor se tem que no ano de 2018 o índice de analfabetismo no Brasil era de 8% (IPM, 2018) e para o ano de 2019 se tem 6,6% (IBGE, 2020). Ou seja, o Brasil com sete constituições promulgadas e quase duzentos anos depois da primeira lei regulamentadora da educação ainda NÃO é um país alfabetizado, haja vista que possui mais de quatorze milhões de pessoas analfabetas, número maior do que a população de diversos países mundiais, tais como: Portugal, Suíça, Noruega e outros.

Procedimentos metodológicos

Utilizou-se o método científico por lidarmos com fatos e dados, poder ser refutado ou corroborado, estar sistematizado, ser verificado e flexível. Os procedimentos metodológicos se deram com uma pesquisa de natureza prática, com objetivos descritivos, o procedimento técnico foi bibliográfico e a coleta de dados se deu de fontes primárias e secundárias. Também se tem uma participação observante em curso de extensão universitário que abrangeu diversas linhas de pesquisa e de estudos. A abordagem de análise foi qualitativa.

Os dados utilizados se referem a faixa etária de 15 anos ou mais devido ser a idade certa para ter concluído o Ensino Fundamental. Conforme a Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (LDB/96) se tem que:

O ensino fundamental obrigatório, com duração de 9 anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos 6 anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante [...] O desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura e do cálculo. (Art. 32, Inciso I)

Seguindo Simões & Fresneda (2016) acerca do que pode ser visto por pessoas alfabetizadas, tem-se em consonância com a LDB/96 que ao término do EF os estudantes estarão alfabetizados. Utilizou-se, então, a variável analfabetismo, mais especificamente o índice de analfabetismo para representar o percentual de pessoas a partir de 15 anos de idade que NÃO correspondem ao grupo dos alfabetizados. Aliou-se a esta variável os fatores percentuais de abandono escolar e de matrículas na modalidade EJA, esta última que demonstra o percentual de estudantes que não concluíram o EF na idade certa.

O PNE faz parte do conjunto de ações e planejamentos políticos, sendo, então, parte de PPS e tem a finalidade como peça técnica de referência à ação do Estado. No PNE-2014/2024 foram estabelecidas 20 metas e os seus *feedbacks*, monitoramentos, acompanhamentos e as avaliações apresentam subsídios para o aprimoramento e mesmo a criação de PPS. Para argumentar acerca do PNE se buscou a meta que estipulou “elevar a taxa de alfabetização da população com 15 anos ou mais para 93,5% até 2015 e, até o final da vigência deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. “(PNE, Meta 9)

Nesta meta se tem pontos básicos discorridos neste texto, sendo a verificação da superação do analfabetismo a mola propulsora para o fim da desigualdade educacional.

Análise e Discussão

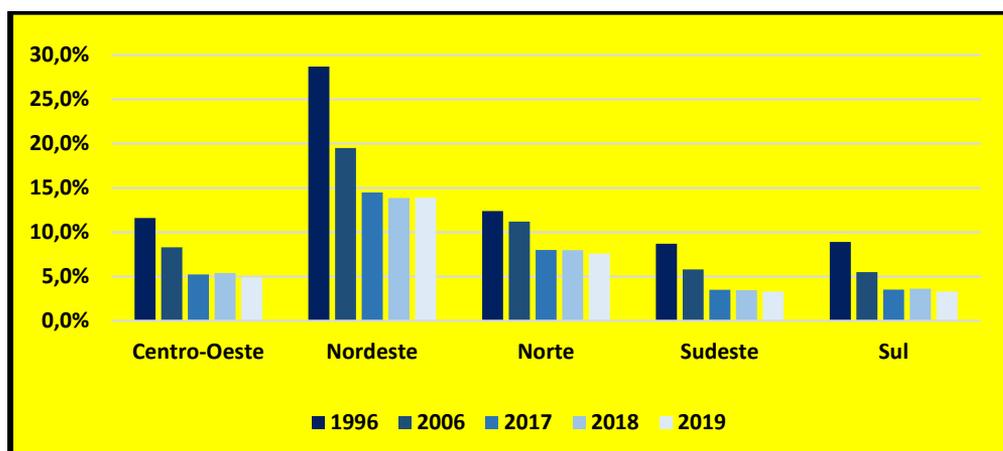
Na CIB/1824 se tem a educação ‘como direito a instrução primária e gratuita a todos os cidadãos’ (Art. 179, Inciso XXXII). Se por um lado a instrução primária era gratuita por outro não se direcionou a todos, haja vista que neste período ocorria a escravidão de povos negros africanos instalado no país e, conseqüentemente, os não-cidadãos, escravos.

A lei regulamentadora descrevia que “em todas as cidades, villas e logares *mais populosos*, haverão escolas de primeiras letras que forem *necessárias*” (Art. 1º, *grifo nosso*). A instalação ficaria condicionada a lugares de alta densidade demográfica (não eram contabilizados os escravos) e a partir das relações do Poder local com o Império.

Tem-se, então, que a expansão da educação se mostrou inicialmente como paradoxo, pois, ao mesmo tempo em que se expandia aumentava a desigualdade no país e não atingia a sua finalidade de alfabetizar toda a população.

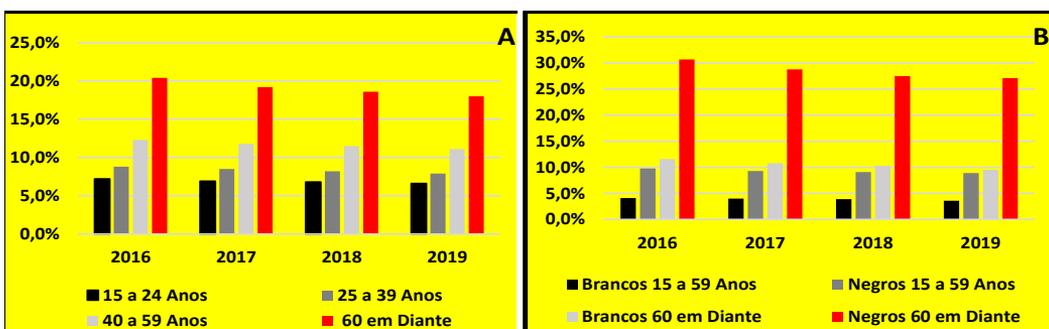
Atualizando dados de Castro (2009) se tem a permanência do analfabetismo (G. 1) por todo o país.

Gráfico 1 – Analfabetismo nas Regiões Brasileiras – Faixa Etária de 15 anos ou Mais



Fonte: IBGE, 2020; TPE, 2013 (adaptados)

Observou-se neste gráfico uma queda no analfabetismo, no entanto, ele persiste e com maior força no NE brasileiro o que eleva a necessidade de PPS regionais mais concentradas. Os índices de analfabetismo são também maiores nas pessoas de mais idades (G. 2-A) e na população negra (G. 2-B), formada por pretos e pardos.

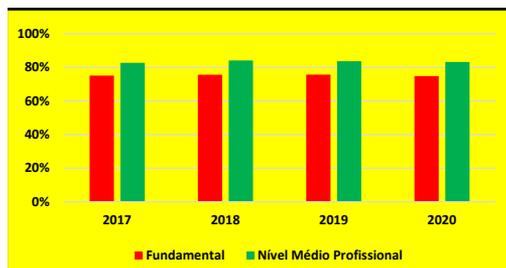
Gráfico 2 – Taxa de Analfabetismo no Brasil: Por Faixa Etária (A) e Étnico-Racial (B)


Fonte: IBGE, 2017; 2020 (adaptados)

O analfabetismo no Brasil está diretamente relacionado à idade e às características étnico-raciais da população. Entre o grupo de 60 anos em diante se mostra como resíduo de um percurso de baixa escolarização e sua redução pode estar ocorrendo devido ao falecimento e não a busca por educação escolar. Na comparação entre a população negra e os brancos há a revelação de enorme desigualdade estrutural, pois, como observado a educação escolar desde a sua implantação não foi direcionada para todos.

Outros dados se relacionam diretamente ao analfabetismo da população negra, entre eles se destacam: o abandono escolar e a falta de escolarização na idade certa. Pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE – demonstrou que no ano de 2018 mais de dez milhões de estudantes abandonaram a escola, deste volume 71,7% foram da população negra (IBGE, 2020). Do total de abandono escolar 16,6% estavam nos anos finais do EF. A necessidade de trabalhar foi o motivo mais alegado para o abandono escolar (Ibidem).

Quanto a idade certa de conclusão do EF se tem nos Censos da Educação Básica brasileira (G. 3) disponibilizada a informação da predominância de matrículas da população negra na EJA, ou seja, enorme percentual de estudantes da população negra fora da idade certa.

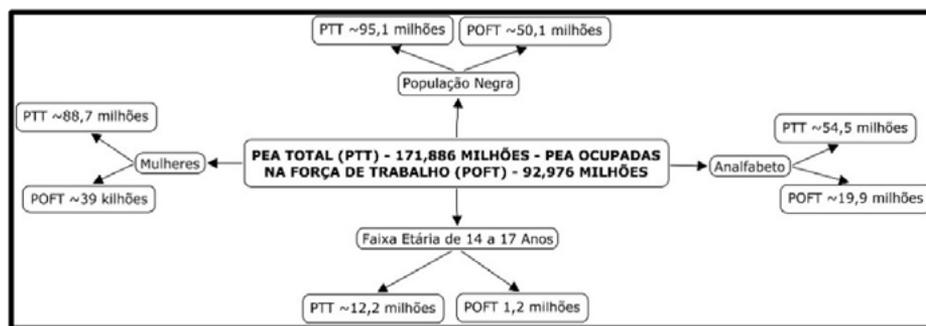
Gráfico 3 – Participação da População Negra na EJA


Fonte: BRASIL, 2017 a 2020 (adaptado)

Os dados demonstram que a grande participação da população negra na EJA fundamental é o reflexo da falta de alfabetização na idade certa. A busca pela EJA em nível médio profissional se dá com a necessidade de estudar e trabalhar ao mesmo tempo, sendo que o último pode ser visto como prioridade.

Conforme os dados do IBGE (2021) se tem (Fig. 1) que a população economicamente ativa – PEA (pessoas de 14 anos ou mais) representa ~171,9 milhões em seu total e ~92,9 milhões dessas pessoas estão ocupadas na força de trabalho, do qual se pode inferir que:

Figura 1 – Recorte da População Economicamente Ativa – PEA – no Brasil



Fonte: IBGE, 2021 (elaboração do autor)

Há o maior número de mulheres no total da PEA, porém, um menor na força de trabalho ocupada e a população negra concentra o maior número tanto no total da PEA quanto na força de trabalho ocupada. Ocorre na PEA um enorme número de analfabetos (sem instrução e EF incompleto) e de pessoas na faixa etária de 14 a 17 anos. Os últimos grupos demonstram uma prévia de um futuro de desigualdade ao país.

Observação Participante

O Curso de Extensão Universitária Desigualdades Escolares e Atuação Docente foi realizado em convênio com diversas instituições de educação. Os membros possuem diversas titulações ou estão cursando o Ensino Superior (ES) ou a Pós Graduação, abrangem diversas linhas de pesquisas, alguns são docentes do ES, outros da Educação Básica. Também tinha quem buscava ampliar conhecimentos (meu caso em particular).

O maior número de cursista era de mulheres e da população negra. Entre os organizadores, o número de mulheres também era maior, porém, o da população negra era menor. Corroborando a conquista das mulheres na docência e a busca

da população negra para ampliar o seu capital cultural ao mesmo tempo em que comprova a desigualdade das características étnico-raciais. A realização se deu nos meses de agosto e setembro de 2021. Ocorreram um total de dez encontros nas segundas (02.08.21 abertura) e nas quartas-feiras (01.09.21 encerramento) no período entre 18:00 e 20:00h no formato interativo *online* com a abordagem nas leituras indicadas, outras orientadas, questionamentos e discursos.

O curso de extensão universitária teve como pontos fortes a assertiva acerca da expansão do ensino escolar, a feminilização e feminização do magistério como conquista das mulheres, a desigualdade educacional na população devido a fatores estruturais e conjunturais, discutiu a origem dos estudantes como fator de influência na educação escolar, observou a territorialidade e a geografia das oportunidades que tendem a favorecer ou ser a causa de empecilho na educação escolar, a remuneração dos professores, o enorme debate que é tratar de currículo, indicadores educacionais, fonte de dados etc.

A contribuição do curso para este texto está relacionada ao discurso sobre a origem dos estudantes. A origem influencia diretamente na internalização cultural e na formação de seus *habitus*. Nogueira & Nogueira (2002), ao fazer estudos de Pierre Bourdieu, nos fizeram perceber o porquê de a escola não poder ser homogênea, afinal, cada sujeito possui seus *habitus*, sejam os de seus grupos, sejam os individuais.

A origem dos estudantes pode ter influência na e com a educação escolar, haja vista que a maior ou menor internalização cultural tende a influenciar diretamente no processo cognitivo. A Lei 12.976/13 alterou o Artigo da Lei 9.394/96 (LDB) e reduziu a idade de entrada na escola para os 4 anos de idade na Educação Infantil – EI. A LDB/96 passou a ser redigida com a determinação de que “a educação básica obrigatória e gratuita dos 4 aos 17 anos de idade (LDB, Art. 4). A finalidade foi garantir na educação infantil o “desenvolvimento integral da criança até 5 (cinco) anos, em seus aspectos físicos, psicológicos, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade” (ibidem, Art. 29).

Percebe-se que esta lei tendeu a influenciar a origem dos educandos com a oportunidade de inserção antecipada dos mesmos no ambiente escolar. Portanto, esta pode ser vista como uma forma de ampliar a internalização da cultura, pois, os educandos passariam mais tempo nas escolas. Na LDB/96 se tem que cabe aos municípios “oferecer a Educação Infantil [*porém*] com prioridade o ensino fundamental” (Art. 11, Inciso V, *acréscimo nosso*). Oferecer a ‘EI’ não é o mesmo que com prioridade ou obrigatoriedade.

Considerações finais

O objetivo era advertir se existe a necessidade de criar PPS para reduzir a desigualdade educacional no país. Concluiu-se que existe a necessidade de criar PPS devido a comprovação da ocorrência de analfabetismo no país. Corroborou a esta afirmação o indicador educacional Alfabetização a partir da variável índice de analfabetismo e dos fatores percentuais de abandono escolar e de estudantes fora da idade certa.

Quanto aos pontos positivos se pode inferir que ocorreu uma redução no analfabetismo. Quanto aos pontos negativos se tem que a mazela se mantém elevada por todo o país, principalmente, na Região NE – segunda maior população entre as Regiões Administrativas – e na população negra – maior representação populacional brasileira.

Este trabalho demonstrou que ao criar PPS para reduzir o analfabetismo elas devem ser universalistas, porém, devem ter um foco mais forte no NE brasileiro e para a população negra. O primeiro apresenta uma enorme mazela educacional em relação as demais Regiões e o segundo além desta mazela tem os maiores percentuais de abandono escolar e de matrículas de estudantes fora da idade certa.

As PPS precisam, ao nosso entender, atingir também as famílias dos estudantes, sendo que uma das propostas é atrair a família nuclear e a família estendida dos estudantes para a escola com a elaboração de cursos e atividades comunitárias. A finalidade é aproximar a comunidade do complexo escolar e de possibilitar a ampliação do capital cultural dos responsáveis/pais dos estudantes e, à medida do possível, o capital econômico e evitar o futuro de desigualdade ainda maior tal qual se apresentou com a PEA.

O PNE é uma iniciativa do Governo Federal que se mostrou inadequada, ao menos por sua meta '9', pois não atingiu a sua finalidade. Os motivos que corroboraram para que esta meta não fosse atingida podem servir de estudos para o próximo PNE 2025 – 2035. Como sugestão se tem que não pode ocorrer de forma impositiva, que precisam ser revisitadas as escolas do país que oferecem a EI e o EF, que a condição de renda dos estudantes e de seus familiares esteja em sintonia com a proposta e que o pacto federalista saia do papel.

O conjunto de temas percorridos no curso de extensão se mostraram como sugestões para estudos e pesquisas futuras. Todos eles se alinham com a perspectiva de buscas para, por fim, a desigualdade e ao senso comum que se tem acerca do complexo educacional e suas nuances, entre eles a remuneração do corpo docente.

Um tema que precisa ser visitado é o Analfabetismo Funcional (AF), este que foi identificado durante a pesquisa para este texto. O AF foi encontrado em todos os níveis de ensino, porém, não tratamos dele por ultrapassar o que foi proposto.

O que foi percorrido quanto ao vetor Educação, suas variáveis, seus fatores e as sugestões, não se encerram neste texto e, mediante ajustes, como a inserção de características socioeconômicas, podem servir de base para pesquisas e estudos para avançar na análise de distribuição social da escolaridade e na estratificação das etapas de ensino no Brasil, além de proporcionar mudanças ao *status quo* a toda a sociedade.

Referências

- BRASIL. **Censo da Educação Básica – 2017, 2018, 2019 e 2020**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar/resultados>. Acesso em: 09 set. 21.
- CAMPELO, Tereza; GENTILI, Pablo. As Múltiplas Faces da Desigualdade. In: CAMPELO, Tereza (Coord.). **Faces da Desigualdade no Brasil: Um Olhar Sobre os Que Ficam Para Trás**. Brasília: Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais, 2017. p. 10-15.
- CASTRO, Jorge Abrahão de. Evolução e Desigualdade na Educação Brasileira. **Centro de Estudos Educação e Sociedade**, Campinas, v. 30, n. 108, p. 673-697, 2009. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/Py9jLMhddTWMfKQtY45L6dy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 ago. 21.
- CAVALCANTE, Pedro. **A Questão da Desigualdade no Brasil: Como Estamos, Como a População Pensa e o Que Precisamos Fazer**. Rio de Janeiro: IPEA, 2020. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Texto Para Discussão.
- ELACQUA, Gregory *et al.* **Profissão Professor na América Latina: Por que a Docência Perdeu Prestígio e Como Recuperá-lo?** Nova Iorque: BID, 2018.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - PNADC: Educação, 2017 e 2020**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf. Acesso em: 05 ago. 21.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Pesquisa Nacional de Amostra por Domicílios Contínua Trimestral: Terceiro Trimestre de 2021**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/tabela/4094#resultado>. Acesso em: 01 dez. 21.
- INSTITUTO PAULO MONTENEGRO – IPM. **Indicadores de Analfabetismo Funcional – 2018**. Disponível em: https://acaoeducativa.org.br/wp-content/uploads/2018/08/Inaf2018_Relat%C3%B3rio-Resultados-Preliminares_v08Ago2018.pdf. Acesso em: 06 set. 21.
- NOGUEIRA, Maria Alice; NOGUEIRA Cláudio M. M. A Sociologia da Educação de Pierre Bourdieu: limites e contribuições. **Educação e Sociedade**, Campinas, n. 78, abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/wVTm9chcTXY5y7mFRqRjX7m/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 09 ago. 21.
- SIMÕES, André; FRESNEDA, Betina (Orgs.). **Panorama Nacional e Internacional de Produção de Indicadores Sociais**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016. Estudos e Análises, Informação Demográfica e socioeconômica, v. 5.
- TODOS PELA EDUCAÇÃO – TPE. **Anuário da Brasileiro da Educação Básica – 2013**. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496112>. Acesso em: 09 ago. 21.

Legislação Utilizada

Constituição Brasileira de 1824. Brasília: Senado Federal, 2012. Coleção Constituições Brasileiras, v. 1. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/137569/Constituicoes_Brasileiras_v1_1824.pdf?sequence=5&isAllowed=y. Acesso em: 04 set. 21.

Lei de 15 de outubro de 1827. Disponível em: https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei_sn/1824-1899/lei-38398-15-outubro-1827-566692-publicacaooriginal-90222-pl.html. Acesso em: 04 set. 21.

Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996. LDB. Disponível em: <https://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/2388>. Acesso em: 09 set. 21.

Lei 12.796 de 4 de abril de 2013. Disponível em: https://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/30037356/do1-2013-04-05-lei-n-12-796-de-4-de-abril-de-2013-30037348. Acesso em: 04 set. 21.

Lei 13.005 de 25 de junho de 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm. Acesso em: 04 set. 21.

A INTERAÇÃO DO MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL COM OS GOVERNOS SUBNACIONAIS NAS AÇÕES SOBRE À FAIXA DE FRONTEIRA

The Interactions between the Ministry of Regional Development and Subnational Governments and their Efforts at Border Regions

Vitorino José Barros da Silva*

Resumo: A correlação de esforços entre os governos federal e subnacionais para a implementação de projetos de desenvolvimento fronteiriço é fundamental e uma das prioridades do Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). O objetivo deste artigo é mostrar como se deram essas interações no contexto dos trabalhos realizados pelo MDR desde sua oficialização em janeiro de 2019. Para tanto, realizou-se a seleção e análise da legislação afeta ao tema e o escrutínio das atas e relatório de atividades do MDR. Com base nos documentos, concluiu-se que carece de aperfeiçoamento a coordenação entre os diferentes níveis governamentais para a atuação voltada à faixa de fronteira.

Palavras-chave: Cidades-gêmeas, Desenvolvimento fronteiriço, Faixa de Fronteira, Coordenação governamental.

Abstract: The correlation of efforts between the federal and non-central governments for the implementation of border development projects is fundamental and one of the priorities of the Ministry of Regional Development (MRD). The objective of this study is to present how these interactions took place in the context of the work carried out by the MDR since its creation in 2019. To this end, the selection and analysis of legislation related to the topic and the scrutiny of the minutes and report of MDR activities were carried out. Based on the documents, it was concluded that coordination between the different government levels aiming border development needs to be improved.

Introdução

As complexidades inerentes às regiões de fronteira emergem, em boa parte, da necessidade que nacionais de países limítrofes têm de lidar com problemas locais compartilhados em um espaço fissurado por assimetrias étnico-culturais, jurídico-administrativas, de níveis econômicos, de desenvolvimento e de infraestrutura. Dessa forma, essas regiões tornam-se espaços de condensação de processos culturais, nos quais tais assimetrias unem e separam, tanto em termos materiais como simbólicos. (GRIMSON, 2000).

O Ministério de Desenvolvimento Regional (MDR), ao priorizar as regiões de fronteira em sua Política Nacional de Desenvolvimento Regional, tem a capacidade de trazer substancial melhoria da qualidade de vida dessas populações que enfrentam as dificuldades de se encontrarem afastadas dos grandes centros decisórios do país. Com esse propósito, a legislação a respeito do

* Mestre em Estudos Fronteiriços pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: vjbdasilva@gmail.com.

Keywords: Twin Cities, Border Development, Border Regions, Government Coordination.

desenvolvimento fronteiriço prevê a coordenação da Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (CDIF), formada por representantes do MDR e demais ministérios, com os Núcleos Estaduais de Fronteira (NEF), que, por sua vez, devem propor pautas e coordenar projetos de desenvolvimento estaduais, articularem-se com as cidades gêmeas e trabalhar para promover a integração fronteiriça.

Dada a importância da correlação de esforços entre o governo federal e os governos subnacionais (estaduais e municipais) para a idealização, concretização, acompanhamento e análise de projetos que visem ao desenvolvimento fronteiriço, o objetivo deste artigo é mostrar como se deram essas interações no contexto dos trabalhos realizados pelo MDR nos desde sua oficialização, resultante da Medida Provisória nº 870 de 1º de janeiro de 2019, depois ratificada pelo decreto 9.666 de 2 de janeiro de 2019. Para tanto, foi necessária a seleção e análise de leis, decretos e portarias referentes aos projetos voltados às faixas de fronteira brasileira, para compreensão do marco legal que envolve tais esforços, bem como o escrutínio das atas das reuniões da CDIF e do relatório de atividades da Comissão nos exercícios 2019 e 2020.

Ao analisar esses documentos, mantendo presente as diretrizes legais, será possível tecer considerações sobre o grau de colaboração que os vários níveis governamentais mantêm, no con-

texto da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), nos trabalhos voltados à faixa de fronteira. Este artigo será dividido em seis partes. Na primeira parte, será discutida a definição da faixa de fronteira; na segunda, será abordada a importância dos governos subnacionais para o desenvolvimento fronteiriço; na terceira, apresenta-se breve histórico das ações estatais para a faixa de fronteira anteriores à oficialização do MDR; na quarta, discorre-se sobre as normativas relacionadas à estrutura do MDR para responder às necessidades da faixa de fronteira e ao PNDR; na sessão seguinte, os esforços do CDIF são arrolados com base em seu relatório bienal; e, na última parte, elabora-se sucinto comentário sobre as possibilidades de ação para benefício das regiões fronteiriças.

A definição da faixa de fronteira

Desde os tempos do império, as ações relacionadas à fronteira sempre tiveram estreita relação com a segurança nacional e com a unidade do território. Já na década de 1930, institucionalizou-se que a faixa de fronteira seria ampliada dos 100 km e passaria a cobrir uma extensão de 150 quilômetros a partir do limite territorial (NUNES, 2013). A faixa de fronteira, portanto, se estende por 11 estados do país, abarca 586 municípios e colide com dez países da América do Sul, onde habitam mais de 11 milhões de pessoas (BRASIL, 2010). A Lei 6.634/1979 consolidou essa demarcação da faixa de fronteira, designando-a como estratégica e indispensável para a segurança nacional. Essa lei explicitou uma série de restrições quanto à posse de terra e ao estabelecimento de indústrias e criou sanções para tabeliães e oficiais de registro de imóveis que não dessem cumprimento a suas disposições. Além disso, a lei condiciona ao assentimento prévio da União a exploração de serviços de radiodifusão, a construção de pontes, de estradas internacionais e de campos de pouso, a pesquisa, a lavra, a exploração e o aproveitamento de recursos naturais (BRASIL, 1979).

Ao adotar esse viés de securitização, o poder estatal, personificado pelas Forças Armadas e pelos órgãos de segurança, estaria promovendo a segurança do território nacional combatendo e repelindo as ações ameaçadoras ou indesejadas que podem ocorrer nas proximidades do limite territorial brasileiro. A tarefa atribuída ao braço armado do país também inclui cooperar com o desenvolvimento nacional. Com o advento da lei supracitada, criaram-se vários projetos para a faixa de fronteira que aliavam segurança ao desenvolvimento, como os que são citados a seguir:

O Programa Calha Norte; o Projeto Rondon, as operações de combate ao desmatamento; a “colonização” empreendida pelos pelotões especiais de fronteira do Exército na

Amazônia; o Correio Aéreo Nacional da Aeronáutica; a assistência hospitalar por meio de navios da Marinha; os projetos nacionais de infraestrutura em estradas, portos, pontes, aeroportos e ferrovias; os projetos de regularização fundiária; a cooperação com a defesa civil; as ações cívico-sociais e outras advindas da cooperação com setores governamentais (BRASIL, 2010, p. 33).

Para ilustrar a natureza dos projetos voltados à faixa de fronteira, pode-se citar o Programa Calha Norte (PCN), instituído em 1985, que tinha como objetivo manter a soberania da região amazônica, contribuindo também para o desenvolvimento regional ordenado. O projeto que, inicialmente, abrangia os municípios da faixa de fronteira situados entre o rio Solimões (município de Tabatinga-AM) e a foz do rio Amazonas, expandiu-se e, desde 2003, passou a englobar os estados de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Amapá, até o entorno da Ilha de Marajó na porção norte do Estado do Pará, atendendo 194 municípios. De acordo com Monteiro (2011), essa expansão deveu-se ao esvaziamento demográfico das áreas mais remotas, acompanhado da intensificação de atos ilícitos. Além disso, o programa, por meio de parcerias com prefeituras municipais, estaria atuando em diferentes áreas como a social, urbana, econômica, esportiva, educativa, e de saúde. Essas ações, que visariam ao desenvolvimento justo das regiões atendidas, pretendiam também respeitar as características regionais, a preservação do meio-ambiente, aliados ao interesse nacional.

A Constituição Federal, em seu artigo 20, parágrafo 2º, recepcionou o teor da lei mencionada, com pontual mudança de enfoque, quando conceituou que “a faixa de até cento e cinquenta quilômetros de largura, ao longo das fronteiras terrestres, designada como faixa de fronteira, é considerada fundamental para **defesa** do território nacional, e sua ocupação e utilização serão reguladas em lei” (grifo nosso). Os demais artigos constitucionais que dizem respeito à faixa de fronteira propõem critérios para a utilização das áreas indispensáveis para a defesa do território nacional, definem que o Conselho de Defesa Nacional (CDN) estaria a cargo de estabelecer tais critérios, previam autorizações especiais para desenvolvimento de atividades como pesquisa e exploração de recursos naturais e determinam ser competência da União os serviços de polícia de fronteira (BRASIL, 1988).

Prado (2019) salienta que a Constituição de 1988 representaria um marco na concepção que se tinha da faixa de fronteira; comutou-se o viés focado na segurança nacional passando a vigorar uma visão da faixa de fronteira voltada para a defesa nacional, reflexo disso foi a criação da CDN. A instabilidade política do início da década de 1990, segundo o autor, travou as possibilidades de políticas de desenvolvimento e investimentos para a faixa de fronteira, e tais ações somente seriam retomadas no final daquela década.

A partir de então, o desenvolvimento e a integração da região fronteiriça passaram, gradativamente, a ocupar a centralidade das ações estatais, especialmente após a organização do Mercosul. No início dos anos 2000, o bloco voltou-se, com a liderança do Brasil, à integração de suas infraestruturas e, com o passar do tempo, ampliou seu escopo temático para dar maior atenção às dimensões social, política e participativa da integração, ao lado da criação do principal mecanismo de redução das desigualdades estruturais entre os países integrantes do processo (NETO *et al.*, 2014).

Nesse cenário, cabe destacar a grande importância que os governos subnacionais, em particular, os municipais, podem exercer para o desenvolvimento fronteiriço. A próxima sessão, portanto, mencionará a possibilidade da participação desses entes nos assuntos externos relacionados à fronteira de seus respectivos países.

Os governos subnacionais e sua importância para o desenvolvimento fronteiriço

Uma zona de fronteira, conceito mais específico do que o de faixa de fronteira, é definida por Ferrari (2014) como uma região cujo espaço territorial é reconfigurado pelos limites internacionais e suas implicações político-administrativas. Essas zonas de fronteira, em especial aquelas que contam com a presença de cidades-gêmeas, são áreas onde oportunidades de contato e integração, sejam elas espontâneas ou orientadas pela ação estatal, são abundantes e podem ensejar interessantes estudos sobre suas estruturas, sobre a organização dos fronteiriços dentro do espaço politicamente descontínuo e sobre como o poder governamental lida com essas especificidades.

Duchacek (1990) ensina que, cada vez mais, os governos subnacionais tomam consciência de que seus eleitorados estão vulneráveis a eventos que ocorrem muito além dos limites territoriais do país onde habitam e esforçam-se por reagir de forma a minimizar efeitos negativos supervenientes. Sendo responsáveis pelo bem-estar das comunidades sob seus governos, os representantes eleitos têm buscado, além das tradicionais fontes de financiamento com o governo central, diversificar a captação de recursos contando com a cooperação internacional, a fim de satisfazer as demandas de seu público. Ao engajarem-se em atividades internacionais, esses governantes aumentam suas chances de continuidade política.

De acordo com o autor, a resolução de problemas de cidades fronteiriças está bastante associada a contatos institucionais, formais e, sobretudo, informais de seus governantes. Os temas abordados cooperativamente variam bastante e envolvem desde o mero cruzamento da fronteira pelos migrantes e a prevenção

de crimes transfronteiriços até assuntos que dominam o debate global, como os relacionados à energia e à preservação do meio ambiente. O autor enfatiza a importância das redes informais de poder das elites fronteiriças que, às vezes com grande eficiência, são capazes de coordenar, sem os formalismos das instituições, o cotidiano fronteiriço, apesar das políticas impostas pelo governo central às regiões lindeiras. Tomando a fronteira entre os EUA e o México como exemplo, revela que, muitas vezes, um simples almoço entre autoridades fronteiriças parece ter grande eficácia na resolução de problemas locais. O fato de habitarem na mesma região e compartilharem os mesmos desafios sociais, econômicos e ambientais faz com que os governantes locais, desconsiderando os rígidos processos que envolvem os governos centrais, tendam a dirigir-se a seus homólogos além do limite territorial para elaboração de respostas mais pragmáticas e assertivas.

De acordo com o Hocking (1993), os governos nacionais demonstram-se mais propensos a conferir mais autonomia a governos subnacionais, quando os assuntos abordados se relacionam diretamente com os interesses de populações fronteiriças, como acontece com Canadá, Estados Unidos e México. Em outras palavras, a fronteira, como aqui definida, requereria, na mesma esteira, um olhar acostumado às vivências locais. Os governos municipais, portanto, podem exercer um papel fundamental na criação de políticas públicas de integração fronteiriça, pois tendem a ter maior capacidade de compreensão das inerências fronteiriças. Contudo, quando necessitam agir de forma integrada e cooperativa, esses entes subnacionais esbarram em assimetrias legislativas e procedimentais ou em discrepâncias de interesse e, nem sempre são capazes de levar a cabo as soluções mais efetivas para os problemas e questões surgentes. A fim de superar esses obstáculos e de atrair maiores ganhos e bem-estar para suas populações, seria produtivo se esses governos tivessem oportunidade e caminhos institucionais para INSERIREM-SE internacionalmente no âmbito da fronteira conforme será discutido na próxima seção.

O Ministério da Integração Nacional (MI) e o Plano de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (PDFF)

Dentre os ministérios que cuidam de temas fronteiriços merece destaque o Ministério da Integração Nacional (MI), incorporado em 01 de janeiro de 2019, juntamente com o Ministério das Cidades, ao Ministério do Desenvolvimento Regional (MDR). Dentre outras atribuições, o MI, estabelecido no final da década de 1990, responsabilizava-se por ações que visavam à reversão do quadro de desigualdade e de exclusão das regiões brasileiras e de suas populações. Em 2003, o MI reorganizou sua estrutura, criando o Departamento de Desenvolvimento

Regional, subordinado à Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) em cujas atribuições incluía-se “implementar, em articulação com outros órgãos públicos, programas, projetos e ações de geração de emprego e renda nas áreas de menor dinamismo socioeconômico da região Centro-Oeste, inclusive nas áreas de faixa de fronteira” (Decreto 4.649/2003, artigo 14, inciso III), contemplando atenção específica às matérias de fronteira. Já em 2011, o Decreto 7.472 redirecionou os assuntos de fronteira para o Departamento de Gestão de Programas de Desenvolvimento Regional que tinha como objetivo a implementação, avaliação e acompanhamento dos projetos de desenvolvimento fronteiriço (PRADO, 2019).

O MI debruçou-se sobre a questão regional, elevando ao patamar de política nacional o enfrentamento da estagnação econômica e das precariedades das condições de vida de regiões específicas, dentre elas as regiões de fronteira, que enfrentam as dificuldades típicas de localidades afastadas dos grandes centros urbanos do país, e criou a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), na busca por promover o desenvolvimento e a qualidade de vida dessas populações. As políticas de provisão de subsídios tributários e fiscais para empresas e indústrias dariam lugar a políticas públicas voltadas para a criação de oportunidades de desenvolvimento para as regiões de menor dinamismo econômico.

De fato, o Decreto 6.047/2007, que instituiu o PNDR, especificava, em seu artigo 3º, parágrafo 4, que a faixa fronteira receberia tratamento prioritário. Vale a pena destacar que esse sentido preferencial também esteve calcado na necessidade estratégica de integração econômica com os países sul-americanos vizinhos. Para isso, criou-se um programa regional específico que foi nomeado como Programa de Desenvolvimento da Faixa de Fronteira, o PDFF.

O PDFF foi estabelecido com o objetivo de ativar as políticas de governo na faixa de fronteira e fomentar a melhoria da qualidade de vida da região, por meio da (i) estruturação e dinamização de arranjos produtivos locais; (ii) apoio à implantação de infraestrutura complementar, social e produtiva; (iii) apoio à geração de empreendimentos produtivos; (iv) organização social e do associativismo na faixa de fronteira; e (v) formação de agentes para o desenvolvimento integrado e sustentável na Faixa de fronteira. O PDFF também previa a promoção do diálogo do Brasil com os países vizinhos, para, focado na busca de resolução de problemas e potencialidades locais compartilhados, proporcionar a integração e o desenvolvimento regional (BRASIL, 2010).

Para fomentar a infraestrutura e destravar potencialidades produtivas locais, o PDFF buscou fortalecer institucionalmente as regiões atendidas com a criação de grupos de trabalho interministeriais, apoio a fóruns sub-regionais de desenvolvimento e estímulo ao trabalho dos comitês de fronteira. O projeto, na área do desen-

volvimento econômico integrado, conferiu relevância aos arranjos produtivos locais (APL), por meio de capacitações em gestão pública, de investimento e concessão de créditos, e de articulações transfronteiriças. No âmbito do PDFF, também foram executadas várias ações com foco no exercício da cidadania e se podem citar políticas de proteção aos direitos humanos, de valorização da cultura local, de promoção à saúde e ao ensino bilíngue. Por fim, destacam-se os esforços para adaptar ou criar normas para facilitar as relações transfronteiriças (PRADO, 2019).

O PDFF estimulou as discussões com vistas à inserção sociocultural e econômica das populações fronteiriças, sem deixar de lado o aspecto internacional dessas tratativas. As atividades do programa, inevitavelmente, envolveriam articulações com os países limítrofes, e evidenciariam a importância de acordos internacionais, em especial, os bilaterais, para assentar os parâmetros legais das relações dos países no que diz respeito aos temas fronteiriços. O MI deixa claro que esses dispositivos legais são necessários para o estreitamento de laços na região:

Os acordos bilaterais mostram que a política governamental para as regiões de fronteira tem privilegiado negociações com cada país, ao invés de criar normas gerais que regulem as interações na Faixa de Fronteira como um todo, sendo a geografia e os diferentes graus de interações econômica e social fatos que influenciam e evidenciam o tratamento diferenciado na legislação (BRASIL, 2009, p. 18).

Tornou-se, pois, uma grande emergência a revitalização dos Comitês de Fronteira, que, em geral, já haviam sido elaborados pelo Itamaraty em acordo com os governos dos países limítrofes, mas precisavam confirmar-se como mecanismos efetivos de integração fronteiriça (SCHERMA, 2012). O PDFF, efetivamente, previu essa necessidade, conforme trecho, a seguir:

Os Comitês de Fronteira – copresididos pelos titulares das repartições consulares brasileiras e do país vizinho respectivo e integrados pelas “forças vivas” locais (prefeitos, vereadores, empresários, associações comerciais, representantes militares e das polícias federais, etc.) – funcionam como fórum de discussão dos problemas típicos de cidades de fronteira, permitindo que as demandas locais em termos de saúde, educação, meio ambiente, segurança, comércio fronteiriço, projetos de infraestrutura (manejo de lixo, esgotos, tratamento de água, malha viária, etc) tenham ressonância e boa acolhida nos órgãos das administrações estaduais, departamentais, provinciais e federais sediados nas cidades de fronteira (BRASIL, 2009, p. 21).

Considerando a grande variedade de temas que podem ser abordados em interações internacionais envolvendo a fronteira, a sistematização de informações sobre o contexto fronteiriço e a perspectiva de investimentos que o MI foi capaz de conduzir, no contexto do PDFF, brindou instrumental auxílio ao MRE na formação da agenda que levaria adiante nos trabalhos dos Comitês de Fronteira (PRADO, 2019).

Entretanto, tanto o PDFF como outros programas com foco nas regiões de fronteiras perderam fôlego por razões diversas, que abrangem restrições orçamentárias, descontinuidade política, deficiências na coordenação e falhas no monitoramento e avaliação (KRUGER et al., 2020), questões estas que serão discutidas na próxima seção.

O Ministério do Desenvolvimento Regional e a Política Nacional de Desenvolvimento da Fronteira

No início do atual governo, já em maio de 2019, a PNDR foi revisitada por meio do Decreto 9.810, que estabelece como finalidade “a redução das desigualdades econômicas e sociais, intra e inter-regionais, por meio da criação de oportunidades de desenvolvimento que resultem em crescimento econômico, geração de renda e melhoria da qualidade de vida da população” (BRASIL, 2019, art. 1º). O Decreto prevê que a PNDR será implementada pelo Ministério de Desenvolvimento Regional, que substituiu o MI, enumera os princípios, objetivos e estratégias da PNDR e institui a Câmara de Políticas de Integração Nacional e seu comitê executivo para gerenciar, operacionalizar e fazer as articulações necessárias à PNDR.

Além disso, os planos regionais de desenvolvimento, orientados para a Amazônia, para o Centro-Oeste e para o Nordeste, os planos sub-regionais de desenvolvimento e pactos de metas com os governos estaduais são assinalados como ferramentas de planejamento da PNDR. O Decreto também explicita os meios de financiamento para execução dos referidos planos regionais e sub-regionais. Por fim, instaura o Núcleo de Inteligência Regional (NIR), instância permanente de assessoramento, destinada a produzir o conhecimento afeto à PNDR, e o Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional.

Em breve análise, pode-se averiguar que o novo decreto parece priorizar o componente econômico do desenvolvimento, focalizando, em seus objetivos, a geração de renda para a melhoria da qualidade de vida, “sobretudo em regiões com forte especialização na produção de *commodities* agrícolas e minerais” (art. 3º, inciso IV). O instrumento legal mantém a faixa de fronteira como sub-região especial para a atuação estatal coordenada (art. 5º, parágrafo 1º), e prevê o uso do Sistema Nacional de Informações do Desenvolvimento Regional como base para viabilizar a “cooperação internacional com vistas à integração de políticas brasileiras e dos países da América Latina e do Caribe” (art. 16, parágrafo 1º). (BRASIL, 2019)

Como iniciativa da PNDR, o MDR editou a Portaria 3.227/2020 que estabelece o Programa Fronteira Integrada (PFI), com o objetivo de fortalecer os municípios da faixa de fronteira, com especial atenção às cidades gêmeas. Com evidente foco na área econômica e de gestão pública, o programa estabelece como eixos setoriais: i) desenvolvimento produtivo; ii) infraestrutura econômica e urbana; iii) desenvolvimento social e acesso a serviços públicos essenciais; e iv) - fortalecimento das capacidades governativas dos entes federativos. São objetivos do programa, conforme seu Art. 5º:

I - buscar a ação articulada das políticas públicas setoriais do Ministério do Desenvolvimento Regional na faixa de fronteira para o enfrentamento das desigualdades intra e inter-regionais;

II - apoiar as medidas de ordenamento, gestão territorial e desenvolvimento urbano na faixa de fronteira, com alternativas que oportunizem vantagens competitivas;

III - estimular o empreendedorismo, o cooperativismo e a inclusão produtiva, por meio do fortalecimento de redes de sistemas produtivos e inovativos locais, existentes ou potenciais, de forma a integrá-los a sistemas regionais, nacionais, transfronteiriços e globais;

IV - promover a inovação tecnológica nas atividades produtivas; e

V - fortalecer as capacidades de gestão dos Municípios com estratégias de desenvolvimento territorial/local por meio da indução de arranjos socioprodutivos intermunicipais (BRASIL, 2020).

A Portaria indica que o PFI, sob incumbência da Secretaria de Mobilidade e Desenvolvimento Regional e Urbano (SMDRU), desdobrará seus projetos em consonância com as deliberações da Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira (CDIF), reestruturada pelo Decreto 9.961/2019, e em coordenação com Núcleos Estaduais de Fronteira (NEF), lançando mão das informações obtidas pelo NIR. Cumpre ressaltar, ademais, que a assessoria internacional da pasta é expressamente indicada para auxiliar nos trabalhos no contexto do projeto, e isso se deve ao que estipula o artigo 7º do dispositivo infralegal:

Art. 7º Para fins de execução das ações previstas nessa iniciativa, os órgãos públicos envolvidos poderão firmar convênios, acordos de cooperação, ajustes ou outros instrumentos congêneres, com órgãos e entidades da administração pública federal, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios, bem como com consórcios públicos, entidades de direito público ou privado sem fins lucrativos, nacionais ou estrangeiras, observada a legislação vigente (BRASIL, 2019a).

Uma vez apresentada a estrutura organizacional do MDR responsável pelos temas fronteiriços e explicitadas as diretrizes do PNDR, serão relacionadas, a seguir, as ações do MDR em conjunto com os vários ministérios envolvidos no CDIF para o desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil desde 2019.

A atuação da Comissão Permanente de Desenvolvimento Fronteiriço nas fronteiras do Brasil

Os trabalhos mais recentes do MDR e demais ministérios, em matéria de fronteira, foram publicados nas Atas das Reuniões e no Relatório de Atividades da CDIF 2019-2020. O relatório inicia-se com a apresentação da CDIF, criada em 2010 e reestruturada em 2019. A Comissão, formada por representantes dos ministérios, trabalha para aperfeiçoar a gestão de políticas públicas relacionadas à faixa de fronteira e estimular a articulação federativa visando ao desenvolvimento socioeconômico dos municípios fronteiriços. As competências do CDIF estão assim enumeradas no artigo 2º do Decreto 9.961/2019:

- I - definir, respeitadas as especificidades de atuação dos órgãos competentes, critérios de ação governamental conjunta para o desenvolvimento e a integração na área abrangida pela faixa de fronteira, de modo a estimular a integração das políticas públicas e a parceria com os demais entes públicos para promover a complementaridade das ações;
- II - colaborar com a Câmara de Políticas de Integração Nacional e Desenvolvimento Regional no âmbito de suas competências;
- III - propor ações que visem ao desenvolvimento regional que considerem a importância de programas para a integração fronteiriça e para a integração sul-americana;
- IV - zelar pela melhoria da gestão multissetorial para as ações do Governo federal no apoio ao desenvolvimento e à integração da área abrangida pela faixa de fronteira;
- V - buscar a articulação com as ações do Comitê-Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras e submeter à apreciação do referido Comitê-Executivo as propostas de ações de articulação com o Programa no âmbito de suas competências;
- VI - propor o desenvolvimento de sistema de informações para o gerenciamento das ações a que se refere o inciso III;
- VII - apresentar planos regionalizados de desenvolvimento e integração fronteiriços;
- VIII - interagir com núcleos regionais estabelecidos para debater questões de desenvolvimento e integração fronteiriços; e
- IX - emitir pareceres e recomendações sobre questões do desenvolvimento regional na faixa de fronteira (BRASIL, 2019a).

O CDIF é um órgão colegiado do governo central capaz de definir critérios e estimular ações para o desenvolvimento e integração da faixa de fronteira. Para tanto, deve orquestrar a ação conjunta e complementar dos vários ministérios, coordenar-se com a direção do Programa de Proteção Integrada das Fronteiras (PPIF) de modo que os planos de ação de ambos os órgãos se harmonizem, envolver-se na criação de sistema que congregue as informações necessárias para o andamento dos projetos, criar planos regionalizados e emitir pareceres sobre os temas afetos à fronteira.

Outro aspecto importante da atuação da CDIF é a previsão do diálogo contínuo com os NEF. Esses núcleos foram criados no âmbito estadual em 2011 por indicação do antigo MI, para dar maior capilaridade à governança territorial da faixa de fronteira. Aos NEF cabe propor pautas e coordenar projetos de desenvolvimento estaduais, articularem-se com as cidades gêmeas, promover a integração fronteiriça e instaurar, com o intermédio do Itamaraty, comitês de fronteira com municípios estrangeiros dos países vizinhos e manter diálogo ativo com a CDIF. Esses núcleos tornam-se vitais para toda a cadeia de governança pois “são os catalizadores da integração entre a União e os municípios, para além de serem adequados consultores de intervenções públicas pelo relacionamento próximo às prefeituras e pela capacidade de elaboração estratégica para o desenvolvimento regional e urbano” (BRASIL, 2021, p. 14).

Os NEF também têm a incumbência de preparar seus Planos Estaduais para o Desenvolvimento e Integração da Faixa de Fronteira (PDIFF), nos quais apresentam os projetos que nortearão a atuação estadual na matéria e a possibilidade de captação de fundos enviados pelo governo federal. Em 2019, os NEF foram instados a revisitar e reconstruir seus PDIFF para apresentá-los em reunião em julho do mesmo ano e, assim, trocar experiências com outros representantes estaduais e federais que trabalham na área. Para auxiliar os NEF, o MDR publicou o “Manual para os Núcleos Estaduais de Fronteira”, que cataloga os diversos instrumentos de planejamento, financiamento e articulação que os estados podem utilizar para atender às demandas na faixa de fronteira.

Além do PFI, o relatório da CDIF cita outros programas que dizem respeito à Faixa de Fronteira como a Agência da Lagoa Mirim (ALM), que é fundamental para a segurança hídrica do estado do Rio Grande do Sul e o norte do Uruguai; o Termo de Execução Descentralizada entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Universidade Federal de Mato Grosso do Sul – UFMS para o apoio ao desenvolvimento do Plano Diretor da Cidade de Porto Murtinho/MS; Termo de Execução Descentralizada entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – Ipea, que resultou na produção de seis livros da Fronteira do Brasil, um Estudo Técnico sobre a viabilidade da criação da Cidade Gêmea entre Cáceres/MT e San Matias/Bolívia e uma Nota Técnica da pandemia da Covid-19 com as Fronteiras; Termo de Execução Descentralizada entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e a Universidade Federal do Amazonas – UFAM, para estruturar o Parque Científico e Tecnológico do Alto Solimões no Estado do Amazonas; Termo de Execução Descentralizada entre o Ministério do Desenvolvimento Regional e o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia Sul-rio-grandense – IFSul para apoiar a realização do 7º FRONTEI-

RA – Festival Binacional de Enogastronomia e desenvolver agenda conjunta de fomento ao turismo, gastronomia e cooperação técnica para a ovinocultura, mel, agricultura irrigada e turismo; e o Acordo de Cooperação Técnica entre o Ministério da Justiça e Segurança Pública – MJSP e o Ministério do Desenvolvimento Regional para a realização de atividades conjuntas visando à integração das ações e programas do MDR e do MJSP, com foco no desenvolvimento e na integração da faixa de fronteira.

Merece atenção o fato de que o MDR tenha lançado Termo de Referência para a elaboração de um Plano de Ação para a faixa de fronteira, contemplando cada Arco da Faixa de Fronteira (Norte, Central e Sul), com diagnóstico de demandas. Esse estudo se propõe a:

[...] aperfeiçoar a definição dos papéis de estados e municípios no processo de formulação, pactuação e execução de projetos, aprimorar a legislação relacionada à cooperação internacional territorial e avançar nas negociações internacionais com o Mercosul para alinhar as políticas de fronteira com os países vizinhos” (BRASIL, 2021, p. 30).

Além disso, o estudo balizará projeto de cooperação técnica celebrado entre o MDR e a Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO), sob supervisão da Agência Brasileira de Cooperação (ABC) do Itamaraty. O projeto de cooperação, que será identificado como “UTF/BRA/087/BRA - Promoção de Políticas Públicas de Desenvolvimento Regional”, será implementado para fortalecer a PNDR e ampliará a capacidade propositiva e de articulação do MDR em políticas públicas para o desenvolvimento fronteiriço (BRASIL, 2021).

Além das reuniões havidas no âmbito do CDIF, o relatório expõe as ações que os vários ministérios executaram na faixa de fronteira, que, resumidamente, são as seguintes:

- Ministério da Defesa (MD), na esteira do projeto Calha Norte, construiu pontes, estradas vicinais, escolas, quadras poliesportivas, inclusive em comunidades indígenas.
- O Ministério da Infraestrutura (MINFRA) levantou dados e apresentou ao CDIF informações sobre o Corredor Bioceânico, sobre a Ferrovia Bioceânica e sobre a estrutura aeroportuária na faixa de fronteira.
- O Ministério da Saúde, durante os esforços de cobertura vacinal, priorizou as regiões de fronteira após a vacinação dos grupos de maior vulnerabilidade, conforme Nota do Ministério da Saúde do dia 14/07/2021 (<https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/noticias/brasileiros-nas-fronteiras-te-rao-prioridade-na-vacinacao-contr-a-covid-19>).

- O Gabinete de Segurança Institucional (GSI) coordenou um plano de barreiras sanitárias para os povos indígenas, no contexto da pandemia de COVID-19, forneceu informações relacionadas à faixa de fronteira ao Conselho Nacional da Amazônia, participou das tratativas das obras de implantação e cronograma de execução do Linhão Manaus-Boa Vista, para garantia do fornecimento de energia ao estado de Roraima, atuou no aperfeiçoamento de normas de interesse estratégico, como a mineração e a aquisição de terras por estrangeiro, visando a desburocratização prevista na Lei nº 13.874/2019 (Lei de Liberdade Econômica), garantindo as contrapartidas necessárias ao fortalecimento do desenvolvimento da faixa de fronteira do Brasil, e realizou 26 reuniões (ordinárias, temáticas e extraordinárias) do Comitê Executivo do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras – PPIF, onde foram tratados diversos assuntos relacionados à segurança da faixa de fronteira.

O Itamaraty, além das reuniões ordinárias com a CDIF, contribuiu ativamente informando a Comissão sobre as localidades fronteiriças e acompanhando reuniões com os NEF e sobre as crises em pontos de fronteira no contexto da emergência sanitária. Com o Brasil assumindo a presidência “*Pro Tempore*” do Subgrupo-18 sobre integração fronteiriça do MERCOSUL em 2019, realizou três reuniões, em que se vislumbra a elaboração de plano conjunto de desenvolvimento urbano e ordenamento territorial das localidades, inclusive no que diz respeito aos recursos hídricos. No âmbito da Organização do Tratado de Cooperação Amazônica (OTCA), o MRE participou de webinários sobre combate à pandemia da Covid-19, nos quais foi estabelecido intercâmbio entre autoridades sanitárias dos países amazônicos com ênfase em diferentes trechos da faixa de fronteira.

Tratando-se da relação bilateral com os países limítrofes, o Itamaraty concentrou muitos esforços nas consequências que a pandemia mundial gerou no cotidiano das fronteiras. Nos países em que o trânsito e o comércio vicinais foram interrompidos, o MRE negociou com as autoridades estrangeiras, a pedido das regiões fronteiriças, o restabelecimento do tráfego das fronteiriças mediante apresentação de documento comprobatório de residência. Também foram necessárias gestões, a pedido da Receita Federal, junto a governos estrangeiros vizinhos para assegurar que o fluxo de mercadorias não fosse prejudicado.

Durante o biênio 2019-2020, o Itamaraty participou da VII Reunião da Comissão Binacional Fronteiriça Brasil-Colômbia, com foco no diagnóstico das ameaças transnacionais na fronteira Brasil-Colômbia. O órgão também se fez presente na VI Reunião da Comissão Vice-Ministerial de Integração Fronteiriça Brasil-Peru, presidida pelo secretário-geral das Relações Exteriores, Otávio Brandelli, e pelo

vice-ministro das Relações Exteriores do Peru, Manuel Gerardo Talavera Espinar, em que se abordaram temas como controle fronteiriço integrado, cooperação em matéria de saúde na fronteira, temas indígenas, cooperação ambiental fronteiriça, integração na área de telecomunicações e infraestrutura. O MRE, ademais, representou o Brasil na IX Reunião da Comissão Binacional Assessora de Saúde na Fronteira Brasil-Uruguaí, em 10/06/2020, por meio de videoconferência, em atendimento à solicitação uruguaia de coordenação sobre medidas de controle sanitário e epidemiológico direcionadas às cidades fronteiriças, no contexto da pandemia da Covid-19.

O Itamaraty assinou acordo com a Guiana, sobre transporte rodoviário internacional de passageiros e cargas; acompanha tramitação de acordo com o Paraguai sobre localidades fronteiriças vinculadas, para possibilitar o tratamento diferenciado à população local em matéria econômica, trabalhista, previdenciária, de trânsito e de acesso aos serviços públicos e de educação; e criou mais dois comitês de fronteira com o Peru, por meio de troca de notas das respectivas chancelarias. Realizou, por fim, reuniões de comitês de fronteira na Argentina, no Uruguai e na Guiana.

Considerações finais

Com o advento da pandemia de Covid-19 e as restrições resultantes, a implementação dos programas projetados pelo MDR foi, por óbvio, frontalmente prejudicada. Porém, há que se pontuar que, da leitura do relatório, depreende-se que as ações ministeriais não parecem ter acontecido de forma coordenada e complementar, mas como atividades que se deram de forma paralela e independente e que já faziam parte da competência dos órgãos envolvidos. A leitura dos documentos supracitados não evidenciou grandes interações com os governos estaduais e municipais, não houve menção a atividades dos NEF e mesmo as prefeituras premiadas pela atuação dos membros do CDIF parecem não ter assumido um papel de proatividade na obtenção dos benefícios, o que indica existir ainda necessidade de maior coordenação entre os órgãos federais e os governos subnacionais.

Conhecer, no entanto, os avanços *versus* os recuos que têm sido feitos, em um cenário complexo, pode ser uma bússola indicando quais órgãos federais já estão envolvidos em matéria de fronteira e, por conseguinte, mais propensos a concretizar projetos específicos relacionados com suas áreas de atuação.

Conforme se observou, o ambiente federativo brasileiro gesta as condições para o desenvolvimento localizado nas regiões de fronteira: o órgão federal de

relações exteriores dispõe de unidades específicas para lidar com as demandas dos entes subnacionais e trabalha com relativa abertura à realização de atos internacionais com foco na integração fronteiriça e o MDR prevê, para o lado brasileiro, todo um sistema multinível de comunicação, discussão, projeção e implementação de ações voltadas para a faixa de fronteira, que, quando colocada em prática, pode trazer grandes benefícios. Em outras palavras, os canais de comunicação existem e precisam ser mais bem aproveitados por aqueles fronteiriços que se empenham na melhoria de vida de suas populações.

Referências

BRASIL. Câmara dos Deputados. **Lei nº 6.634, de 2 de maio de 1979**. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira, altera o Decreto-Lei n. 1135, de 3 de dezembro de 1970, e dá outras providências. Centro de Documentação e Informação. Disponível em: https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=537810. Acesso em: 03 jan. 2022.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília, DF: Senado Federal, 2016.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. **Faixa de Fronteira**: programa de promoção do desenvolvimento da Faixa de Fronteira. Brasília, DF: Ministério da Integração Nacional, 2009.

BRASIL. Ministério da Integração Nacional. Grupo de Trabalho Interfederativo de Integração Fronteiriça (GTIIF). **Bases para uma proposta de desenvolvimento e integração da Faixa de Fronteira**. Brasília, DF: GTIIF, 2010.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Decreto de Lei nº 9.810, de 30 de maio de 2019**. Institui a Política Nacional de Desenvolvimento Regional e revoga o Decreto nº 4.793, de 23 de julho de 2003, e Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007. Brasília, 2019. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Decreto de Lei nº 9.961, de 08 de agosto de 2019**. Institui a Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira. Brasília, 2019a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-022/2019/decreto/D9961.htm. Acesso em: 22 jan. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. **Portaria n. 3.227, de 28 de dezembro de 2020**. Estabelece o Programa Fronteira Integrada como iniciativa de implementação da Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Disponível em: <https://www.in.gov.br/web/dou/-/portaria-n-3.227-de-28-de-dezembro-de-2020-296802020>. Acesso em: 20 fev. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Comissão Permanente para o Desenvolvimento da Faixa de Fronteira. **Relatório de Atividades da Comissão Permanente para o Desenvolvimento e a Integração da Faixa de Fronteira – 2019-2020**. Brasília, DF: MDR, 2021.

DUCHACEK, I. D. Perforated sovereignties: toward a typology of new actors in international relations. In: MICHELMAN, H. J.; SOLDATOS, P. (Ed.). **Federalism and International Relations: the role of subnational units**. Oxford: Clarendon Press, 1990.

FERRARI, M. As noções de fronteiras geográficas. **Revista Perspectiva Geográfica**, v. 9, n, 10, p. 1-25, 2014.

GRIMSON, A. Pensar fronteras desde las fronteras. **Nueva Sociedad**, n. 170, nov./dic. 2000.

HOCKING, B. **Localizing foreign policy**: non-central governments and multilayered diplomacy. 7. ed. Houndmills, Basingstoke, Hampshire, Macmillan: MLA, 1993.

KRÜGER, C. *et al.* Caminhos para o aprimoramento da gestão de políticas públicas em áreas de fronteira: uma análise multinível. **Boletim regional, urbano e ambiental**, Ipea, v. 22, p. 67-80, jan.-jun. 2020.

MONTEIRO, L. C. R. O Programa Calha Norte. Redefinição das políticas de segurança e defesa nas fronteiras internacionais da Amazônia Brasileira. **R. B. Estudos Urbanos e Regionais**, v. 13, n. 2, p. 117-133, 2011.

NETO et al. Relações do Brasil com a América do Sul após a Guerra Fria: política externa, integração, segurança e energia. In: DESIDERÁ NETO, W. A. (Org). **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: Ipea, 2014.

NUNES, M. A. **Contrastes e convergências socioterritoriais na faixa de fronteira internacional oeste brasileira**: impactos das políticas contemporâneas. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade Estadual Paulista, Rio Claro, 2013.

PRADO, H. S. A. **A cooperação descentralizada e a política para a fronteira no Brasil**. Curitiba: Íthala, 2019.

SCHERMA, M. A. As fronteiras nas Relações Internacionais. **Monções**: Revista de Relações Internacionais da UFGD, v. 1, n. 1, p. 102–132, 2012.

AS AÇÕES DE SECURITIZAÇÃO NA FRONTEIRA CORUMBÁ/ BRASIL – PUERTO QUIJARRO/BOLÍVIA E OS SEUS IMPACTOS NAS PERCEPÇÕES SOCIAIS SOBRE AS MIGRAÇÕES

Acciones de Securitización en la Frontera Corumbá-MS/BR – Puerto Quijarro/
BO y su Impacto en la Percepción Social sobre las Migraciones

Thais da Silva Alpires*
Elisa Pinheiro de Freitas**

Resumo: Este artigo tem por objetivo examinar a percepção social sobre migrantes internacionais na cidade de Corumbá-MS. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica e análise de dados obtidos a partir de questionário encaminhado a brasileiros(as) residentes na cidade. O artigo está organizado em três seções: a primeira contextualiza as migrações contemporâneas e as ações de securitização delineadas pelos Estados nacionais; a segunda aborda a concepção de fronteira à luz da geopolítica clássica e os planos estratégicos para a faixa de fronteira implementados pelo Estado brasileiro; e a terceira apresenta o retrato das percepções sociais de corumbaenses sobre a migração.

Palavras-chave: Migrações internacionais, Fronteiras, Corumbá, Securitização, Preconceito.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo examinar la percepción social de los migrantes internacionales en la ciudad de Corumbá-MS. La metodología utilizada fue la investigación bibliográfica y el análisis de los datos obtenidos a partir de un cuestionario enviado a los brasileños residentes en la ciudad. El artículo está organizado en tres secciones: la primera contextualiza las migraciones contemporáneas y las acciones de securitización delineadas por los Estados

Introdução

Não raro, as fronteiras são compreendidas como sendo regiões geográficas associadas à instabilidade e à ilegalidade e que, portanto, requerem uma presença militar incisiva para manter-se a ordem e coibir o avanço dos crimes que ali se praticam. Esse entendimento sobre fronteiras, reverberado junto ao público pelos discursos midiáticos, como apontaram Grigoli e Almeida (2021), gera confusão e estranhamento no processo de compreensão nos viventes fronteiriços, uma vez que os induzem a concluir que ser fronteiriço tem conotação estigmatizante.

Em decorrência disto, destacamos a consideração de Costa (2019, p. 16), para o qual a sociedade interiorizou a representação da fronteira como um es-

* Mestre em Estudos Fronteiriços pelo Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). Atualmente é Assessora do Instituto Migrações e Direitos Humanos (IMDH). E-mail: thais.alpires@gmail.com.

** Doutora em Geografia Humana pela Universidade de São Paulo (USP). Atualmente é Docente do Curso de Geografia do Campus do Pantanal (CPAN) e do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços (PPGEF) da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (UFMS). E-mail: elisa.freitas@ufms.br.

nacionales; el segundo aborda el concepto de frontera a la luz de la geopolítica clásica y los planes estratégicos de franja fronteriza implementados por el Estado brasileño; y el tercero presenta el retrato de las percepciones sociales de los corumbaenses sobre la migración.

Palabras clave: Migraciones internacionales, Fronteras, Corumbá, Securitización, Prejuicio.

paço de ilegalidade, marcada por crimes, onde não há justiça, sendo uma terra sem leis. E, como observaram Silva e Ribeiro (2016), a fronteira, por estar distante dos centros dinâmicos dos Estados nacionais, se torna um espaço periférico com muitas vulnerabilidades sociais e econômicas, condições estas que favorecem os atores que operam no circuito de crimes transfronteiriços.

Em decorrência dessas concepções, as fronteiras mostram-se objetos de ações de securitização que se concretizam através de instrumentos regulatórios e ou normativos (implementação de leis, instruções normativas, resoluções, decretos e portarias) e estabelecimento de operações de controle fronteiriço, reforçando a presunção de um micropoder – a suposta “tutela” – que as forças de segurança têm sobre o povo, conforme explicou Costa (2019, p. 32). E, para efetivar essa presença militar, os Estados nacionais (re)produzem discursos sobre a necessidade de manter o controle da região, considerada hostil.

Feitas essas considerações, o presente artigo tem por objetivo examinar a percepção social dos moradores residentes em Corumbá sobre migrantes internacionais presentes na referida cidade. Considerando-se que há dificuldades de integração da comunidade migrante no município, tal fato atrela-se às ações de securitização na fronteira.

Assim, entende-se que as migrações, sobretudo as internacionais – mas não apenas – são diretamente afetadas

pelas ações de securitização implementadas e conduzidas por agentes estatais. Este estudo sobre a securitização na fronteira Brasil-Bolívia foi parte integrante de uma investigação realizada entre 2014 e 2017 sobre as políticas migratórias para refugiados em Mato Grosso do Sul, desenvolvida no âmbito da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD).

A realização da pesquisa supracitada sobre a migração na cidade de Corumbá revelou dificuldades de integração dos migrantes entre os anos de 1950 e 1970. Tal fato motivou o desenvolvimento da dissertação que foi concluída, recentemente, no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul (PPGEF/UFMS). E observou-se, no decurso dos estudos atuais, que as ações de securitização concorrem para obstaculizar a integração dos migrantes na região fronteiriça em questão. Ressalta-se que, em decorrência da pandemia de Covid-19, o estudo se limitou a levantar as percepções sociais sobre as migrações na região fronteiriça em questão, não focalizando as estratégias utilizadas pelos migrantes para contornar os problemas relacionados às lutas por direitos sociais, entre outros.

Compreende-se que o preconceito em relação ao migrante foi construído socialmente, através da retórica do agente condutor do movimento securitizado na fronteira. E, para apreender os elementos constitutivos da retórica que reforçam as ações de securitização, foi empregado o método de análise do discurso e do conteúdo para interpretação do interlocutor e das ações da comunidade, bem como, das decisões ao nível individual dos participantes da pesquisa.

Ainda, quanto à metodologia, foi realizada a aplicação de um questionário através da Plataforma do *Google Forms*, que alcançou 41 pessoas. Cumpre informar que a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP), que emitiu parecer favorável para a execução. A utilização da plataforma supracitada deu-se pelos impedimentos ocasionados pela pandemia de Covid-19. E o emprego do questionário objetivou identificar sinais da influência das ações de securitização na percepção social. Também se realizou uma pesquisa de campo, na cidade de Boa Vista-RR, com o propósito de exemplificar os efeitos da securitização, na faixa de fronteira brasileira, para a comunidade migrante.

Para subsidiar a investigação, foram consultados os noticiários, os decretos e as portarias, materiais considerados como fontes primárias, assim como revisões bibliográficas de livros, artigos acadêmicos, dissertações e teses especializadas na temática securitização e fronteiras, consideradas como fontes secundárias.

Por fim, o artigo está estruturado em três partes. A primeira corresponde a uma apresentação dos aspectos teóricos que norteiam as reflexões sobre as mi-

grações contemporâneas; o emprego da teoria construtivista e da Escola de Copenhague para compreensão do fenômeno da securitização. A segunda aborda a fronteira a partir de uma perspectiva clássica dos estudos em geopolítica e das Relações Internacionais, as principais ações e medidas legais estabelecidas nas faixas de fronteira pelo Estado brasileiro bem como o cenário de migração em Boa Vista como exemplo de ondas de discriminação a migrantes. A terceira trata da realidade de Corumbá frente ao fluxo migratório, assim como analisa as percepções sociais sobre as migrações.

Migrações e os estudos sobre a securitização na contemporaneidade

Os fluxos migratórios contemporâneos ocorrem em um mundo conflituoso, no qual há um desequilíbrio entre a população, os recursos, a industrialização, a distribuição de renda e os conflitos religiosos, fatos estes que levam ao deslocamento de milhares de pessoas. Analisa-se que as migrações dos últimos tempos são consequências da crise neoliberal, a qual espelha a assimetria entre os Estados nacionais.

De acordo com Woods (2014), em sua obra “O império do Capital”, vivemos um imperialismo do capitalismo pelo qual há uma predominância de coerção econômica, indireta e invisível, nas relações sociais, ocorrendo uma transferência de riquezas sob a forma de juros, dos países subordinados para os países dominantes, manifestando-se através da dominação extraeconômica, das guerras, dos golpes militares, da expropriação de populações e outros.

Além disso, há no mundo uma fragmentação das economias, na qual os Estados possuem seu próprio regime social de condições de trabalho, sem paridade de salários, o que, de acordo com Wood (2014, p. 104), é uma forma de impedir qualquer grau de integração entre as condições de trabalho em todo mundo, pois caso isso ocorresse se tornaria um empecilho para o livre movimento de pessoas em busca de recursos e mercados.

Frente a essa disparidade, a população migra para fugir das guerras ou das dificuldades engendradas pelas relações interestatais assimétricas, bem como busca melhores condições de vida que os países dominantes possuem. Entretanto, esta mesma população acaba encarando fronteiras fechadas e securitizadas, porque atores estatais e não-estatais com poder econômico (instituições financeiras, empresas transnacionais etc.) não estão preocupados com os efeitos da desestabilização socioeconômica que provocam nos países subordinados, conforme explica Wood (2014, p. 105).

Ainda, de acordo com Castells (2018, p. 22), há uma descrença – por parte das pessoas – em relação à atual democracia liberal, em virtude do distanciamento da representatividade praticada pelo governo em relação ao povo, e essa reação é preocupante pois possibilita a ascensão de figuras extremistas que executam a política do medo.

Assim, como observou Castells (2018, p. 29), há uma disseminação de uma onda de medo pelo mundo e que estimula preconceitos da população em relação a diversas questões, entre as quais, as relacionadas com a migração. Existe aproveitamento de medos compartilhados pela população global, o que Castells (2018, p. 29) denomina de *ménage à trois*, ou seja, uma mistura entre terrorismo, medo e política, sendo que “o medo é a mais poderosa das emoções humanas”.

Portanto, vivemos em uma sociedade internacional marcada pela exclusão entre povos, fruto das decisões dos Estados em manterem um imperialismo do capitalismo para obterem lucros nas negociações econômicas. É sob este contexto que emergem os estudos sobre as ações de securitização nos espaços fronteiriços.

Desse modo, as pesquisas acerca da securitização é fruto dos estudos desenvolvidos pela Escola de Copenhague, especificamente do programa Copenhague Peace Research Institute, criado por Olea Waever, Barry Buzan e Jaap Wilde. Tal estudo permitiu a formulação da teoria de securitização, que, para o desenvolvimento da pesquisa que agora estamos apresentando neste artigo, iluminou a análise das ações de securitização nas fronteiras brasileiras que, em menor ou maior grau, tendem a afetar os fluxos migratórios.

É importante ressaltar que a securitização é uma ação que se efetua pelo convencimento, ou seja, através de um discurso elaborado pelos atores hegemônicos sobre os prejuízos que determinado tema traz ao social, ao econômico e ao jurídico de um dado território. É um discurso que cria uma preocupação que passa do nível de preocupação política para uma emergencial, e que necessita de ações de extremo controle como o uso legítimo da força (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

A securitização depende de *speech act*, “ato da fala”, a elocução do proferido problema para convencimento do público, para legitimar ações de segurança. Essa prática é delineada em três componentes: primeiro, o público que irá receber o discurso; segundo, o objeto de referência – o qual pode ser de qualquer natureza, sem perder a coerência discursiva; e o terceiro, que se refere ao agente securitizador, aquele que chama a atenção do público, e que pode ser político, social ou intelectual, sujeito responsável pela transmissão do discurso e convencimento sobre a urgência do tratamento da “ameaça” (BUZAN; WAEVER; WILDE, 1998).

O ato da fala do agente securitizador vem de uma construção social, baseada no ambiente em que convive, com as ideias que recebe e as convicções próprias. Exatamente por isso a teoria construtivista é a vertente mais adequada para compreensão desse comportamento, pois na sua concepção as ações dos Estados são socialmente construídas através da interação entre atores e a prática social que moldam a sua estrutura, seus interesses e seu comportamento frente a outros atores no sistema internacional.

As faixas de fronteiras do Brasil, em maior ou menor proporção, são securitizadas como medida de repreender e prevenir que crimes ocorram, bem como, garantir a soberania e a proteção dos recursos do território brasileiro. Mas, ainda que sejam legítimas e necessárias, as ações de securitização acabam afetando o fluxo migratório de pessoas em situação de hipossuficiência, ou seja, sujeitos que não representam ameaça e que buscam no Brasil meios para manter sua sobrevivência, como explicaram Grigoli e Almeida (2021).

Então se nota que, com o intuito de securitizar a fronteira para manter a segurança do Estado, qualquer atividade ou comportamento que afete a soberania ou os recursos é visto como ameaça e impedido por meio de ações militares e leis restritivas. Quando Wood (2014) afirma que os países dominantes não têm interesses de receberem fluxos migratórios, porque não desejam dividir os lucros que o capitalismo moderno possibilita, podemos entender o real motivo dos fluxos migratórios serem alvos também das ações de securitização na fronteira. E isso ocorre por meio de instrumentos regulatórios e operações de repressão nas cidades fronteiriças, negligenciando toda relação cultural que o espaço possui, como explicou Carvalho (2019, p. 30).

É necessário deixar claro que a securitização, além de marginalizar, cria barreiras ou, no caso das migrações internacionais, influencia nas percepções sociais. A intensidade com que o discurso é produzido estimula o preconceito, no seio da sociedade receptora, em relação aos imigrantes.

Assim, para compreendermos como tem se dado as ações de securitização na fronteira Brasil-Bolívia, nas próximas seções serão abordados o conceito de fronteira no campo da geopolítica clássica, na qual a concepção de segurança e soberania territorial reforçam a ação estatal de prover a defesa da sociedade sob dado ordenamento jurídico; as distinções entre a perspectiva construtivista e a realista, no campo das Relações Internacionais, para o entendimento das ações de securitização em regiões fronteiriças e os planos estratégicos implementados nas regiões de fronteiras e quais os efeitos sobre as dinâmicas migratórias.

Geopolítica e as ações do Estado brasileiro para as regiões de fronteira

As fronteiras são consideradas como elementos importantes das Relações Internacionais, pois são por meio delas que se estabelecem relações entre países, permitem a troca cultural, a circulação econômica, a cooperação política e desenvolvem a identidade dos espaços fronteiriços. Além disto, são os espaços que determinam os limites da soberania (RAFFESTIN, 1993). A fronteira, entendida como limite ou delimitação, surge da necessidade dos seres humanos estabelecerem seus direitos de propriedades. Assim, a soberania é o que caracteriza o Estado nas suas decisões e escolhas, que também dependem da forma como se relaciona com os demais atores e como se posiciona no sistema internacional.

Dessa forma, as fronteiras são partes importantes dos Estados; são as primeiras a serem impactadas com qualquer mudança do exterior e do interior do território nacional; recebem e transmitem todos os fatos e são necessárias para garantir a soberania de um país, conforme ressaltaram os estudiosos da geopolítica clássica (BACKHEUSER, 1942, p. 12).

Para a Geopolítica, a fronteira é uma área importante de estudo porque representa uma área marginalizada do domínio territorial, porém de grande importância estratégica para determinar seus limites de autonomia e para vigiar os comportamentos dos países vizinhos. As fronteiras, para serem analisadas, precisam ser vistas primeiramente como parte do Estado, ator principal das Relações Internacionais, e é o que as leva a ganharem notoriedade no sistema internacional.

A formação das fronteiras está ligada ao surgimento dos Estados. Estes constituíram-se como organizações sociopolíticas em torno de uma região denominada de território, conforme explica Freitas (2013). De acordo com Max Weber (1982), os Estados são formados por instituições e funcionários – por meio dos quais as relações políticas irradiam do centro – onde há uma área demarcada territorialmente, regida por leis e sustentada pelo uso legítimo da força física. Os atores fortalecem-se e desenvolvem sua capacidade de infraestrutura; ampliam sua capacidade de influência ao ponto de afetarem o comportamento dos que se encontram sob sua influência, como explanou Scherman (2012, p. 106).

Thomas Hobbes (1974), para quem “o homem é o lobo do homem”, defende a formação dos Estados como uma medida de defesa, pois o homem teme constantemente o que vem do exterior. Daí, a importância do delineamento da fronteira para a teoria hobbesiana no processo de formação do Estado. Desta maneira, as fronteiras surgiram para definir o território que pertence a um Estado, porque não se confia na cordialidade dos demais países, tanto que se mantém as fronteiras vigiadas, por não se saber as intenções dos vizinhos.

Ratzel (1983) não concorda que a formação dos Estados seja fruto de uma decisão pautada apenas nas relações interpessoais, no comportamento e no temor do ser humano. O geógrafo alemão defende que os Estados e, assim, suas fronteiras, surgiram por uma relação estreita que se estabeleceu entre as sociedades e a sua base geográfica, ou seja, pela necessidade de se defender o território ocupado. Para Ratzel há uma relação íntima entre o ser humano e o solo, o que leva a decisões estratégicas ou impulsivas para a manutenção desta relação.

Sob a perspectiva da teoria do realismo, em Relações Internacionais, existe uma preocupação constante por parte dos Estados de ocorrência de guerras. As fronteiras, de acordo com Morgenthau (2003), são áreas factíveis para invasão devido a sua fragilidade, podendo ser um perigo à soberania do Estado. As fronteiras, para os realistas, são ponto de entrada de pessoas e bens indesejáveis; por isto, geralmente, são mantidas em vigilância, algumas com um controle massivo e outras apenas para a demarcação da autonomia do Estado.

Porém, na perspectiva da teoria construtivista, as guerras ocorrem pelas decisões dos Estados, escolhas estas que também dependem da forma como se relacionam com os demais atores. Quando se trata da preocupação dos Estados em serem atacados, como defendem os realistas, é o receio da resposta dos demais atores ao comportamento de determinado Estado.

A visão realista sobre o território, principalmente em relação às fronteiras, explica o comportamento dos atores na construção das ações de securitização. Se a lógica do Estado é a segurança, seja do seu espaço físico ou recursos, esse transmite sua prioridade para a população – que absorve a ideia e inclui convicções próprias – transmitindo discursos securitários a respeito dos temas que acredita afetar a segurança de sua nação.

A configuração territorial do Brasil apresenta uma faixa de fronteira que possui 150 km de largura, abarcando 11 unidades da Federação e 588 municípios, a qual foi estabelecida pela Lei nº 6.634/1979 e, posteriormente, regulamentada pelo Decreto 85.064/1980, que determinam a estrutura e o ordenamento do espaço, tendo o Conselho de Defesa Nacional como órgão executor da Lei nas áreas indispensáveis à segurança nacional (BRASIL, 1979).

Historicamente, a faixa de fronteira brasileira oscilou entre a ação política voltada à soberania e aquela direcionada para o desenvolvimento local, como observam Silva e Ribeiro (2016). Priorizando a segurança e a defesa do país, as diversas políticas para a faixa de fronteira têm tido respaldo das polícias e das Forças Armadas (GESSI *et al.*, 2021, p. 14). Dentre as ações políticas do Estado brasileiro para os espaços fronteiriços, destaca-se o Plano Estratégico de fron-

teira, implementado em 2011, e que teve efeitos significativos no município de Corumbá-MS.

O município supracitado possui cerca de 112.058 mil habitantes (IBGE, 2021); está situado na fronteira internacional Brasil-Bolívia e é um espaço com grande mobilidade de pessoas e mercadorias. Um elemento importante para essa estrutura é o Rio Paraguai, que conecta a região pantaneira-Brasil a outras regiões de países vizinhos, como Paraguai e Argentina. Esta rota fluvial possibilitou a mobilidade de pessoas de diferentes partes do Brasil e até mesmo dos países vizinhos, interferindo na base da cultura da cidade corumbaense, como explica Freitas (2017).

Todavia, Corumbá também é marcada pela presença de militares: ocorre rotatividade de militares de carreira para ocupação de postos, como apontou Costa (2015). A presença desses sujeitos valida a securitização da fronteira entre Corumbá-MS/Brasil e Puerto Quijarro-Bolívia, porque justifica essa presença para defesa do ordenamento territorial brasileiro em razão da região ser alvo de constantes crimes fronteiriços, conforme explicou Costa (2019, p. 16).

De acordo com Andrade *et al.* (2019, p. 7), a presença do Estado nas fronteiras é vista como escassa, e isso abre precedentes para: aumento de homicídios; vulnerabilidade socioeconômica; circulação de ilícitos; mercado informal; tráfico de pessoas (animais, plantas, minerais, acervos); exploração sexual; trabalho infantil; superlotação de presídios; baixa fiscalização tributária; alto nível de corrupção.

Mas a concentração de forças militares e de policiais na região de faixa de fronteira está vinculada à exigência normativa brasileira que determina a manutenção, nessas áreas, das forças de segurança e defesa. Por muitos anos, a política brasileira centrou seus esforços em defesa, em detrimento da ideia de integração com os países vizinhos. Mas, em 2011, houve mudanças nessa concepção. A partir do estabelecimento do Plano Estratégico de Fronteira (PEF), instituído pelo Decreto N.º 7.496, de 8 de junho de 2011, coordenado pelo Ministérios da Justiça, da Defesa e da Fazenda, o objetivo era prevenir e reprimir delitos na faixa de fronteira, através de ações permanentes, inteligentes e com o uso de tecnologia avançada e aplicação de ações conjuntas de forças militares dos níveis municipais, estaduais e federais, além de atuação conjunta com os países vizinhos em ações de cooperação (SILVA, 2013, p. 97).

O PEF desdobra-se através das operações Sentinela e Ágata. Dentre estas, destaca-se a Operação Ágata, em razão de algumas de suas edições terem ocorrido em Corumbá. Esta operação é uma ação pontual e temporária, com apoio das Forças Armadas e com objetivo de reprimir crimes (GESSI, 2021, p. 12). A operação é dividida em duas fases: a primeira prevê o emprego das Forças Armadas em

coordenação com os Centros de Operações Conjuntas e adota medidas preventivas e repressivas em áreas previamente determinadas; a segunda fase prevê acordos com os países fronteiriços e abarca alguns objetivos estratégicos, como: 1) Neutralização do crime organizado; 2) Redução dos índices de criminalidade; 3) Coordenação do planejamento e execução de operações militares e policiais; 4) Cooperação com países fronteiriços; 5) Intensificação da presença das Forças Armadas; 6) Apoio à população, como enumera Silva (2013, p. 100).

A Operação Ágata, assim como demais ações de controle da faixa de fronteira brasileira, representam os esforços do Estado brasileiro em configurar a fronteira como espaço de domínio do Estado para defesa e segurança dos interesses estatais. Tal ação afeta o crescimento das regiões por não terem priorizadas suas demandas econômicas, sociais e culturais, resultando em espaços carentes de desenvolvimento e vulneráveis a redes de narcotráfico e tráfico de armas, com aumento no índice de violência, porque essas atividades são vistas como as poucas opções de sustento (GESSI, 2021, p. 14).

Percebe-se que os incisivos esforços em controlar a fronteira não resultam no fim da criminalidade, porque o problema não se trata de ausência militar e sim de políticas de desenvolvimento das regiões de fronteira, para geração de renda à população, assim como acordos de cooperação entre países para desenvolvimento de parcerias e superação de assimetrias que provocam grandes conflitos entre a população. Como explicaram Silva e Ribeiro (2016), segurança e desenvolvimento nas fronteiras devem ser complementares e não algo antagônico. Mas, enquanto tais ações não ocorrem, os fluxos migratórios encaram as políticas cada vez mais restritivas para ingresso no país, sendo as fronteiras as primeiras áreas a reprimirem esse movimento. Restrições que afetam diretamente no acesso dessas pessoas a serviços de saúde, à educação, à alimentação, à moradia e/ou a uma vida estável, livre de crises ou de perseguições, às quais as obrigaram a migrar.

A securitização da fronteira ascende preconceitos sobre migrantes, comportamento que é fruto da concepção que o Estado brasileiro construiu ao longo da sua história sobre a migração.

Podemos começar com o Estatuto do Estrangeiro, que durou por 37 anos, e foi implementado pela Lei Nº 6.815 de, 19 de agosto de 1980, que definia a situação jurídica do estrangeiro no Brasil com aspectos voltados à segurança do país. A resolução desse estatuto trazia que a segurança nacional, bem como a defesa do trabalhador nacional, estariam acima de tudo, sendo a concessão de visto para o estrangeiro e permanência deste condicionadas aos interesses políticos, sociais econômicos e culturais do Brasil, os quais se, caso fossem prejudicados, acataria na expulsão e impedimento de ingresso desta pessoa no país.

Tal medida legal perdurou por anos e influenciou o imaginário brasileiro de que a migração tem tendências de afetar a segurança cultural, econômica e política do país. E, para dificultar ainda mais a compreensão sobre a migração, encontramos as fronteiras terrestres como espaços que estão sempre em alerta para garantir segurança do território, e que, por vezes, são os caminhos mais acessados por migrantes em situação de hipossuficiência.

As atribuições dadas ao migrante como de ameaça – e à fronteira, como região de instabilidade – condicionam a imagem do sujeito que se encontra em situação de hipossuficiência, e que, portanto, ingressa no Brasil pelas fronteiras terrestres por não portarem condições financeiras suficientes para ingresso por via aérea, como fraudadores e criminosos.

Tal concepção normaliza leis e portarias que restringem a entrada de migrantes, como a aplicação da Lei 13.979, de 6 de fevereiro de 2020, que “[...] dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus, responsável pelo surto de 2019” (BRASIL, 2020). Esta lei trouxe o perigo de diversas interpretações, como a criação de mais de 30 Portarias interministeriais que restringiram a entrada de migrantes, além da possibilidade de deportação ou criminalização do migrante que estivesse irregular no país, ferindo o direito do sujeito de recorrer da decisão.

No montante de portarias, temos a Portaria n.º 120, de 17 de março de 2020, que “[...] dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”. Destaca-se também a Portaria n.º 655, de 23 de junho de 2021, que “[...] dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no país de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – Anvisa”.

Embora a lei e as portarias citadas sejam para controlar o avanço da contaminação pela Covid-19, aquelas não solucionam a questão, porque, enquanto empregadas, aumentaram o número de pessoas indocumentadas no país, sujeitos que não podem trabalhar nem acessar serviços de saúde, nem matricular seus filhos em escola, nem obter auxílio e qualquer assistência, devido a sua situação migratória irregular no país, sendo suscetíveis à deportação.

É incoerente a aplicação dessas portarias, porque, na prática, elas apenas restringiram a entrada de pessoas pelas fronteiras terrestres, justamente àquelas que buscam proteção e refúgio (CHAVES, 2021). Uma atuação efetiva de controle da pandemia deveria ser por meio de instalação de postos para exames e quarentena dos sujeitos, evitando dessa forma a migração irregular e o contágio, bem

como desmistificaria a percepção de que são os migrantes os disseminadores de enfermidades.

Tais decisões políticas são alarmantes para a representação da migração, porque realçam estereótipos de que o migrante carrega um perigo sanitário. Esta estigmatização fortalece comportamentos xenofóbicos e preconceituosos, retomando a violência à vida daqueles que só buscam sua sobrevivência.

Atualmente, acompanhamos o fluxo migratório de venezuelanos para o Brasil, fruto das instabilidades no país vizinho. De acordo com Grigoli e Almeida (2021, p. 45), entre janeiro de 2017 e agosto de 2021, “foram concedidos 159.451 registros ativos de residência para venezuelanos, 67.165 solicitações de reconhecimento da condição de refugiado e 48.082 venezuelanos foram reconhecidos como refugiados”.

Os venezuelanos têm buscado no Brasil o refúgio, acreditando que poderão ter melhores condições de vida, mas encaram políticas restritivas e rejeição de brasileiros. Acompanhamos *in loco* a situação da população venezuelana e de outras nacionalidades na cidade de Boa Vista-RR. Pessoas que se encontram em abrigos, na rodoviária estadual da cidade, pelas ruas, além dos espaços de organizações da sociedade civil. Esses migrantes encaram dificuldades no acesso à água, à comida, ao abrigo, ao banho, aos produtos de higiene e a outros insumos, sendo dependentes exclusivamente das organizações da sociedade civil e da Operação Acolhida.

A Operação Acolhida é uma resposta humanitária do Governo Federal ao fluxo de refugiados e migrantes da Venezuela para o Brasil, com objetivo de promover o acesso a insumos básicos das pessoas assistidas, medida para integração e assistência à população migrante e está dividida em três eixos: ordenamento de fronteira, que prevê documentação, vacinação e operação de controle do Exército Brasileiro; acolhimento, que compreende oferta de abrigo, alimentação e atenção à saúde; e a interiorização, com o objetivo de inclusão socioeconômica (BRASIL, 2021).

Embora a Operação Acolhida tenha uma apresentação humanitária, ela divide opiniões sobre a necessidade da presença militar para recepção de refugiados, porque as forças militares remetem ao entendimento de defesa do Estado, para controle, prevenção e repressão de perigos para segurança da soberania e recursos do país. Sendo assim, essa militarização reproduz a ideia de que o migrante é um problema para a segurança do país, tanto que os agentes de defesa do Estado estão à frente dessa questão (SILVA, 2021, p. 53).

Além dessa problemática, também se verifica o aumento de violência contra o migrante. Em março de 2018, por exemplo, refugiados venezuelanos sofreram

ataques na cidade de Mucajaí-RR; de acordo com matéria escrita por Ramalho (2019), no jornal *The Intercept Brasil*, um grupo de brasileiros invadiu um prédio, antes abandonado, e naquele momento ocupado por venezuelanos, expulsando as famílias e queimando todos os pertences das pessoas. Ato assim multiplicam-se, como assassinatos em via pública de migrantes – que se abrigam nas ruas, por não haver vagas suficientes em abrigos – bem como abuso de poder de militares contra migrantes nos abrigos (RAMALHO, 2019).

Tais comportamentos endossam outros, discriminatórios, de brasileiros contra migrantes. A profundidade e extensão que essas ações ocorrem alcançam as demais fronteiras, como em Corumbá-MS, onde os bolivianos são, em grande parte, os principais alvos de acusações de brasileiros que vivem na cidade. O migrante é responsabilizado pela falta de recursos, bens e serviços que a cidade enfrenta, como se este esgotasse os itens à disposição.

Na visão de Costa (2015, p. 42), os brasileiros têm uma visão difusa dos bolivianos diante das dificuldades e dos problemas no país vizinho, como casos de leishmaniose e dengue, questões de saúde pública que aparecem não tratadas e tornam-se motivos para discursos elaborados com afirmações de que o lado boliviano é signo de corrupção física e moral.

Outra questão que motiva a discriminação dos brasileiros em relação aos bolivianos é a concorrência no comércio. Comerciantes em Corumbá alegam que é impossível competir com o comerciante boliviano pelo baixo preço de suas mercadorias, considerando o valor baixo da sua moeda – o peso boliviano – e porque os bolivianos não pagam tributos como os brasileiros (COSTA, 2015, p. 51). A discriminação contra bolivianos dá-se por questões de rivalidade no comércio, por direitos, por serviços públicos e pelas questões de saúde pública que afetam a Bolívia, e que são associadas aos problemas de saúde de Corumbá.

Mas não são apenas os bolivianos as vítimas da insensatez: haitianos e venezuelanos, que buscam na cidade refúgio temporário, encaram a antipatia de grande parte da população. Tais migrantes são compreendidos como um problema de segurança pública, porque ingressam no Brasil por Corumbá, sem pretensão de montar residência, mas na situação de vulnerabilidade, e acabam nas ruas ou nos abrigos da cidade em busca de acolhimento e de assistência para conseguirem seguir viagem.

De acordo com o professor e pesquisador Marco Aurelio, em entrevista ao *Jornal Diário Corumbaense* (2019), os discursos proferidos pelos brasileiros contra migrantes não se identificam como xenofóbicos, pois não há perseguição e ataques, o que se observa são discursos preconceituosos e racistas. Existe uma

disseminação de ações e de falas contra os migrantes sustentadas por agentes da securitização para convencer os brasileiros de que o migrante é sujeito perigoso ou fraudador do sistema, alimentando sentimentos de recusa. Trataremos sobre essas percepções sociais na próxima seção.

Retrato das percepções sociais de corumbaenses sobre a migração

No intuito de conhecer as percepções sociais dos(as) brasileiros(as) que vivem em Corumbá a respeito dos migrantes, foi elaborado um questionário envolvendo discussões que ocorrem no cotidiano da cidade e que, aparentemente, são motivos para estranheza entre os sujeitos.

Os entrevistados foram questionados a partir de frases negativas a respeito do migrante, para concordarem ou discordarem, em uma escala de 1 a 5. A escala usada considera 1 como “Discordo Totalmente”, 2, “Discordo Parcialmente”, 3, “Sem Posição”, 4, “Concordo Parcialmente”, e 5 como “Concordo Totalmente”.

O primeiro resultado da pesquisa identificou que o público que participou da pesquisa é majoritariamente feminino, com faixa etária entre 25 e 35 anos, com nível de escolaridade superior completo e que desempenha trabalhos nos setores privados, ou públicos, ou como autônomos.

Estes foram indagados sobre a postura dos brasileiros corumbaenses em ser solidários no recebimento de migrantes e, como resposta, 70,7% responderam na opção “concordo totalmente”. Em seguida, foram questionados se concordavam que a presença de migrantes atrapalhava a vida dos corumbaenses, e, como resultado, 43,9% assinalaram “Discordo Totalmente”; enquanto 26,8% optaram por “Discordo parcialmente”; 14,6%, por “Sem posição”; e mais 14,6 %, “Concordo Totalmente”.

Logo após, foram questionados se concordavam que a prefeitura de Corumbá deveria prestar assistência aos migrantes que estejam na cidade, e 73,2% dos participantes consentiram com essa assistência. Também foram interrogados se concordavam com a informação de que o migrante lota o sistema de saúde de Corumbá, tendo como resposta 29,3% “Discordo Totalmente”, 29,3% “Sem Posição” e 14,6% “Concordo Totalmente”.

Também foram indagadas sobre as crianças migrantes ocuparem o maior número de vagas nas escolas da rede pública, especificamente as bolivianas, em razão da migração pendular, e, como resposta, 53,7% indicaram “Discordo Totalmente”. Foram questionados se concordavam que os migrantes recebem facilidades para obter moradia, e 65,9% responderam “Discordo Totalmente”.

Perguntamos aos entrevistados se eles consideram que os migrantes apenas usufruem dos serviços públicos do Brasil e nada contribuem ao país. O resultado foi: 31,7% assinalaram “Discordo Totalmente”; 24,4%, “Discordo Parcialmente”; 17,1%, “Sem Posição”; 12,2%, “Concordo Parcialmente”; e 14,6%, “Concordo totalmente”.

Situações de imprudência no trânsito geram grandes tensões. Em virtude disto, perguntamos aos entrevistados se consideravam que os bolivianos cometem mais imprudência no trânsito de Corumbá porque não respondem juridicamente a possíveis infrações. E o resultado foi: 34,1% dos entrevistados escolheram “Concordo Totalmente”; 22%, “Sem Posição”; e 22%, “Discordo Totalmente”.

Em seguida, perguntamos sobre status migratório. Iniciamos com a pergunta “O que é o Refugiado?” e 61% das respostas foi correta: “Uma pessoa forçada a abandonar o seu país em busca de proteção contra fundados temores de perseguições à vida”. A seguir, foram questionados sobre o que é um imigrante econômico” e 80,5% dos entrevistados responderam corretamente que o migrante econômico é “Uma pessoa que busca oportunidade de emprego em outro país”.

Seguindo a investigação, foi perguntado qual era a visão dos entrevistados sobre os imigrantes que ingressavam pela fronteira. Estes apontaram, como resultado: 65,9% “Pessoas em busca de trabalho”; 2,4% “Contrabandistas”; 4,9% “Traficantes”; 24,4% “Estudantes”; 56,1% “Pessoas fugindo de perseguição política ou crise financeira”; 41,5% “Pessoas fugindo da fome”.

E, para conhecimento sobre os meios de informação que os participantes consultam, foi elaborado questionamento com múltiplas opções de resposta, referente aos recursos mais comuns de acesso. O resultado foi: 76,6% que a internet é o canal mais acessado; em seguida, a televisão, com 51,2%; as redes sociais, com 48,8%; e jornal impresso, com 4,9%. Ainda seguindo essa linha de pergunta, indagamos sobre o tempo de uso diário desses recursos, e o resultado foi: 48,8% dos entrevistados gastam em média mais de 2 horas; 34,1% gastam em torno de 30 minutos a 1 hora; e 17,1% gastam de 1 a 2 horas.

Também consultamos os entrevistados sobre o tipo de conteúdo encontrado nesses canais a respeito do migrante. E, a partir de múltiplas opções de respostas, obtemos um percentual de 53,7% com matérias associadas ao tráfico de drogas; 46,3%, materiais que relatam a vulnerabilidade que o migrante enfrenta ao migrar; 43,9% sobre serem vítimas de exploração laboral; 39% sobre dificuldade de inserção laboral; 29,3% sobre envolvimento em roubo de veículos; 24,4% sobre a vulnerabilidade do migrante em se inserir no país de assentamento; e 17,1% sobre serem vítimas de tráfico de pessoas.

E, com intuito de finalizar a pesquisa, foram elaboradas perguntas sobre o ordenamento das fronteiras e a presença de militares. Os participantes foram questionados se concordavam que a região só era segura devido à presença de forças militares, e as respostas foram: 17,1%, “Discordo Totalmente”; 29,3%, “Sem Posição”; e 26,8%, “Concordam totalmente”. Além disso, também foram questionados se concordavam que o fluxo migratório era um problema para a segurança da região, e as respostas foram: 34,1% “Sem posição”; 14,6% “Discordo Totalmente”; 12,2% “Concordo Totalmente”; e 19,5% igual para as opções “Discordo Totalmente” e “Concordo Totalmente”.

E, por último, indagamos sobre concordarem com aplicação de políticas mais rígidas para a migração no Brasil, no intuito de restringir a entrada de migrantes no país. A maioria, com 34,1%, “Concordo Totalmente”; 24,4% “Discordo Parcialmente”; 19,5% “Sem Posição”; 9,8% “Concordo Parcialmente”; e 12,2% “Discordo Totalmente”.

Considerações finais

Como se nota, o mundo contemporâneo se caracteriza pela intensificação dos fluxos de bens e mercadorias através dos espaços, mas os deslocamentos de pessoas tendem a ser obstaculizados, sobretudo, quando se trata de migrantes econômicos e refugiados. Nestes casos, as ações de securitização na fronteira, como se pontuou neste artigo, influenciam na percepção social da sociedade receptora, que interioriza um sentimento de desconfiança em relação ao migrante e imputa a ele a responsabilidade de tumultuar o cotidiano cidadão.

Conclui-se que as repostas, obtidas a partir da aplicação do questionário, revelam um grupo com instrução acadêmica, majoritariamente feminino, jovem, que tem a internet como aliada para se manter informado. Observou-se que a maioria tem conhecimento sobre a temática da migração, sendo capaz de diferenciar os refugiados do migrante econômico, bem como são conscientes das dificuldades enfrentadas pelos sujeitos no processo de migração e, por isto, reconhecem e concordam com a prestação de assistência da cidade de Corumbá com essas pessoas, o que inclui instituições, prefeitura e população corumbaense.

Notou-se também que há um conflito entre os brasileiros e os bolivianos em Corumbá-MS, comprovado na questão do trânsito, na qual os corumbaenses confirmam que há imprudência por parte dos bolivianos e que não há um amparo ao brasileiro em casos de alguma incidência desse cunho. Sendo assim, isso reforça a ideia de que o boliviano é fraudador do sistema e intensifica a base dos conflitos já enraizados na sociedade corumbaense.

Posto isto, os entrevistados também concordam que é necessária a presença militar na cidade, pois certamente enxergam a fronteira como um espaço desprotegido. Além disto, percebemos que na última pergunta, sobre adoção de medidas mais restritivas para entrada de migrantes no Brasil, grande parte concorda com aplicação de medidas deste tipo, pois, como defende Castells (2018, p. 29) “(...) os cidadãos aceitam que os vigiem e os controlem eletronicamente (...) que os detenham preventivamente, que militarizem o espaço público. Porque essas preocupações são sempre em relação aos outros”.

Entende-se que a securitização influencia na compreensão que o público tem da fronteira e da migração, entretanto a conscientização dos sujeitos sobre os temas impede avanços e comportamentos discriminatórios.

Portanto, com base no material teórico compartilhado neste artigo e a pesquisa de opinião dos brasileiros corumbaenses, além da visita *in loco* a Boa Vista-RR, consideramos que a securitização é uma prática usual que se encontra nas regiões de fronteira e que a cidade de Corumbá, nosso campo de estudo, é uma região afetada por esta ação. Mas que, embora o discurso securitizado se manifeste por meio de aparatos legais e práticas militares, quando a população tem ciência da realidade migratória, não é convencida de replicar comportamentos contra migrantes. Sendo assim, é importante que trabalhos sejam desenvolvidos com informações reais sobre a migração para desmistificar características negativas sobre a fronteira e a migração que por ela ocorre.

Referências

- ANDRADE, I. de O. *et al.* **Sistema Integrado de monitoramento de fronteiras em perspectiva**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Brasília/Rio de Janeiro: Ipea, 2019. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/9317/1/td_2480.pdf
- BACKHEUSER, Everardo. O Estado como organismo vivo. Geopolítica e geografia política. **Revista Brasileira de Geografia**, São Paulo, v. 4, n. 1, 1942.
- BRASIL. Decreto n. 7.496, de 8 de junho de 2011. Institui o Plano Estratégico de Fronteiras. **Diário Oficial da União**. Brasília, 9 jun. 2011.
- BRASIL. Decreto 85.064, de 26 de agosto de 1980. Regulamenta a Lei N° 6.634, de 2 de maio de 1979. **Diário Oficial da União**. Brasília, 27 ago. 1980
- BRASIL. Lei nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. **Diário Oficial da União**. Brasília, 6 fev. 2020.
- BRASIL. Lei nº 6.634, de 02 de maio de 1979. Dispõe sobre a Faixa de Fronteira. **Diário Oficial da União**. Brasília, 3 de mai. de 1979.
- BRASIL. Lei nº 6.815, de 19 de agosto de 1980. Define a situação jurídica do estrangeiro no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. **Diário Oficial da União**. Brasília, 21 ago. 1980.

BRASIL. Portaria nº 120, de 17 de março de 2020. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros oriundos da República Bolivariana da Venezuela, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Diário Oficial da União**. Brasília, 18 mar. 2020.

BRASIL. Portaria nº 655, de 23 de junho de 2021. Dispõe sobre a restrição excepcional e temporária de entrada no País de estrangeiros, de qualquer nacionalidade, conforme recomendação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária - Anvisa. **Diário Oficial da União**. Brasília, 24 jun. 2021.

BUZAN, Barry; WAEVER, Ole; WILDE, Jaap de. **Security: a new framework for analysis**. Boulder: Lynne Reinner, 1998.

CARVALHO, Caroline Guilherme Rossi. **Como o 11 de setembro mudou a política migratória estadunidense: um estudo de caso do tratamento aos estrangeiros**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Relações Internacionais) – Faculdade de Ciência Jurídicas e Sociais, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2019.

CASTELLS, Manuel. **Ruptura: a crise da democracia liberal**. Rio de Janeiro: Zahar, 2018.

CHAVES, João. Parabéns para quem? Migrantes e refugiados no Brasil da pandemia. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 jun. 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/opiniaio/2021/06/parabens-para-quem-migrantes-e-refugiados-no-brasil-da-pandemia.shtml>. Acesso em: 03 nov. 2021.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Os Bolivianos em Corumbá-MS: Conflitos e Relações de Poder na Fronteira. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 21, p. 35-63, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1590/0104-93132015v21n1p035>

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Das Fronteiras Nacionais às Fronteiras Internas: Segurança, Ordem e Tutela Militar no Brasil. **Revista Tomo**, São Cristóvão-SE, n. 35, p. 7-46, jul./dez., 2019.

DAS, Veena; POOLE, Deborah. El Estado y sus Márgenes. Etnografías Comparadas. **Cuadernos de Antropología Social**, Buenos Aires- Argentina, n. 27, p. 19-52, 2008.

DORFMAN, Adriana. A condição fronteiriça diante da securitização das fronteiras do Brasil. In: NASCIMENTO, D. M.; PORTO, J. L. R. (Orgs.). **Fronteiras em perspectiva comparada e temas de defesa da Amazônia**. Belém: EDUFPA, 2013. p. 97-124.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. **Território, poder e biocombustíveis: as ações do Estado brasileiro no processo de regulação territorial para a produção de recursos energéticos alternativos**. 2013. Tese (Doutorado em Geografia) – Universidade de São Paulo, 2013.

FREITAS, Elisa Pinheiro de. Corumbá (MS) e as Metamorfoses nas Políticas Brasileiras de Ordenamento Territorial e seus Impactos na Região de Fronteira Brasil-Bolívia. **Geofronter**, Campo Grande, v. 1, n. 3, p. 16-29, 2017.

GISSI, Nedisson Luis *et. al.* Políticas Públicas para a Fronteira Brasileira: Regulação, mecanismos e ações de segurança e Defesa Nacional. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 9, 2021.

GRIGOLI, Guilherme de Araujo; ALMEIDA, Vanderson Mota de. A securitização da fronteira brasileira diante da crise migratória venezuelana: análise do processo de ordenamento da fronteira na perspectiva das Operações Controle e Acolhida. **Coleção Meira Mattos: revista das ciências militares**, v. 16, n. 55, p. 43-67, 23 dez. 2021.

HOBBS, Tomas. **O Leviatã**. Coleção “Os pensadores”. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

IBGE. 2021. **IBGE atualiza municípios de fronteira e defrontantes com o mar devido a mudanças de limites**. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/31090-ibge-atualiza-municipios-de-fronteira-e-defrontantes-com-o-mar-devido-a-mudancas-de-limites>. Acesso em: 31 out. 2021.

MORGENTHAU, Hans. **A política entre nações**. Brasília: Ed. UnB, 2002.

RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do poder**. Vol. 29, São Paulo: Ática, 1993.

RAMALHO, Sergio. Virou rotina agredir e assassinar venezuelanos em Roraima. 28 nov. 2019. **The Intercept**. Disponível em: <https://theintercept.com/2019/11/28/violencia-xenofobia-venezuelanos-roraima/>. Acesso em: 18 nov. 2021.

RATZEL, Friedrich. O solo, a sociedade e o Estado. **Revista do Departamento de Geografia**, São Paulo, USP/DG, n. 2, 1983.

SCHERMAN, Marcio Augusto. As fronteiras nas Relações Internacionais. **Revista Monções**. V. 1, n. 1, jan./jun. 2012.

SILVA, Caroline Cordeiro Vianna. **Segurança internacional e novas ameaças**: a securitização do narcotráfico na fronteira brasileira. 2013. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Curitiba, 2013.

SILVA, João Carlos Jarochinski; ALBUQUERQUE, Élisson Bruno Fontenele de. Operação Acolhida: avanços e desafios. 2021. **Caderno de Debates** – out. 2021. Disponível em: https://www.migrante.org.br/wp-content/uploads/2021/10/IMDH_Caderno_ed16_web.pdf. Acesso em: 25 out. 2021.

SILVA, Tiago Luedy; RIBEIRO, Daniel Santiago Chaves. Defesa, desenvolvimento e securitização na fronteira setentrional da Amazônia brasileira: preocupações, atores e conexões regionais. **PRACS**: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP, v. 9, n. 3, p. 225-238, 2016.

URT, Nelson. Professor desfaz mito do isolamento de Corumbá. **Diário Corumbaense**, Corumbá, 21 set. 2019. Disponível em: <https://diarionline.com.br/?s=noticia&id=112504>. Acesso em: 8 dez. 2021

WEBER, Max. **Ensaios de sociologia**. Ed. por H. H. Gerth e C. W. Mills. Rio de Janeiro: LTC Editora, 1982.

WOOD, Ellen Meiksins. **O império do capital**. São Paulo: Editora Boitempo, 2014.

FISCALIZAÇÃO DA CAPITANIA FLUVIAL DO PANTANAL NA ATIVIDADE PESQUEIRA E OS RISCOS DE SEGURANÇA DOS PESCADORES NA FRONTEIRA BRASIL/BOLÍVIA

Inspection of the River Captain Office of the Pantanal in the Fishing Activity and the Risks to the Safety of the Fishermen on the Brazil/Bolívia Border

Inspección de la Capitanía Fluvial del Pantanal en la Actividad Pesquera y los Riesgos para la Seguridad de los Pescadores en la Frontera Brasil/Bolivia

Laurenice da Silva Ferreira*
Beatriz Lima de Paula Silva**

Resumo: A pesca é uma atividade muito importante para os municípios de Corumbá e Ladário, localizados no estado de Mato Grosso do Sul, fronteira do Brasil com a Bolívia. Devido à alta periculosidade apresentada na atividade pesqueira, esta pesquisa buscou conhecer a relação da pesca com os Direitos Humanos no que tange à segurança dos pescadores na realização de seu trabalho. Neste contexto, o artigo discute os esforços da Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN), por meio da fiscalização, no intuito de diminuir a exposição desses pescadores aos perigos iminentes da atividade.

Palavras-chave: Pesca; Segurança; Capitania Fluvial do Pantanal; Direitos Humanos e Fronteira.

Abstract: Fishing is a very important activity for the municipalities of Corumbá and Ladário, located in the state of Mato Grosso do Sul, on the border between Brazil and Bolivia. Due to the high danger presented in the fishing activity this research sought to know the relationship of fishing with Human Rights regarding the safety of fishermen in carrying out their work. In this context, the article discusses the efforts of the

Introdução

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a pesca é uma das atividades mais antigas e também a mais perigosa se comparada às demais atividades laborais. Estima-se que cerca de 24.000 mortes ocorrem anualmente em todo o mundo e grande parte desses acidentes ocorrem com embarcações de pequeno porte (BRASIL, 2021). Há diversos estudos que relatam a periculosidade desta atividade, bem como a importância da prevenção contra acidentes. Dzugan (2010) e Levin *et al.* (2016) chamam a atenção para o uso de equipamentos de segurança e treinamento dos pescadores a fim de conscientizar sobre os fatores de risco. Neto *et al.* (2002) corroboram com esses

* Graduada em Ciências Contábeis e Administração pela UFMS/Campus do Pantanal. Pós-graduada em Controladoria e Finanças pela UCDB e Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços pela UFMS. E-mail: laurenice83@hotmail.com.

** Doutora em Geociências e Meio Ambiente. Graduada em Engenharia Cartográfica. E-mail: beatriz.paula@ufms.br.

Fluvial Captaincy of the Pantanal (CFPN), through inspection, in order to reduce the exposure of these fishermen to the imminent dangers of the activity.

Keywords: Fishing; Safety; River Captaincy of the Pantanal; Human Rights and Borders.

Resumen: La pesca es una actividad muy importante para los municipios de Corumbá y Ladário, ubicados en el estado de Mato Grosso do Sul, en la frontera entre Brasil y Bolivia. Debido a la alta peligrosidad que se presenta en la actividad pesquera, esta investigación buscó conocer la relación de la pesca con los Derechos Humanos en cuanto a la seguridad de los pescadores en el desempeño de su trabajo. En ese contexto, el artículo discute los esfuerzos de la Capitanía Fluvial del Pantanal (CFPN), a través de la inspección, con el fin de reducir la exposición de estos pescadores a los peligros inminentes de la actividad.

Palabras clave: Pesca; La Seguridad; Capitanía Fluvial do Pantanal; Derechos Humanos y Frontera.

dados, afirmando que a pesca possui um risco de morte sete vezes maior que os setores industriais juntos.

O direito ao trabalho e à segurança pessoal na realização da atividade pesqueira está presente na Constituição Federal nos art.6º, art.3º, bem como no art.23º da Declaração Universal dos Direitos Humanos, que prevê que toda pessoa deve usufruir de seus direitos sem distinção de raça, cor, sexo, gênero, orientação sexual, classe, idioma, religião, opiniões políticas, nacionalidade ou marcadores sociais. Tais direitos são garantidos no Direito Internacional por meio de Tratados e outras fontes de Lei, protegendo indivíduos e grupos contra ações que interfiram nas liberdades fundamentais e na dignidade humana (SAMPAIO, 2003).

O artigo 6º da Constituição Federal elenca os direitos sociais: “são direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 1998).

O artigo 23 da Declaração Universal dos Direitos Humanos elenca os direitos quanto ao trabalho:

Art. 23.1. Toda pessoa tem direito ao trabalho, à livre escolha de emprego, a condições justas e favoráveis de trabalho e à proteção contra o desemprego; 2. Toda pessoa, sem qualquer distinção, tem direito a igual remuneração por igual trabalho; 3. Toda pessoa que trabalhe tem direi-

to a uma remuneração justa e satisfatória, que lhe assegure, assim como à sua família, uma existência compatível com a dignidade humana, e a que se acrescentarão, se necessário, outros meios de proteção social.

Sob a ótica dos Direitos Humanos, os riscos da atividade pesqueira acabam por violar alguns direitos dos pescadores, um deles é o direito à segurança pessoal na realização do trabalho. Neste contexto, a OIT criou a convenção 188 que enfatizou a segurança e condições mínimas de trabalho aos pescadores e sua família (SINAIT, 2022).

A atividade pesqueira é regida pela Lei nº 11.959, de 29 de junho de 2009 e divide-se em dois grupos: o comercial e o não comercial. E segundo Centro de Direitos Humanos e Empresas da FGV esses dois grupos de pesca se dividem em:

Pesca artesanal: praticada por pescador profissional, de forma autônoma ou em regime de economia familiar; Pesca industrial: quando praticada por pessoa física ou jurídica e envolver pescadores profissionais, empregados ou em regime de parceria por cotas-partes, utilizando embarcações de pequeno, médio ou grande porte, com finalidade comercial; Pesca científica: quando praticada por pessoa física ou jurídica, com a finalidade de pesquisa científica; Pesca Amadora: quando praticada por brasileiro ou estrangeiro, com equipamentos ou petrechos previstos em legislação específica, tendo por finalidade o lazer ou o desporto e Pesca de subsistência: quando praticada com fins de consumo doméstico ou escambo sem fins de lucro e utilizando petrechos previstos em legislação específica (FGV, 2021).

Neste contexto, a presença e atuação da Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN), na área de fronteira em estudo, é de suma importância, uma vez que a atividade da pesca necessita de um acompanhamento devido aos riscos tais como colisões de embarcações, afogamentos e ataques de animais perigosos como onça pintada, cobras e outros. Desta forma, a CFPN além de contribuir para com o preparo do Poder Naval, ela orienta, coordena e controla as atividades relativas à Marinha Mercante no que tange à defesa nacional, à salvaguarda da vida humana, segurança da navegação e à prevenção da poluição hídrica por parte de embarcações, na área de jurisdição do Com6ºDN (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Como oportunidade, a CFPN utiliza das Inspeções Navais, para informar sobre as normas de Segurança da Navegação e realiza palestras, capacitação aos pescadores e proprietários de embarcações com o intuito de divulgar a importância do cumprimento das normas promulgadas pela Autoridade Marítima e assim diminuir a incidência de acidentes nesta região de fronteira.

Desta forma, o objetivo desse trabalho é conhecer a relação da pesca com os Direitos Humanos no que tange à segurança dos pescadores na realização de seu trabalho. Neste contexto, o artigo discute os esforços da Capitania Fluvial

do Pantanal (CFPN), por meio da fiscalização, em diminuir a exposição desses pescadores aos perigos iminentes da atividade.

Procedimentos de pesquisa

A área de pesquisa são os municípios de Corumbá e Ladário, MS, que fazem parte da zona fronteira Brasil/ Bolívia. O município de Corumbá faz parte de quatro localidades da fronteira Brasil-Bolívia, com cerca de 170 mil pessoas e constante fluxo para ambos os lados. São elas: Puerto Suárez e Puerto Quijarro, no lado boliviano; e Ladário e Corumbá, no lado brasileiro. Corumbá funciona como corredor e principal centro econômico regional (OLIVEIRA; ESSELIN, 2015).

Fundada em 21 de setembro 1778 por Luiz de Albuquerque, inicialmente chamada de Vila de Nossa Senhora da Conceição de Albuquerque, Corumbá tornou-se Distrito em 1838 e elevada a Município em 1850, servindo de porta de entrada para as riquezas na região, posteriormente passou a ser denominar Corumbá.

Devido à sua localização estratégica, relevância histórica e por abrigar cerca de 60% do Pantanal sul-mato-grossense, Corumbá tornou-se a principal cidade do estado de Mato Grosso do Sul palco de importantes acontecimentos históricos como a Guerra do Paraguai, e o terceiro maior porto da América Latina até 1930 (CORUMBÁ, 2022).

A fronteira Brasil-Bolívia possui extensão de 3.423 km e envolve quatro estados, estando delimitado o Mato Grosso do Sul pelos municípios brasileiros de Corumbá e Ladário, localizados no Pantanal Sul, e a Bolívia por Puerto Quijarro e Puerto Suarez (FIGUEIREDO; COSTA; PAULA, 2011).

O município de Ladário foi fundado em 02 de setembro de 1778, por João Leme do Prado, constituindo-se como Distrito de Corumbá até 11 de dezembro de 1953. Com a promulgação da Lei Estadual nº 679, o Distrito tornou-se autônomo e foi elevado à categoria de cidade (SOUZA 198-, p. 26).

A pesca realizada na fronteira Brasil/Bolívia, mais especificamente nas cidades de Corumbá e Ladário, é de suma importância econômica e social. Segundo o Registro Geral da Pesca (RGP), em 2008 haviam 693.705 profissionais cadastrados no país. De acordo com as informações obtidas junto à Colônia de Pescadores Z1 de Corumbá-MS, existem 1.300 pescadores registrados até o momento.

Na região fronteira, em análise, predominam três modalidades de pesca, a de subsistência desenvolvida pelos pescadores ribeirinhos; a pesca amadora/esportiva, realizada pelos turistas que visitam a região e a pesca profissional, realizada pelos pescadores cadastrados junto a Capitania Fluvial do Pantanal e junto a Colônia de Pescadores.

Para este estudo, utilizou-se a pesquisa descritiva e exploratória, com análise bibliográfica, por meio de livros, artigos relacionados ao tema, revistas, internet, fotos, entrevistas não estruturadas, visita à Capitania Fluvial do Pantanal para investigação dos processos de fiscalização das atividades de pesca, bem como os fatores de riscos a que são expostos os pescadores na região de fronteira Brasil/Bolívia, e visita junto a Colônia de Pesca Z1 de Corumbá-MS.

Inicialmente, realizou-se a escolha dos textos já publicados sobre o tema abordado, posteriormente fez-se a inter-relação entre pesca, trabalho, fronteira, Direitos Humanos, CFPN, fiscalização e segurança a fim de contemplar o objetivo da pesquisa. Após análise das informações obtidas, procedeu-se a interpretação e discussão sobre a segurança na realização da atividade pesqueira e os Direitos Humanos.

Resultados e discussão

Diariamente, navegam pelas águas do rio Paraguai, nas cidades de Corumbá e Ladário-MS, pescadores que saem em busca do sustento de suas famílias. E são expostos a diversos riscos, desde acidentes com anzóis, facas, e outros petrechos de pesca a acidentes que podem levar à morte. Segundo Catella (2003), a pesca é a segunda maior atividade econômica do Pantanal, gerando recursos de, aproximadamente, 40 milhões de reais ao ano.

Segundo dados obtidos junto à CFPN, os acidentes ocorridos na atividade pesqueira geralmente são causados por falta de atenção, inexperiência, mau tempo, consumo de álcool e entorpecentes. Dentre os riscos apontados estão o afogamento, colisão de embarcações, ataques de animais peçonhentos como abelhas, vespas, marimbondos e cobras podendo ocorrer encontros com animais perigosos como onça pintada, jacarés, porco do mato, arraias e outros.

Em conversa informal com a representante da Colônia Z1 de Corumbá, Sra. Luciene de Lima afirma que muitos pescadores conhecem os riscos, porém acreditam que nada acontecerá com eles e acabam se expondo, de forma consciente, aos perigos já levantados. Muitos confiam na experiência advinda dos anos de profissão e não se interessam pelas instruções oferecidas.

Segundo relato, muitos pescadores sequer possuem aparelho celular, e não desejam possuí-los, aumentando ainda mais as dificuldades de comunicação sendo necessário o envio de áudio e vídeo para pescadores que tenham aparelho celular e estes levam até os que não possuem, para que os mesmos tomem ciência sobre alguma orientação, procedimentos, encontros ou eventos.

Nos últimos cinco anos, 99% das Inspeções Navais, realizadas pela CFPN, foram de forma inopinada, no período diurno, conforme especificado na tabela 01 a seguir:

Tabela 01: Inspeções Navais realizadas pela CFPN de 2016 a agosto de 2021.

Qtde de Inspeções Navais	CFPN	Notificações	AgPMurtinho	Notificações	Total
2016	2934	262	697	27	3631
2017	2191	226	1090	135	3281
2018	2047	464	1923	95	3970
2019	2159	202	2802	68	4961
2020	1567	245	1338	18	2905
2021 até AGO	1659	113	493	6	2152

Fonte: Capitania Fluvial do Pantanal.

Tabela 02: Principais causas de acidentes registrados, de acordo com os registros da CFPN.

Causa do acidente	Porcentagem (%)
Não uso do material de salvatagem	9,9
Avaria no sistema de governo	2,62
Embriaguez	4,16
Condutor não habilitado	4,16
Imperícia do condutor	19,27
Fenômeno da natureza	7,81
Avaria estrutural	8,33
Cabos de amarração em má conservação	9,37
Avaria elétrica	2,62
Falta de luzes de navegação	2,62
Embarcação abandonada	1,04
Excesso de passageiros	2,62
Colisão com objetos submersos	4,16
Faina de corte e solda	1,56
Falta de comunicação em manobras	2,08
Acúmulo de lixo	2,08
Má distribuição de peso	4,68
Falta de proteção das partes móveis e quentes do motor	0,52
Excesso de velocidade	3,64
Mal súbito	1,56
Desconhecida	5,2
Total	100

Fonte: Capitania Fluvial do Pantanal.

Tabela 03: Quantidade de acidentes registrados nos anos de 2017 a 2021.

ANO	Quantidade de Acidentes	Tipo de Embarcação	Quantidade	Tamanho (M)
2017	8	MTA	1	3,20
		BOTE	2	6,00
		R/E	4	40,00
		BARCAÇA	1	60,00
2018	5	LANCHA	2	12,00
		R/E	2	48,50
		BOTE	1	6,00
2019	13	LANCHA	4	15,00
		CANOA	1	5,30
		BOTE	4	6,00
		R/E	4	40,00
2020	7	LANCHA	2	20,00
		MTA	1	3,20
		CANOA	1	6,00
		BALSA	1	20,00
		BOTE	1	6,00
		R/E	1	6,00
2021	8	BOTE	6	6,00
		LANCHA	2	17,00
		R/E	2	15,00
		BARCAÇA	1	60,00

Fonte: Capitania Fluvial do Pantanal.

De acordo com levantamentos realizados pela CFPN, outro cuidado a ser tomado é respeitar a lotação recomendada, pois, o excesso de pessoas na embarcação pode causar desequilíbrio, causando quedas na água, evoluindo para uma fatalidade.

Dentre as diversas atividades de fiscalização das embarcações que trafegam na fronteira Brasil/Bolívia, a CFPN realiza palestras referentes à segurança na navegação e proteção da vida buscando divulgar e enfatizar o uso de coletes salva-vidas, bem como os riscos do consumo de bebidas alcoólicas e a falta de documentos obrigatórios.

A Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN) realiza palestras educativas, para tripulantes e passageiros de embarcações, visando o incremento da mentalidade de segurança, enfatizando a importância do cumprimento das normas de segurança da Autoridade Marítima.

Figuras 01 e 02: Palestra educativa para tripulantes e passageiros de embarcações.



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/285> Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/218>

Outra atividade desenvolvida pela CFPN é a formação de aquaviários auxiliando no avanço do Ensino Profissional Marítimo na região pantaneira, possibilitando o preparo de profissionais para ingresso na Marinha Mercante, frente às demandas regionais, e conseqüentemente, contribuindo para um incremento na segurança da Navegação e Mentalidade Marítima, conforme demonstradas nas figuras 03 e 04 (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Figura 03: Formação de Pescadores Profissionais - Nível 1.



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/201>

Figura 04: Aula Inaugural de Curso de Formação de Aquaviários.

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/309>

A Capitania Fluvial do Pantanal (CFPN) realizou, no período de 01 de setembro a 31 de outubro de 2018, a operação “Navegue com Segurança” com ações de Fiscalização do Tráfego Aquaviário, com 1.516 embarcações inspecionadas, 171 notificações emitidas, 76 atendimentos ao público, 29 processos de inscrições de embarcações, transferências de propriedade e de jurisdição, renovações de Arrais Amador e Carteira de Inscrição e Registro, além de distribuição de 1.400 panfletos na área do Porto Geral de Corumbá (MARINHA DO BRASIL, 2021).

Figura 05: Operação Navegue com segurança.

Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/199>

No dia 25 de março deste ano, a CFPN juntamente com o Corpo de Bombeiros Militar de Corumbá, realizou o resgate de uma família de ribeirinhos, que ficou à deriva a bordo de uma embarcação miúda, a aproximadamente 15 quilômetros de Corumbá (MS). A embarcação havia partido de fazenda localizada rio acima, no Tramo Norte da Hidrovia Paraguai-Paraná (HPP), com destino a cidade de Corumbá, após sofrer avarias no motor, a embarcação foi localizada e foi dado início ao reboque da embarcação em direção ao Porto Geral de Corumbá. Durante o percurso, foram cedidos cobertores, água e café para a família em virtude do dia chuvoso e o vento frio reinante naquele momento (MARINHA DO BRASIL, 2022).

Figura 06: Resgate de família ribeirinha que ficou à deriva no rio Paraguai.



Fonte: <https://www.marinha.mil.br/cfprn/node/374>

Inúmeras são as ações de fiscalização realizadas pela Capitania Fluvial do Pantanal, na tentativa de conscientizar famílias ribeirinhas, pescadores profissionais e amadores, sobre a importância do cumprimento das normas aquaviárias, no intuito de se evitar acidentes nesta região de fronteira.

Considerações finais

De acordo com a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Lei Constitucional de 1988, todos têm o direito ao trabalho e a segurança pessoal no desempenho do mesmo, porém, na atividade pesqueira essa realidade é um tanto diferente, sendo necessário o emprego mais rígido da fiscalização e consequentemente, maior cobrança da aplicação das normas de segurança aquaviária.

Durante a pesquisa foi possível constatar que diversos são os riscos contidos na atividade pesqueira e os pescadores estão diariamente expostos aos diversos fatores que colocam em risco sua integridade física. Porém, cabe ressaltar que

muitos desses riscos são provenientes da imprudência ou imperícia dos próprios pescadores. Uma vez que, grande parte dos registros de acidentes ocorreu após consumo de bebida alcoólica ou outros entorpecentes. Outro fator a ser considerado corresponde às ocorrências de acidentes nas embarcações de pequeno porte, devido a maior fragilidade apresentada e a relutância dos pescadores em usar o colete salva-vidas.

As atividades de fiscalização, apoio, orientação, socorro e salvamento realizados pela CFPN são de extrema importância, pois, o trabalho solitário dos pescadores ribeirinhos da região, que ao saírem para trabalhar em suas embarcações simples, e muitas vezes precárias, são expostos a todos os riscos já mencionados, porém, com maior dificuldade em conseguir socorro.

Mediante as peculiaridades apresentadas, bem como grande fluxo de movimentação de embarcações de pequeno, médio e grande porte e a intensa atividade pesqueira de subsistência acaba por intensificar as ações de fiscalização da CFPN, afim de garantir a segurança e a integridade dos pescadores que por aqui trafegam.

Referências

- ALFIERI, F. M. **A Saúde do Pescador Artesanal de Santanrém – Pará**. 2020 . Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/arquivosdecienciadomar/article/view/149/149>. Acesso em: 22 set.2021.
- BRASIL. **C 188 - Referente ao Trabalho na Pesca**. Disponível em: https://www.ilo.org/brasilia/convencoes/WCMS_242715/lang-pt/index.htm. Acesso em: 22 set. 2021.
- BRASIL. **Artigo 6º: Dos Direitos Sociais**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 22 set. 2021.
- BRASIL. **Artigo 23º: Direito ao trabalho livre, justo e remunerado**. 2018. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2018/novembro/artigo-23deg-direito-ao-trabalho-livre-justo-e-remunerado>. Acesso em: 25 set. 2021.
- CATTELA, A. C. **A pesca no Pantanal Sul: Situação atual e perspectivas**. Corumbá. Embrapa Pantanal, 2003.
- DZUGAN, J. The development and efficacy of safety training for commercial fishermen. **Agromedicine**, n. 15, p. 351-356, 2010.
- FGV. **Direitos do Ribeirinho Pescador Cartilha Informativa**. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/28717/Cartilha%20dos%20Ribeirinhos%20Pescadores.pdf?sequence=1&isAllowed=y>. Acesso em: 26 set. 2021.
- FIGUEIREDO, N. de P.; COSTA, E. A. da; PAULA; B. L. de. Os elementos do espaço turístico da fronteira Brasil-Bolívia. **RA E GA**, Curitiba, v. 21, p. 105-138, dez. 2011.
- FOLHA DE SÃO PAULO. **Dois trabalhadores morrem por minuto**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/risco17.htm>. Acesso em: 25 set. 2021.
- LEVIN, J. L.; GILMORE, K.; WICKMAN, A.; SHEPHERD, S.; SHIPP, E.; NONNENMANN, J. M.; CARRUTH, A. Workplace Safety Interventions for Commercial Fishermen of the Gulf. **Journal of Agromedicine**, v. 21, n. 2, p.178-189, 2016.

MARINHA DO BRASIL. **Capitania Fluvial do Pantanal Participa da Operação Travessia Segura IV**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/309>. Acesso em: 14 set. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **A Capitania Fluvial do Pantanal forma aquaviários na cidade de Corumbá-MS**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/285>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **A Capitania Fluvial do Pantanal Encerra a Operação Navegue com Segurança-2018 nos Rios e Lagos de Mato Grosso e Mato Grosso do Sul**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/199>. Acesso em: 20 set. 2021.

MARINHA DO BRASIL. **Marinha do Brasil auxilia em resgate de família ribeirinha que ficou à deriva no Rio Paraguai**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/374>. Acesso em: 05 abr. 2022.

MARINHA DO BRASIL. **Missão da CFPN**. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/cfpn/node/1>. Acesso em: 04 mai. 2022.

NETO, D. G.; CORDEIRO, R.; HADDAD, V. **Causas de acidentes de trabalho ocorridos em pescadores profissionais artesanais do município de Araguacema-TO**. Botucatu: Faculdade de Medicina, Universidade Paulista; 2002.

OLIVEIRA, T. C. M.; ESSELIN, P. M. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil-Bolívia. **GeoSul**, Florianópolis, v. 30, n. 60, jul./dez. 2015. Acesso em: 24 set. 2021.

PREFEITURA DE CORUMBÁ. **História de Corumbá**. Disponível em: <https://www.corumba.ms.gov.br/minha-corumba/historia/>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SAMPAIO, N. R. **A saúde como direito fundamental no estado democrático de direito**. 2003. 87f. Dissertação (Mestrado em Direitos Fundamentais) – Universidade de Lisboa, Lisboa, 2003.

SINAIT. **OIT busca ratificação de convenção que protege pescadores**. Disponível em: <https://www.sinait.org.br/site/noticia-view/?id=757/oit-busca-ratificacao-de-convencao-que-protege-pescadores>. Acesso em: 21 mai. 2022.

SOUZA, L. G. de. **História de Corumbá**. |S.l.:sn:198-|.

DESGASTE PSÍQUICO E SOBRECARGA NA UNIVERSIDADE PÚBLICA: UM ESTUDO COM PROFESSORES UNIVERSITÁRIOS NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA

Desgaste Psíquico y Sobrecarga en la Universidad Pública: un Estudio con Docentes Universitarios en la Frontera Brasil-Bolivia

Daniella Moreira Lima*

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo**

Resumo: O contexto universitário e o trabalho docente vêm sendo afetados por valores neoliberais meritocráticos propagados pelo gerencialismo, acarretando sobrecarga, desgaste e sofrimento psíquico. Esta pesquisa teve por objetivo identificar a ocorrência da Síndrome de *Burnout* em professores de uma universidade pública situada na fronteira Brasil-Bolívia. Responderam a um questionário sociodemográfico e às escalas CESQT-PE, EIPST e EACT 59 professores e não foi encontrado *Burnout*, mas constatou-se desgaste psíquico e cansaço físico diante da intensificação e excesso de atividades, longas jornadas e polivalência, assim como esgotamento e estresse pela falta de reconhecimento.

Palavras-chave: Saúde mental, Ensino superior, Esgotamento profissional, Professores.

Resumen: El contexto universitario y la labor docente se han visto afectados por los valores neoliberales meritocráticos propagados por el gerencialismo, causando sobrecarga, desgaste y sufrimiento psíquico. Esta investigación tuvo como objetivo identificar la ocurrencia del Síndrome de *Burnout* en profesores de una universidad pública ubicada en la frontera Brasil-Bolivia. Cincuenta y nueve docentes respondieron a un cuestionario

Introdução

O processo de reestruturação produtiva, alicerçado na evolução tecnológica e na flexibilização do trabalho nas universidades públicas, tem levado a uma crescente precarização das condições materiais, da organização do trabalho e dos vínculos empregatícios (SOUZA *et al.*, 2017). Buscando atender novos parâmetros de alta competitividade, as relações sociais vêm se modificando, sendo comum a conduta de rivalidade e competição entre os sujeitos, apropriados da valorização do individualismo.

Dejours (2008) frisa que as imposições exercidas pelas organizações do trabalho ordenam a adaptação aos preceitos neoliberais veiculados nas instituições que levam o trabalhador ao sofrimento e exaustão como forma de

* Graduada em Psicologia e Mestranda na Pós-Graduação em Educação na Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal. E-mail: dmorlima@gmail.com. ORCID: 0000-0001-5672-6968.

** Doutora em Saúde Coletiva (UNICAMP), Mestra em Sociologia (UNESP) e Graduada em Psicologia (UNESP), é professora da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul no Programa de Pós-Graduação em Estudos Fronteiriços, no Programa de Pós-Graduação em Educação e no Curso de Psicologia, Campus do Pantanal. E-mail: vanessa.figueiredo@ufms.br. ORCID: 0000-0002-0062-9234.

sociodemográfico y a las escalas CESQT-PE, EIPST y EACT. No se encontró *Burnout*, pero sí desgaste psíquico y fatiga física por la intensificación y exceso de actividades, largas horas de trabajo y polivalencia, así como agotamiento y estrés por falta de reconocimiento.

Palabras claves: Salud mental, Educación superior, Agotamiento profesional, Docentes.

ser reconhecido, seja por sua utilidade ou pela beleza do que realiza. Assim, a ocupação docente expõe o trabalhador à sobrecarga de tarefas, estresse constante e intenso, um panorama nocivo à saúde deste coletivo profissional.

Os professores do ensino superior vêm apresentando sintomas e sinais de Síndrome de *Burnout* (SB), mostrando sua vulnerabilidade frente aos aspectos adversos do contexto educacional (MASSA *et al.*, 2016). Cotrim e Wagner (2012), ao avaliarem a prevalência da SB em professores de uma Instituição de Ensino Superior (IES) da cidade de Porto Alegre – RS, apontaram que 10,8% dos indivíduos apresentaram *Burnout*, 21,7% não manifestaram o quadro e 67,5% revelaram um estado sintomatológico limítrofe. Aspectos como sobrecarga de trabalho, multiplicidade de papéis e atividades de cunho burocrático foram indicados como os que mais contribuem para o estresse laboral.

A SB se manifesta por sentimentos de esgotamento e estafa, pessimismo, ironia, afastamento psíquico e frieza ligada à ocupação, com diminuição do desempenho profissional (OPAS/OMS, 2019). Enquanto um fenômeno deflagrado pela relação intersubjetiva com o trabalho, a SB afeta tanto o processo de ensino-aprendizagem como a saúde e a qualidade de vida dos professores (CARLOTTO; CÂMARA, 2008; DROOGENBROECK; SPRUYT, 2015).

Ligada a profissões que atuam diretamente com pessoas e com res-

ponsabilidades constantes (BIAZZI, 2013), os agravos da SB são caracterizados por Gil-Monte (2008) como uma reação ao estresse ocupacional crônico. Seus sintomas envolvem deterioração cognitiva, com perda de motivação que leva à baixa realização no espaço laboral, além de dano afetivo decorrente do esgotamento emocional, derivando em atitudes e condutas organizacionais contraproducentes. A expressão de frieza, indiferença e distanciamento na relação com alunos, coordenadores/chefias e colegas de profissão é, por vezes, acompanhada por culpa.

Considerando a gravidade de seus sintomas, a SB passa a fazer parte dos fenômenos alusivos ao mundo do trabalho pelo Ministério da Saúde, através da Portaria nº 1.339, de 18 de novembro de 1999, na qual constam os transtornos mentais e comportamentais relacionados às diversas ocupações (BRASIL, 2001). E conforme a Organização Pan-Americana da Saúde (OPAS/OMS, 2019), ela foi incluída como um fenômeno ocupacional gerado no local de trabalho na Revisão da Classificação Internacional de Doenças (CID-11), que passou a vigorar em 1º de janeiro de 2022. Para Ferreira e Pezuk (2021), a SB é redefinida como um quadro crônico relativo ao contexto profissional, surgindo quando as demandas institucionais ou profissionais são exacerbadas e desgastam psicicamente, sendo caracterizada pelo decréscimo de energia, sensação de fracasso e cinismo.

Expressão da crise emocional recorrente que atinge trabalhadores submetidos a relações precárias na atividade ocupacional, o *Burnout* se vincula às novas características do mundo do trabalho, cujo cenário é assinalado pela intensificação, excelência e sobrecarga. É fato que a exigência de aderir aos valores organizacionais e culturais produtivistas e meritocráticos tem convergido para o processo de esgotamento psicológico e físico, pois as demasiadas e fatigantes situações profissionais impossibilitam o sujeito de funcionar por absoluta falta de potência (SOBOLL, 2002; LEITER; BAKKER; MASLACH, 2014).

Nesse sentido, a abordagem da Psicodinâmica do Trabalho se mostra diferenciada ao sublinhar a importância da organização laboral na compreensão do sofrimento e adoecimento, entendendo que a patologia se manifesta quando há uma desestabilização e o sofrimento psíquico não pode ser mais contornável, quando o uso das estratégias defensivas já não é capaz de silenciar ou negar os aspectos injustos da organização do trabalho (DEJOURS, 2008). No caso das patologias sociais da sobrecarga, os efeitos são resultantes da impossibilidade de transformar o trabalho e ressignificar o sofrer (SOBOLL, 2002).

Mendes (2007) evidencia a sobrecarga como uma patologia social prescrita nos moldes da organização do trabalho, ou seja, não é o trabalhador quem decide a carga de trabalho, pois “a liberdade é limitada pelas exigências do trabalho, que

resgata os registros de exigência do sujeito para consigo mesmo” (p. 55). O jogo de dominação social, controlado pela ideologia da excelência e do desempenho, junto à submissão a demandas que estão além de suas disposições físicas e psicológicas, recuperam a ideia de onipotência frente ao desamparo e naturalizam o excesso de tarefas.

Enquanto uma patologia social do excesso, a sobrecarga tem ganhado destaque para a compreensão do processo de adoecimento do profissional na área educacional, pois aliado ao fato do trabalho ter sua importância econômica, a regulação da ideia de realização, liberdade e reconhecimento a partir de um notório desempenho subordina os sujeitos à precarização (HAN, 2017; AMARAL; BORGES; JUIZ, 2017). Portanto, o modo de gerir a organização do trabalho desenha a relação do professor com seu contexto laboral e é essencial para se compreender o aparecimento de agravos psíquicos.

Assim, buscando investigar de que maneira a organização do trabalho caracterizada pela sobrecarga tem incidido sobre a saúde mental de docentes do ensino superior, esta pesquisa analisou a ocorrência da SB entre professores de uma universidade pública situada na fronteira do Brasil com a Bolívia.

Metodologia

Foi realizada uma pesquisa quantitativa em um campus universitário situado na fronteira do Brasil com a Bolívia. Os docentes concursados de todos os cursos daquela unidade (Administração, Ciências Contábeis, Direito, Educação Física, Geografia, História, Letras, Matemática, Pedagogia, Psicologia, Sistema de Informação) foram convidados a participar do estudo. Os critérios de exclusão foram: ser coordenador de curso; estar afastado para capacitação ou por doença; estar em processo/ter sido removido, redistribuído ou ter se aposentado no decorrer da pesquisa; e fazer parte do grupo envolvido na condução desta pesquisa.

Participaram da pesquisa 59 docentes, pois 13 estavam afastados, 2 tinham se aposentado, 4 haviam sido removidos e/ou redistribuídos, 2 sujeitos eram parte do grupo de pesquisadores, 1 pessoa não foi encontrada para responder ao instrumento e 10 professores se recusaram a responder.

Resguardo Ético e Coleta de Dados

A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, sob n. 82923918.3.0000.0021. A coleta de dados ocorreu me-

diante a assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, momento em que foi garantido o sigilo e confidencialidade das informações fornecidas pelos docentes/participantes, assim como suas respectivas identificações.

Instrumentos

Questionário sociodemográfico e ocupacional, contendo questões sobre escolaridade, estado civil, tempo de exercício docente e na instituição, carga horária dedicada à graduação e pós-graduação, pesquisa, ensino, extensão, supervisão de estágios e orientação de alunos em diversos projetos (FIGUEIREDO; SANTANA, 2018).

Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo para professores (CESQT-PE), validado por Gil-Monte, Carlotto e Câmara (2010), é composto por 20 itens distribuídos em quatro subescalas (5 sobre Ilusão pelo trabalho, 4 de Desgaste psíquico, 6 sobre Indolência e 5 de Culpa). Este modelo teórico considera a SB composta por 4 dimensões: 1) Ilusão pelo trabalho, vista como a expectativa do sujeito em atingir determinadas metas referente às atividades ocupacionais, já que isto pressupõe ser fonte de realização profissional e pessoal; 2) Desgaste psíquico, que se refere ao esgotamento emocional e físico devido às atividades profissionais, posta a necessidade de relacionamento diário com pessoas que promovem ou possuem problemas; 3) Indolência, reconhecida como a presença de práticas negativas de cinismo e indiferença perante as pessoas que precisam ser atendidas no ambiente de trabalho; e 4) Culpa, sentimento que surge a partir dos comportamentos e atos negativos desenvolvidos no trabalho, especialmente frente aos indivíduos com os quais o trabalhador deve interagir profissionalmente (GIL-MONTE, 2008).

Inventário de Trabalho e Riscos de Adoecimento (ITRA): instrumento composto por quatro escalas que abarcam as diversas dimensões da inter-relação trabalho e processo de subjetivação que podem interferir no risco à saúde (MENDES, 2007). Sua base teórica está respaldada pelos fundamentos da Psicodinâmica do Trabalho. Neste trabalho, foram analisados os itens da Escala de Avaliação do Contexto do Trabalho (EACT), composta pelos fatores organização, condições de trabalho e relações profissionais, assim como da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no trabalho (EIPST), que identifica reconhecimento e liberdade de expressão, com relação ao Desgaste Psíquico.

Análise de dados

As respostas do questionário CESQT-PE foram assinaladas em uma escala de frequência *Likert* de 0 a 4 pontos, contemplando as variações de: (0) nunca; (1) raramente - algumas vezes por ano; (2) às vezes - algumas vezes por mês; (3) frequentemente - algumas vezes por semana; e (4) muito frequentemente - todos os dias. Para cada fator foi calculada a média das pontuações dos itens que a compunham. Altas graduações de *Burnout* são constatadas por baixas pontuações na dimensão de Ilusão pelo trabalho (< 2) e altas pontuações nas dimensões de Desgaste psíquico, Indolência e Culpa (≥ 2) (GIL-MONTE; CARLOTTO; CÂMARA, 2010). Na análise da frequência dos itens da dimensão Desgaste psíquico, as respostas foram agrupadas em sim (às vezes, raramente e muito raramente) e não (nunca e raramente).

A análise da EACT avaliou os itens mais frequentes relativos às condições materiais, à organização do trabalho e às relações profissionais. Para isso foram agrupadas e consideradas como não as respostas pontuadas como nunca e raramente. As respostas às vezes, frequentemente e sempre foram consideradas sim. Para o cálculo da frequência dos itens avaliados pela EIPST, referentes aos fatores vivência de prazer (fator 1 e 2) e sofrimento (fator 3 e 4), as respostas nenhuma vez, uma vez e duas vezes foram consideradas não, e as pontuadas em três vezes, quatro vezes, cinco vezes e seis vezes ou mais foram consideradas “sim”. Ressalta-se ainda que as análises dos dados referente ao CESQT-PE e ao ITRA, foram feitas a partir do programa *Microsoft Excel*.

Resultados e discussões

Entre os docentes que participaram desta pesquisa, 52,5% eram homens e 47,5% eram mulheres. A maior proporção (39%) estava na faixa etária de 31 a 40 anos, 64,4% eram casados(as), 49,2% eram doutores(as), 15,3% mestres(as) e 10,2% pós-doutores(as). Estes participantes relataram a realização de várias tarefas na instituição, contemplando a tríade ensino, pesquisa e extensão, conforme a Tabela 1.

Tabela 1: Atividades desenvolvidas por docentes participantes da pesquisa.

Variáveis	Sim % (n)	Não % (n)	NR (n)
Supervisiona estágio graduação	40,7% (n=24)	59,3% (n=35)	--
Orienta pesquisa graduação	64,4% (n=38)	35,6% (n=21)	--
Coordenação projeto de pesquisa	57,6% (n=34)	40,7% (n=24)	1,7% (n=1)
Coordenação projeto de extensão	40,7% (n=24)	59,3% (n=35)	--
Perfil do trabalho	Média	Desvio Padrão	NR (n)
Tempo na docência (anos)	16,7	10,51	n=8
Tempo na instituição (anos)	11,3	9,68	n=7
Carga horária sala de aula/semanal	14,0	7,58	n=1
Disciplina na graduação/semestre	3,9	1,85	n=1
Turmas na graduação/semestre	4,3	1,87	n=1

Nota: NR = Não responderam.

Fonte: Elaborado pelas autoras, baseado em Figueiredo, França e Santana (2020)

As várias tarefas realizadas, presentes na tabela 1, indicam a adesão ao ideal produtivista calcado na lógica neoliberal, cuja cultura da excelência normatiza o excesso de atividades também no contexto universitário. Borsoi (2012) salienta que a imposição do produtivismo, juntamente com a excessiva diversidade de atividades desenvolvidas pelos docentes, fazem parte de uma exigente carreira acadêmica, conferida por um altíssimo rendimento, mesmo se tratando de um trabalho imaterial.

Dessa maneira, as funções dos docentes passam a ser expandidas substancialmente, com o intuito de atender as demandas organizacionais dos sistemas de produção, esperando desse profissional uma postura flexível e polivalente. Ao docente fica designado a incumbência de atingir os objetivos impostos pela política educacional e que são aplicados pela gestão, precisando gerar atividades de ensino, pesquisa e extensão, elaborar aulas, projetos e relatórios, participar de comissões, atender as demandas de caráter burocrático/administrativo, produzir e publicar artigos científicos, entre outras tarefas (BORSOI, 2012).

Essas exigências e competências requeridas resultam em sobrecarga no campo educacional, revelando a forte presença da ideologia gerencialista no funcionamento nas universidades públicas, onde os professores são avaliados constantemente por sua performance e qualidade, através de órgãos de fomento como o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), além dos órgãos superiores (RIBEIRO *et al.*, 2016).

A pressão provocada pela avaliação de desempenho de inspiração liberal acarreta a aceitação da sobrecarga, posto que os docentes, na busca por reconhecimento e para não perderem o prestígio já alcançado, se desdobram para completarem com excelência seu serviço, atendendo ao mérito e à quantidade antevista pela gestão (FREITAS, 2013).

Assim, a precarização do trabalho no ensino superior, baseado no modelo toyotista de flexibilização, implementa a concepção de universidade como uma empresa, em que o valor de utilidade institucional mobiliza cognitiva e afetivamente, resulta em saberes, informações e ideias, mas por vezes não produz a identidade profissional nem a realização necessária para a sublimação (FREITAS, 2013).

Como aponta Dejours (2012), é na fuga do desamparo revivido no teatro do trabalho que os docentes buscam seu reconhecimento e aderem à sobrecarga, ainda mais por conta de que todos os entrevistados eram estatutários. A partir do reconhecimento estético dos outros docentes que ocorre o reconhecimento da criação do sujeito para o coletivo e há gratificação para a identidade, promovendo a sensação de pertencimento e a saúde (FREITAS, 2013).

A busca por reconhecimento é cultivada na exploração do desamparo, avivando nos trabalhadores uma incessante procura pela felicidade e inclusão, conforme prega o neoliberalismo. Para Freud (1924/1996) e Birman (2017), é o pacto masoquista da submissão que permite evitar o sofrimento, pois de um modo melancólico permite a proteção do sujeito do desamparo reavivado no mundo do trabalho (FREUD, 1929/1996).

Logo, verifica-se que as organizações produtivas sob o comando do capital, como as universidades, utilizam de mecanismos e princípios obscuros para intensificar o trabalho e ampliar a produção, apresentados como novas formas de gestão contemporâneas. O reconhecimento ao mesmo tempo que pode ser um dos modos de revigoramento da estrutura psíquica e da saúde, pode também ser uma maneira de capturar os trabalhadores nos subterfúgios da dominação. Mendes (2007, p. 45) alerta “a organização do trabalho promete utilizar o trabalho como forma de autorrealização, levando o trabalhador muitas vezes a exaustão em nome dessa promessa.”

Na teoria dejouriana o trabalho é considerado como uma das fontes de saúde psíquica, colaborando para a construção (ou reconstrução) da identidade do sujeito, fazendo parte da organização e expressão da subjetividade individual, podendo se tornar uma via de prazer. Mas também pode levar o sujeito ao sofrimento e a descompensação física e mental, nas situações que o ambiental laboral é permeado pela submissão, ausência de liberdade e há imposições de padrões

estabelecidos pela organização do trabalho, impedindo que a descarga psíquica seja realizada (SOBOLL, 2002).

Com base nessa perspectiva, foi apresentado na *Tabela 2* os dados da Escala de Indicadores de Prazer e Sofrimento no trabalho (EIPST), que se dividem em Prazer: realização profissional e liberdade de expressão e Sofrimento: esgotamento profissional e falta de reconhecimento.

Tabela 2: Sentimentos e circunstâncias de prazer e sofrimento no trabalho assinalados por docentes universitários na fronteira Brasil-Bolívia.

Fator	Itens	Sim % (n=59)
Realização Profissional	01. Satisfação	98,3% (n=57)
	03. Orgulho pelo que faço	100% (n=59)
	08. Identificação com as minhas tarefas	98,3% (n=58)
Expressão de Liberdade	11. Liberdade para falar do meu trabalho com meus colegas	86,4% (n=51)
	12. Solidariedade entre os colegas	88,1% (n=52)
	15. Liberdade para utilizar minha criatividade	91,5% (n=54)
Falta de Reconhecimento	18. Esgotamento emocional	61,1% (n=36)
	19. Estresse	74,5% (n=44)
	21. Sobrecarga	67,8% (n=40)
Falta de Liberdade de Expressão	25. Falta de reconhecimento do meu esforço	49,1% (n=29)
	26. Falta de reconhecimento do meu desempenho	50,8% (n=30)
	28. Indignação	55,9% (n=33)

Fonte: Elaborado pelas autoras

De acordo com Dejours (2000), a vivência de prazer no trabalho está associada a experiências de gratificação, de realização, de reconhecimento, de liberdade e de valorização, que viabiliza as negociações, a formação de compromisso e a ressonância entre o subjetivo e a realidade concreta do trabalho. Ao permitir que o sujeito utilize sua criatividade, há a possibilidade de estabelecer uma relação favorável dentro do ambiente de trabalho.

Embora constatando-se a ocorrência de vivências de prazer, como o orgulho do trabalho realizado, a satisfação com a profissão, a identificação com as tarefas e a liberdade de expressão, aspectos pertinentes à organização do trabalho difíceis de serem modificados, como a crescente precarização do campo educacional, a intensificação do trabalho docente, a falta de reconhecimento e a indignação pela pouca valorização, geram sofrimento. Neste caso, é possível considerar que as estratégias defensivas estejam sendo utilizadas pelos docentes, já que elas bus-

cam neutralizar o mal-estar para preservar minimamente a saúde e propiciar a manutenção da produção.

Para Nassif (2005), a partir da percepção alterada da realidade a utilização das estratégias de defesa promovem um frágil e inconsciente equilíbrio psíquico, sendo “necessárias para a continuação do trabalho e para a adaptação às pressões organizacionais irreduzíveis, minimizando a percepção que os trabalhadores têm dessas pressões” (p. 84). A eufemização do sofrimento viabiliza uma proteção ao psiquismo, permitindo que os trabalhadores continuem trabalhando, mesmo em contextos assinalados pelas adversidades, de modo a permanecer no campo da normalidade e evitar a descompensação (LANCMAN; UCHIDA, 2003).

Esse fenômeno também pode estar mascarando a ideologia gerencialista e da excelência, pois neutraliza e justifica a dedicação intensificada com a alegação de realização/prazer na atividade docente e restringe seu tempo, voltando-se quase que totalmente ao trabalho em detrimento de outras esferas. O fato é que as estratégias defensivas “podem atenuar o sofrimento, mas, por outro lado, se funcionarem muito bem e as pessoas deixarem de sentir o sofrimento, pode-se prever a alienação.” (DEJOURS, 1999, p. 171).

Circunstância que corrobora com os resultados evidenciado na *Tabela 3*, em virtude de evidenciar que o processo de reestruturação na universidade pública tem levado a uma crescente precarização na organização do trabalho, nas condições materiais e nas relações profissionais:

Tabela 3: Situações do contexto de trabalho assinaladas por docentes universitários na fronteira Brasil-Bolívia.

Fator	Itens	Sim % (n=59)
Organização de Trabalho	01. O ritmo de trabalho é excessivo.	86,4% (n=51)
	02. As tarefas são cumpridas com pressão de prazos.	88,1% (n=52)
	06. O número de pessoas é insuficiente para se realizar as tarefas.	79,6% (n=47)
Contextos de Trabalho	01. As condições de trabalho são precárias.	61% (n=36)
	05. Os instrumentos de trabalho são insuficientes para realizar as tarefas.	66,1% (n=39)
	10. O material de consumo é insuficiente.	66,1% (n=39)
Relações Socioprofissional	06. Existem disputas profissionais no local de trabalho.	79,6% (n=47)
	07. Falta integração no ambiente de trabalho.	77,9% (n=46)
	08. A comunicação entre funcionários é insatisfatória.	71,2% (n=42)

Fonte: Elaborado pelas autoras

A Escala de Avaliação do Contexto de Trabalho – EACT, demonstra o quanto a flexibilização do trabalho, em conformidade com os ajustes neoliberais, têm proporcionado um cenário marcado pelas fortes pressões organizacionais, produzindo uma intensificação nesse contexto, apontado pelo ritmo de trabalho hiperbólico e com pressões de prazos, fruto da adaptação a uma lógica gerencialista calcada na diminuição de investimento no sistema público de educação e saúde e aumento de lucros, rendimentos e produção (MARINHO; SANTOS; BARBOSA, 2018).

Conforme o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais – REUNI, em 2007, houve um largo movimento de redemocratização do ensino superior, com a abertura de novos cursos e aumento de vagas, possibilitando o acesso de milhares de alunos à educação universitária pública. Contudo, esse processo não foi acompanhado da posterior reposição/ contratação de pessoas, demandando dos professores universitários o encargo de diversas responsabilidades e a intensificação de suas tarefas (COSTA FILHO, 2016).

Nota-se com esse panorama, que as transformações no ensino superior, forjada pela gestão gerencialista, constituíram aspectos que envolvem o aumento da produtividade e competitividade. As relações socioprofissionais acabam sendo afetadas pelas adversidades do mundo laboral, o ambiente tem se caracterizado pela falta de interação, comunicação e, pela disputa entre os profissionais, predominando o individualismo perante a aceleração solicitada. Para Bechi, (2017, p. 2016):

A lógica do mérito e da competência, articulada à quantificação da produção acadêmica e à captação de recursos financeiros, se alastra pelo universo acadêmico, fomentando a competição entre os pesquisadores universitários, o individualismo e a intensificação do trabalho docente.

Os docentes, para lidarem com as múltiplas e incongruentes tarefas, aumentam seu ritmo e cadência como forma de conseguirem executar seu trabalho, usando para isso, estratégias e mecanismos de defesa. A aceleração permite a realização das atividades, exigindo o autoempredimento capaz de resolver as demandas (GAULEJAC, 2007). Com medo de perderem seu lugar de autoridade e de saber, acabam se desdobrando e assumindo os novos parâmetros de alta performance institucional que tem modificado as relações sociais, instigando o egocentrismo, a rivalidade, e causado a necessidade de laborar em um ritmo frenético frente a variedade e sobrecarga de tarefas (GAULEJAC, 2007).

Segundo Dejours (2008), a hiperatividade profissional corresponde a uma consequente evolução dos consideráveis esforços utilizados pelos trabalhadores ao se submeter às pressões impostas pela organização do trabalho, sem, no entanto, descuidar da qualidade do trabalho executado. O sujeito por estar envolvido subjetivamente com o trabalho, passa a ser vulnerável à hiperatividade, sendo usufruída pela organização de trabalho como técnica de manipulação da consciência profissional, sobretudo quando se refere a avaliação individualizada de desempenho e estipulações de metas. Diversos trabalhadores, que sofrem com a sobrecarga em seu ofício, são vítimas dessas técnicas.

À vista disso, os docentes assumem várias atividades com presteza ao fazerem uso da estratégia de defesa da aceleração, com o objetivo de obter reconhecimento do esforço empreendido na sobrecarga, mas que também os afasta afetivamente das pessoas e das atividades. A impossibilidade de retomar o sentido do trabalho e aproximar os projetos e ideais institucionais aos próprios desejos leva à elaboração e partilha de estratégias de defesa, de forma a adaptar, negar ou conjurar o sofrimento de ter se aceitar a organização do trabalho insatisfatória (DEJOURS, 2000).

Ao mesmo passo que as estratégias são usadas para evitar o adoecimento, também podem anular a possibilidade de transformação, já que os indivíduos começam a agir de forma passiva e silenciosa, para que não tomem consciência de sua situação, camuflando todo sofrimento. Caso ao contrário, o sujeito poderia ser levado ao adoecimento, dando conta do real que o cerca, acarretando o conflito entre os dois polos: interno (subjetivo) e externo (organização do trabalho) (SANTIAGO, 2013).

Fato que justifica a não ocorrência de *Burnout* na população estudada, asseverado na Tabela 4 do CESQT-PE, posto que foram verificadas altas pontuações (>2) na dimensão de “Ilusão pelo trabalho” (3,292), concebida como a expectativa do sujeito em atingir determinadas metas relacionada à laboração, pressupondo ser uma fonte de realização profissional e pessoal. Além de baixas (≤ 2) para os fatores de Desgaste Psíquico (1,674), Indolência (0,586) e Culpa (0,942).

Tabela 4: Análise da ocorrência de *Burnout* conforme os fatores Ilusão pelo Trabalho, Desgaste Psíquico, Indolência e Culpa.

Fator	Itens	Média	Desvio Padrão
Ilusão pelo Trabalho	01. Trabalho desafio	3,29	0,966
	05. Realização	3,39	0,766
	10. Coisas positivas	3,32	0,766
	15. Gratificante	3,37	0,763
	19. Encantado(a)	3,08	0,934
	Média Final	3,292	
Desgaste Psíquico	08. Saturado(a)	1,14	1,042
	12. Pressionado(a)	1,86	1,383
	17. Cansaço físico	2,02	1,239
	18. Desgastado(a)	1,68	1,265
	Média Final	1,674	
Indolência	02. Não atender	0,66	0,843
	03. Insuportáveis	0,51	0,626
	06. Chatos	0,07	0,254
	07. Indiferença	0,41	0,646
	11. Ironia	0,90	1,078
	14. Rotular	0,86	0,973
	Média Final	0,586	
Culpa	04. Preocupa trato	1,41	1,219
	09. Culpa atitudes	0,88	0,948
	13. Arrependimento	0,59	0,746
	16. Pedir desculpas	0,95	0,860
	20. Mal-entendidos	0,88	0,697
	Média Final	0,942	

Fonte: Elaborado pelas autoras a partir de Gil-Monte, Carlotto e Câmara (2010, p. 144-145)

Mesmo sem ser suficiente para compor um estado de SB, constatou-se no grupo estudado um nível elevado na dimensão Desgaste Psíquico, averiguando-se nos docentes cansaço físico (69,5%), pressão (55,8%) e desgaste no trabalho (54,3%). A média final dessa dimensão mostra um “estado de alerta” devido à sua alta pontuação, se comparada com os demais fatores.

Tabela 5: Itens mais frequentes do fator Desgaste Psíquico, assinalados por docentes.

Fator	Itens	(0) nunca (1) raramente	(2) às vezes (3) frequentemente (4) muito frequentemente
Desgaste Psíquico	12. Sinto-me pressionado(a) pelo trabalho	44,2% (n=26)	55,8% (n=33)
	17. Sinto-me cansado(a) fisicamente no trabalho	30,5% (n=18)	69,5% (n=41)
	18. Sinto-me desgastado(a) pelo meu trabalho.	45,7% (n=27)	54,3% (n=32)

Fonte: Elaborado pelas autoras

Para Soboll (2002), o desgaste psíquico é resultado da fadiga decorrente das tentativas frustradas em ajustar o próprio ideal às imposições da organização do trabalho. A intensificação laboral impacta na subjetividade e na saúde mental, expressando-se em irritabilidade, cansaço e desânimo, cuja evolução pode acarretar transtornos mentais diversos, fadiga crônica e esgotamento profissional (SELIGMANN-SILVA, 2011).

Oliveira Filho *et al.* (2012) salientam que a categoria docente é uma das mais expostas a alta exigência de trabalho e tarefas extraclases, como atividades adicionais e reuniões. O volume de trabalho está para além da capacidade do docente, onde este é prescrito pela organização do trabalho e o trabalhador não pode “decidir” sua carga. E como agravante as requisições passaram a ser pautadas em dados quantificáveis e o mérito do trabalho associado a resultados mensuráveis, demandando cada vez mais do docente universitário, acarretando pressões, cansaço e desgaste.

Ainda que os trabalhadores utilizem as estratégias de defesa, elas apenas podem amenizar o sofrimento, porém são incapazes de modificar os aspectos geradores de sofrimento, que derivam em desgaste psíquico. Neste cenário, o docente tem que ser polivalente e flexível, dando conta de inúmeras responsabilidades, das jornadas longas e contínuas, fora e dentro de casa, para que possa produzir de acordo com o esperado pela gestão, como metas, qualidade e quantidade, tendo, para isso, intensificar o ritmo, conduzido pelos prazos impostos e pressão do tempo, além de seguir normas, dispositivos jurídicos e regras, muitas vezes dissonantes das possibilidades reais, que levam à precarização do trabalho docente nas universidades (MANCEBO; MAUES; CHAVES, 2006).

Considerações finais

O presente estudo revelou que apesar de não haver indicativos da SB nos docentes estudados, a dimensão Desgaste Psíquico do *CESQT-PE* revelou um alto nível, com pontuações ≥ 2 , indicando a existência de sobrecarga no trabalho e de exaustão psíquica, como resultado do modo de organização do trabalho baseado nos ajustes neoliberais e no processo de reestruturação produtiva.

Os dados do ITRA revelaram o quanto as transformações no mundo capitalista de produção, processada pelos preceitos neoliberais, têm intensificado e precarizado as condições materiais na universidade. As reformas, exigências e imposições que mercantilizam a educação e a atuação docente, requisitam dos professores atitudes e condutas de polivalência, flexibilidade, produtividade e competitividade, conforme também ocorre nas universidades públicas localizadas em outros lugares do país.

As altas pontuações para o fator Ilusão pelo Trabalho no CESQT-PE e elevadas porcentagens de prazer no trabalho indicadas na EIPST sugerem o uso de estratégias defensivas para a minimização do sofrer, possibilitando com que consigam trabalhar mesmo quando se sentem pressionados, cansados fisicamente, desgastados, estressados, esgotados emocionalmente. Importante salientar que, embora existam fatores de sofrimento e adoecimento, também aspectos prazerosos foram relatados, como a satisfação, o orgulho, a liberdade e a identificação com as tarefas realizadas, aspectos relevantes para a promoção da saúde mental.

Levando em consideração o enfoque da promoção de saúde mental, sugere-se o uso da clínica do trabalho como modo de promover o engajamento e a expansão da subjetividade (MAGNUS; MERLO, 2015), de forma a ressignificar o sofrimento e resgatar a potência da fala no coletivo profissional. A clínica do trabalho na universidade pode se constituir em um lugar democrático a ser reestabelecido, de autonomia e de criação, de forma a potencializar a transformação das estratégias defensivas em mobilização criativa e sublimação, proporcionando uma necessária escuta para os professores universitários.

Agradecimento

O presente trabalho foi realizado com apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela concessão da Bolsa de Iniciação Científica com vigência entre 01/08/2019 e 31/07/2020. O presente trabalho foi realizado com o apoio da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul - UFMS/MEC-Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

Referências

- AMARAL, G. A.; BORGES, A. L.; JUIZ, A. P. de M. Organização do trabalho, prazer e sofrimento de docentes públicos federais. *Cadernos de Psicologia Social e do Trabalho*, São Paulo, v. 20, n. 1, p. 15-28, 2017.
- BARBOSA, A. L. K. H. **A síndrome de burnout em professores universitários**. 2016. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro Universitário de Maringá, Maringá-PR, 2016. Disponível em: <https://www.unicesumar.edu.br/presencial/wp-content/uploads/sites/2/2017/04/ANDREA-LOLY-KRAFT-HORTA-BARBOSA.pdf>. Acesso em: 10 mar. 2022.
- BECHI, D. As reformas da educação superior e as metamorfoses do trabalho docente na economia capitalista flexível. *Revista Internacional de Educação Superior*, Campinas, v. 3, n. 1, p. 203–223, 2017.
- BIAZZI, S. **Estresse, burnout e estratégias de enfrentamento: um estudo com professores de uma instituição educacional privada de São Paulo**. 2013. Dissertação (Mestrado em Psicologia Clínica)

- Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2013. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/bitstream/handle/15254/1/Sideli%20Biazzi.pdf>. Acesso em: 20 jan. 2022.
- BIRMAN, J. **Arquivos do mal-estar e da resistência**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2017.
- BORSOI, I. C. F. Trabalho e produtivismo: saúde e modo de vida de docentes de instituições pública de ensino superior. **Cadernos de Psicologia Social do Trabalho**, v. 15, n. 1, p. 81-100, 2012.
- BRASIL, Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana de Saúde. **Doenças Relacionadas ao Trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Brasília: Ministério da Saúde, 2001. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/doencas_relacionadas_trabalho1.pdf. Acesso em: 04 jan. 2022.
- CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Análise da produção científica sobre a Síndrome de Burnout no Brasil. **PSICO**, Porto Alegre, v. 39, n. 2, p. 152-158, 2008.
- COSTA FILHO, E. S. **Expansão e democratização da educação superior**: uma avaliação dos impactos do REUNI no curso de Serviço Social da UFPB. 2016. 141 f. Dissertação (Mestrado Profissional em Políticas Públicas, Gestão e Avaliação da Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2016.
- COTRIM, P. S.; WAGNER, L. C. Prevalência da síndrome de Burnout em professores de uma instituição de ensino superior. **Ciência em Movimento**, v. 14, n. 28, p. 61-69, 2012.
- DEJOURS, C. **Conferências brasileiras**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. São Paulo: Fundap, 1999.
- DEJOURS, C. **A banalização da injustiça social**: identidade, reconhecimento e transgressão no trabalho. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2000.
- DEJOURS, C. Ativismo profissional: masoquismo, compulsividade ou alienação? *In*: LANCMAN, S.; SZNELWAR, L. I. (org.). **Christophe Dejours**: da psicopatologia à psicodinâmica do trabalho. 2a ed. Rio de Janeiro: Fiocruz, Brasília: Paralelo 15, 2008. p. 187-216.
- DEJOURS, C. **Trabalho vivo (Tomo I)**: sexualidade e trabalho. Tradução: Frank Soudant. Brasília: Paralelo 15, 2012.
- DROOGENBROECK, F.; SPRUYT, B. Do teachers have worse mental health? Review of the existing comparative research and results from the Belgian Health Interview Survey. **Teaching and Teacher Education**, v. 51, p. 88-100, 2015.
- FERREIRA, E. C.; PEZUK, J. A. Síndrome de Burn-out: um olhar para o esgotamento profissional do docente universitário. **Avaliação (Campinas)**, Sorocaba, v. 26, n. 2, p. 483-502, jul. 2021.
- FIGUEIREDO, V. C. N.; SANTANA, F. A. L. Questionário sociodemográfico e ocupacional. *In*: FIGUEIREDO, V. C. N. (coord.). **Análise da ocorrência de sofrimento patogênico no contexto universitário**. Corumbá, p. 12, 2018.
- FIGUEIREDO, V. C. N.; SILVA, Q. E. F. da; SANTANA, F. A. L. Assédio moral e gênero na universidade pública: ressonâncias do produtivismo no trabalho docente. **Revista online de Política e Gestão Educacional**, Araraquara, v. 24, n. esp3, p. 1841-1855, 2020.
- FREITAS, L. G. de. (coord.). **Prazer e sofrimento no trabalho docente**: pesquisas brasileiras. Curitiba: Juruá, 2013.
- FREUD, S. O problema econômico do masoquismo, 1924. *In*: FREUD, S. **O ego e o id**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 173-188.
- FREUD, S. O mal-estar na civilização, 1930 [1929]. *In*: FREUD, S. **O futuro de uma ilusão**. Rio de Janeiro: Imago, 1996. p. 65-147.
- GAULEJAC, V. de. **Gestão como doença social**: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

GIL-MONTE, P. R. Evaluación psicométrica del síndrome de quemarse por el trabajo (burnout): El cuestionario "CESQT". In: GARRIDO, J. (ed.). **¡Maldito trabajo!** Barcelona: Granica, 2008. p. 269-291.

GIL-MONTE, P. R.; CARLOTTO, M. S.; CÂMARA, S. G. Validação da versão brasileira do "Cuestionario para la Evaluación del Síndrome de Quemarse por el Trabajo" em professores. **Revista de Saúde Pública**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 140-147, 2010.

HAN, B.-C. **Sociedade do cansaço**. Tradução: Enio Paulo Giachini. 2. ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

LEITER, M. P.; BAKKER, A.; MASLACH, C. (ed.). **Burnout at work: a psychological perspective**. London: Psychology Press, 2014. <https://doi.org/10.4324/978131589416>.

MAGNUS, C. de N.; MERLO, Á. R. C. Clínica Psicodinâmica do Trabalho: a construção de um coletivo no real da pesquisa. **Revista Polis e Psique**, Porto Alegre, v. 5, n. 3, p. 179-197, dez. 2015.

MANCENO, D.; MAUES, O.; CHAVES, V. L. J. Crise e reforma do Estado e da universidade brasileira: implicações para o trabalho docente. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 28, p. 37-53, 2006.

MARINHO, L. M. C.; SANTOS, L. A. B.; BARBOSA, S. C. Síndrome de burnout em professores universitários. In: III Congresso Brasileiro de Ciências da Saúde. **III Conbracis**. Campina Grande: Realize, 2018. v. 1. p. 1-12. Disponível em: <https://pdfs.semanticscholar.org/64ab/366ea0a8194bdbc04ea0840971f5ce0dd24a.pdf>. Acesso em: 14 mar. 2022.

MASSA, L. D. B.; SILVA, T. S. de S.; SÁ, I. S. V. B.; BARRETO, B. C. de S.; ALMEIDA, P. H. T. Q. de; PONTES, T. B. Síndrome de Burnout em professores universitários. **Revista de Terapia Ocupacional da Universidade de São Paulo**, [S. l.], v. 27, n. 2, p. 180-189, 2016.

MENDES, A. M. **Psicodinâmica do trabalho: teoria, método e pesquisas**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2007.

NASSIF, L. E. Origens e desenvolvimento da Psicopatologia do Trabalho na França (século XX): uma abordagem histórica. **Memorandum: memória e História em Psicologia**, [S. l.], v. 8, p. 79-87, 2005.

OLIVEIRA FILHO, A. de; NETTO-OLIVEIRA, E. R.; OLIVEIRA, A. A. B. de.; Qualidade de vida e fatores de risco de professores universitários. **Rev. educ. fis. UEM**, Maringá, v. 23, n. 1, p. 57-67, março 2012.

OPAS - ORGANIZAÇÃO PAN AMERICANA DE SAÚDE. **CID**: Burnout é um fenômeno ocupacional. Brasília, 2019. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/noticias/28-5-2019-cid-burnout-e-um-fenomeno-ocupacional>. Acesso em: 13 abr. 2022.

RIBEIRO, C. V. S.; LÉDA, D. B.; SILVA, E. P.; FREITAS, L. G. Trabalho intensificado de professores da educação básica e superior: confluências e especificidades. **Revista Trabalho En(cena)**, Tocantins, v. 1, n. 1, p. 50-68, 2016.

SELIGMANN-SILVA, E. **Trabalho e desgaste mental: o direito de ser dono de si mesmo**. São Paulo: Cortez, 2011.

SOBOLL, L. A. P. A face oculta da síndrome do burnout nos profissionais de enfermagem: uma leitura a partir da psicodinâmica do trabalho. In: ENCONTRO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO E PESQUISA - EnANPAD, 26., 2002, Salvador. **Anais**. Salvador: ANPAD, 2002. Disponível em: <http://www.anpad.org.br/admin/pdf/enanpad2002-grt-1037.pdf>. Acesso em: 06 fev. 2022.

SANTIAGO, E. O ambiente de trabalho, as estratégias de defesas e suas implicações na construção da identidade do trabalhador. **Encontro: Revista de Psicologia**, São Paulo, v. 16, n. 25, p. 9-29, dez. 2013.

SOUZA, K. R. *et al.* A nova organização do trabalho na universidade pública: consequências coletivas da precarização na saúde dos docentes. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, n. 11, p. 3667-3676, 2017.

A MIGRAÇÃO BOLIVIANA PARA TRABALHO NAS FEIRAS LIVRES DE CORUMBÁ-MS

Migración Boliviana Para Trabajar en los Mercados Abiertos de Corumbá-MS

Luana Barreto de Arruda*
Ana Paula Correia de Araujo**

Resumo: O trabalho recorre à pesquisa bibliográfica e observacional com o objetivo de analisar o trabalho de bolivianos que deixam seu país de origem, de forma definitiva ou pendular, para trabalhar nas feiras livres de Corumbá-MS. Utilizou-se da literatura sobre a fronteira (Puerto Suárez-Corumbá) e aspectos sobre migrações internacionais para o trabalho, para compreender a demanda que deságua nas feiras livres de Corumbá-MS. Buscou-se constatar por meio de observação a realidade das feiras livres regionais e analisar a legalidade do trabalho dos bolivianos, bem como se há diferenciação entre o migrante que reside no Brasil e os trabalhadores pendulares.

Palavras-chave: Fronteira, Pantanal, migração internacional, trabalho, previdência social.

Resumen: El trabajo recurre a una investigación bibliográfica y observacional con el objetivo de analizar el trabajo de los bolivianos que salen de su país de origen, de forma permanente o en desplazamientos, para trabajar en los mercadillos abiertos de Corumbá-MS. Se utilizó la literatura sobre la frontera (Puerto Suárez-Corumbá) y aspectos de la migración internacional para trabajar para comprender la demanda que fluye hacia los mercados abiertos de Corumbá-MS. Se buscó verificar, a través de la observación, la realidad de las ferias libres regionales y analizar la legalidad del trabajo de los bolivianos, así como si existe diferencia entre el migrante que reside en Brasil y los que residen en Bolivia e se dislocan para trabajar en Brasil.

Introdução

Este trabalho pretende estabelecer um olhar específico sobre o fluxo de mão de obra Bolívia-Brasil para as feiras livres de Corumbá-MS. O objetivo é analisar a proteção previdenciária dispensada aos bolivianos e bolivianas que trabalham nas feiras livres de Corumbá-MS. Notadamente, o enquadramento como segurado da previdência brasileira e os benefícios disponíveis no Regime Geral. Serão discutidas as leis previdenciárias brasileiras e os tratados internacionais previdenciários internacionalizados pelo Brasil.

A metodologia da pesquisa é exploratória, com análise qualitativa de material bibliográfico pertinente ao tema proposto. Para atingir o foco desse trabalho, utilizou-se em um primeiro momento de pesquisa bibliográfica para revisão da literatura sobre o espaço estudado: a fronteira e o fluxo de mão de obra Brasil-Bolívia, para compreender a

* Advogada. Mestre em Estudos Fronteiriços. Servidora Pública na Justiça Federal de Mato Grosso do Sul. E-mail: lu_barretoo@hotmail.com.

** Geógrafa. Doutora em Geografia. Professora na Universidade Federal do Mato Grosso do Sul. E-mail: anapaula_rj@yahoo.com.

Palabras clave: Frontera, Pantanal, migración internacional, trabajo, seguridad social.

demanda que deságua nas feiras livres de Corumbá-MS.

Pela mesma metodologia, buscou-se analisar a legalidade do trabalho dos bolivianos nas feiras livres e se há alguma diferenciação entre o migrante que reside no Brasil e os trabalhadores pendulares.

A dinâmica das feiras, por sua vez, pôde ser constatada por meio de pesquisa observacional associada à bibliográfica.

As feiras livres fazem parte da tradição corumbaense, tendo pessoas de nacionalidade boliviana, exercendo o comércio, como presença massiva e marcante.

Essa é a dinâmica fronteira vivenciada pelos corumbaenses, o que vai ao encontro do que a história relata sobre os movimentos migratórios pendulares em fronteiras integradas.

Conforme Filartigas (2014), a migração é movimento populacional. Esse deslocamento é norteador por uma variedade de circunstâncias de ordem econômica, política, psicológica, cultural, religiosa e social. O migrante por sua vez é aquele indivíduo, de qualquer classe social que resolveu abandonar o seu local de nascimento para fixar-se em outro. Em outro país, inclusive.

Na fronteira Brasil-Bolívia, entre Corumbá (MS) e Puerto Suárez Quijarro o fluxo migratório internacional é intenso e constante. Consideradas cidades-gêmeas, a produção do espaço vivido

é fortemente marcada pela presença do outro, do internacional. Banducci Júnior e Romeiro (2005, p. 511) definiram esta fronteira como limites indeterminados e identidades dinâmicas e multifacetadas. Para Cesco (2012, p. 22), um espaço aberto, particular e diferente, que exprime complementariedades e sobreposições.

Observa-se, entre Puerto Quijarro / Puerto Suárez na Bolívia e Corumbá no Brasil, a migração pendular de internacionais para o trabalho, estudo, saúde. E, ainda, a fixação do imigrante, que estabelece residência no país, em ambos os lados da fronteira. Em consequência, o aumento populacional e a necessidade de pensar e planejar a infraestrutura pública a partir da presença constante do estrangeiro.

Em relação ao trabalho, o setor de serviços é uma importante área de atuação de imigrantes bolivianos no Brasil. Em Corumbá (MS), especificamente, é comum a presença desses trabalhadores em feiras e lojas da cidade.

Basta um passeio pelas feiras livres que se percebe a presença boliviana na prestação de serviços de comércio nesses locais, seja na venda de roupas, hortifrúti e outros produtos. A propósito, Cuellar et al. (2017) observou que a quantidade de feirantes bolivianos na feira livre superava, em 2013, o número de brasileiros praticando o comércio no local.

É neste cenário que este trabalho estabelece um olhar específico sobre o trabalhador boliviano que exerce sua força de trabalho nas feiras livres de Corumbá-MS. A questão que norteou o desenvolvimento da pesquisa foi: o ordenamento jurídico brasileiro confere proteção previdenciária a esses trabalhadores?

O acesso à Previdência Social, dada a sua importância e impacto na vida social e laboral, é um direito fundamental. Uma vez estabelecida a atividade laborativa, seja no contexto das feiras livres ou em outros, o trabalhador passa a ter uma gama de direitos inerentes à sua condição. A previdência social é uma espécie de seguro social de riscos que podem influir na vida laborativa como incapacidade, maternidade, idade avançada. Nesse contexto, cada mês em que um indivíduo trabalha é fato gerador de uma contribuição social que deve recolher para assegurar-se contra esses riscos.

Atualmente, na regulação da previdência social, vigem no Brasil as leis 8.212/1991, que dispõe sobre a organização da seguridade social, institui plano de custeio, e dá outras providências, e a Lei 8.213/1991, que dispõe sobre os planos de benefícios da previdência social e dá outras providências. Além da previsão constitucional nos artigos 201 e seguintes. A concessão de benefícios previdenciários passa, necessariamente, pelo preenchimento dos requisitos previstos nessas leis, a serem analisados, como dito, pelo Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) administrativamente.

Dada as especificidades das regiões fronteiriças outros instrumentos são necessários. Notadamente, a internalização dos acordos internacionais firmados pelo Brasil, que passaram a integrar o ordenamento jurídico previdenciário brasileiro. São relevantes o Decreto 6.737, de 12 de janeiro de 2009, sobre permissão de residência, estudo e trabalho a nacionais fronteiriços brasileiros e bolivianos, e o Decreto nº 8.358, de 2014, que promulga a Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social.

A fronteira Brasil – Bolívia e o fluxo de mão de obra

Machado (2000) define fronteira como um espaço de integração e de trocas generalizadas entre internacionais. Nacionalidades distintas que se permeiam no espaço-tempo produzindo territórios múltiplos, com identidades próprias, que definem conexões em rede, articulando as diferentes escalas geográficas. Fedatto (2006, p. 492) entende a fronteira como:

[...]uma realidade específica, marcada por uma identidade econômica e social que reflete, por um lado a intersecção das culturas de nações limítrofes e de outro, o desencontro das respectivas esferas político-administrativas nacionais. Nesse enfoque, é necessário reconhecer que, o corte imposto por uma linha de fronteira não representa uma descontinuidade cultural abrupta. Muito ao contrário, trata-se de uma zona, trocas de benefícios recíprocos entre povos vizinhos.

Para Machado (2000) cada fronteira é única, construída socialmente e materializada nas relações entre os povos que vivem o cotidiano do lugar. O limite, ao contrário, significa separação, distinção. É estabelecido por acordos diplomáticos para delimitar soberanias e jurisdições, definindo territórios políticos-administrativos dos Estados Nacionais.

A fronteira está orientada 'para fora' (forças centrífugas), enquanto os limites estão orientados 'para dentro' (forças centrípetas). Enquanto a fronteira é considerada uma fonte de perigo ou ameaça porque pode desenvolver interesses distintos ao governo central, o limite jurídico do estado é criado e mantido pelo governo central, não tendo vida própria e nem mesmo existência material, é um polígono. [...] Visto desta forma, o limite, não está ligado a presença de gente, sendo uma abstração, generalizada na lei nacional, sujeita às leis internacionais, mas distante, frequentemente, dos desejos e aspirações dos habitantes da fronteira (MACHADO, 1998, p. 42).

A mesma reflexão é encontrada em Laurin (2003, p. 115):

o limite internacional, a linha de fronteira não é fronteira. Trata-se de uma forma simbólica de indicar a posse de um dado território na superfície terrestre, seus limites, não sendo tangível nem observável, a não ser pelos marcos divisório, mas existe, limitando o espaço onde o Estado exerce sua soberania. O limite é uma linha, portanto não habitada,

enquanto a fronteira ocupa uma franja constituindo uma área, uma zona podendo ser habitadas, escassamente habitadas, densamente povoadas e desenvolver atividades de intercambio muito intensas.

Conforme Raffestin (1993, p. 177) “se as relações necessárias devem instituir entre elementos pertencentes a duas malhas diferentes, não são os limites que impedem essas relações”. Entretanto, para o autor, fronteira e limite são simbióticos. Apesar de limite representar separação e fronteira, por outro lado, integração, o espaço fronteiro embute em si a descontinuidade, o limite (RAFFESTIN, 2005). A alteridade nacional é necessária à construção da identidade multiterritorial.

Gardin (2008) segue a mesma linha de pensamento ao afirmar que o sentimento de pertencimento nacional é enaltecido na dinâmica territorial fronteira, mas, as trocas culturais são igualmente fortalecidas. Neste movimento, a identidade nacional fronteira incorpora elementos socioculturais daqueles considerados “de fora”.

Por se tratar de domínios territoriais distintos as relações são ambíguas, marcadas por segregações e interações. Os interesses nem sempre convergem, percebem-se tensões, conflitos, preconceitos, entretanto, as articulações e os fluxos são estabelecidos. A fronteira é uma construção histórica e social.

Meio geográfico é movido por interesses que nem sempre convergem: um, de natureza interna, que demanda necessidades de convivência (ainda que conflitiva) entre culturas; e outro, de natureza externa, cuja dinâmica está atada aos grilhões dos interesses da expansão capitalista. Nesses termos se apresentam muito mais como pontos que promovem a integração sociocultural entre os estados-nações (OLIVEIRA, 2008, p. 78).

Tais aspectos são observáveis na Fronteira Brasil – Bolívia, entre as cidades de Corumbá e Ladário, no estado de Mato Grosso do Sul, Brasil; Arroyo Concepción e Puerto Quijarro na linha de fronteira, e um pouco mais afastada, Puerto Suárez, capital da Província de Germán Busch, Departamento de Santa Cruz, na Bolívia. A proximidade produz fluxos diversos, permanentes e intensos. A presença do outro, do diferente, é constante. A afirmação da identidade nacional é entrelaçada à multiterritorialidade.

São cinco localidades que formam uma juntura conurbada de grande articulação social e interação econômica. É um território de configuração estratégica por ser o principal ponto de contato entre o Brasil e a Bolívia. Por ali passa o gasoduto e um amontoado de mercadorias outras (chegam ou partem) utilizando o rio, as rodovias e as ferrovias que se aproximam. Soma-se a esta malha, uma estrutura física com grande reserva de minério de ferro e manganês nas morrarias do Urucum e Jacadigo no lado brasileiro e Mutum na Bolívia (OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 127).

A vida é pulsante. Brasileiros e bolivianos se misturam numa convivência diária. A economia estabelece fluxos generalizados de mercadoria, dinheiro e trabalho. A paisagem é marcada pela planície pantaneira, pelo rio Paraguai, pelos fixos que definem os Estados Nacionais e pelo vai e vem de pessoas. Uma área que define a região de fronteira, natural e funcional, que contém aproximadamente 170 mil habitantes (OLIVEIRA; ESSELIN, 2015, p. 127).

Todavia, mesmo com embates, o nível de integração econômica, cultural e social é profundo na fronteira Corumbá – Puerto Quijarro / Puerto Suárez, definindo-as como cidades-gêmeas.

Neste conjunto de aglomerações na linha de fronteira são as cidades-gêmeas que devem ser destacadas, isto é, aqueles núcleos localizados de um lado e outro do limite internacional, cuja interdependência é com frequência maior do que de cada cidade com sua região ou com o próprio território nacional (MACHADO, 2010, p. 67).

Na análise de Oliveira (2008) sobre as cidades-gêmeas de Corumbá-Puerto Quijarro / Puerto Suárez esse aspecto fica claro:

a situação fronteiriça, apresentada pela região, mostra uma circulação visivelmente intensa de veículos e de humanos de diferentes origens (em especial bolivianos), nas vias da cidade de Corumbá. O que, de uma forma qualquer, flexiona a produção industrial e artesanal, o comércio varejista e atacadista, os preços dos produtos transacionados, a disponibilidade de mão-de-obra e a demanda e oferta de produtos e serviços. E, por consequência, flexiona a espinha dorsal do comportamento social dos viventes e da incauta administração pública (OLIVEIRA, 2008, p. 14).

Ao estabelecer uma tipologia das relações fronteiriça, Oliveira (2005, p. 388) define este espaço como fronteira de “alta integração *formal* com alta integração *funcional*”. Isto é, uma fronteira viva.

As fronteiras vivas, caracterizadas por uma presença demográfica relativamente importante e por uma estrutura social complexa (...). Os habitantes desses espaços não se sentiram constrangidos em trocar relações, pelo fato de serem componentes de nações distintas. Indiferentes a isso, interagiram e constituíram espaços próprios comuns, invadiram terras internacionais, trocando informações, produtos, relações, configurando um novo território, criando normas e articulações definidas para atender àquelas pessoas, transgredindo determinações provenientes de instâncias situadas em círculos distantes, em áreas externas a elas (MÜLLER, 2003 *apud* OLIVEIRA, 2005, p. 388).

Mesmo com o processo de conurbação, os limites são igualmente determinados, não só os jurídicos e os políticos-administrativos, como também, os sociais. Araujo *et al.* (2015) revela as barreiras formadas entre bolivianos e brasileiros nesta fronteira. Um cotidiano, muitas vezes hostil e arrogante, sobretudo no lado brasileiro. Não há, portanto, apenas a convivência rica em trocas. A fronteira produz ruídos, vigilâncias, intimidações que ameaçam o território (OLIVEIRA, 2008; ARAUJO *et al.*, 2015).

Duas lógicas coexistem: a intensidade das relações e as tensões constantes. Os aspectos jurídicos limitam as relações econômicas e, em consequência, as transgressões são comuns. A lógica funcional mescla formalidade e informalidade imprimindo uma racionalidade própria que contém componentes do Estado Nacional e aqueles criados no nexo da localidade. A lógica formal é expressa nos fixos e na burocracia dos Estados Nacionais.

Viver nesta fronteira não é simples, pois, a hostilidade é fortemente presente nas relações cotidianas. Destacamos que até o ano de 2017, o próprio Estatuto do Estrangeiro vigente no Brasil (Lei 6.815/1980) reforçava o estereótipo do estrangeiro como um criminoso, um clandestino (vide artigo 125, I, da referida lei).

O dispositivo continua vigente na Lei 13.445/2017, mas agora sem a expressão “clandestino”, o que ao menos, deixa a falta de registro do estrangeiro no Brasil mais para o lado da irregularidade do que propriamente da ilegalidade, representando uma sutil evolução no tratamento do imigrante. Todavia, a mudança de pensamento de toda uma sociedade leva significativo tempo para se alterar, de modo que os migrantes internacionais ainda, por vezes, são vistos de forma criminosa por sua simples permanência no país estrangeiro.

A visão bélica tem se esvaído, mas a resistência à incorporação do estrangeiro em território nacional ainda permeia as relações. Marinucci (2018, p. 26), ao mencionar o tratamento de criminoso intrinsecamente dispensado ao imigrante, já afirmara que:

Essa representação, na realidade, criminaliza quem foge de injustiças e opressões, o que se torna evidente na utilização de termos como “clandestinos”, “ilegais”, ou “indocumentados” – termos que remetem diretamente a algum crime ou infração. Disso decorre também a “criminalização da solidariedade”: se o migrante é um criminoso, ajudá-lo significa ser conivente com seus crimes.

Isso, certamente, demonstra que permanece intrínseca a equivocada ideia de que o imigrante é alguém que precisa constantemente de um favor e nada tem a oferecer. Nesse contexto, a fronteira, o movimento migratório, não seriam sinônimos de trocas mútuas, mas sim, de uma dívida eterna pelo favor prestado no acolhimento do imigrante.

Muitos imigrantes vivem nas regiões de fronteira, mas, admite-se que a intensidade do fluxo é maior na direção das cidades mais expressivas da rede urbana do país receptor. Os bolivianos no Brasil, por exemplo, seguem predominantemente para a cidade de São Paulo, maior cidade do país, para trabalhar em confecções, como analisado por Filartigas (2014). A fronteira é um corredor de passagem.

Por outro lado, Souchaud, Fusco e Carmo (2007) apontam para o papel importante no “decidir permanecer” desempenhado pela fronteira, ainda que temporário. São condições legais, de oportunidades, que tornam a fronteira um local em que o migrante decide se manter, considerando o arcabouço de vantagens observadas.

(...) segundo várias fontes de informação, muitos deles teriam chegado a Corumbá com a intenção de migrar para São Paulo. A permanência em Corumbá é facilitada pelo baixo controle na fronteira e pelo estatuto oficial de fronteiriço, que permite aos estrangeiros de países vizinhos morar, trabalhar, estudar em Corumbá. Tais facilidades não existem fora do município, limite a partir do qual se exerçam controles e restrições à migração. A cidade serviria, então, para alguns migrantes como um espaço de trânsito, de lugar e de tempo. O migrante, tem a possibilidade de acumular experiências e benefícios diversos, financeiros, relacionais, culturais, que lhe permitirão tentar migrar para São Paulo (SOUCHAUD; FUSCO; CARMO. 2007, p. 57).

Filartigas (2014) indica que a migração internacional de bolivianos para o Brasil é motivada, prioritariamente, pelo emprego. Segundo o autor, migram “em média 8.200 pessoas por ano, entre mulheres, crianças e homens que sonham com uma vida melhor em termos de renda e emprego” (2014, p. 54).

A idade dos declarantes no bojo dessa pesquisa foi de 47% entre 18 e 30 anos, 18% entre 31 e 40 anos, 12% entre 41 e 50 anos, ou seja, significativa parcela se refere a pessoas em idade produtiva. Esse ponto em especial demonstra que o fluxo Bolívia-Brasil pode refletir o exercício de trabalho em solo brasileiro.

A globalização e os blocos econômicos surgidos no interior deste processo, facilitam o movimento populacional, em geral para espaços mais desenvolvidos. De fato, o Brasil aparece como um país com mais oportunidades frente à Bolívia. No ranking de Índice de Desenvolvimento Humano em 2019, por exemplo, o Brasil aparece em 84º lugar, ao passo que a Bolívia figura o 107º posto. É um indicador importante na comparação das economias.

Também é certo que a globalização modificou a forma de produção e organização do trabalho. A informatização e a automação reduziram os empregos e, ao mesmo tempo, flexibilizaram a jornada e terceirizaram o trabalho. Em paralelo, os ajustes fiscais impostos aos países pelo sistema financeiro internacional levaram as reformas trabalhistas e a precarização das relações de trabalho. Aspecto mais intenso nos países periféricos, como Brasil e Bolívia. A flexibilização dos direitos trabalhistas, os baixos salários e o desemprego, são as marcas deixadas pelo neoliberalismo econômico.

Para os imigrantes, sobretudo dos países periféricos, esse processo é ainda mais pesado, em função da competitividade que o mundo atual do trabalho exige.

Em geral, a baixa qualificação profissional, a dificuldade com a língua estrangeira, a falta de acesso aos aspectos jurídicos do país, são algumas das dificuldades no caminho.

Os bolivianos nas feiras livres de Corumbá-MS

O universo fronteiriço Brasil-Bolívia e o fluxo de mão de obra tratados encontram-se quando se trata do exercício de trabalho por bolivianos nas feiras livres de Corumbá.

Fernandes (2018, p. 202) afirma que “os históricos estreitamentos somados à contiguidade física dos ‘territórios’ de Brasil e Bolívia possibilitaram, nos últimos vinte anos, aos cidadãos bolivianos atuarem profissionalmente em Corumbá/MS.”

A proximidade entre os países permite a livre circulação entre os países, inclusive, com movimentação diária (fluxo migratório pendular). Nesse sentido, os migrantes podem fazer um juízo de oportunidade e decidir permanecer no local que apresente a melhor oportunidade de emprego, sem precisar, necessariamente, se “arriscar” em uma mudança total de residência e vida.

Como foi visto, a cidade de Corumbá faz fronteira seca com a Bolívia, sendo o fluxo de mão de obra (pendular ou definitivo) uma realidade. As feiras livres mostram-se uma oportunidade de trabalho do lado brasileiro da fronteira para os bolivianos. Ao observar o fluxo dessas feiras, que ocorrem cada dia em um ponto específico do município, é possível notar a presença significativa de bolivianos no comércio.

Ao analisar a fronteira vivenciada, é plausível que o fluxo da mão de obra do país mais pobre para o que possui mais recursos seja o que fomenta a vinda dos bolivianos feirantes para Corumbá, onde vislumbraram uma oportunidade de trabalho. E a tradição das feiras livres na vida desses feirantes, associada à vazão de seus produtos comercializados, parece influir no *decidir permanecer*, proposto por Fusco e Souchaud (2009).

A presença dos bolivianos e bolivianas no dia a dia corumbaense é situação, de modo geral, a que os consumidores estão acostumados e bem toleram, e a vivência mostra ser esta fronteira um local de acolhimento a esses comerciantes migrantes por parte dos consumidores, pois as vendas se formalizam.

Por outro lado, a presença parece ainda ter marcas de preconceito e não ser bem tolerada por outros comerciantes e autoridades locais, mostrando uma face desta fronteira que também repele o imigrante. Marinucci (2018) já mencionara

o tratamento de criminoso intrinsecamente dispensado ao imigrante boliviano em Corumbá.

Essa percepção, foi abordada por Oliveira, Mariani e Oliveira (2017, p. 241):

Também foram feitas abordagens com diversas pessoas como trabalhadores, comerciantes, donos de pequenos estabelecimentos alugados por moradores ou outros proprietários e pessoas frequentadoras desses pequenos comércios. Nessas abordagens com cidadãos foi possível perceber que o comércio exercido por bolivianos em Corumbá produz impactos em parte de sua população. Isso porque, com forte reforço midiático, há queixas de sua presença, uma vez que suas atividades seriam informais e que não gerariam tributos. Tal visão é reforçada pela acusação de que esses comerciantes, incluindo as imigrantes, estariam oferecendo além de produtos facilmente visíveis, outros de origens do tráfico de armas e drogas.

Desse modo, no bojo da mencionada ideia da fronteira como um espaço de intercessão que pode acolher ou repelir o imigrante, esta região fronteiriça ainda se mostra híbrida ao migrante boliviano comerciante.

Nessas feiras, em geral, há comercialização de vestuário, tanto novo quanto usado; produtos hortifrúti, como folhas, legumes e verduras; produtos naturais, como queijos, mel e ovos; produtos diversos, como brinquedos, produtos para pets, de origens diversas; produtos para consumo no local, como pastéis, caldo de cana e sucos. De fato, o comércio é a essência dessas feiras livres.

O decreto municipal de Corumbá-MS, n. 307/2007, em seu artigo 2º, preconiza que são considerados feirantes aqueles que, justamente, exercem o comércio nas feiras livres.

A propósito, segundo Souchaud e Fusco (2009, p.34):

Em Corumbá, a atividade principal dos migrantes é o comércio. Essa especialização entende-se pela localização da cidade, sendo a fronteira um lugar predileto para os comerciantes. Além disso, Corumbá desenvolveu há muito tempo e com bastante êxito essa função comercial.

A feira de domingo ocorre pela manhã, por volta das 7h até 13h, no Centro da Cidade, no perímetro formado pelas ruas Ladário, Dom Aquino, Tiradentes e Delamare. A feira de segunda ocorre no Bairro Cristo Redentor, na rua Paraná, entre as ruas 15 de novembro e Antônio Maria Coelho. A feira de terça ocorre pela manhã no Bairro Popular Nova, na rua Cyríaco Félix de Toledo, entre as ruas Dom Pedro II e Dom Pedro I. A feira de quarta se dá pela manhã no Bairro Dom Bosco, na rua Cuiabá, entre as ruas Ciríaco Félix de Toledo e José Fragelli. A feira de quinta acontece pela manhã no Bairro Universitário, na rua Afonso Pena, entre as ruas Poconé e Eugênio Cunha. A feira de sexta acontece pela manhã no Bairro Aeroporto, na avenida Joaquim Wenceslau de Barros, entre as ruas 15 de

novembro e 7 de setembro. A feira de sábado acontece, pela manhã, no Bairro Nova Corumbá, na rua Rio Grande do Norte, entre as ruas Ciríaco Félix de Toledo e Marechal Deodoro, e simultaneamente no Bairro Centro América, na rua Fernando de Barros. À noite, acontece no Bairro Maria Leite.

As imagens apresentadas a seguir (Figuras 1 e 2) contribuem para uma melhor visualização da disposição das feiras. A forma de apresentação das barracas e dos produtos comercializados seguem o mesmo padrão todos os dias da semana.

Figura 1: Roupas expostas à venda na feira de terça.



Fonte: arquivo pessoal

Figura 2: Produtos hortifrúti expostos à venda na feira de quarta.



Fonte: arquivo pessoal

As feiras livres sob estudo são regulamentadas e administradas pela municipalidade. A Lei Complementar de n. 004/1991 (Código de Posturas Municipal) apresenta as linhas gerais sobre a administração das feiras em seu capítulo XIX, artigos 131 a 137, atribuindo à autoridade pública a responsabilidade de orientar, prevenir ou reprimir a conduta dos munícipes.

Já o Decreto Municipal de n. 307/2007 regulamenta as disposições gerais contidas nos artigos 131 e seguintes do Código de Posturas, e orienta a organização e o funcionamento das feiras livres de Corumbá-MS.

Como afirmado anteriormente, as feiras livres em Corumbá são sinônimo de comercialização de produtos e socialização para os seus frequentadores, mas, também são espaços de trabalho para aqueles que a mantêm em funcionamento, especialmente os bolivianos. E em todas as feiras, a presença deles na condição de comerciantes é notória e tradicional.

Conforme afirma Silva (2003), a presença das pessoas de nacionalidade boliviana nessas feiras remonta à década de 1950, quando criada a Feira do Boliviano em Corumbá, que encerrou suas atividades em 1990. Desde o encerramento da

feira exclusiva para os nacionais bolivianos, a inserção deles nas feiras livres em que até então atuavam somente brasileiros passou a ocorrer.

Em pesquisa realizada Cuellar et al. (2017) constataram que de um universo de 276 (duzentos e setenta e seis) feirantes na feira de domingo, 58,3% eram de origem boliviana, ou seja, presença que supera até mesmo a de brasileiros feirantes. Além disso, dentre os produtos comercializados, a maioria também era de origem boliviana (51,1%). O mesmo estudo apontou, ainda, que a maioria dos feirantes exerce o trabalho no local há mais de 15 (quinze) anos, mostrando estabilidade e continuidade no labor. Os valores de referência são compatíveis com a fronteira vivenciada ao longo dos anos até 2022.

Espírito Santo, Costa e Benedetti (2015, p. 11), dissertaram que:

A participação dos feirantes bolivianos e sua forma de comercialização se tornaram símbolos pelos consumidores da feira e turistas. Tanto que em novembro de 2010, quando o gourmet Olivier Anquier, do programa de TV “Diário de Olivier” (Canal GNT), desembarcou na cidade para descobrir novos pratos, a primeira parada foi na feira livre da cidade.

A significativa presença boliviana nas feiras livres da cidade de Corumbá soma-se a relatada precarização do trabalho e o estreitamento das oportunidades de emprego decorrentes da globalização e da política neoliberal. A flexibilização das relações de trabalho, a informatização e a automação dos processos de trabalho, reduziram os empregos em ambos os lados da fronteira. Ao mesmo tempo, são países periféricos pobres e, portanto, mais sujeitos as interferências externas e as instabilidades internas, política e econômica. O exercício de trabalho nas feiras livres é uma forma de trabalho autônoma, em que os trabalhadores não se submetem a processo seletivo e não dependem de qualificação profissional específica ou vaga de emprego, criando a sua própria fonte de sustento e gerindo seu próprio negócio.

Autonomia, todavia, não pode ser confundida com informalidade, já que o exercício de trabalho de forma autônoma é previsto em lei, culminando, inclusive, na condição de contribuinte vinculado à Previdência Social, na forma do artigo 11, da Lei 8.213/1991.

A legalidade do trabalho em território brasileiro

A condição de estrangeiro absolutamente não torna o exercício do trabalho no Brasil ilícito. Nos termos do artigo 5º, XIII, da Constituição Federal, há garantia de que o trabalhador estrangeiro pode exercer qualquer trabalho, profissão

ou ofício no Brasil, exceto os cargos privativos a brasileiros natos e as atividades contrárias ao interesse nacional.

É, portanto, assente que os estrangeiros residentes no Brasil possuam acesso ao trabalho digno em solo brasileiro, o que inclui os bolivianos que aqui residam e exerçam suas funções laborais. O trabalho de internacionais residentes em solo brasileiro não se enquadra em qualquer vedação legal da Constituição Federal de 1988.

No entanto, observada a dinâmica desta região fronteiriça, é inimaginável a situação em que todos os bolivianos que trabalham nas feiras livres sejam residentes no Brasil. E seria um contrassenso compelir ao estrangeiro a fixação de residência no distrito do trabalho.

Arruda (2022) ao analisar a situação previdenciária desses bolivianos que atuam nas feiras livres da cidade de Corumbá fez os seguintes questionamentos: *Qual a sua idade? Já trabalhou na Bolívia com ou sem pagamento de Previdência? Já realizou aportes ou se cadastrou junto à previdência no Brasil alguma vez? Recebe ou já pediu algum benefício no INSS? Onde reside?*

O recorte espacial foi a feira de domingo, pois é onde se encontra o maior número de comerciantes. As entrevistas foram realizadas no ano de 2021 e foram abordadas ao todo 20 (vinte) pessoas nacionais bolivianas, das quais 09 (nove) se recusaram a responder.

Das 11 (onze) pessoas que responderam, apenas 03 (três) residem no Brasil, ao passo que 07 (sete) residem em território boliviano (Puerto Suarez/Puerto Quijarro). Há, pois, consideráveis casos de migração pendular para o trabalho entre os países. Isso se explica pela alta integração funcional existente entre as cidades desta fronteira.

Cabe pontuar que a constituição brasileira de 1988 espelhou-se na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH) da Organização das Nações Unidas e é, portanto, calcada no princípio basilar da dignidade humana em todos os seus dispositivos. A DUDH é expressa em afirmar a proteção ao trabalho.

No mesmo sentido, a Convenção n. 118 da OIT (Organização Internacional do Trabalho) dispõe sobre a igualdade de tratamento para migrantes para o exercício de trabalho.

Além dos postulados que asseguram a proteção ao trabalho do migrante como um direito fundamental e relevante na consagração da dignidade da pessoa humana, a Lei 13.445/2017 (Lei de Migração) também descreve a situação em que se enquadram os bolivianos que trabalham nas feiras livres de Corumbá, mas re-

sidem em Puerto Quijarro/Puerto Suarez: residente fronteiriço (artigo 1º, §1º, IV). Tratam-se daqueles nacionais de países limítrofes ou apátridas que conservam a sua residência habitual em município fronteiriço de país vizinho.

Não por acaso, o Brasil é signatário do Acordo para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, internalizado por meio do Decreto 6.737, de 12 de janeiro de 2009.

Reconhecendo que as fronteiras que unem os dois países constituem elementos de integração de suas populações, Brasil e Bolívia celebraram o acordo que permite, dentre diversas outras disposições, o ingresso dos bolivianos no Brasil para o “exercício de trabalho, ofício ou profissão, com as consequentes obrigações e direitos previdenciários deles decorrentes” (artigo I, 1, b).

O Anexo de localidades vinculadas do Decreto 6.737/2009 estabelece como região considerada fronteiriça o perímetro de Corumbá a Puerto Suarez, o que acaba por englobar os municípios de Ladário e Puerto Quijarro. Dessa feita, os trabalhadores bolivianos das feiras livres que residam em qualquer localidade desde a linha divisória brasileira até a cidade de Puerto Suarez poderão solicitar junto à Polícia Federal e o Serviço Nacional de Migração o documento especial de fronteiriço.

O acordo estabelece que o documento especial de fronteiriço registra a qualidade de fronteiriço e a localidade onde estará autorizado a exercer os direitos previstos no acordo, o que inclui o exercício de direitos previdenciários sem a necessidade de residência no Brasil.

No artigo III do acordo estão descritos os documentos exigidos para a obtenção do documento especial de fronteiriço. É expressa a aceitação de documentos em português ou espanhol.

Esse acordo retrata o reconhecimento legal da singularidade da fronteira e o prestígio às hipóteses que somente a região fronteiriça pode fazer acontecer: trabalho em um país e residência em outro. E a sua aplicabilidade nesse contexto Corumbá-Puerto Suarez promove melhores condições aos trabalhadores bolivianos das feiras livres com a acessibilidade a direitos trabalhistas no Brasil, sem a imposição do rompimento de vínculos afetivos, familiares e sociais com o seu país de origem/residência.

Considerações finais

Em virtude de todo o exposto, conclui-se que o trabalho de bolivianos e bolivianas nas feiras livres de Corumbá-MS se dá no exercício do comércio como feirante, uma realidade já tradicional no dia a dia corumbaense.

Essa realidade decorre do fato de que a cidade de Corumbá propicia um ambiente favorável no decidir permanecer do migrante boliviano: há proximidade geográfica a fomentar a pendularidade, poucas exigências de entrada e saída para o residente fronteiriço e oportunidade de trabalho de iniciativa exclusiva do trabalhador.

A fronteira, no entanto, não é de todo hospitaleira ao trabalhador boliviano. Mesmo após décadas de presença boliviana nas feiras livres, embora as vendas se formalizem para os brasileiros e os feirantes auferam renda com o comércio, há pontos de resistência especialmente decorrente da ideia de que o migrante está sempre em uma situação clandestina, ilegal.

Por outro lado, não há restrições legais para o exercício do trabalho como feirante pelo estrangeiro, desde que siga as diretrizes do Decreto Municipal 307/2007 nas feiras livres, pois existe legislação nacional e internacional a amparar o trabalhador boliviano das feiras livres desta região fronteiriça, seja ele residente no Brasil ou mantenha sua residência no perímetro Corumbá-Puerto Suarez (como sói ocorrer).

Referências

ARAUJO, Ana Paula Correia de; Conceição, Orsolina Fernandes da; CARVALHO, Luciani Coimbra de. A arrogância revelada no conflito. **Revista Espaço Aberto**, Rio de Janeiro, PPGG-UFRJ, v. 5, n.1, p. 145-162, jul./dez. 2015.

ARRUDA, Luana Barreto de. **A proteção previdenciária no Brasil aos(as) bolivianos(as) que trabalham nas feiras livres de Corumbá-MS**. 2022. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2022.

BANDUCCI JÚNIOR, Álvaro; ROMERO, Arnaldo. Culto aos mortos na fronteira entre Brasil e Paraguai: os rituais da Sexta Feira Santa em Pedro Juan Caballero. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 511-538.

BRASIL, **Lei nº 13.445, de 24 de maio de 2017**. Institui a Lei de Migração. Brasília, DF: Presidente de República, [2017]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13445.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL, **Lei nº 6.815 de 19 de agosto de 1980**. Define a situação de estrangeiros no Brasil, cria o Conselho Nacional de Imigração. Brasília, DF: Presidente de República, 1980. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l6815.htm#:~:text=L6815&text=LEI%20N%C2%BA%206.815%2C%20DE%2019%20DE%20AGOSTO%20DE%201980.&text=Define%20a%20situa%C3%A7%C3%A3o%20jur%C3%ADdica%20do,6.964%2C%20DE%2009.12.1981. Acesso em: 20 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 8.358, de 13 de novembro de 2014**. Promulga a Convenção Multilateral Ibero-Americana de Seguridade Social, firmada pela República Federativa do Brasil, em Santiago, em 10 de novembro de 2007. Brasília, DF: Vice-Presidente da República, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/decreto/d8358.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. Constituição. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Senado, 1988.

BRASIL. **Decreto 6.737 de 12 de janeiro de 2009**. Promulga o Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Bolívia para Permissão de Residência, Estudo e Trabalho a Nacionais Fronteiriços Brasileiros e Bolivianos, celebrado em Santa Cruz da Serra, em 8 de julho de 2004. Brasília, DF: Presidência da República, 2009. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6737.htm. Acesso em: 18 out. 2021.

BRASIL. **Decreto nº 3.048, de 06 de maio de 1999**: aprova o Regulamento da Previdência Social, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, [1999]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3048compilado.htm. Acesso em: 05 out. 2021.

BRASIL. **Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre os Planos dos Benefícios da Previdência Social e dá outras providências. Brasília, DF: Presidente da República, [1991]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213compilado.htm. Acesso em: 06 out. 2021.

CESCO, Dede. **Fronteira dos sentidos: os sabores do Pantanal**. 2012. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2012.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Código de Posturas do Município** (Lei Complementar n. 004/91). Arquivo, 1991.

CORUMBÁ. Prefeitura Municipal de Corumbá. **Decreto nº 307, de 05 de julho de 2007**, que regulamenta a organização e funcionamento das feiras-livres de Corumbá. Prefeitura Municipal de Corumbá. Arquivo, 2007.

CUELLAR, Edmilson Soares et al. Os aspectos peculiares que caracterizam a feira livre da cidade de Corumbá-MS. In: LOPES, J. E. F. (org.). **Tópicos de Marketing Volume 2** [online]. Belo Horizonte: Poisson ed., 2017.

ESPÍRITO SANTO, Anderson Luís; COSTA, Edgar Aparecido da; BENEDETTI, Alejandro Gabriel. Feiras Livres de Corumbá-MS: territórios de encontros fronteiriços. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS FRONTEIRIÇOS, 5., 2015, Corumbá. **Anais [...]**. Corumbá: UFMS, 2015.

FEDATTO, Nilce. Educação em Mato Grosso do Sul: limitações da escola brasileira numa divisa sem limites na fronteira Brasil-Paraguai. In: OLIVEIRA, T. C. M. (Org.). **Território sem limite**. Campo Grande, MS: Ed UFMS, 2006, p. 491-510.

FERNANDES, Roberto Mauro da Silva. Insegurança humana/econômica na zona de fronteira Brasil/Bolívia: o fechamento da feira Brasbol e impedimento ao trabalho decente em Corumbá-MS. **Revista Pegada** [online], v. 19, n. 03, p. 200-232, set./dez. 2018.

FILARTIGAS, Danilo Magno Espindola. **Migrações na fronteira: ações e perspectivas da Polícia Federal**. 2014. Dissertação (Mestrado em Estudos Fronteiriços) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2014.

FUSCO, Wilson, SOUCHAUD, Sylvain. Uniões Exogâmicas dos migrantes bolivianos na fronteira do Brasil. **Revista Travessia** [online], n. 63, p. 32-38, Abril, 2009.

GARDIN, Cleonice. Território e cultura: manifestações da comunidade paraguaia em Dourados. In: OSÓRIO, Antônio C. Nascimento; PEREIRA, Jacira H. do Valle; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

LAURIN, Alicia. Las transformaciones territoriales fronterizas según la concepción ideológica de la frontera. **Boletín geográfico** [online], n. 23, p. 105 – 120, mayo de 2003.

MACHADO, Lia Osório. Limites, fronteiras, redes. In: STROHAECKER, Tânia Marques, et al. (Org.). **Fronteiras e espaço global**. Porto Alegre: AGB-Seção Porto Alegre, 1998.

MACHADO, Lia Osório. Cidades na fronteira internacional. Conceitos e tipologias. In: NÚÑES, Ângela; PADOIN, Maria Medianeira; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **Dilemas e diálogos platinos: fronteiras**. Dourados (MS): UFGD ed., 2010.

MACHADO, Lia Osório. Limites e Fronteiras: da alta diplomacia aos circuitos da ilegalidade. **Revista Território**, Rio de Janeiro, ano 5, n. 8, p. 9-29. jan./jun., 2000.

MARIANI, Milton; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro; OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado de. Imigrantes em rede na fronteira: o caso de comerciantes bolivianas em Corumbá, MS, Brasil. **Revista GeoPantanal**, Corumbá, v. 03, n. especial, p. 233-246, 2017.

MARINUCCI, Roberto. **Migrações, representações sociais e ação sociopastoral**. São Paulo: Paulus, 2018.

OLIVEIRA, Tito Carlos de; ESSELIN, Paulo M. Localizando as condições pretéritas e as relações correntes na complexa fronteira Brasil – Bolívia. **Revista Geosul**, Florianópolis, v.30, n. 60, p. 125-163, jul./dez. 2015.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Condições de conurbação internacional (o caso Corumbá – Puerto Quijarro – Puerto Suarez). In: OSÓRIO, Antônio C. Nascimento; PEREIRA, Jacira H. do Valle; OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. **América Platina: educação, integração e desenvolvimento territorial**. Campo Grande: Editora UFMS, 2008.

OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. Tipologia das relações fronteiriças: elementos para o debate teórico prático. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de. (org.) **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005. p. 349-358.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO. **Convenção 118 de 1962**. Genebra: OIT, 1962. Disponível em: https://www.ilo.org/brasil/convencoes/WCMS_235330/lang--pt/index.htm. Acesso em: 10 set. 2021.

RAFFESTIN, C. **Por uma geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RAFFESTIN, Claude. A ordem e a desordem ou os paradoxos da fronteira. In: OLIVEIRA, Tito Carlos Machado de (org.). **Territórios sem limites: estudos sobre fronteiras**. Campo Grande: Editora UFMS, 2005.

SILVA, Celma Balbina da. **Economia informal em Corumbá/MS: a chamada “Feirinha Boliviana” e pequenos comerciantes ambulantes – realidade e cotidiano**. 2003. Monografia (Monografia de Graduação em Geografia) – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Corumbá-MS, 2003.

SYLVAIN Souchaud, FUSCO, W., CARMO, R.L. Mobilidade populacional e migração no Mercosul: a fronteira do Brasil com Bolívia e Paraguai. **Teoria e pesquisa**, n. 16, v. 1, p.39-60, jan./jun. 2007.

MOVIMENTO DE MIGRAÇÃO PENDULAR E A COVID-19

Movimiento Migratorio Pendular y Covid-19

Pendular Migratory Movement and Covid-19

Christyan Stresser Ciriaco*
Maria das Graças de Lima**

Resumo: O objetivo do trabalho é demonstrar a relação entre os casos de Covid-19 nas pequenas cidades do interior do Paraná com o movimento de migração pendular das populações desses municípios. De forma geral, a migração pendular nessas cidades pode explicar o aumento de casos de Covid-19 por conta da circulação de pessoas em cidades maiores onde a presença do vírus é maior. Com essa circulação populacional em decorrência de oportunidades de trabalho, estudo e até mesmo saúde, causa o transporte de casos de Covid-19 das cidades metrópoles até as pequenas cidades do seu entorno.

Palavras-chave: Mobilidade; Movimento pendular; Covid-19; Paraná.

Resumen: El objetivo de este trabajo es demostrar la relación entre los casos de Covid-19 en pequeñas ciudades del interior de Paraná con el movimiento migratorio pendular de las poblaciones de estos municipios. En general, los desplazamientos en estas ciudades pueden explicar el aumento de casos de Covid-19 debido al movimiento de personas en ciudades más grandes donde la presencia del virus es mayor. Con esta circulación de población producto del trabajo, el estudio y hasta las oportunidades de salud, provoca el transporte de casos de Covid-19 desde las metrópolis hacia los pequeños pueblos de alrededor.

Palabras clave: Movilidad; movimiento pendular; COVID-19; Parana.

Introdução

A mobilidade humana é um fenômeno antigo e presente nas diversas culturas ao redor do mundo. A circulação de pessoas com o passar dos séculos foi alterada por mudanças sociais e econômicas, principalmente com o advento da globalização. Relações entre continentes se tornou possível e o relacionamento se tornou cada vez mais intenso. Assim, deslocamentos e movimentos de mobilidade e migração puderam ser observados nos diversos aspectos do cotidiano, seja de forma mais global ou em menor escala envolvendo cidades de uma mesma região com distâncias possíveis de interações diárias. É nesse sentido que se consolida os movimentos pendulares, onde uma população se desloca de um local menos desenvolvido economicamente e com poucas oportunidades de trabalho e educação para cidades mais metropolitanas e desenvolvidas com abun-

* Licenciado em Geografia pela Universidade Estadual de Maringá. E-mail christyanstresser@gmail.com.

** Geógrafa (UEL). Doutora em Geografia Humana (USP). Professora Adjunta da Universidade Estadual de Maringá. E-mail mglima@uem.br.

Abstract: The objective of this work is to demonstrate the relationship between the cases of Covid-19 in small cities in the interior of Paraná with the pendular migration movement of the populations of these municipalities. In general, commuting in these cities can explain the increase in Covid-19 cases due to the movement of people in larger cities where the presence of the virus is greater. With this population circulation as a result of work, study and even health opportunities, it causes the transport of Covid-19 cases from metropolises to the small towns around them.

Keywords: Mobility; Pendular movement; Covid-19; Paraná.

dância empregatícia e universidades (TAVARES; OLIVEIRA, 2017).

Analisar o deslocamento populacional que se faz diariamente presente nas relações humanas não pode ser feito de forma específica, como uma escolha pessoal por exemplo, pois envolve diversas complexidades sociais, econômicas e culturais, como a vulnerabilidade que esses grandes centros impõem a essa população que migra diariamente, e a grande desigualdade social e regional presente nos municípios (PERPÉTUA, 2010).

Na atualidade pode-se observar que uma problemática se coloca presente, a Pandemia da Covid-19 evidenciou outra fragilidade desses grandes aglomerados populacionais, uma vez que diversas pessoas se colocavam em risco com esse movimento de ida e vinda de suas moradias para os grandes centros. Isso implicou uma multiplicação do vírus em razão do contato que essas pessoas tinham nas cidades maiores.

Tal fato pode ser observado no interior do Paraná, onde as cidades menores foram impactadas com o movimento pendular de sua população para as cidades maiores principalmente por conta de trabalho, e nos anos de Pandemia se pode notar uma maior vulnerabilidade das pessoas que faziam esse movimento e muitas vezes traziam consigo a infecção. Característica parecida foi observada por (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020) no Estado de São Paulo, onde uma etapa da con-

taminação “ocorre com o deslocamento, através de estradas vicinais, de pessoas infectados com o vírus para as cidades pequenas, afastadas dos municípios polos das regiões metropolitanas, conectadas mais aos municípios médios de seus estados”. Nesse sentido, o aumento dos casos de Covid-19 pode está diretamente relacionado com essa migração pendular da região durante a Pandemia nos meses de março a junho de 2020.

Mobilidade humana

Desde o surgimento do ser humano na terra a locomoção se tornou essencial na busca pela sobrevivência. Contudo, a centralidade da discussão apenas entra em questão com o desenvolvimento do sistema de trocas de mercadorias que acentuou a necessidade de circulação de bens e consumo, mas também de informações, conhecimento, pessoas e trabalho. Assim, com a consolidação do sistema de produção capitalista e a consolidação das cidades, a mobilidade humana passou a ser fator essencial, fazendo com que se tornasse, inclusive, um direito humano reconhecido internacionalmente.

Quando a sociedade moderna introduziu a máquina como instrumento de trabalho, no final do século XVIII, e absolutizou a propriedade privada, estava reforçando a raiz geradora da atual mobilidade humana, o que aparece especificamente nas migrações: êxodo rural, exploração do trabalho de homens, mulheres e crianças, crescimento e inchaço das cidades com periferias que confinam os excluídos sem a mínima infra-estrutura de esgotos, transporte, habitação, trabalho, escolas e de serviços comunitários básicos (ZAMBERLAM, 2004, p.11).

Porém, a centralidade da questão não surge pura e simplesmente pela necessidade de conseguir meios de sobrevivência, como acontecia em tempos antigos. Em realidade, a mobilidade hoje em dia se dá muito mais pela busca incessante de uma sobrevivência que agora é regulada pelas leis do mercado, pela precarização do trabalho, pelas diferenças de classe e pela velocidade em que as condições de vida se alteram (PERPÉTUA, 2010).

Essas constantes trocas e o aumento das interações para além das fronteiras faz com que mudanças econômicas, políticas e sociais aconteçam à nível global, dessa forma, pensar em migração é olhar para a globalização, perceber os processos de politização, a rapidez dos fluxos migratórios que acontecem pelos mais variados motivos, bem como o aumento do caráter feminino dessas migrações (CASTLES; MILLER, 2004).

De início é importante destacar que “a temática da mobilidade humana prende a atenção dos geógrafos desde há muito e indubitavelmente é digna de pers-

crutação pelos estudiosos da ciência geográfica”, seja nos estudos da população, no sentido de compreender as causas dos fenômenos sociais e naturais ou “do ritmo e da intensidade dos deslocamentos pode trazer pistas fundamentais para o desvendamento de uma ampla gama de fenômenos essencialmente geográficos” (PERPÉTUA, 2010, p. 135). Assim, os estudos populacionais da Geografia se distanciam dos estudos de Demografia na medida em que o primeiro em razão da orientação de sua perspectiva analítica, têm como foco a espacialização dos fenômenos (PERPÉTUA, 2010, p. 135).

Nesse sentido, esses fenômenos acontecem e extrapolam as barreiras fronteiriças, contudo, em geral essas migrações “põem em movimento espaços de mobilidade que podem ser denominados territórios circulatórios transnacionais”, dessa forma, elas também passam a existir juntamente com as “migrações clássicas” como os espaços de “trabalho agrícola, urbano, industrial com idas e voltas comerciais às cidades, ao país.” (MAZZA, 2015, p. 239).

Dentro dessa problemática, se entende que a mobilidade é pode se compor como “deslocamentos diários e sazonais, que não implicam mudança temporária ou permanente de residência” havendo em muitos casos uma “dialogicidade da dimensão espaço-tempo do fenômeno migratório” (COELHO NETO, 2020). Assim, conforme escreve Salim (1992 p. 122) sobre os adeptos da teoria neoclássica, essas migrações são causadas pelos “desequilíbrios espaciais dos fatores de produção: terra, capital e recursos naturais”. Já, para os filiados a perspectiva neomarxista, a migração é fruto da crescente vinculação dos trabalhadores e do trabalho ao mercado capitalista (COELHO NETO, 2020).

É preciso olhar para essas diversas alterações sociais, principalmente para a “revolução industrial e os processos de industrialização que provocaram enormes fluxos migratórios para os centros urbano-industrial, em especial a migração rural-urbana” e, posteriormente, a grande explosão desse fluxo, com a globalização e o desenvolvimento da tecnologia (COELHO NETO, 2020, p. 369).

Não é possível, assim, desvencilhar a mobilidade humana das questões sistêmicas do capital (COELHO NETO, 2020). Isso porque um se relaciona e depende hierarquicamente um do outro, pensando não apenas em uma “reprodução do capital, mas, também, para a reprodução da força de trabalho”, onde os trabalhadores passam a se movimentar a partir das leis do mercado, da oferta e da procura (COELHO NETO, 2020, p. 370). Sujeitam-se, assim, a toda sorte, em busca da sobrevivência diária.

Um dos diversos motivos que conduzem um indivíduo a se tornar um migrante na maioria das situações, remete-se a procura de melhores condições de trabalhos e melhor

remuneração, fator que na maior parte dos casos encontra-se indisponível ou ausente no local de origem do migrante” (RAVENSTEIN, 1980, p. 19-88).

Olhando mais internamente “na organização do território, a distribuição de funções entre cidades engendra movimento populacionais importantes, sobretudo com o entorno” isso faz com que passa a existir “polaridades, no sentido de que certas localidades concentram atividades econômicas e equipamentos, e por consequência, oportunidades, principalmente trabalho” (BARCELLOS; JARDIM, 2008, p. 2).

Isso coloca em questão que com o aumento e com o crescimento dos centros urbanos, nem todos possuem, por conta do sistema hierarquizado, acesso e poder aquisitivo suficientes para garantir a sobrevivência digna sem ser proprietário do meio produção. Assim, a evidência da periferização das cidades extrapola os bairros e ganham dimensões metropolitanas, onde podem gerar renda e trocas econômicas, demandando políticas públicas e de governança que garantam o direito as condições dignas de sobrevivência.

A partir dessas perspectivas de transformação da mobilidade humana e sua complexificação por conta da imposição do sistema de exploração capitalista do trabalho humano, é que surgem diferentes aglomerados urbanos, com demandas e necessidades desiguais em que ocorrerá um fluxo do menor para o maior, em busca melhores condições de existências. É nesse sentido que se passa a discutir sobre o movimento de migração pendular.

Movimento de migração pendular

De forma geral, o movimento pendular é um tipo de mobilidade humana e se caracteriza como “um fenômeno da mobilidade espacial da população e recebe essa designação por ser um deslocamento de ida e retorno com determinada frequência, assimilando-se a um pêndulo” (BERSOT, 2019, p. 1368). Com o crescimento populacional e os problemas de desigualdade social ocasionados pela colonização e o sistema capitalismo “esse movimento ocorre devido à necessidade dos sujeitos de buscarem bens e serviços fora de sua cidade, tendo como maior fator a demanda por trabalho e/ou estudo, ou seja, caracteriza-se pelo deslocamento dos indivíduos do local em que se encontra o seu domicílio ao local em que estudam ou trabalham” (BERSOT, 2019, p. 1368).

Para o autor Jardim (2007) as migrações pendulares ocorrem muitas vezes em razão de processos de deslocamentos da população no território, por alguma situação que provoque esse movimento de deslocamento, num determinado con-

texto e tempo socialmente constituído, quando esse movimento acontece junto com ele vem atrelado mudanças na organização da economia e da sociedade que vai ganhando especificidades e finalidades (FRANCELLINO 2020, p. 142). Por conta disso, não deve estar desvinculado dos estudos de urbanização, constituição dos espaços urbanos, mundo do trabalho e desigualdade social, esse fenômeno quando ocorre está vinculado de forma complexa com mudança social e do desenvolvimento econômico (FRANCELLINO, 2020, p. 142).

Segundo dados do Instituto Nacional de Estatística (INE, 2003), isso que chamamos de “movimentos pendulares” é habitualmente utilizado para designar os movimentos quotidianos das populações entre o local de residência e o local de trabalho ou estudo” (INE, 2003, p.2). De acordo com esses estudos, pode-se retirar de conteúdo teórico que “o conceito de movimento pendular encerra, na sua forma mais simples, duas deslocações de uma pessoa entre dois pontos do espaço geográfico: uma de ida para o local de trabalho ou estudo e outra de retorno ao local de residência” (INE, 2003, p.2). Dessa forma, o movimento pendular é antes de tudo, “uma questão funcional que resulta da organização do território e da não coincidência entre o local de residência e os locais de trabalho ou estudo” (INE, 2003, p. 2).

Por se configurar como uma modalidade da mobilidade humana, por vezes o movimento pendular é confundido com a experiência de migratório ou migração (BERSOT, 2019). No entanto, por mais que ambas estejam relacionadas ao fluxo de pessoas pelo território e da capacidade de mobilidade espacial dos indivíduos, o autor Moura (2005, p. 124) escreve que “enquanto a migração envolve mudança de residência, os deslocamentos pendulares caracterizam-se por deslocamentos entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica”. Assim sendo, pode-se dizer que “migração e movimento pendular são diferentes, pois a migração compreende uma mudança do local de residência para uma outra em que o sujeito se fixa, já o movimento pendular não requer mudança de residência, o indivíduo retorna para sua cidade de origem depois de completar suas atividades diárias” (BERSOT, 2019, p. 1371).

Esse movimento de deslocamento que tem como característica o crescimento populacional representa a migração pendular, tem trazido grandes consequências para as cidades metropolitanas como por exemplo “aumento expressivo de moradias desiguais, diminuição da qualidade de vida, aumento da criminalidade, trânsito caótico entre outros” (FRANCELLINO, 2020, p. 144). Para o autor Francellino (2020, p. 144) cidades de porte médio como Maringá-PR, Jundiá-SP, Macaé- RJ, e aglomerações urbanas não metropolitanas também cresceram e com elas, seus problemas (FRANCELLINO, 2020, p. 144).

Para fins deste estudo, “optou-se pelo uso dos termos “movimento” ou “deslocamento” pendular, por se entender que tal dinâmica envolve um deslocamento diário e que, portanto, não implica transferência para ou fixação definitiva em outro lugar” (MOURA, 2005, p. 123). Assim, “os parâmetros principais para estas diferenciações residem, pois, na duração dos deslocamentos e em sua escala de abrangência, de modo que somente aqueles que implicam a mudança permanente do local de residência dos indivíduos podem ser chamados de movimentos migratórios” (PERPÉTUA, 2010, p. 135).

Então, pode-se afirmar que esse movimento de deslocamento pendular possui aspectos e características complexas além de inúmeros fatores “que fazem uma pessoa sair do seu lugar e se movimentar para outro, muitas vezes inexplorável e repleto de diferenças, valores culturais, sociais, políticos exercendo mudanças na identidade de cada um, assim, como tais lugares em função das interações sociais sofrem mutações constantes em sua paisagem, formas e na cultura local” (FRANCELLINO, 2020, p. 144). Francellino ainda escreve que por essa razão, “o homem é produto e produtor da sociedade, modifica e é modificado pelo espaço” (FRANCELLINO, 2020, p. 144).

Para Coelho Neto, essa definição de migração baseada na relação com valores culturais, sociais e políticos, que o trabalhador reside em determinado município e trabalha em outro, permite entender e diferenciar da concepção de mobilidade “que implica decisivamente mudança de residência, ao passo que a mobilidade envolve também deslocamentos diários e sazonais, que não implicam mudança temporária ou permanente de residência” (COELHO NETO, 2020, p. 365). Neste sentido, “uma das formas de mobilidade populacional é o movimento pendular, o qual caracteriza-se pela possibilidade das pessoas locomoverem-se no espaço buscando em outros locais bens e serviços que não são viabilizados em seu lugar de origem, seja por motivo de trabalho, estudo, saúde ou outros” (TAVARES, 2016, p. 16).

Esse movimento estudado como forma de mobilidade é relevante e permite “compreender a dinâmica da população e da hierarquia urbana, contribuindo para o entendimento do processo de produção e organização do espaço geográfico” (TAVARES, 2016, p. 16). Essas informações “adquiridas e analisadas, pode-se identificar centralidades e áreas de influência bem como áreas onde os investimentos públicos em serviços como transporte, educação entre outros são mais deficitários”, isso significa que esses dados vão servir para criação e implementação de políticas públicas (BERSOT, 2019, p. 1372).

Migração pendular e covid-19

Com o advento da Pandemia de COVID-19, os grandes aglomerados das cidades metropolitanas passaram a ser considerados um lugar de grande risco e vulnerabilidade em razão das condições expostas pelo vírus e sua disseminação, mas principalmente por se tratar de um ambiente de exclusão, nas palavras de Coelho Neto, esses tempos “não podem ser desconsideradas as condições de maior vulnerabilidade e dos riscos que correm esses aglomerados de exclusão”, onde vivem milhares de pessoas ocupando um pouco espaço (COELHO NETO, 2020, p. 370). Então, “as condições sociais, econômicas, políticas e territoriais desses grupos de migrantes os colocam em situação de enorme precariedade, inclusive para desenvolver práticas sanitárias para evitar os contágios e para empreender estratégias de enfrentamento dos variados impactos”, e essas situações não podem ser desconsideradas pelo estudo da Geografia (COELHO NETO, 2020, p. 370). No sentido de que, essas condições, sejam socioeconômicas e políticas específicas dos grupos migrantes “impactam no processo de reterritorialização nos novos lugares, produzindo em grande medida uma precarização territorial, sendo que o território/a territorialidade é uma condição fundante para a reprodução da vida” (COELHO NETO, 2020, p. 370).

Esse deslocamento surge muitas vezes relacionado com a “busca de encontrar a satisfação de demandas básicas como trabalho, estudo, consumo, etc. muitas pessoas são impelidas frequentemente a transpor os limites territoriais do município em que residem” (PERPÉTTUA, 2010, p. 135). Quando se fala em movimentos pendulares, fala-se desses deslocamentos que ocorrem diariamente, que podem ser definidos como deslocamentos de pessoas “entre o município de residência e outros municípios, com finalidade específica” (MOURA; CASTELLO BRANCO; FIRKOWSKI, 2005, p. 124).

No âmbito da Geografia, o estudo de migração pendular e pandemia se relacionam na medida em que é possível constatar que todas essas definições de questões sanitárias sobre o status que a Organização Mundial de Saúde vai dar a crise sanitária se em termos globais ou regionais implicam em “considerar a dimensão espacial, que está na base de suas significações, pois a diferença entre pandemia e epidemia se baseia na escala espacial de abrangência da disseminação de determinada doença contagiosa, manifestando-se a epidemia na escala local e regional e a pandemia configurando-se como um processo de disseminação global” (COELHO NETO, 2020, p. 372).

Assim, durante a Pandemia esse movimento de deslocamento de ida e volta da população de cidades do interior até menores, para cidades maiores, fez

aumentar nessas cidades menores o fluxo de disseminação do vírus por conta da aglomeração presente nas cidades metropolitanas (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020).

Esse deslocamento da “grande maioria dos trabalhadores não é uma mobilidade perfeita, não é fruto de um espaço geográfico que tende ao equilíbrio e a homogeneidade e não decorre da liberdade e da pretensa racionalidade dos indivíduos”, ela está relacionada a uma gama de fatores sociais e econômicos, principalmente a desigualdade que acelera essa formação de aglomerados de exclusão, tornando esse fenômeno “muito mais de uma mobilidade contraditória, produzida por um espaço em constante processo de desenvolvimento desigual e combinado, que força os trabalhadores a se adequarem aos ditames da estrutura totalizante do capital e de sua frenética busca por acumulação” (PERPÉTUA, 2010, p. 152).

No interior do Paraná, é possível observar que os trabalhadores e estudantes se deslocam e esse movimento está relacionado em sua manifestação mais concreta “na ocorrência dos movimentos (pendulares) de trabalhadores entre áreas díspares mais e menos desenvolvidas, respectivamente de repulsão e atração de trabalhadores” (PERPÉTUA, 2010, p. 152). Por essa razão explica Perpétua, que nas “áreas menos dinâmicas da célula há o acúmulo de um estoque de força de trabalho excedente que tenciona o nível salarial médio para baixo nas áreas mais dinâmicas, de modo que o capital total (representado pelas inúmeras empresas dos diversos setores econômicos) concentrado nos centros dinâmicos pode reduzir a parcela do capital variável (remuneração da força de trabalho) na composição orgânico do capital, aumentando sempre em níveis crescentes a do capital constante” (PERPÉTUA, 2010, p. 152).

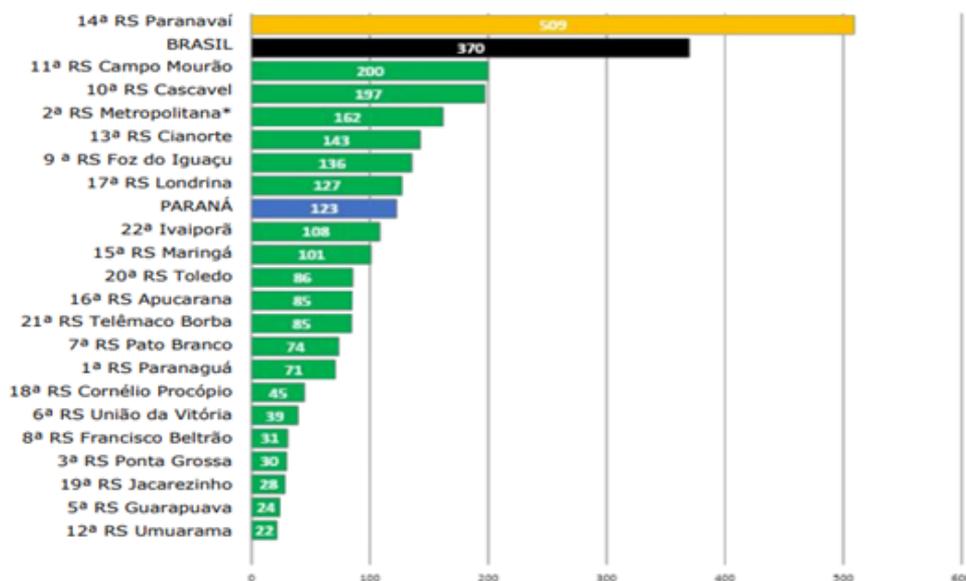
Os movimentos pendulares estão cada vez mais complexos em razão “principalmente no que diz respeito à exclusão de grandes contingentes da população mundial do mercado de trabalho (principalmente o formal)” (VASCONCELOS, 2012, p. 33). Motivo esse, que tem como característica a “integração precária no sistema produtor de mercadorias, o que vem provocando novas formas de movimentos territoriais, que não necessariamente impliquem em mudança de moradia” (VASCONCELOS, 2012, p. 33).

Nas palavras de Barcellos “o crescimento da agroindústria, a urbanização das novas fronteiras, os grandes projetos voltados para os recursos naturais criaram, no País, alternativas distintas frente à situação das grandes metrópoles”, isso demanda que diariamente populações se desloquem para tais centros e se relacionem com esse ambiente provocando o aumento dos casos de Covid-19 no retorno às suas cidades que abrigam suas moradias (BARCELLOS 1995, p.305). Com o que

chamam de “melhor desempenho da agricultura”, principalmente no Norte do Paraná, “também contribuiu para um maior poder de retenção, ou até de atração, de pequenos núcleos urbanos do Interior” (BARCELLOS 1995, p.305). Tal relação entre Covid-19 e movimentos pendulares podem ser observados nesses municípios de intensa circulação de mercadorias e aglomerados populacionais onde os casos de doenças são transmitidos de forma mais incidente (BOGUS; MAGALHÃES; PASTERNAK; SILVA, 2020).

Segundo os dados coletados pela Secretaria estadual de saúde do Estado do Paraná, é possível observar na figura 1, o alto índice de contaminação nos primeiros meses de pandemia, principalmente na 14ª regional de saúde: Paranavaí, cidade onde se localiza a sede de uma grande empresa de abate de frangos, uma das maiores do Paraná em número de funcionários.

Figura 1: Coeficiente de incidência por regional de saúde
(Casos confirmados por 1 milhão de habitantes)



Fonte: SESA, 2020

Este alto índice de contaminados da 14ª regional de saúde se deve ao fato de vários ônibus levarem funcionários da empresa do setor frigorífico a diversos municípios da região, onde não havia circulação de ar, e os trabalhadores ficavam por horas sentados um ao lado do outro.

As movimentações sejam elas pendulares ou não, “as exportações e importações entre países, a circulação de mercadorias entre fábricas e lojas, o deslocamen-

to de consumidores aos centros de compras”, ou até mesmo esses movimentos menos espaciais como:

a visita a parentes e amigos, a ida ao culto religioso, praia ou cinema, o fluxo de informações destinadas ao consumo de massa ou entre unidades de uma mesma empresa são, entre tantos outros, exemplos correntes de interações espaciais em que, de uma forma ou de outra, estamos todos envolvidos (CORRÊA, 1997, p. 302).

Considerações finais

Como visto a mobilidade humana, com o decorrer do tempo, tomou outras proporções, da sobrevivência, passou a ter uma importância política, econômica e social. Assim, o aumento das pessoas nas cidades, o crescimento urbano territorial, a busca por trabalho, as demandas do mercado são fatores que devem ser considerados nos estudos sobre mobilidade. Porém, é preciso pensar, também, que esses fatores são influenciados por questões econômicas e de classe.

Pensar em migrações pendulares, então, é olhar para essas outras realidades periféricas dos centros urbanos. É pensar em relações desiguais que muitas das vezes fazem com que pessoas, diariamente, saiam de uma localidade à outra em busca de trabalho ou estudo. Em busca de acesso e condições de existência.

Com os crescimentos urbanos, nem todos tiveram o acesso e a possibilidade de estar no centro das relações econômicas que garantam o direito de viver dignamente. Assim, há um movimento de periferização dos grandes centros urbanos, onde aqueles que não possuem condições econômicas suficientes residem e constroem as suas relações sociais. Contudo, são esses que vão para os centros urbanos gerar riquezas, por meio do trabalho, para aqueles que economicamente já a possuem.

Com a Pandemia de Covid-19 e com a crise sanitária dela decorrente, foi possível perceber um agravamento das desigualdades e as consequências dessas nas cidades menores, em decorrência do movimento de migração pendular. Isso porque para a manutenção dos serviços essenciais, por exemplo, muitos dos trabalhadores mantiveram seus fluxos migratórios, levando para suas cidades de origem o vírus. Impossibilitando um maior controle da disseminação, aumentando a crise econômica e de saúde pública.

Referências

BARCELLOS, T. M.; JARDIM, M. L. Movimentos pendulares no Rio Grande do Sul: um foco sobre as aglomerações urbanas. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 16., 2008, Caxambú-MG, 2008. **Anais [...]**. Belo Horizonte: ABEP, 2008.

BÓGUS, L. M. M.; MAGALHÃES, L. F. A.; PASTERNAK, S.; SILVA, C. R. **Desigualdades socioespaciais e disseminação da Covid-19 na Macrometrópole Paulista**. Museu da Imigração, São Paulo, 10 set. 2020.

BERSOT, I. F. Movimento pendular: o deslocamento diário dos estudantes universitários de Conceição de Macabu com destino a campos dos Goytacazes no norte Fluminense. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA URBANA, 16., 2019, Vitória. **Anais [...]**. Vitória: UFES, 2019.

CASTLES, S.; MILLER, M. **La era de la migración: movimientos internacionales de población en el mundo moderno**. México: Universidad Autónoma de Zacatecas, 2004.

COELHO NETO, A. S. Migrações, mobilidade da população (e do trabalho) e a covid-19: condicionantes e implicações. **Revista Pegada**, São Paulo, v. 21, n. 3, set. 2021.

CORRÊA, R. L. A rede urbana. 1. ed. São Paulo: Ática, 1989. Interações espaciais. In: CASTRO, I. E.; GOMES, P. C. C.; CORRÊA, R. L. (Orgs.) **Explorações geográficas: percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1997. p. 279-318.

MOURA, R.; CASTELLO BRANCO, M. L. G.; FIRKOWSKI, O. L. C. de F. Movimento pendular e perspectiva de pesquisa em aglomerados urbanos. **São Paulo em perspectiva**, São Paulo, v. 19, n. 4, p. 121-133, out./dez. 2005.

MAZZA, D. O direito humano à mobilidade: dois textos e dois contextos. **REMHU: "Migrações e fronteiras"**, v. 23, n. 44, 2015.

OLIVEIRA, P. M. Mobilidade e territorialidade: o movimento pendular intrametropolitano do Rio de Janeiro. In: SIMPÓSIO DE ESTUDOS URBANOS: A dinâmica das cidades e a produção do espaço, 2., 2013, Campo Mourão. **Anais [...]**. Campo Mourão: Universidade Estadual do Paraná, 2013. Disponível em: http://www.fecilcam.br/anais/ii_seurb/documentos/o-urbano-em-suas-difentes-escalas/oliveira-patricia-matias.pdf. Acesso em: 09 jun. 2019.

PERPETUA, G. M. Movimentos pendulares e acumulação do capital. **Revista Pegada Eletrônica**, Presidente Prudente, v. 11, n. 2, 2010.

RAVENSTEIN, E. G. As Leis da Migração. In: MOURA, H. A. **Migração Interna: textos selecionados**. Fortaleza: BNB/ETENE, 1980. tomo 1, p. 19-88.

SALIM, C. A. Migração: o fato e a controvérsia teórica. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 8., 1992, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: ABEC, 1992. v. 3. p. 119-144.

STAMM, C.; STADUTO, J. A. R. Movimentos pendulares das cidades interioranas de porte médio de Cascavel e Toledo, no Paraná. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, v. 25, n 1, p. 131-149, 2008.

VASCONCELOS, V. M. **Migração e pendularidade: as consequências de atração da população para o município de Toritama**. 2012. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia, Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2012.

TAVARES, J. M. S.; OLIVEIRA, E. L. Alunos em movimento no Norte Fluminense. In: ENCONTRO NACIONAL DE ESTUDOS POPULACIONAIS, 20., 2016, Foz do Iguaçu. **Anais [...]**. Belo Horizonte: APEB, 2017. p. 507-603.

ZAMBERLAM, J. **O processo migratório no Brasil e os desafios da mobilidade humana na globalização**. Porto Alegre: Pallotti, 2004.

O PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP) NA FRONTEIRA BRASIL-BOLÍVIA: UM ESTUDO PRELIMINAR

The Forces in Sport Program (Profesp) on the Brazil-Bolivia Frontier: a Preliminary Study

Brenda Farias dos Santos*
Carlo Henrique Golin**
Rogério Zaim de Melo***

Resumo: O artigo, uma revisão bibliográfica e documental, tem como objetivo evidenciar pesquisas acerca do Programa Forças no Esporte (PROFESP), vertente do Programa Segundo Tempo (PST), desenvolvido pelas Forças Armadas. Foram utilizados 18 artigos científicos encontrados nas plataformas Scielo e no Google Acadêmico, cujo recorte temporal compreendeu os anos de 2002 a 2021, bem como 16 documentos oficiais, pertencentes ao acervo da Marinha e do Exército na região fronteiriça (Brasil-Bolívia). Percebe-se, com a análise dos dados, que os programas de cunho esportivo, voltados para crianças e adolescentes, apresentam-se favoráveis ao Projeto supracitado, no sentido de diminuir a situação de vulnerabilidade social.

Palavras-chave: PROFESP, PST, Esporte, Fronteira, Forças Armadas.

Abstract: The article, a bibliographic and documentary review, aims to highlight research on the Forces in Sport Program (PROFESP), part of the Segundo Tempo Program (PST), developed by the Armed Forces. Eighteen scientific articles found on the Scielo and Google Scholar platforms were used, whose time frame comprised the years 2002 to 2021, as well as 16 official documents, belonging

Introdução

O presente trabalho apresenta dados preliminares de documentos oficiais, bem como dialogar com obras científicas que descrevem o Programa Forças no Esporte (PROFESP), desenvolvido nas Forças Armadas Brasileira (Marinha, Exército e Aeronáutica). O estudo foi estruturado em duas frentes: a primeira delas traz uma descrição detalhada sobre o PROFESP, programa desenvolvido na região fronteiriça Brasil-Bolívia, localizado no estado de Mato Grosso do Sul (MS), notadamente a Marinha (MB) na cidade de Ladário e o Exército (EB) em Corumbá, bem como aborda brevemente a história do Programa Segundo Tempo (PST) e a sua vertente, o PROFESP, sobretudo com o foco na região do estudo.

* Mestranda em Estudos Fronteiriços. Graduada em Educação Física pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN. E-mail: brendaalmeida1909@gmail.com.

** Doutor em Educação Física pela Universidade Católica de Brasília – UCB. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN. E-mail: carlo.golin@ufms.br.

*** Doutor em Educação Física pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC. Professor Adjunto da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, Campus do Pantanal – UFMS/CPAN. E-mail: rogerio.melo@ufms.br.

to the collection of the Navy and the Army in the border region (Brazil-Bolivia). It can be seen from the data analysis that the sports programs, aimed at children and adolescents, are favorable to the aforementioned Project, in the sense of reducing the situation of social vulnerability.

Keywords: PROFESP, PST, Sports, Frontier, Armed Forces.



A segunda frente discute os resultados das pesquisas encontradas na plataforma Scielo e no Google Acadêmico sobre a temática abordada. Dos 33 trabalhos localizados, no recorte temporal de 2002 a 2021, foram selecionados apenas 18 artigos, os quais mais aproximaram-se do recorte deste estudo. Os descritores utilizados para a pesquisa foram: PROFESP; Região Fronteira; Fronteira; Programa Segundo Tempo, Forças Armadas; programas sociais esportivos; esporte e vulnerabilidade social; vulnerabilidade e risco social; programas sociais e seus benefícios para crianças e adolescentes. Com isso, buscou-se articular a temática de projetos esportivos para o referido público, o qual se encontra em situação de vulnerabilidade e risco social, aspecto basilar do programa em estudo.

Metodologia

A metodologia utilizada nesta pesquisa tem como base a revisão bibliográfica (GIL, 2008) e também documental (LAKATOS; MARCONI, 1992), especialmente de documentos encontrados no Programa Forças no Esporte (PROFESP) e no Programa Segundo Tempo (PST), desenvolvido pelas Forças Armadas Brasileiras.

Para o desenvolvimento da pesquisa foram selecionados 37 documentos oficiais (MB/EB), sendo 10 no formato físico e 27 no formato online. No entanto, utilizou-se 16 documentos, os quais

atendiam o objetivo da pesquisa. Destes, 4 estavam no formato físico e os outros 12 estavam no formato online, a maioria deles foram encontrados em sites oficiais das instituições militares e outros foram encaminhados em PDF, via e-mail, pelos responsáveis de cada PROFESP da região.

Como critério de seleção dos documentos, optou-se por incluir os materiais que apresentassem dados referentes ao desenvolvimento do PROFESP de ambas Forças Armadas (MB/EB), tais como: relatórios de atividades, regimentos internos, regulamentos, portarias normativas, editais de contratação de professores, contratos de parcerias, cadernetas informativas e banco de dados. No tocante aos critérios de exclusão dos documentos, foram descartados os que não apresentavam os dados relacionados no critério de inclusão, assim como aqueles que apresentavam dados sobre os recursos financeiros do programa, prestação de contas, atas de reuniões e relatórios do almoxarifado, dentre outros arquivos que não tinham relevância na parte histórica do programa.

Quanto a revisão bibliográfica, recorreu-se aos bancos de dados da plataforma Scielo e do Google Acadêmico, a fim de selecionar as pesquisas desenvolvidas a partir do recorte temporal dos anos de 2002 a 2021, isso considerando a escassez de trabalhos científicos sobre a abordagem tratada neste trabalho, a respeito do PROFESP. Os descritores selecionados foram: PROFESP; Região Fronteira; Fronteira; Programa Segundo Tempo, Forças Armadas; programas sociais esportivos; esporte e vulnerabilidade social; vulnerabilidade e risco social; programas sociais e seus benefícios para crianças e adolescentes.

Como resultado da busca foram encontrados 33 artigos referentes aos descritores utilizados, contudo foram selecionados 18 deles, pois priorizou-se aqueles trabalhos que abordassem o PST e/ou PROFESP e a influência de programas sociais, em especial os que utilizaram o esporte como principal conteúdo e/ou ferramenta para a diminuição do quadro de vulnerabilidade e risco social dos seus participantes. Também se estabeleceu um olhar especial para aqueles materiais desenvolvidos pelas Forças Armadas Brasileiras (Marinha, Exército e Aeronáutica) referentes ao PROFESP, além de estudos com programas sociais voltados para o público alvo (crianças e adolescentes).

Quanto as análises dos dados, primeiramente organizou-se os documentos a serem utilizados, bem como os seus artigos, parágrafos, incisos e excertos, em especial os referentes ao assunto estudado neste trabalho. A seguir, realizou-se a leitura dos artigos selecionados buscando refletir, interpretar e traçar um diálogo entre os documentos oficiais e os estudos realizados pelos pesquisadores, assim como orienta Gil (2008), Lakatos e Marconi (19

O PROFESP e a região fronteira Brasil-Bolívia: um retrato da realidade

A região fronteira onde o programa PROFESP está inserido possui cerca de 10 milhões de habitantes no total, estando presente em 11 estados brasileiros, a saber: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio Grande do Sul, Rondônia, Roraima e Santa Catarina, correspondendo 27% de todo território brasileiro. Neste caso, é utilizado o conceito de faixa de fronteira, o que corresponde a 150 km largura a partir do limite internacional, sendo 16.886 km de expansão do território nacional, segundo a LEI nº 6.634, de 2 de maio de 1979 da Constituição Federal Brasileira de 1988 (BRASIL, 2019a).

Especificamente, a fronteira Brasil-Bolívia, no estado de MS, as cidades de Corumbá e Ladário, no lado brasileiro, e as cidades de Puerto Quijarro e Puerto Suárez, no lado boliviano, possuem juntas cerca de 160 mil habitantes. Uma das características importantes da região é a distância entre as cidades e grandes centros urbanos, como, por exemplo, 600km de Santa Cruz de la Sierra e 450km de Campo Grande (COSTA, 2018). O mesmo autor salienta que a região tem significativa “porosidade¹”, bem como considera que a fronteira seca favorece os diferentes trânsitos econômicos e socioculturais entre as cidades vizinhas, inclusive devido ao fluxo contínuo de habitantes na fronteira Brasil-Bolívia (COSTA, 2018).

Salienta-se que, apesar da região ser muitas vezes rotulada de questões negativas (brigas territoriais, contrabando, tráfico de pessoas, pirataria, rota para o tráfico de drogas, venda de produtos ilícitos, etc.), ela não se limita essas questões, uma vez que é um lugar de compartilhar experiências, culturas, hábitos, sendo um espaço de inúmeras oportunidades para ambos os lados da fronteira. É possível observar que a cultura de cada povo marca a sua identidade nacional, e ela pode ser percebida individualmente no mesmo contexto, no mesmo espaço (MÜLLER, 2017). Segundo Costa (2018, p. 378),

[...] a fronteira é um espaço em movimento, isto é, um espaço vivo e vivido, construído pelos seus moradores no constante processo de fronteirização da vida social. Tal perspectiva teórica nos permite ir além do dogma da soberania dos Estados nacionais e da ideia de fronteira como limite absoluto e área de segurança nacional. Do ponto de vista etnográfico, é preciso pensar a fronteira como zona “liminar”, em permanente construção, vivenciada como uma “margem” com certa autonomia e poder, ao mesmo tempo em que é objeto de controle.

Na região fronteira Brasil-Bolívia, especialmente em Corumbá (MS), o EB está presente com o 17º Batalhão de Fronteira (17º B FRON), onde é realizada as

¹ O termo citado por Costa (2018) se refere a “facilidade”, a “fraqueza” e/ou a “fluidez” que existe no espaço fronteiro em estudo, o que dificulta um controle mais rígido, dando uma nuance complexa as migrações na região.

atividades do PROFESP para o atendimento de crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Ressalta-se que outras ações são realizadas em conjunto da 18ª Brigada de Infantaria de Fronteira (18ª BdaInFron), ambas atuando na proteção da fronteira oeste brasileira.

Já em Ladário (MS) a MB se faz presente com o Comando do 6º Distrito Naval de Ladário (Com6ºDN), onde são realizadas operações ribeirinhas e outras tarefas que são de sua responsabilidade, tais como: atuar por meio de ações preventivas e repressivas na faixa de fronteira terrestre e nas águas interiores, enviar o Navio de Assistência Hospitalar (NAsH) para atendimento médico das comunidades ribeirinhas, dentre outras ações desenvolvidas pelo Distrito (BRASIL, 2022a).

Ambas instituições militares são responsáveis pelo desenvolvimento do PROFESP na região, beneficiando as crianças e os adolescentes matriculados na rede de ensino público. De acordo com as informações da Prefeitura de Corumbá, em novembro de 2010, a iniciativa PROFESP foi lançada oficialmente em frente ao Pórtico do Comando do 6º Distrito Naval em Ladário. A iniciativa buscou apresentar a finalidade do programa para a comunidade dos municípios de Ladário e Corumbá no estado de MS, ambos municípios brasileiros que fazem fronteira considerável com a Bolívia (CORUMBÁ, 2010).

Sobre o referido programa, afirma-se que o PROFESP é uma vertente do Programa Segundo Tempo (PST) e foi desenvolvido exclusivamente pelas Forças Armadas Brasileiras. O PST foi criado em 2003, uma iniciativa da então Secretaria Especial do Esporte, tendo como objetivo democratizar o acesso à prática e à cultura do esporte educacional, afim de proporcionar aos participantes um desenvolvimento integral e uma melhora na qualidade de vida e na formação da cidadania. A estratégia de implementação do programa acontece por meio de termos de cooperação técnica e contratos, ainda pela descentralização dos recursos federais por meio de convênios com entes federativos, instituições de ensino, entidades governamentais e não governamentais. Tais recursos proporcionaram a estruturação dos núcleos do PST, onde são desenvolvidas as atividades com as crianças e os adolescentes beneficiários, isso no período de contraturno escolar (BRASIL, 2006).

O referido Programa teve seu início em 2003, com a parceria formalizada entre o Ministério do Esporte e o Ministério da Defesa da época. Assim, foi regulamentado, denominado e reconhecido atualmente como PROFESP, destinado às crianças e aos adolescentes de seis a dezoito anos de idade, especialmente sujeitos que se encontram em situação de vulnerabilidade social e que estejam matriculados na rede pública de ensino (FREITAS, 2021). O PROFESP tem como objetivo à promoção e valorização da pessoa, redução dos riscos sociais, fortalecimento da cidadania, a inclusão e a integração social dos beneficiados, por meio do acesso à

prática de atividades esportivas e físicas saudáveis, bem como atividades socialmente inclusivas, realizadas no contraturno escolar, sendo que todas as ações são desenvolvidas dentro de organizações militares (FREITAS, 2021).

De acordo com a Cartilha do programa, o PROFESP é:

[...] o desdobramento e o desenvolvimento do PST no âmbito das Forças Armadas, atendendo às especificidades de cada Força. É a 'cara e a alma' emprestadas pelas Forças Armadas ao PST. Com o lema "'CARINHO COM DISCIPLINA', o PROFESP recebe, cuida e educa os beneficiados pois como instrumento da Defesa Nacional, os militares têm a certeza que somente uma nação moralmente, fisicamente, intelectualmente e socialmente forte pode garantir a soberania nacional (BRASIL, 2020a).

Como o PROFESP é uma vertente das Forças Armadas Brasileiras é notório a introdução dos valores militares (disciplina, ordem, respeito) no desenvolvimento do programa, sobretudo com a tentativa de modificar a realidade dos beneficiados, algo até compreensível devido a coordenação e responsabilidade militar para com a sua gestão.

No início, em 2003, o PROFESP contava com a parceria do Ministério do Desenvolvimento Social e o Combate à Fome, sob a coordenação das Forças Armadas, por meio do Ministério da Defesa (MD), com apoio de outras entidades da união, a saber: Ministério da Cidadania - Secretaria Especial do Esporte, Secretaria Especial do Desenvolvimento Social e Secretaria Especial da Cultura; Ministério da Educação - Secretaria de Educação Básica e Secretaria de Modalidades Especializadas de Educação; Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos - Secretaria Nacional de Juventude, Secretaria Nacional dos Direitos da Pessoa com Deficiência e Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (BRASIL, 2017a).

Atualmente, tendo em vista algumas modificações nos Ministérios, de acordo com informações elencadas no Informativo PROFESP, o referido programa conta com a parceria do Ministério da Defesa, Ministério da Cidadania, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos e o Ministério da Educação (BRASIL, 2020b).

Segundo dados recentes do programa, o PROFESP encontra-se instalado e desenvolvendo atividades em aproximadamente 123 cidades brasileira de todos os Estados e no Distrito Federal. Essa estrutura envolve cerca de 202 Organizações Militares (OM) das três Forças Armadas, beneficiando 29.500 mil alunos, incluindo as crianças e os adolescentes no interior da Amazônia e de comunidades indígenas (BRASIL, 2020b).

No tocante ao contexto fronteiriço, o PROFESP é desenvolvido em nove cidades brasileiras das quais inclui a faixa de fronteira com a Bolívia e Peru, sendo

elas os municípios de Guajará-Mirim, no Estado de Rondônia (RO), Rio Branco, Epitaciolândia, Assis Brasil, Plácido de Castro, Santa Rosa do Purus e Cruzeiro do Sul, no Estado do Acre (AC) e as duas cidades no estado de MS, Ladário e Corumbá (BRASIL, 2017b). Especificamente na região da fronteira Brasil-Bolívia, foco do trabalho, existem dois núcleos do programa que realizam as suas atividades com crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino dos municípios de Ladário e Corumbá (MS), ambos municípios brasileiros e vizinhos de Puerto Quijarro e Porto Suarez na Bolívia.

De acordo com os documentos analisados do PROFESP da MB, os alunos beneficiados nessa região fronteiriça (Brasil-Bolívia) possuem um perfil diversificado, podendo ser crianças, adolescentes, indígenas, afrodescendentes, população ribeirinha, filhos de trabalhadores rurais e de famílias em situação de encarceramento, como também moradores da Bolívia que realizam as atividades no PROFESP no território brasileiro (alunos em condição pendular). Segundo o estudo de Oliveira, Correia e Oliveira (2017), esses discentes são aqueles que residem:

[...] em região de fronteira, em um dos países que a compõem, e trabalham e/ou estudam no outro país, retornando para seus lares, dando a esse movimento sentido cotidiano. Desta forma, importante observar que o imigrante pendular possui o privilégio de retornar por completo ao seu país de origem na medida em que suas capacidades laborais ou o enfrentamento de crises inviabilizam sua permanência no país hospedeiro (OLIVEIRA; CORREIA; OLIVEIRA, 2017, p. 05).

Conforme informações coletadas na coordenação do PROFESP da MB, núcleo contava com o apoio da Prefeitura Municipal de Ladário, órgão público que contribuiu ao disponibilizar o transporte coletivo e um motorista habilitado para buscar e levar os alunos em suas atividades do PROFESP. No dia 10 de fevereiro de 2022, o PROFESP da MB realizou uma cerimônia de entrega de ônibus para as crianças e adolescentes do programa, o bem foi adquirido por meio de emenda parlamentar (BRASIL, 2022b).

As atividades na MB são realizadas na Casa do Marinheiro em Ladário (CAMALA), situada na Rua Marinheiro Lescano, nº 10, Centro. O núcleo do PROFESP é conduzido pelo 3º Batalhão de Operações Ribeirinhas, sendo uma OM subordinada ao Comando do 6º Distrito Naval, localizada na Avenida 14 de Março.

No EB, em Corumbá, as atividades de caráter esportivo ocorriam no 17º BFRON, localizado na Rua Cáceres, nº 425, Centro. Ressaltamos que o PROFESP do EB possui uma parceria com uma instituição externa, o Instituto Novo Olhar (INO). O referido instituto é uma associação civil de direito privado, não governamental (sem fins lucrativos), está localizado na rua Albuquerque Roque, nº 41, bairro Universitário. O INO foi criado em 28 de agosto de 2015, também é

destinado para o público que se encontra em vulnerabilidade ou risco social, em especial crianças e adolescentes matriculados na rede pública de ensino.

A parceria do INO com o EB tem o intuito de proporcionar uma assistência mais ampla aos alunos (crianças e adolescentes). Dessa forma, os beneficiados realizam as suas atividades teóricas, reforço escolar e alimentam-se nas instalações do INO com todo o apoio profissional (voluntário). Segundo o Relatório de Atividades do INO, em 2019 a entidade contou com o apoio das seguintes “disciplinas”: Ciências, Educação Moral e Cívica, Música, Ordem Unida, Empreendedorismo, Educação Física (Rugby, Judô, Taekwondo e Jiu-Jitsu), Língua Portuguesa, Espanhol, Pedagogia, Primeiros Socorros, Gastronomia, por exemplo (PARABÁ, 2019).

Segundo dados coletados com os coordenadores do programa, as atividades de reforço escolar, no INO, estão voltadas para a preparação dos adolescentes ao mercado de trabalho, concurso, vestibulares e outros processos seletivos que visam o ingresso nas Forças Armadas, por exemplo. Já as atividades esportivas, tais como: futsal, futebol, voleibol e atletismo, que necessitam ser desenvolvidas em espaços adequados, são realizadas no espaço militar do 17º B FRON. Haja vista que a instituição conta com as quadras esportivas e a pista de corrida. Para que as crianças e os adolescentes possam realizar suas atividades fora do INO, o EB disponibiliza de uma “viatura” para transportar os alunos do INO até o 17º B FRON. Os alunos contam com esse apoio de transporte, apenas para esse percurso de ir e voltar do 17º B FRON. Vale destacar que é por meios próprios os alunos chegam todos os dias no INO.

Segundo os coordenadores das atividades, o recurso destinado para o PROFESP do EB é revertido para atender os beneficiários no INO. Lembramos que EB, após ser contemplado com os recursos governamentais do PROFESP, solicitou a parceria do INO, visto que, em parte, as crianças e os adolescentes já estavam instruídas e assistidas no referido programa. O EB contribuí financeiramente para que o Instituto possa desenvolver as atividades com a comunidade.

Ressalta-se que o PROFESP preconiza uma melhoria da qualidade de vida dos participantes, proporciona o acesso às práticas esportivas e busca a descoberta de novos talentos no esporte. Por isso, de certa forma, cada entidade beneficiada deve disponibilizar uma infraestrutura, logística e equipamentos esportivos adequados (BRASIL, 2013).

Para que o discente consiga ingressar no PROFESP, segundo os dados oficiais, os interessados devem estar matriculados na rede pública de ensino e ter entre 07 e 17 anos de idade. No ato da inscrição no programa, esses deverão apresentar o documento de identidade dos pais ou do responsável legal, certidão de nasci-

mento do aluno, comprovante de residência, declaração de matrícula da escola pública e telefone para contato. O programa pode matricular cerca de 100 alunos por núcleo, sendo que cada núcleo é responsável por uma faixa etária, correspondente a educação infantil - núcleo Charlie, educação fundamental I e II - núcleo Bravo e ensino médio - núcleo Alfa. Ao realizarem suas matrículas, cada criança é designada para seus respectivos núcleos (BRASIL, 2014).

O PROFESP prevê o apoio de profissionais e acadêmicos de Educação Física para ministrar as suas atividades esportivas. A seleção desses profissionais, no PROFESP da MB, é realizada por meio de um edital, Processo Seletivo, a última chamada foi feita pelo Edital de Credenciamento Nº 02/2019. Este Processo Seletivo visou a convocação de pessoas físicas com formação na área de Educação Física para a prestação de serviços por tempo determinado, afim de atender às necessidades do PST/PROFESP. O Edital de Credenciamento Nº 02/2019, publicado pelo Comando do 6º Distrito Naval de Ladário (MS), contou com seis vagas, sendo três delas para professor de Educação Física (licenciado ou bacharel) e as outras três para monitores de atividades esportivas (acadêmicos de Educação Física – licenciatura ou bacharel) (BRASIL 2019b).

Já no PROFESP do 17º B FRON, segundo seus coordenadores, os recursos humanos eram do próprio EB. Os militares exerciam a função de professores de atividades esportivas no início do programa, contando com a colaboração de um Sargento, o “Calção Preto”, para a realização do planejamento das atividades físicas e esportivas no programa. Essa denominação “Calção Preto” destina-se ao militar especializado em Educação Física e desporto, oriundos da Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx).

Posteriormente, em 2020, o EB aderiu uma nova forma de convocar os profissionais para o projeto, por meio de parceria com a Prefeitura Municipal de Corumbá, a qual visa à contratação de professores por meio de um “Acordo de Cooperação” que garante o apoio de profissionais civis graduados em Educação Física para realizar de forma direta as atividades esportivas (BRASIL, 2020c).

No contexto geral, os professores de Educação Física, selecionados para trabalhar no PROFESP, são responsáveis pela organização, condução e desenvolvimento das atividades no projeto, e os acadêmicos de Educação Física atuam como monitores de atividades esportivas, ficando responsáveis pela execução e desenvolvimento das atividades, sendo elas esportivas e de lazer.

As atividades esportivas coletivas desenvolvidas no PROFESP da MB contam com as seguintes modalidades: Basquetebol, Futebol de Campo, Futsal, Handebol e Voleibol, enquanto nas modalidades esportivas individuais são: Atletismo, Corrida

de Orientação, Capoeira, Ginástica Rítmica, Artística/Olímpica e Artes Marciais. No tocante as demais atividades de lazer, são oferecidos: Jogos Infantis, Cabo de Guerra, Pular Corda, Brincadeiras com Bambolê, Jogos de Tabuleiro, Amarelinha, dentre outras (BRASIL, 2020c)

Em 2021, o núcleo da MB em Ladário MS contava com 277 crianças e adolescentes matriculados. Referente aos professores de Educação Física e monitores contratados, nenhum estão na ativa, estão apenas os militares responsáveis pela secretaria do programa, contabilizando 3 militares no total, sendo um Comandante, o Suboficial responsável pelo programa na CAMALA e o Sargento.

É no espaço físico da CAMALA, onde ocorre todas as atividades do PROFESP da MB, local cedido pelo Comando do 6º Distrito Naval de Ladário, na qual os seus militares utilizam para o seu lazer e de seus dependentes. O clube possui uma quadra de futsal, um campo de futebol, três piscinas, uma sala de informática, uma sala de aula, uma cozinha, dois banheiros (um feminino e outro masculino), uma sala de tatames (academia de lutas), um salão de festa, pista de corrida para atividades de atletismo, um espaço de recreação (parquinho) para as crianças da educação infantil e o pátio para outras atividades, como a ordem unida. Além dessas instalações, a CAMALA está passando por obra e no local estão sendo construídas salas de aulas para que o programa possa ter seu próprio espaço exclusivo, portanto sem a necessidade de utilizar as salas do referido clube.

Como a divisão das atividades é por idade dos alunos, apelidados de núcleos como: Charlie, Bravo ou Alfa, as mesmas seguem um padrão que atenda, especificadamente, cada grupo definido no programa. Desta forma, enquanto uma atividade prática é realizada com um determinado grupo de alunos (Charlie, Bravo ou Alfa), o outro grupo é designado para realizar uma tarefa diferente, podendo ser atividade teórica, ordem unida, dentre outras ações orientadas pelos militares.

Sobre as instalações físicas do EB, para atender o PROFESP, usa-se o mesmo espaço utilizado pelos militares em suas atividades corriqueiras. Assim, no EB, segundo o coordenador das atividades, os alunos só participam das atividades práticas como: corrida (atletismo), futsal, futebol, natação, dentre outras atividades esportivas que necessitam de material e espaço adequado para execução. Todas as demais tarefas, incluindo as atividades de reforço escolar, alimentação, ordem unida, são realizadas no INO, com a equipe voluntária e seu coordenador responsável. Verificamos que nesse espaço são atendidos 67 crianças e adolescentes, devidamente matriculados, os quais mantiveram suas atividades normalmente em 2021. No entanto, as atividades esportivas que eram desenvolvidas no EB foram suspensas, devido a pandemia da Covid-19, assim como as atividades desenvolvidas pelo PROFESP da MB.

No geral, ao analisar o documento do programa, datado em março de 2020, verificou-se que as Forças Armadas desenvolveram o PROFESP em todo o território brasileiro. Contabilizando na região Norte 4.447 crianças e adolescentes atendidos, na região Nordeste 6.465, na região sudeste 9.892, na região sul 4.280 e na região centro-oeste, local em que a pesquisa está sendo realizada, foram beneficiadas 4.474, sendo 900 crianças e adolescentes pelo PROFESP da MB e 2.814 pelo EB e 760 pela Aeronáutica (BRASIL, 2020b).

Projetos esportivos e o impacto social

A utilização do esporte como instrumento de socialização ou inclusão social tem ganhado espaço nas políticas públicas, de modo especial aquelas voltadas para crianças e adolescentes que se encontram em situação de vulnerabilidade e/ou risco social (CHAVES; ALVES; GONTIJO, 2012). Assim, para analisar o aspecto da vulnerabilidade social foi necessário observar alguns elementos, tais como: temas de fragilidade e dependência, ambas vinculadas à situação real de crianças e adolescentes, principalmente as consideradas economicamente mais pobres.

De acordo com Chaves, Alves e Gontijo (2012), os sujeitos e os grupos familiares que estão no contexto de privações econômicas e sociais, limitando-se às possibilidades de transformações reais em suas vidas, são sujeitos em situação de vulnerabilidade. Por exemplo, uma criança ou adolescente que troca o estudo pelo trabalho com a intenção de contribuir no sustento da sua família.

Para Musial e Marcolino-Galli (2019), a vulnerabilidade é caracterizada por um conjunto de situações precárias em que o sujeito se encontra. Tendo em vista a composição demográfica da família, agravos de saúde, gravidez precoce e exposição à violência, por exemplos. Segundo os autores, também se destacam o nível de pobreza, privação, fragilidade de vínculos familiares e pertencimento social.

Por outro lado, na perspectiva de Abramovay et al. (2002), apesar da noção de vulnerabilidade social ser recente na América Latina, ela deve ser observada e considerada para ampliar a análise dos problemas sociais. Em seu estudo, a autora descreve:

Pode-se dizer que esta noção está relacionada às concepções do Estado de Bem-Estar Social, cuja intervenção muitas vezes acontecia baseada no cálculo e na possibilidade de prevenção dos riscos. Não obstante, a percepção do risco social tem se modificado ao longo dos anos, contando que foi construída com base na identificação da questão social ou de um problema de disfunção familiar, passando a ser interpretada como uma questão de relacionamento (ABRAMOVAY *et al.*, 2002).

Observa-se que os fatores de risco atrelados a vulnerabilidade não se restringem aos problemas sociais como, por exemplo, a exclusão. Envolve a importância de se pensar não apenas nos problemas de inserção social, mas também a socialização e na relação com os direitos da criança e do adolescente (SIERRA; MESQUITA, 2006). Já o risco está atrelado a ocorrências de situações de violência envolvendo crianças e adolescentes, mulheres, idosos e pessoas com deficiência, pessoas em situação de rua, jovens em cumprimento de medidas socioeducativas e outros (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019).

Nesse contexto de vulnerabilidade e risco social, os profissionais de Educação Física podem contribuir na reversão desse quadro ao trabalharem com o esporte sob a ótica educacional, considerando que a prática esportiva possibilita uma melhora na autoimagem dos praticantes. Levando em conta, ainda, que o esporte reforça o desenvolvimento de valores morais, éticos, fraternais, da solidariedade e da cooperação (MUSIAL; MARCOLINO-GALLI, 2019). Segundo Santos (2017), o professor de Educação Física tem o papel de orientar os alunos sobre o apoio do esporte em seu desenvolvimento físico, motor e psicossocial, além de facilitar a compreensão do esporte como uma parte do processo formativo.

À vista disso, esta discussão busca tratar sobre a significância de programas esportivos para a reversão no quadro de vulnerabilidade e/ou risco social de crianças e adolescentes brasileiros, especialmente observando o desenvolvimento do PROFESP em diferentes regiões do Brasil. O estudo de Corrêa (2013) enfatiza que o esporte contribui na educação integral dos sujeitos e ajuda na redução dos riscos sociais. O mesmo autor, ao compreender a importância do esporte na educação integral, identificou que a prática esportiva proporciona um conjunto de benefícios para a saúde do indivíduo, envolve diferentes dimensões (sociais, físicos, cognitivas e afetivas).

Já Cunha (2007) aponta que o esporte, por meio dos projetos sociais, contribui para o desenvolvimento das crianças e adolescentes, até para que possam ser vistos como um “ser social”. A autora evidencia a relevância social do esporte, sobretudo ao dizer como se dá o processo de inclusão das crianças e adolescentes em projetos sociais de educação pelo esporte.

Outros autores também se dedicam a discutir sobre a participação de crianças e adolescentes PST/PROFESP, especialmente enquanto projetos que influenciam socialmente a vida dos beneficiados. Inclusive, Cardoso (2019) descreveu que o PROFESP democratiza o acesso e a cultura do esporte, além de proporcionar aos alunos uma alimentação saudável e o desenvolvimento integral dos envolvidos por meio da educação, lazer e das atividades complementares como: o reforço escolar, ações cívico-sociais e/ou campanhas educativas. Já Silva (2019) adentra

em análises sobre as interações sociais propiciadas pelo PROFESP na área militar do Sudeste. O autor constata, por meio de coleta de dados de cunho quantitativo, com questionários destinados aos militares, coordenadores e gestores do programa da área, que o programa apresenta resultados significativos para os beneficiários, os dados da pesquisa demonstram uma eficácia ao propiciar a interação social de crianças e adolescentes.

Entende-se que, balizados nas referências teóricas, implementar projetos sociais nas regiões mais afetadas pela criminalização e de difícil acesso à educação básica, bem como outras regiões que propiciem a vulnerabilidade de crianças e adolescentes, tornam-se indispensáveis e necessárias de serem fomentadas, no sentido de possibilitar aos indivíduos uma qualidade de vida melhor. Desse modo, este tipo de programa pode gerar oportunidades aos jovens para sair do estado de desamparo social, tornando o esporte um aliado para ajudar na reversão do quadro vulnerável e ainda promover o desenvolvimento humano.

O trabalho de Neto, Dantas e Maia (2015) destaca que o esporte estimula elementos educativos significativos, sendo que o mesmo deveria ser usado como uma das ferramentas útil para contribuir na formação das crianças. Os autores descrevem que:

Trabalha-se o esporte como o motivador da ação educativa, devido ao potencial que as atividades esportivas, os jogos e as brincadeiras têm de educar promovendo, do mesmo tempo, prazer e alegria, prevenindo as doenças crônico-degenerativas e a deterioração da vida social, evitando comportamentos nocivos, tais como o fumo, o álcool, as drogas e a marginalidade (NETO; DANTAS; MAIA, 2015, p. 111).

Os pesquisadores abordam, ainda, a prática esportiva como um fenômeno sociocultural, relatam sua importância para a saúde humana, na qual o esporte “[...] está associado à promoção do bem-estar psicológico, articulação de ações educativas, com possibilidades de atividades que enfatizam a saúde, a arte e o apoio à escolarização” (NETO; DANTAS; MAIA, 2015, p. 111).

Os programas sociais implementados pelos governos, instituições privadas e/ou não governamentais visam agregar o que a escola, por sua vez, não consegue inserir devido a sua estrutura, recursos, profissionais, dentre outros aspectos que dificultam a realização de ações voltadas para a melhoria no quadro de vulnerabilidade social dos alunos (SOUZA *et al.*, 2010).

Vale ressaltar que se destacam como “programa” aqui, os projetos exclusivos da área esportiva ou que ofertam atividades profissionalizantes para o complemento da escolarização formal. A vista disso, compreende-se que a prática esportiva é um dever do Estado brasileiro e um direito das crianças e adolescentes, como

descrito na Constituição Federal Brasileira (1998), conforme previsto no art., 217. Dessa forma, o Estado possui um importante papel na promoção do esporte e, por consequência, na formação desses sujeitos, notadamente na vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade e risco social.

Além da melhora no quadro de vulnerabilidade social dos envolvidos, o esporte, por sua vez, também influencia e contribui no comportamento dos participantes. Um estudo realizado por Pena *et al.* (2011) verificou a percepção dos professores de Educação Física sobre o comportamento dos alunos, sendo que foi observado a “internalização” dos valores morais a partir de um programa de atividades esportivas nas comunidades carentes do Rio de Janeiro (RJ). Por isso, acredita-se que o esporte não pode ser compreendido, apenas, como uma ferramenta utilizada para ocupar o “tempo livre” dos participantes. Já o trabalho de Machado, Galatti e Paes (2012) analisa a contribuição da prática pedagógica dos professores em projetos sociais, sendo que, neste caso, a partir da organização dos conteúdos e da seleção de procedimentos pedagógicos para o ensino dos jogos esportivos coletivos, por meio da Pedagogia do Esporte (PE), pode ajudar consideravelmente os envolvidos.

Desse modo, é necessário compreender que os projetos socioeducativos e/ou esportivos precisam estar voltados à formação integral dos sujeitos participantes, procurando também à formação geral do cidadão. Para tal, é importante reproduzir, transformar e ressignificar as práticas esportivas, visando uma qualidade de vida melhor. Machado, Galatti e Paes (2012, p. 167) apontam que “[...] devemos compreender quais os conteúdos devam ser estudados junto aos alunos, para, a partir de então, pensarmos acerca dos procedimentos pedagógicos adequados para a aplicação de tais conteúdos”. Vale ressaltar que a prática esportiva é um instrumento imprescindível em territórios onde a vulnerabilidade está enraizada, considerando que os participantes podem seguir com as rotinas esportivas, respeitando regras e despertando o senso de responsabilidade e disciplina (CARDOSO *et al.*, 2021).

Segundo Cardoso *et al.* (2021), o esporte contribui para além do desenvolvimento motor das crianças e adolescentes, ele pode aumentar a autoestima, possibilitar novas amizades, gerar conhecimento e benefícios intelectuais, ampliando aspectos como: respeito, diversidade, auto-organização. Corrêa (2013), da mesma forma, aponta sobre a questão de programas sociais voltados às crianças e aos adolescentes em situação vulnerável e/ou desprotegida socialmente, dizendo que:

A vulnerabilidade social aparece como o resultado negativo da relação entre a disponibilidade de recursos materiais ou simbólicos dos atores, sejam eles individuais ou grupos, e o acesso a estrutura de oportunidades sociais, econômicas, culturais que

provêm do Estado, do mercado e da sociedade. [...] aqueles de camadas carentes, e da sua relação com a violência. [...] o não-acesso educação, trabalho, saúde, lazer e cultura (CORRÊA, 2013, p. 09).

Esta descrição anterior se assemelha como o trabalho de Sierra e Mesquita (2006), quando afirmam que existe uma relação entre vulnerabilidade e os fatores de risco, destaca que os fatores de risco podem ser provenientes de problemas no lar, na escola e/ou no bairro, dentre outros fatores listado a seguir:

Os riscos inerentes à dinâmica familiar: são os problemas relacionados ao alcoolismo, aos conflitos entre casais que fazem da criança a testemunha de ofensas e agressões; enfim, toda forma de violência doméstica, traumas, abusos sexuais, carências afetivas, etc; os riscos relacionados ao lugar de moradia: a precariedade de oferta de instituições e serviços públicos, a disponibilidade dos espaços destinados ao lazer, as relações de vizinhança, a proximidade a localização dos pontos de venda controlados pelo tráfico de drogas; os riscos relacionados à forma de repressão policial às atividades do tráfico de drogas e a violência urbana; o risco do trabalho realizado pelas instituições que os recebem: constituem os abusos praticados por profissionais, que são encobertos por uma estratégia de funcionamento que exclui a participação social; os riscos à saúde: compreende a ausência de um trabalho de prevenção e o acesso ao atendimento médico hospitalar; os riscos do trabalho infantil: muitas são as crianças exploradas até pela própria família, trabalhando na informalidade; o risco da exploração da prostituição infantil: crianças provenientes de famílias pobres que se prostituem por dinheiro; os riscos inerentes à própria criança ou adolescente: a sua personalidade e seu comportamento podem torná-los mais vulneráveis aos riscos do envolvimento com drogas, da gravidez precoce, da prática de roubo, furto, etc (SIERRA; MESQUITA, 2006, p. 152-153).

Percebe-se, ao olhar todos os dados apresentados até aqui, que a implantação de projetos esportivos para atender um público vulnerável, normalmente têm a intenção de melhorar a vida geral dos participantes, tanto em sua integração social, como no tocante as suas diferentes condições de saúde. Outro ponto é que a prática do esporte, das atividades físicas de lazer e/ou recreativas contribuem, significativamente, para a diminuição da criminalidade e para o aumento das capacidades e habilidades motoras dos indivíduos que a exercem. De acordo com Matos e Andrade (2011), com o apoio da Psicologia do Esporte e dos profissionais de Educação Física, os programas sociais que oferecem atividades físicas para crianças e adolescentes tendem a afastá-los da marginalização, drogas e prostituição, dentre outras situações que os mantém nessa condição de vulnerabilidade e risco.

Considerações finais

Ao apresentar um cenário na região da fronteira Brasil-Bolívia, no tocante ao PROFESP desenvolvido na MB e no EB, por meio de alguns dados preliminares, percebe-se que os programas sociais de cunho esportivo, voltados para crianças e

adolescentes, apresentam-se favoráveis para ajudar a diminuir a situação de vulnerabilidade e risco social dos participantes. Também foi possível constatar a baixa produção de dados científicos sobre implantação e desenvolvido do PROFESP em regiões fronteiriças, o que dificultou a apresentação de dados acerca do início da sua implantação nas instituições militares com sede nas cidades de Ladário e Corumbá, no estado do Mato Grosso do Sul (MS), ambas localizadas na região fronteira Brasil-Bolívia.

Neste sentido, o trabalho apresentou informações preliminares sobre o PROFESP no Brasil, em especial focando as ações que já foram desenvolvidas em ambos os PROFESP's da região fronteira (Brasil-Bolívia), descreveu a estrutura de cada instituição militar e os relatos dos coordenadores, articulando os achados com os estudos já publicados que discutem sobre as regiões fronteiriças. Diante disso, foi possível compreender que o PROFESP, enquanto política pública, pode proporcionar para os participantes não apenas a prática de atividades físicas, esporte e recreação, mas também orientações e informações amplas que serão utilizadas para o resto de suas vidas, enquanto seres humanos que vivem em sociedade.

Espera-se que o estudo amplie o rol de produção acadêmico-científico acerca do PROFESP, bem como incentive novas pesquisas que discutam outros aspectos do esporte e da vulnerabilidade de crianças e adolescentes na região selecionada para esse estudo. Inclusive, que possa adentrar na questão do desenvolvimento de políticas públicas de esporte que considere as demandas e as diferentes realidades locais, como é o caso das regiões fronteiriças e dos seus diferentes fluxos internacionais.

Referências

- ABRAMOVAY, Miriam *et al.* **Juventude, violência e vulnerabilidade social na América Latina: desafios para políticas públicas.** Brasília: Unesco, Banco Interamericano de Desenvolvimento, 2002.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.
- BRASIL. Tribunal de Contas da União. **Relatório de avaliação de programa: Programa Segundo Tempo / Relator Auditor Lincoln Magalhães da Rocha.** Brasília: TCU, Secretaria de Fiscalização e Avaliação de Programas de Governo, 2006. 90 p.il. Disponível em: https://lume.ufrgs.br/bitstream/handle/123456789/129/Segundo_Tempo_relatorio_TCU.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 20 abr. 2022
- BRASIL. Ministério da Defesa. Gabinete do Ministro. **Portaria Normativa Interministerial nº 2203,** de 26 de julho de 2013.
- BRASIL. Regimento Interno do PROFESP/GptFNLa. **Diário Oficial [do] Estado de Mato Grosso do Sul:** parte 1: Poder Executivo, Ladário, n. 57, 2014.
- BRASIL. **Programa Forças no Esporte (PROFESP).** Brasília DF.12 de set, c2017a. Disponível em: <http://www.coter.eb.mil.br/index.php/component/content/article/67-menu-preparo/523-programa-forcas-no-esporte-profesp-2>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. **PROFESP proporciona inclusão social a centenas de crianças e adolescentes na Amazônia ocidental.** Porto Velho RO, 06 de out, 2017b. Disponível em: http://www.eb.mil.br/amazonlog17/noticias/-/asset_publisher/BsJDxIc4XCbS/content/profesp-proporciona-inclusao-social-a-centenas-de-criancas-e-adolescentes-na-amazonia-ocidental-/8032597. Acesso em: 14 abr. 2022.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Regional. Governo Federal. **Ministério da Integração promove discussão sobre o Plano Brasil Fronteira.** 2019a. Disponível em: <https://www.gov.br/mdr/pt-br/assuntos/desenvolvimento-regional/comissao-permanente-para-o-desenvolvimento-e-a-integracao-da-faixa-de-fronteira>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. Ministério da Defesa. Centro de Intendência da Marinha em Ladário: **Edital de Credenciamento Nº02/2019.** 2 ed. Ladário: Marinha do Brasil, 2019b.

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. **Cartilha do Comandante de Organização Militar: programa forças no esporte PROFESP.** 2020a. Disponível em: http://www.coter.eb.mil.br/imagens/sistema/menu_preparo/profesp/cartilha_assinada.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022

BRASIL. Ministério da Defesa. Secretaria-Geral. **Informativo-PROFESP.** 2020b. Disponível em: https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/programas_sociais/profesp/informativoa_profespea_2020a_va_finala_19a_fev.pdf. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. Diário da União. Acordo de Cooperação. **Acordo de Cooperação que celebram entre a si a União, representada pelo Comando do Exército Brasileiro por Intermédio do Comando Militar do Oeste.** Corumbá, 06 de fev. 2020c.

BRASIL. Secretaria Especial do Esporte. Ministério da Cidadania (ed.). **Diretrizes Do Programa Segundo Tempo.** 2021a. Disponível em: <https://www.gov.br/cidadania/pt-br/acoes-e-programas/segundo-tempo/DiretrizesPSTPadro2021.pdf>. Acesso em: 13 abr. 2022.

BRASIL. **Missão.** Ladário MS 2022a. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com6dn/Missao>. Acesso em: 18 abr. 2022.

BRASIL. **Cerimônia no Comando do 6º Distrito Naval marca doação de ônibus ao PROFESP.** Ladário MS, 14 de fev. 2022b. Disponível em: <https://www.marinha.mil.br/com6dn/node/1936>. Acesso em: 18 abr. 2022.

CHAVES, Aline Dessupoio; ALVES, Heliana Castro; GONTIJO, Daniela Tavares. Avaliação do programa de capacitação para formação de socioeducadores: o esporte como possibilidade de enfrentamento da vulnerabilidade. **Pensar a prática**, Goiânia, v. 15, n. 4, p. 821-1113, out. 2012.

CARDOSO, Cristiane Carvalho Silva. **A presença da Marinha do Brasil nas Fronteiras Molhadas do Oeste Brasileiro:** o programa forças no esporte (PROFESP) na cidade de Ladário - MS. 2019. 102 f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Curso de Educação, Universidade Federal de Mato Grosso do Sul, cap. 3, Ladário, 2019.

CARDOSO, Ana Angélica Romeiro *et al.* Educação em saúde no esporte com crianças e jovens em condição de vulnerabilidade social. **Revista Brasileira em Promoção da Saúde**, [S.L.], v. 34, p. 1-9, mar. 2021.

CORRÊA, Alyson Oires. **O Esporte Educacional como Ferramenta para Formação Integral:** um estudo de revisão. 2013. 16 f. TCC (Graduação em Educação Física) - Curso de Educação Física, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Canoas, 2013.

COSTA, Gustavo Villela Lima da. Governamentalidade e Soberania na Fronteira Brasil-Bolívia: segurança nacional e saúde como dispositivos de poder. **Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, v. 61, n. 2, p. 373-404, abr. 2018.

CORUMBÁ, Prefeitura de. **Forças no esporte vai atender 100 jovens de Corumbá e Ladário.** Prefeitura de Corumbá, 24 de nov. 2010. Disponível em: <https://www.corumba.ms.gov.br/2010/11/forcas-no-esporte-vai-atender-100-jovens-de-corumba-e-ladario/> Acesso em: 19 abr. 2022.

CUNHA, Betriz Zacchi da. **A inclusão da criança em projetos sociais de educação pelo esporte**. 2007. 37 f. TCC (Graduação em Educação Física) - Curso de Educação Física, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

FREITAS, Jeferson Domingues da. **Manual PROFESP e PJP**. 24 de ago. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/defesa/pt-br/arquivos/atuacao/ManualPROFESPePJP2021.pdf>. Acesso em: 18 abr. 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas da pesquisa social**. 6. ed. São Paulo, SP: Atlas, 2008.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Metodologia do Trabalho Científico**. São Paulo, SP: Atlas 1992.

MACHADO, Gisele Viola; GALATTI, Larissa Rafaela; PAES, Roberto Rodrigues. Seleção de conteúdos e procedimentos pedagógicos para o ensino do esporte em projetos sociais: reflexões a partir dos jogos esportivos coletivos. **Motrivivência**, n. 39, p. 164-176, 2012.

MATOS, Joana Bastos.; ANDRADE, Alexandre. Intervenção do profissional de educação física em jovens em situação de risco social: a contribuição da psicologia do esporte. **Conexões**, Campinas, SP, v. 9, n. 2, p. 153-176, 2011.

MUSIAL, Denis Cezar; MARCOLINO-GALLI, Juliana Ferreira. Vulnerabilidade e risco: apontamentos teóricos e aplicabilidade na Política Nacional de Assistência Social. **O social em questão**, v. 21, n. 44, p. 291-306, 2019.

MÜLLER, Karla Maria. Presença de Fronteiras Culturais na mídia local de fronteiras nacionais. **Caderno de Estudos Culturais**, Campo Grande, v. 4, n. 7, p. 69-81, 09 dez. 2017.

NETO, Ewerton Dantas Cortes; DANTAS, Maihana Maira Cruz; MAIA, Eulália Maria Chaves. Benefícios Dos Projetos Sociais Esportivos Em Crianças E Adolescentes. **Saúde & Transformação Social/Health & Social Change**, v. 6, n. 3, p. 109-117, 2015.

OLIVEIRA, Marco Aurélio Machado; CORREIA, Jacqueline Maciel; OLIVEIRA, Jéssica Canavarro. Imigrantes pendulares em região fronteiriça: semelhanças conceituais e desafios metodológicos. **Direitos Culturais**, Santo Ângelo, v. 16, n. 39, p. 91-108, ago. 2017.

PARABÁ, Lilian Damiana Pires. Instituto Novo Olhar. **Relatório de Atividades 2019**. Corumbá, p. 13, 2019.

PENA, Bianca Gama *et al.* Atividade física com crianças e adolescentes: percepção de professores de educação física em projetos esportivos sociais. **Salusvita**, Bauru, v. 30, n. 3, p. 133-148, mar. 2012.

SIERRA, Vânia Morales; MESQUITA, Wania Amélia. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em perspectiva**, v. 20, n. 1, p. 148-155, 2006.

SANTOS, Reinaldo da Silva Conceição dos. **Políticas públicas de esporte do Brasil**: contribuições para o combate a vulnerabilidade. 2017. 50 f. TCC (Graduação em Educação Física) - Curso de Educação Física, Faculdade Maria Milza, Governador Mangabeira, 2017.

SOUZA, Doralice Lange de *et al.* Determinantes para a implementação de um projeto social. **Motriz**: Revista de Educação Física, Rio Claro, v. 16, n. 3, p. 689-700, set. 2010.

FRONTEIRAS DO CONHECIMENTO: ECOSSOCIOECONOMIAS COMO ALTERNATIVA PARA PENSAR O BEM VIVER: ENTREVISTA COM CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO

Sandro Benedito Sguarezi*
Liliane Cristine Schlemer Alcântara**

O professor Carlos Alberto Cioce Sampaio atua nos Programas de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB) e em Governança e Sustentabilidade do Instituto Superior de Administração e Economia do Mercosul (ISAE). Colabora com os programas em Meio Ambiente e Desenvolvimento da Universidade Federal do Paraná (UFPR) e em Ciências Ambientais da Universidade Estadual do Mato Grosso (Unemat), este localizado na Amazônia legal. É Bolsista de Produtividade em Pesquisa 2 do CNPq, coordenador dos Núcleos de Ecosocioeconomia (NEcos) e em parceria o de Políticas Públicas (NPP) do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq). Vice-presidente da *Fundación Manfred Max-Neef* (Chile). Foi coordenador, entre 2016 e 2018, e coordenador adjunto, de 2012 a 2016, da Área de Ciências Ambientais, como também membro do Conselho Técnico Superior (CTC) ampliado, no período 2016 – 2018, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de nível Superior (CAPES).

A entrevista aconteceu no dia 09/07/2021, entre as 06:00 e 09:00h, via Google Meet. Foi organizada pelo Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi. Participaram dela os seguintes entrevistadores:

Prof. Dr. Sandro Benedito Sguarezi – UNEMAT – PPGCA;

Prof^a. Dr^a. Liliane Cristine Schlemer Alcântara – UFMT - UNEMAT – PPGCA;

Prof^a. MSc. Evely Bocardi de Miranda;

Prof^a. Dr^a. Sonia Aparecida Beato Ximenes De Melo.

* Professor Adjunto da Universidade do Estado de Mato Grosso (UNEMAT), Campus Universitário de Tangará da Serra-MT/Curso de Administração. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação – PPGEduc – nível Mestrado da UNEMAT. Coordenador da Incubadora de Organizações Coletivas Solidárias e Sustentáveis (IOCASS). E-mail: sandrosguarezi@unemat.br / sandrosguarezi@gmail.com.br.

** Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da UNEMAT. E-mail: lilianecsa@yahoo.com.br.

A entrevista ocorreu para atender a proposta do Dossiê temático: Democracia, Ambiente e Sociedade – DAS: Desafios a Sustentabilidade, no Eixo temático 1: POLÍTICA PÚBLICAS POVOS E COMUNIDADES TRADICIONAIS – BEM VIVER. O Dossiê foi idealizado no âmbito da disciplina obrigatória: Ciências Sociais e o Desenvolvimento Regional, ofertada pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais (PPGCA) da Universidade do Estado de Mato Grosso – UNEMAT e realizada por pesquisadores do Grupo de Pesquisa em Desenvolvimento Regional Sustentável (GDRS) e do Grupo de Pesquisa Alternativas ao Desenvolvimento, Inovação e Sustentabilidade (GPADIS). Porém, sua publicação foi adiada para o atual número.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI - A problemática socioambiental postula uma mudança de paradigma que tem como base de sustentação uma racionalidade alternativa aos grandes conflitos da sociedade moderna. Esses conflitos são traduzidos e resumidos pela difícil relação entre desenvolvimento econômico e preservação ambiental. A mudança de paradigma está no fato de inserir a sustentabilidade socioambiental como critério de desenvolvimento. A problemática socioambiental postula também outra abordagem epistemológica por intermédio da visão sistêmica e da atuação interdisciplinar, apoiada numa mudança moral e ética (FERNANDES; SAMPAIO, 2016).

Diante disso, o senhor poderia falar para os leitores da Revista GeoPantanal sobre a importância da questão interdisciplinar e transdisciplinar entre ciências sociais, ciências ambientais e desenvolvimento?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Primeiramente, agradeço o convite. É um prazer estar aqui com Sandro, Liliane, Sônia e Evely. O texto a que se refere a pergunta, Fernandes e Sampaio (2016), é uma versão atualizada de um artigo publicado em 2009, inclusive, é um dos que estão na relação dos mais baixados no sítio eletrônico da revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR). O texto indaga sobre os supostos momentos históricos que ocorreram a ruptura entre a dinâmica social e ecológica. Antes de mais nada, não confundir dimensão ambiental com ecológica, como que se designassem sinônimos. Concorde-se que há vício de linguagem. Ambiental refere-se a uma leitura antropocêntrica da natureza, enquanto a ecologia compreende o homem, como mais uma de muitas espécies animais existentes, a partir da natureza. Eu aprecio o uso do termo socioecológico por seu caráter formativo e que reforça a conectividade homem e natureza.

Destaca-se que a interdisciplinaridade em ciências ambientais contribui na compreensão dos limites da visão antropocêntrica. A área de Ciências Ambien-

tais, ainda que considere a dimensão ambiental como unidade de análise, mesmo porque não poderia ser diferente, ela atua para denunciar e, então, desfazer a coisificação da natureza, pois a natureza é sujeita de direitos.

O texto revela a crise do projeto civilizatório, na qual dissocia homem e natureza. A pandemia de Covid-19 ilustra tal crise e que de certa maneira não foi surpresa, diante da redução de ambientes naturais que vivem espécies animais silvestres. O que fez com que elas se aproximassem de aglomerados humanos, inclusive, levando-as a compor o cardápio alimentar humano.

O que ilustra a conectividade entre dinâmicas sociais e ambientais, o que remete a denominação socioambiental. Trata-se de uma dinâmica única.

Liliane, Paulo Freire Vieira e eu temos um texto publicado (SAMPAIO; ALCÂNTARA; VIEIRA, 2022). Esse trata sobre desenvolvimento, melhor, Bem Viver e Pandemia. Tal publicação possui a autoria de três gerações de pesquisadores. Paulo foi meu professor e eu de Liliane. Paulo Vieira, ainda que tenha luz própria, representa as ideias mais vanguardistas de Ignacy Sachs, referência no tema do ecodesenvolvimento, ecossocioeconomia e desenvolvimento territorial sustentável.

Este texto novo que me refiro, traz outro tema que ajuda a complementar a resposta da pergunta que me foi feita. Além de pesquisa interdisciplinar, mas como também pesquisa transdisciplinar, ambas contribuem em desvendar experiências em curso que podem servir como pedagogia para melhor ilustrar a conectividade entre dinâmica cultural e ambiental. Refere-se a modos de vida, produção e de conhecimento tradicionais, que aliam desenvolvimento e ambiente, e que sugerem aprendizados aos estilos de vida urbanos, esses mais associados às causas estruturais das mudanças climáticas e desigualdades sociais que compõem o atual projeto civilizatório.

A partir da segunda lei da termodinâmica, evidencia-se ainda mais a dependência que os sistemas culturais têm dos sistemas ecológicos. Não se recicla energia, perde-se qualidade dessa em cada um dos processos de transformação que ela sofre (GEORGESCU-ROEGEN, 1971). O que de certa maneira diminui a esperança nos chamados recursos renováveis.

Portanto, a transdisciplinaridade de certa maneira possibilita ampliar o rol de saberes e de conhecimento, inclusive os reconhecidamente científicos. O que a ciência não reconhece como conhecimento, não implica dizer que tal fenômeno não exista. O argumento, talvez, mais convincente seria dizer que ainda não há instrumento cabível para validá-lo.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI - Professor Sampaio, na sua resposta anterior o Senhor acabou antecipando de certa forma as próximas perguntas, ainda que caiba complementações. Tratou-se em relação às vulnerabilidades socioambientais ou, senão, socioecológicas, da importância da indissociabilidade entre sistemas culturais e ecológicos, e dos modos de vida, produção e de conhecimentos. A respeito ainda de Fernandes e Sampaio (2016), vocês apontam: “[...] pode-se afirmar que vivemos numa época de crises e que, embora não se possa afirmar ao certo seu futuro, pode-se dizer ao certo sua origem: uma profunda crise de valores, de conceitos e de projetos, da qual a crise ambiental é uma das maiores expressões”. Como o Senhor percebe as Ciências Ambientais e sua importância para dar resposta às mudanças climáticas, já que as Ciências Ambientais é eminentemente inter e reconhece a transdisciplinaridade?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - As Ciências Ambientais (CiAmb), enquanto área de conhecimento da CAPES, surge no ano de 2011, portanto, está completando 10 anos. Inclusive, saiu recentemente publicado o resultado de um concurso para selecionar um logotipo diante desta comemoração (10AnosCiAmb.unesc.net). O documento da Área, texto esse que parametriza as ações da Área, traz a definição de ciências ambientais, que trata exatamente da interconectividade da dinâmica cultural com a ecológica, como me referi anteriormente. Considero a CiAmb como ciências aplicadas, ou seja, uma ciência que cria alternativas de solução de problemas. Não implica dizer que se reconheça mais a prática em relação a teoria. O que destaco é que se trata de uma ciência cidadã. Paraphrasing Kurt Lewin (1951): *não existe nada mais prático do que uma boa teoria* (p. 169).

A exemplo de ilustração da aplicação da CiAmb, se identificarmos as palavras-chave a partir das linhas de pesquisa ou de atuação respectivamente dos programas acadêmicos e profissionais, temos quatro grandes temas, na ordem de maior incidência: (i) Tecnologia, Modelagem e Geoprocessamento; (ii) Políticas Públicas Ambientais, Gestão e Planejamento; (iii) Desenvolvimento, Sustentabilidade e Meio Ambiente e; (iv) Uso de Recursos Naturais.

Outro ponto a destacar da Área da CiAmb, é a sua preocupação quanto à importância que os programas de pós-graduação possuem enquanto considerados Impacto na Sociedade, ou seja, impacto que esses ocasionam no território. O próprio campus da Unemat, em Cáceres, no interior do Mato Grosso, é exemplo disso. Para que os programas não fiquem todos centralizados nas capitais. A CiAmb é uma das áreas que mais possuem programas interiorizados. Estamos nas 27 unidades federativas do Brasil. Considera-se que um programa, ainda que não tenha nota equivalente a “5”, “6” e “7”, quando estão em territórios interiorizados, tornam-se estratégicos.

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA – No prefácio do livro: “Democracia, ambiente e sociedade: ciências ambientais, ciências sociais, interdisciplinaridade e desenvolvimento regional” o senhor afirma que a obra trata de problemática adequada, na qual concilia sistemas culturais e ecológicos, o que merece evidência no sentido de avançar o diálogo que se estabelece na ocasião que considera o desenvolvimento eminentemente em bases antropocêntricas. Isto é: a ideia de progresso reduzido, na maioria das vezes, a um cálculo de benefícios econômicos de curto prazo, o que se entende por tempo geracional, que pode sugerir um intervalo temporal de 72 anos (citando dados do PNUD), sobre prejuízos socioambientais de médio e longo prazos, que perpassa por uma escala temporal intergeracional. Isto posto, como o conceito sistêmico de desenvolvimento pode cooperar para problematizar essa questão? Da intergeracionalidade?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço a pergunta da Liliane. Esse texto foi escrito, originalmente, em um livro que se intitula *Ética Socioambiental*, publicado em 2019, em parceria com os bons amigos Luciano Florit, meu colega no Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Regional da Universidade Regional de Blumenau (FURB), e Arlindo Philippi Jr., catedrático do Instituto de Estudos Avançados (IEA) da Universidade de São Paulo (USP), vinculado também à Escola de Saúde Pública.

Ainda que se tenha visões de mundo das mais variadas, mesmo entre as antropocêntricas, prevalece talvez a mais reducionista de todas, a que privatiza ganhos de curto prazo e socializa prejuízos de médio e longo prazo. Estabeleci a média de 72 anos por ser o resultado entre a expectativa de vida, entre homens e mulheres, nos 193 países signatários das Nações Unidas, segundo o relatório do Índice de Desenvolvimento Humano - IDH (UNDP, 2020a). Claro que existem discrepâncias. Para exemplificar os efeitos mais perversos da desigualdade social, os países com maior e menor expectativa de vida, Hong Kong com 84,9 anos (aumentou 8 meses em relação à edição anterior do relatório) e República África Central com 53,3 anos (na versão anterior era Serra Leoa com 52,2 anos) possuem renda, PIB e IDH inversamente proporcional. Ainda que pudesse ter tais discrepâncias em outros períodos históricos, é convidativo dizer que ao redor de 50 anos remete a expectativa de vida da Idade Média.

Considerando que a criação do Universo levou cerca de 15 bilhões de ano; o planeta Terra ao redor de 5 bilhões de anos; a vida animal e vegetal 2,5 bilhões de anos; dinossauros 400 milhões de anos; répteis 300 milhões de anos; mamíferos 200 milhões de anos; antropoides (primeiros primatas) próximos de 10 milhões de anos; homínídeos (primeiros humanos) 4 milhões de anos, *homo sapiens* (ho-

mem atual) entre 150 e 50 mil anos; civilização (cidade e Estado) cerca de 10 mil anos; filosofia (grega) 2.500 anos; Ciência tal como conhecemos ao redor de 500 anos; 72 anos parece ser insignificante. Essa visão antropocêntrica de curto prazo, diante da publicação do sexto e último relatório do Painel Intergovernamental de Mudanças Climáticas (sigla em inglês IPCC), somado a desigualdade estrutural e a crise pandêmica (espera-se que a próxima demore a vir) nos levará ao risco de perder ainda mais habitabilidade.

No entanto, o otimismo passa a prevalecer na ocasião que a visão progressista, ecocêntrica, na qual se reconhece a interconectividade socioecológica, bem como a Ciências Ambientais endossa, apresentando elementos de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

SONIA APARECIDA BEATO XIMENES DE MELO - Professor, como o senhor caracteriza o conceito de ecodesenvolvimento e outras alternativas para o enfrentamento da crise socioambiental contemporânea?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço também pela pergunta Sonia. De certa forma, o último parágrafo da resposta da pergunta anterior, introduz o que quero sugerir. Ecodesenvolvimento precede o próprio termo desenvolvimento sustentável (DS), tendo uma acepção mais substantiva do que DS. Entretanto se reconhece a importância do conceito de DS, que é de garantir que as gerações futuras tenham os mesmos direitos de qualidade do desenvolvimento que nossa geração possui. Considera-se um avanço significativo no início da década de 70. Ecodesenvolvimento surge a partir de esforços da equipe do *Centre International de Recherche sur l'environnement et le Développement* - CIRED, liderada por Ignacy Sachs, professor da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais, sediado em Paris. O ecodesenvolvimento propunha mudanças nos estilos/modos de vida, um conceito que, até então, era progressista para aquela época, questionando os pilares das economias de crescimento, baseada na sociedade de consumo, como que felicidade pudesse ser comprada. Inclusive, questionava-se a definição de tempo produtivo, como que esse pudesse ser restrito a trabalho remunerado, como que na vida não houvesse outras formas de trabalho, como público, comunitário, doméstico e familiar.

O que remete, como dito, a uma crise de projeto civilizatório. As economias de crescimento provocam um cenário ecossocioeconômico contemporâneo desolador. Baseado em dados dos informes *Human Development Indices and Indicators 2019* (UNDP, 2020a; 2020b), 20% da população do planeta concentra 66% da renda bruta. Ou, então, que 41% da população concentra 15% da renda bruta. Ainda que haja países com “muito alto IDH”, entre eles existem Índices de Gini significativamente

elevados, o que sugere desigualdade social, como os Estados Unidos (0,414: com o 17º IDH), Chile (0,440: 43º: o maior IDH da América do Sul), Argentina (0,414: 46º). Infelizmente, no grupo de países com “IDH alto”, o Brasil é o segundo com o pior Índice de Gini (0.539), e África do Sul sendo o primeiro (0,630).

Ainda se não bastasse tais assimetrias, os mesmos 20% da população que representam os Países com “muito alto IDH”, concentram 60% do lançamento de dióxido de carbono (CO₂) em toneladas de todo planeta. Houve acréscimo de 3% em relação à edição anterior. Em compensação diminuiu 3% para os países com “IDH alto” e mantendo-se o percentual para dos demais grupos de países. A notícia mais alentadora é que a produção de dióxido de carbono diminuiu em 1,4 toneladas per capita ano em relação à edição anterior do relatório. 49% da população que representa os países com “médio IDH” e “baixo IDH” correspondem ao lançamento de 11% de CO₂. Baseando-se na tendência do cenário evidenciado, se Índia, que atualmente representa 18% da população mundial¹, escalar posições, saindo da classificação de países de “médio IDH” e alcançando “alto IDH”, proporcionalmente significaria aumento na emissão de dióxido de carbono.

Concluindo, o que se convencionou a chamar de desenvolvimento, mas parece mau desenvolvimento.

EVELY BOCARDI DE MIRANDA - Professor Sampaio, na relação indissociável entre sistemas sociais e ecológicos, o Senhor trabalha no enfoque das ecossocioeconomias. Como ocorre a interlocução da noção de eco e da socioeconomia nas dinâmicas sociais e organizações produtivas?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Agradeço a pergunta instigante Evely. Trata-se de um “calcanhar de Aquiles” que precisa ser tratado. Estou preparando um estudo/curso/texto, aliás muito ambicioso, sobre um tema relativamente novo: Ecossocioeconomia Empresarial. Ele engloba dois movimentos significativos na seara do mundo “business”: Responsabilidade Sócio Corporativa (CSR na sigla inglês) e Práticas Ambientais, Sociais e de Governança (ESG na sigla inglês). Prejulga-se, normalmente, com desconfiança, uma iniciativa que surja do mundo organizacional, sobretudo empresarial, por ser ator protagonista da dinâmica capitalista e economia de mercado.

Como administrador que sou, ainda que confesso ter uma trajetória única, me faz trafegar com certa naturalidade sobre o tema. Realizei minha graduação na PUCSP, universidade considerada com tendências progressistas. À época, havia

¹ A Índia possui, em 2019, uma população de 1.366.400. Estima-se que, em 2030, terá 1.503.600, ultrapassando a população chinesa que atualmente é a maior, com 1.433.800 habitantes, mas que daqui há 10 anos será de 1.464.300 (UNDP, 2020b).

um projeto político pedagógico (ciclo básico) que possibilitava realizar disciplinas das humanidades e interagir com estudantes de todos os cursos. Além disso, nas duas disciplinas específicas do primeiro ano, teoria geral da administração I e II, as referências bibliográficas básicas eram respectivamente Capital volume I e II, além do volume III ser literatura complementar. Trabalhei no mercado financeiro, farmacêutico e editorial, ocupando funções de um jovem administrador executivo, além de ser sócio proprietário de uma microempresa, com visão também progressista (estipulando horário flexível de trabalho para estudante; financiamento de casa e carro, com juros de caderneta de poupança, para os talentos humanos; participação nos lucros, inclusive facilidades para tornar-se sócio proprietário), atuando na distribuição de publicações.

Esta trajetória de certa maneira me fez ser otimista, ainda que me considere realista. Como pesquisador da área interdisciplinar e transdisciplinar em ciências ambientais, me dou conta da transitoriedade em curso, entre a visão de mundo decadente, representada pelas chamadas economias de crescimento, e outra em torno do movimento da sustentabilidade que evidencia a dinâmica socioambiental. Ainda que se reconheça que os processos de tomada de consciência das pessoas aconteçam desde perspectiva de tempos dos mais variados, entre lentos (quase inexistentes) e rápidos.

Faço um parêntese para explicar a transitoriedade. Ainda que seja um termo não tão difundido, remete a compreensão que, provavelmente em tempos em tempos, vive-se uma encruzilhada, como apontam as teorias em torno do materialismo dialético de Marx e Engels (1999), sociologia formal de Simmel (1950), do paradigma de Kuhn (1970) e do terceiro incluído de Nicolescu (1999).

Ainda que seja difícil apontar algo positivo da Pandemia de Covid-19, me parece que o processo de tomada de consciência, como mencionado anteriormente, em determinados temas, pode ter-se acentuado.

Mais consumidores responsáveis se deram conta da importância de se incluir atores com desvantagens na dinâmica da economia de mercado, reforçando a atuação das economias mais solidárias. Deu-se conta da existência de experiências em curso, chamadas ecossocioeconomias, que trazem elementos de uma racionalidade socioambiental que parametriza a lógica instrumental a partir de uma conduta moral de padrão ético.

A crise contribuiu para desnudar a desigualdade social estrutural, anteriormente comentada que remete o Brasil, América Latina e o planeta.

Portanto, o consumo pode ser visto de maneira crítica, o que ocasiona modos de produção mais responsáveis também. De certa maneira, todos nós, mesmo as

organizações, somos produtores e consumidores ao mesmo tempo. Ainda que se reconheça que a economia de mercado, conseqüentemente, a sociedade de consumo sejam modos hegemônicos, a Pandemia evidenciou a importância de outras (ecossocio)economias. O mundo empresarial, corporativo, deu-se conta que para existir economia de mercado, antes de tudo, é necessário ter pessoas saudáveis.

A desigualdade social faz diminuir a capacidade de consumo das pessoas. A chamada classe média (ainda que se reconheça a polissemia do termo), em tempos mais recentes, nunca tenha sentido antes tamanha crise, o que não era novidade para as classes mais vulneráveis, pois essas sempre foram afetadas por qualquer anormalidade.

É importante diferenciar um movimento empresarial mais progressista, que se está considerando como mais responsável, do chamado *Greenwashing*, mais alinhado a uma economia “verde”, com repertório mais cosmético, reducionista, que se vale para sobreviver em tempos difíceis. A RSC/ESG baseiam-se em nova visão de mundo, paradigmática, que reconheça os limites da concepção da economia de mercado e da sociedade de consumo, desconectadas do compromisso de se um Planeta habitável.

SANDRO BENEDITO SGUAREZI: Como o senhor conceitua arranjos socioprodutivos de base territorial sustentável? E qual a importância desse conceito como alternativa ao modelo de economia de mercado e sociedade de consumo hegemônicos?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Que bom que fez esta pergunta Sandro. Vou parafrasear um trabalho de minha autoria em conjunto com minha colega, professora Luciane Santos, apresentado recentemente no X EnANPPAS. Na ocasião que se trata de ecossocioeconomias das organizações, o termo arranjo socioprodutivo de base territorial sustentável refere-se a governança microescalar (comunitário, distrital, municipal e microrregional), atributo das economias mais inclusivas (economia popular, economia solidária, economia de vizinhança e economia de comunhão), revelando modos de produção artesanal, dispondo-se de elos tanto verticais (entre fornecedores, produtores e consumidores) como horizontais (entre organizações de apoio, produtores e terceirizados), normalmente com graus de formalização mais simplificados do que as cadeias produtivas sustentáveis (SAMPAIO; SANTOS, 2021).

Cabe ressaltar que as cadeias produtivas sustentáveis requerem governança macroescalar (local, regional, nacional e internacional), característica da economia de mercado, isto é: modos de produção industrial. Governança refere-se a gestão

interorganizacional, na qual compreende arranjos institucionais estabelecidos com governo e o Estado, na esfera política, e entre organizações produtivas, na esfera socioeconômica (PROCOPIUCK; SOUZA; SAMPAIO, 2020).

Os arranjos socioprodutivos podem ser considerados como políticas sistêmicas que fomentam a geração de trabalho e renda, essa última bem distribuída. Sob a concepção da ecossocioeconomia empresarial, os arranjos podem ser incorporados pelas cadeias produtivas, dando vigor e visibilidade a formas diversas de economia. No entanto, há que se atentar aos riscos de cooptação das economias menos consolidadas pela lógica hegemônica do mercado, na ocasião em que não se tem um enfoque educativo, formativo, substanciado na possibilidade real de vida associada.

Como Liliane sabe muito bem, ela realizou estágio de doutorado sanduíche na Universidad de Mondragon, Estado Espanhol, desdobramento da experiência enigmática homônima, no qual seu protagonista, o cúria, José María Arizmendiarieta, dizia: “antes de se criar cooperativas, há que se possa ter homens e mulheres cooperativos”.

LILIANE CRISTINE SCHLEMER ALCÂNTARA – Próxima pergunta, embora perceba que ela tenha sido respondida em parte quando foi perguntado sobre ecodesenvolvimento e outras alternativas, mas acho que dá para complementar Professor Sampaio - Qual a importância da participação *botton up* (de baixo para cima) em associações e cooperativas autogestionárias em projetos alternativos de desenvolvimento?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu também concordo que em parte ela foi respondida, mas dá para fazer algumas complementações. Primeiro de tudo, eu resgataria a importância de um processo de formação/educação para o associativismo e cooperativismo, antes mesmo de se criar tais organizações, como mencionado por Arizmendiarieta. Primeiro as pessoas se associam socialmente para que, depois, possam de fato cooperarem economicamente. Ou seja, tomando como exemplo uma cooperativa, antes que ela seja resultado de uma política de geração de trabalho e renda, deveria ser ocasionada, anteriormente, por um projeto político pedagógico formativo.

Dou como exemplo. Me recordo que participava, anos atrás, de uma reunião coordenada por uma instituição que protagonizou o empreendedurismo, muito bem-intencionada, e que promovia a geração de trabalho e renda. Na época, eu coordenava uma ONG, que se não me engano existe até hoje, Laboratório de Gestão de Organizações para o Ecodesenvolvimento - Instituto LAGOE. Como

comentei, compartilho com a proposta em torno do Ecodesenvolvimento. Aliás, fui aluno do prof. Ignacy Sachs e orientado por ele em estágio de doutorado *sandwich*, realizado em 1997, na *École de Hautes Études en Sciences Sociales* (EHESS), em Paris.

Para que se entenda o contexto, a reunião se referia a respeito de um trabalho que vinha sendo realizado na Microbacia do Rio Sagrado, município de Morretes, considerado na época uma zona de experimentação de boas práticas ecossocioeconômicas. Aliás, Liliane conhece bem, pois foi uma das unidades de análise de sua tese, além da Cooperativa de Mondragón.

Um casal de sócio empreendedores, artesãos, com duas filhas, e que estava prosperando, felizes, foram indagados pelo representante da tal instituição se eles teriam interesse de aumentar a escala de produção. O casal reconheceu de pronto as boas intenções do interlocutor, no entanto respondeu que não, porque se correria o risco de eles não darem a atenção devida a suas duas filhas. Como já escutei uma vez do professor Manfred Max-Neef, tratando a respeito de uma verdadeira aula de antropologia cultural. Posso dizer que naquele momento também tive um bom exemplo. Os desafios da vida não se resumem puramente em prosperar economicamente, tal como a sociedade de consumo sugere. A economia deve servir a vida e não a vida servir a economia.

Fiquei muito emocionado naquele momento e me dei conta que nosso trabalho à frente da ONG referia-se a um projeto de educação antes de mais nada.

Para isso, convido os leitores a tomarem contato com uma publicação (PELLIN *et al.*, 2013) que sintetiza os relatórios de pesquisa, trabalhos de conclusão de curso de graduação, dissertações e tese, todos realizados no Rio Sagrado. Como me referi, primava por um enfoque de educação para o ecodesenvolvimento. Soube, depois, que uma dúzia de estudantes, filhos do território “comunidades em torno do Rio Sagrado”, concluíram seus cursos de graduação em Instituições de Ensino Superior da região, com destaque na Universidade Federal do Paraná, campus Matinhos. Aliás, não se tem dúvida que a universidade, ainda que não seja isenta de críticas, trata-se de um lugar de oportunidades.

Recorda-se, claro, que o processo educativo/formativo não se restrinja apenas a sala de aula. Daí a importância de se destacar a curricularização da extensão. Este trabalho no Rio Sagrado pode ter representado um marco na vida de tantos estudantes como também nos membros comunitários envolvidos. Ou seja, conhecimentos, saberes não estão restritos entre os muros das universidades.

SONIA APARECIDA BEATO XIMENES DE MELO - A pergunta que vou fazer para o Professor Sampaio, também foi respondida em sua boa parte. Como se

relacionam as práticas socioeconômicas com a sustentabilidade? Poderia citar mais exemplos de ecossocioeconomias.

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu venho trabalhando há mais de 20 anos com o termo ecossocioeconomias, que é um termo que talvez não tenha tanta visibilidade como desenvolvimento sustentável, ecodesenvolvimento e outras terminologias.

Apresento uma síntese de experiências que considero de vanguarda, entre outras, que vem sendo apontadas como de ecossocioeconomias das organizações, que atendem a três características comungadas: (i) funcionam enquanto redes organizadas, arranjos e cadeias socioeconômicas e sociopolíticas; (ii) beneficiam não apenas as organizações que compõem a rede, mas também o território de maneira a promover o bem viver humano e a conservação da natureza e; (iii) presença de uma extrarracionalidade, inspirada e reconhecida no território, que lhe confere componente cognitivo, e que se vale também de lógica instrumental (diferentemente da vertente utilitarista e economicista) necessária para que ações sistematizadas promovam o bem comum (SAMPAIO, 2010; PARKS; JOIREMAN; LANGE, 2013; SAMPAIO; ALVES, 2019; ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

O conceito teórico de “decrecimento” como mencionado, possibilitou um movimento em torno das *Trasitions town*. Portland, principal cidade do estado de Oregon (EUA), publicou há 15 anos um documento se comprometendo a alcançar tais desafios para realizar a transitoriedade para um projeto de civilização de base sustentável. Destaca-se uma política pública sistêmica, na qual correlaciona entre outras ações: (a) mobilidade integrada, na qual o transporte ativo, uso da bicicleta (com 520 km de ciclovias) e caminhada possuem protagonismo; (b) educação para sustentabilidade, em todos os níveis de ensino; (c) uso e estímulo de tecnologias apropriadas pela administração pública para diminuição da pegada ecológica; (d) promoção da alimentação saudável, oriunda de produção agroecológica, na qual fomenta circuitos curtos de comercialização que aproxima agricultor e consumidor (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2021).

Como desdobramento do *Slow Movement*, tem-se a experimentação das *Slow Cities*, literalmente designadas como cidades lentas. Ilustra-se a experiência de Bolzano, localizada na região de Trentino-Alto **Ádige** (Itália). O governo municipal tomou à frente na iniciativa de implementar, há 20 anos, uma secretaria de política temporal, na qual se instalou uma plataforma de gestão sistêmica do tempo da cidade de maneira a encontrar soluções apropriadas ao território para problemas comuns, como por exemplo: (i) expandiu-se o horário de funcionamento do comércio e serviços nos dias de semana para que as pessoas não precisassem utilizar

o sábado para realizar compras, permanecendo com mais tempo para convívio familiar aos finais de semana; (ii) utilização do conceito “banco do tempo” como moeda de troca entre serviços amadores e profissionais; (iii) transferiu-se o horário de entrada nas escolas para que os pais pudessem ter mais tranquilidade nos preparativos matinais das crianças (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

Quanto a *Ecovillage*, apresenta-se a experiência de Findhorn, localizada na região de Moray (Escócia), criada há mais de 60 anos. A experiência está institucionalizada como uma Fundação, com 210 sócios, valendo-se de prática democrática. A Fundação governa uma comunidade de mais de 200 pessoas, cujas famílias vivem em dezenas de casas, utilizando soluções regenerativas do ambiente, por meio de *design* permacultural, como edificações ecologicamente construídas, com sistema de tratamento de efluentes domésticos e energia fornecida por turbina eólica. Constitui-se de uma cadeia curta de comercialização, entre agroecologistas e consumidores. Existem negócios locais e valem-se de moeda social (TURBAY; FREITAS, 2015).

Em relação ao Turismo de base comunitária, cita-se a experiência da Associação de Agroturismo Acolhida na Colônia, com sede no município de Santa Rosa de Lima, em Santa Catarina (Brasil). Iniciou-se há mais de 20 anos, inspirada na Rede francesa *Accueil Paysan* que, inclusive, veio a se integrar a ela. Trata-se de um projeto de desenvolvimento territorial sustentável em municípios da região das Encostas da Serra Geral. Envolve 180 famílias de pequenos agricultores familiares que hospedam turistas em suas propriedades de maneira que possam compartilhar o modo de vida campesino agroecológico. Há predominância de pequenas agroindústrias que utilizam de tecnologias apropriadas, com marca própria reconhecida. Atualmente, a experiência expandiu-se para outras localidades, transformando-se em projeto demonstrativo nacional (SAMPAIO, 2010).

Na modalidade Responsabilidade Socioambiental Corporativa, a associação cooperativa de produtores e consumidores *Moscow Food Co-op* destaca-se, tendo como missão constituir um sistema de alimentos e bens socioambiental responsáveis. Com sede na cidade Moscow, estado de Idaho (EUA). Criada há quase 50 anos, possui 7.800 associados que constituem cadeias curtas de alimentação agroecológica, na qual se estabelece distância geográfica apropriada para participar, evitando pegada de carbono. Um mercado físico socioambiental amigável protagoniza o arranjo socioproductivo e institucional estabelecido, servindo também como centro de irradiação de práticas de educação ambiental sistêmica (com enfoque do ecodesenvolvimento), com crianças, jovens e pais, como por exemplo enfocando alimentação saudável, logística reversa, energia renovável e consumo crítico. A experiência possui o selo *B Lab's (B the Change)*, certificação de cumprimento

de normas de desempenho socioambiental, responsabilidade e transparência (ALCÂNTARA; SAMPAIO, 2019).

EVELY BOCARDI DE MIRANDA - A Teoria do Bem Viver e a Teoria do Desenvolvimento à Escala Humana são consideradas alternativas ao desenvolvimento. Como o Senhor é um estudioso desses temas, nós gostaríamos de saber, quais são suas diferenças e particularidades?

CARLOS ALBERTO CIOCE SAMPAIO - Eu me sinto constrangido de responder a esta pergunta, diante de uma especialista no tema que é a professora Liliane. Tive a sorte de tê-la supervisionado em um estágio intenso de pós-doutorado, motivando-a sobre a importância de pesquisar o tema. O que poderia dizer, por falsa modéstia, que tenho boa capacidade de identificar talentos, como Liliane.

Bem Viver, na sua principal corrente, refere-se a um pensamento com sustentância própria, latino-americano, que se refere a uma cosmovisão de povos originários andinos. Seu significado, nos mais variados idiomas indígenas, remete a viver em plenitude no território. Me baseando em uma publicação de Hidalgo-Capitán (2011), há ainda duas outras correntes. A segunda remete a visão estadista, a exemplo de políticas de bem-estar social, tipo europeu, com visão sistêmica, integrativa, de desenvolvimento. A terceira de vertente pós-desenvolvimentista, na qual predomina uma filosofia ecocêntrica, socioecológica, tal como o desenvolvimento à escala humana sugere.

Desenvolvimento à escala humana versa sobre uma teoria original do professor Manfred Max-Neef, contando com a contribuição de dois outros professores, Antonio Elizalde e Martin Hopenhayn, agraciada com o *The Right Livelihood Award* (1983). Para Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012), desenvolvimento implica garantir as possibilidades que as pessoas tenham de satisfazer adequadamente às suas necessidades humanas fundamentais - sobrevivência, proteção, afeto, entendimento, participação, ócio, criação, identidade e liberdade. Estas necessidades são as mesmas em todas as culturas e em todos os períodos históricos, o que realmente altera são os modos de satisfazê-las. As formas de satisfação das necessidades são denominadas por "satisfatores" e são estes os que mudam em cada sistema econômico, político ou social e estão culturalmente determinados. Max-Neef, Elizalde e Hopenhayn (2012) apontavam a possibilidade de a transcendência configurar-se como décima necessidade humana, no entanto ainda não a considerava como universal, mas com potencial para isso, diante do desencanto do projeto civilizatório.

Além dos textos publicados até o ano de 2020, vem novidade por aí. Adiantou-se da publicação de um artigo, intitulado Bem Viver: repensando a criação de

novos modos de vida na era pós-Covid 19, junto com Liliane e Paulo Freire Vieira, que sairá provavelmente na Revista Desenvolvimento e Ambiente (UFPR). Outro texto que trata do Desenvolvimento à escala Humana, enfatizando os temas da atividade física, nutrição e artes, que se encontra na reescrita de nova versão, diante que se encontra em etapa de avaliação junto ao *Journal of Sustainable Development*. Refere-se a uma edição em homenagem ao saudoso professor Manfred Max-Neef, de autoria também de Liliane, Iransé Oliveira Silva, professor e educador físico da Unievangélica, que está realizando pós-doutorado comigo, Mauro Vincenzo Bona Cioce Sampaio, que está indo para o último ano do curso de nutrição, meu filho, e Paula de Alcântara, formada em artes e especialista em Museografia e Patrimônio Cultural, filha de Liliane. Um manuscrito que está sendo finalizado, ainda com título provisório, Ecosocioeconomias na encruzilhada do Antropoceno: uma perspectiva sistêmica-transdisciplinar, em coautoria com o prestigiado professor Paulo Freire Vieira, que foi submetido à Revista de História Ambiental Latinoamericana y Caribeña (HALAC). Por último, ainda um manuscrito em elaboração, por múltiplas mãos, inclusive com membros da Fundação Manfred Max-Neef, além de mim, Liliane, Inãki Cebério e Clara Olmedo, ambos da Universidad Nacional de Chilecito (Argentina), Juan Carlos Skewes da Universidad Alberto Urtado (Chile), Luciano Felix Florit, colega da Universidade Regional de Blumenau, pretensiosamente ambicioso, que trata sobre a décima necessidade fundamental humana, conforme comentado no parágrafo anterior.

Agradeço uma vez mais a oportunidade.

Referências

- ALCANTÁRA, L.; SAMPAIO, Carlos. **Bem viver e ecosocioeconomias**. Cuiabá: EdUFMT, 2019.
- ALCANTÁRA, L.C.S.; Sampaio, C. A. C. Decrescimento na perspectiva das cidades em transição: resiliência e ética socioambiental. **Fronteiras: Journal of Social, Technological and Environmental Science**, v.10, p.81 - 96, 2021.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, C. A. C. A natureza da problemática socioambiental. In: SILVA, S. D. e; SAYAGO, D./ TONI, F; CAMPOS, F. I. **Ensaios em ciências ambientais: crises, riscos e racionalidades**. Rio de Janeiro: Garamond, 2016, v.1, p. 153-166.
- FERNANDES, V.; SAMPAIO, Carlos Alberto Cioce. Problemática ambiental ou problemática socioambiental? A natureza da relação sociedade/meio ambiente. **Revista Desenvolvimento e Meio Ambiente (UFPR)**, v.18, p.87 - 94, 2009.
- GEORGESCU-ROEGEN, N. **The entropy law and the economic process**. Cambridge, Mass., EUA: Harvard University Press, 1971.
- HIDALGO-CAPITÁN, A. L. Economía política del desarrollo. la construcción retrospectiva de una especialidad académica. **Revista de Economía Mundial**, n. 28, p. 279-320, 2011.
- KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1970.

LEWIN, K. **Field theory in social science**; selected theoretical papers. New York: Harper & Row, 1951.

MARX, K.; ENGELS, F. **A ideologia alemã**. São Paulo: HUCITEC, 1999.

MAX-NEEF, M.; ELIZALDE, A.; HOPENHAYN, M. **Desenvolvimento à escala humana**: concepção, aplicação e reflexões posteriores. Blumenau: EdFurb, 2012.

NICOLESCU, B. **O manifesto da transdisciplinaridade**. São Paulo: TRIOM, 1999.

PARKS, Craig D.; JOIREMAN, Jeff; VAN LANGE, Paul AM. Cooperation, trust, and antagonism: How public goods are promoted. **Psychological science in the public interest**, v. 14, n. 3, p. 119-165, 2013.

PELLIN, V.; ALCANTARA, L. C. S.; SAMPAIO, C. A. C.; SOUZA, C. M. M. A produção científica no litoral do Paraná: uma análise na zona de educação para o ecodesenvolvimento. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL, 2013, Santa Cruz do Sul (RS). **Anais [...]**. Santa Cruz do Sul: EdUnisc, 2013.

PROCOPIUCK, M.; SOUSA, R. M.; SAMPAIO, C. A. C. Ecosocioeconomies and local development: experiences in an urban farmers market in the Brazilian Amazon. **The Journal of the Local Economy Policy Unit**, v. 35, n. 8, p. 808-830, 2020.

SAMPAIO, C. A. C. **Gestão que privilegia uma outra economia**: ecossocioeconomia das organizações. Blumenau: EDIFURB, 2010, v.1. p.145.

SAMPAIO, C. A. C. **Prefácio**. In: SQUAREZI, Sandro Benedito (Org). **Ambiente e sociedade no Brasil central: diálogos interdisciplinares e desenvolvimento regional**. 2. ed. [e-book]. São Leopoldo: Oikos; Cáceres: Editora UNEMAT, 2019. 288 p. <http://oikoseditora.com.br/files/Ambiente%20e%20Sociedade%20no%20Brasil%20Central%20-%20e-book%20-%20FINAL.pdf>.

SAMPAIO, C. A. C.; ALCANTARA, L. C. S.; VIEIRA, P. H. F. Bem viver: repensando a criação de novos modos de vida na era pós-covid-19. **Desenvolv. Meio Ambiente**, v. 59, p. 162-181, jan./jun. 2022. DOI: 10.5380/dma.v59i0.74145.

SAMPAIO, C. A. C.; ALVES, F. K. **Ecossocioeconomias**: um conceito em construção In: **Ecossocioeconomias: promovendo territórios sustentáveis**. Blumenau: EDIFURB, 2019, v.1, p. 15-34.

SAMPAIO, C. A. C.; SANTOS, L. C. R. Ecossocioeconomia empresarial: conciliando cadeia produtiva sustentável e arranjo socioprodutivo territorial. In: ENCONTRO DA ASSOCIAÇÃO DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO EM AMBIENTE E SOCIEDADE (ENANPPAS), 10., 2021, Campinas. **Anais [...]**, Campinas: UNICAMP, 2021.

SIMMEL, G. **The sociology**. New York: Simon and Schuster, 1950.

TURBAY, A. L. B.; FREITAS, L. C. B. **Experience of ecovillages for areas of environmental protection in the metropolitan area of Curitiba**. Curitiba: Disciplina Ecossocioeconomia e Governança, Programa de Pós-Graduação em Gestão Urbana, Pontifícia Universidade Católica do Paraná, 2015.

UNDP, United Nations Development Program. **Human development reports**. New York: UNDP, 2020a.

UNDP, United Nations Development Program. **Human development reports**. New York: UNDP, 2020b.

Editorial

Políticas Públicas e Desenvolvimento Territorial nos Assentamentos e Comunidades Rurais: estudo de casos na área que compreende o denominado território da cidadania da reforma/MS

Ana Maria Soares de Oliveira

Um Pantanal de Marias e Marruás

Mara Aline Ribeiro

Icléia Albuquerque de Vargas

A Conquista da Água na Região Sul de Mato Grosso na Primeira Metade do Século XX

Fabiano Quadros Rückert

Geomorfologia e seu Impacto no Processo de Ocupação Humana

Caroline Juliana Monteiro Añez dos Santos Reys

Rayssa Aparecida Pinheiro Noveli

Luciana Escalante Pereira

Pantanal Valley: proposta de criação do Laboratório de Inovação na região fronteira Brasil X Bolívia

Ana Lucia Monteiro Maciel Golin

Artur Oliveira Gomes

Georgia Angelica Velasquez Ferraz

A Cultura Lúdica Corumbaense Expressada por Diferentes Gerações de uma Mesma Família

Marília Soares de Melo

Carlo Henrique Golin

Rogério Zaim-de-Melo

A Gênese da Expansão da Educação Escolar e a Mazela do Analfabetismo

Rossiline Lunar Ferreira Lima

A Interação do Ministério do Desenvolvimento Regional com os Governos Subnacionais nas Ações Sobre a Faixa de Fronteira

Vitorino José Barros da Silva

As Ações de Securitização na Fronteira Corumbá/Brasil – Puerto Quijarro/Bolívia e os Seus Impactos nas Percepções Sociais sobre as Migrações

Thais da Silva Alpires

Elisa Pinheiro de Freitas

Fiscalização da Capitania Fluvial do Pantanal na Atividade Pesqueira e os Riscos de Segurança dos Pescadores na Fronteira Brasil/Bolívia

Laurenice da Silva Ferreira

Beatriz Lima de Paula Silva

Desgaste Psíquico e Sobrecarga na Universidade Pública: um estudo com professores universitários na fronteira Brasil-Bolívia

Daniella Moreira Lima

Vanessa Catherina Neumann Figueiredo

A Migração Boliviana para Trabalho nas Feiras Livres de Corumbá-MS

Luana Barreto de Arruda

Ana Paula Correia de Araujo

Movimento de Migração Pendular e a Covid-19

Christyan Stresser Ciriaco

Maria das Graças de Lima

O Programa Forças no Esporte (PROFESP) na Fronteira Brasil-Bolívia: um estudo preliminar

Brenda Farias dos Santos

Carlo Henrique Golin

Rogério Zaim de Melo

Fronteiras do Conhecimento: Ecosocioeconomias como Alternativa para Pensar o Bem Viver: entrevista com Carlos Alberto Cioce Sampaio

Sandro Benedito Sguarezi

Liliane Cristine Schlemer Alcântara